

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Instituto de Economia

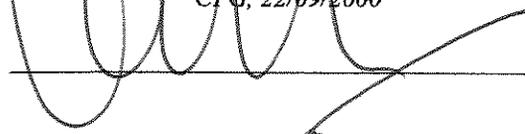
RIO GRANDE DO SUL, 1889-1930:
UM OUTRO CAPITALISMO NO BRASIL MERIDIONAL?

Ronaldo Herrlein Júnior

Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP para obtenção do título de Doutor em Ciências Econômicas – área de concentração: História Econômica, sob a orientação do Prof. Dr. João Manuel Cardoso de Mello.

Este exemplar corresponde ao original da tese defendida por Ronaldo Herrlein Júnior em 22/09/2000 e orientada pelo Prof. Dr. João Manuel Cardoso de Mello.

CPG, 22/09/2000



Campinas, 2000

200111009

UNIDADE DE
V. CHAMADA:
T/UNICAMP
H436r
V. Ex.
TOMBO BC/ 44787
PROC. 16-39210-1
C D
PREC. R\$ 99,00
DATA 29/06/09
N.º CPD

ii

CM00156310-4

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO INSTITUTO DE ECONOMIA**

H436r Herrlein Jr., Ronaldo
Rio Grande do Sul, 1889-1930 : um outro capitalismo no Brasil
meridional/ Ronaldo Herrlein Jr. – Campinas, SP : [s.n.], 2000.

Orientador: João Manuel Cardoso de Mello.
Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas.
Instituto de Economia.

1. Rio Grande do Sul – Desenvolvimento econômico. 2. Rio
Grande do Sul – Economia - História. I. Mello, João Manuel Car-
doso de. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de
Economia. III. Título.

“ya ha corrido mucha agua debajo de este puente
me ha sobrado y me ha faltado inspiración
puede ser que suene muy desafinado
es que me desafina el corazón

vamos hoy a levantar la copa del amigo
necesito estar lo más cerca que pueda de ti
y fundirme con tu espíritu divino
y sentir que sí, se puede ser feliz”

(Buena estrella, Fito Paez, 1999)

para Vera Regina

Agradecimentos

A realização de um trabalho de tese de doutoramento, por mais que possa ameaçar a saúde física e mental especialmente do seu autor, não é levada a cabo sem o suporte, a colaboração, o apoio, a generosidade, o trabalho, o afeto e a dedicação e até mesmo o sacrifício de um sem número de pessoas. Essas palavras de agradecimento tentam expressar esse reconhecimento e gratidão do autor. Graças a estas pessoas, em maior ou menor grau, foi possível realizar esse trabalho.

Este trabalho tem uma enorme dívida intelectual e afetiva com o amigo e colega Luiz Roberto Pecoits Targa, a quem conheci primeiramente, no final de 1990, como um parecerista anônimo que havia rejeitado uma nota de minha autoria para a revista Ensaios FEE. Seu parecer vinha recheado de críticas interessantes e referências a uma bibliografia que eu desconhecia, além de assinalar a disposição do parecerista em conversar com o autor, se solicitado. A editora da revista promoveu o encontro e então conheci o Targa. Em vista disso, tomei conhecimento da linha de pesquisa que ele estava desenvolvendo na FEE e, quando ingressei na Fundação, poucos meses depois, fui alocado em seu grupo de pesquisa, embora minha predileção manifesta, quando fui consultado, fosse por outro grupo. Hoje posso avaliar que tive sorte e um ganho profissional inestimável participando da linha de pesquisa “Estudos Regionais Comparados”, na qual se insere o presente estudo. Outra vantagem dessa pequena história de meu encontro com o Targa foi não ter publicado aquela nota que, afinal, era ruim mesmo e, pior ainda, tratava de algumas questões de “O capitalismo tardio”...

Com o Targa aprendi, entre outras coisas, a pensar o Rio Grande do Sul. Não apenas despertou-me o interesse em conhecê-lo e pensá-lo, mas mostrava, com o seu trabalho de pesquisa e a sua crítica aos trabalhos da nossa equipe de pesquisadores, como fazê-lo com qualidade e seriedade, e sobretudo de uma forma original. A originalidade residia tanto no método dos estudos regionais comparados, quanto na ousadia de pensar o Rio Grande do Sul autonomamente. Quero dizer, pensá-lo como formação social original, rompendo com os esquemas analíticos que explicam o Rio Grande do Sul como simples variante, periférica e subsidiária, das formas sociais que tiveram lugar nas regiões mais proeminentes e paradigmáticas de uma história pré-suposta nacional. Contra essa espécie de provincianismo dos intelectuais do “centro” do Brasil, que, com base na história das regiões-“centro”, forjaram os esquemas analíticos e muitas vezes também pensaram o Rio Grande do Sul a partir desses esquemas, tratamos de evidenciar e interpretar singularmente a realidade histórica dessa região, lutando também contra a nossa própria baixa auto-estima de gaúcho, freqüentemente responsável pela nossa aceitação, mesmo inconsciente, das interpretações canônicas. Esse esforço coletivo materializou-se na publicação de dois livros, que tive a felicidade e satisfação profissional de ajudar a fazer. Por tudo isso, pela imensa generosidade com que compartilhou seus projetos, suas idéias e suas verdades, é ao Targa que eu quero agradecer em primeiro lugar.

João Manuel Cardoso de Mello, que para minha surpresa aceitou orientar essa tese, quando eu já estava nos meus últimos dias de morada em Campinas, foi antes de tudo um amigo interessado no Rio Grande do Sul. Seu conhecimento e empatia acerca da sociedade

gaúcha o fizeram compreender, aceitar e estimular o propósito de pensar a diferença do Rio Grande do Sul. Como amigo, soube compreender em mim os sentimentos e atitudes que nem eu mesmo compreendia, estimulando minha auto-confiança e auto-estima, ignorando absolutamente meus “atrasos” e dificuldades, compartilhando comigo generosamente seu saber sobre a história, as pessoas e a vida. Sua crítica aos meus textos e a uma versão preliminar desta tese foram muito importantes para que eu percebesse alguns equívocos de interpretação, contribuindo em muito para melhorar o resultado final.

Minha dívida intelectual tem ainda outros credores. Meu amigo Renato Dalmazo socorreu-me com suas leituras e críticas aos meus escritos quando eu estava realmente muito confuso acerca de meus direitos de paternidade sobre o que estava pensando e escrevendo para esta tese. Sou muito grato a ele por isso e pela cedência de seu estudo inédito acerca do comércio do Rio Grande do Sul, contendo estatísticas importantíssimas que, na antepenúltima hora, modificaram sensivelmente o rumo e a profundidade dessa tese. Agradeço também ao professor Cláudio Accurso, que leu a maior parte da tese e, conversando comigo, ajudou-me a acreditar no que eu estava fazendo. O amigo Enéas Costa de Souza leu também e sua crítica foi importante para que eu colocasse minhas idéias no centro do meu texto, deixando nas bordas as idéias colhidas na bibliografia. O professor Wilson Cano, que logo nos meus primeiros meses de morada em Campinas, havia lido um primeiro estudo meu precursor desta tese, não foi muito simpático na ocasião (acho que eu tampouco), mas recebeu-me mui afetosamente na penúltima hora, respondendo às minhas urgentes indagações sobre o recenseamento da indústria de 1920, que ele conhece como poucos. A ele também sou muito grato, inclusive pelas sugestões e observações que fez como membro da banca examinadora desta tese. Nessa mesma condição, Renato Dalmazo, Carlos Néelson dos Reis e Pedro Fonseca também contribuíram, com observações e críticas, para a melhorar a qualidade desta tese e por isso recebem aqui a minha gratidão.

Com minha esposa Vera Regina Ferreira Carvalho, a dívida intelectual também existe, pois ninguém casa com alguém da mesma profissão impunemente. Nesse caso, a punição foi uma dádiva. Num momento em que eu trabalhava e me sentia péssimo, momento daqueles em que somente quem te ama pode te compreender e te suportar, Vera também leu e criticou meu texto e me fez ver o quanto de bom havia ali. Ali e muito mais ainda no resto da vida, que ficava a todo instante atrás, depois, debaixo da tese. Por isso, é claro que devo a ela muito mais do que aquela leitura de um final de verão sem férias. Coisas do amor, um imenso amor que resistiu à prova desta tese, que soube resgatar seu parceiro da mais profunda escuridão. É isso aí, minha Vera é como uma imensa hidroelétrica que forneceu luz e de quem, eu sei, consumi muita energia nesses últimos anos. Minha eterna gratidão a ela expresso dedicando-lhe esta tese.

Enquanto tudo isso acontecia, é evidente que o autor da tese, além de morar em Campinas ou Porto Alegre, comia, vestia, etc. E fazia tudo isso e muito mais com o salário de técnico da Fundação de Economia e Estatística, órgão público estadual que investiu muito nesta tese. Assim como a CAPES, que me concedeu quatro anos de bolsa de estudos, através do seu programa de capacitação docente. Docente que eu era e ainda sou da Fundação Alto Taquari de Ensino Superior, através da qual tive a oportunidade de obter a referida bolsa. A essas três instituições esta tese deve, em maior ou menor grau, o suporte financeiro que tornou possível dedicar tempo à pesquisa.

Instituições possuem histórias e identidades que atravessam o tempo da vida das pessoas que as fazem. Mas a algumas dessas pessoas que fazem as instituições quero agradecer nominalmente, porque, de um modo ou de outro, foram muito importantes para realização de meus estudos no IE-UNICAMP. Ao professor José Ricardo Gonçalves agradeço a dedicação e atenção de um verdadeiro “anjo-da-guarda” no percurso da realização dos créditos. Agradecendo ao nosso querido Alberto Curti, funcionário do Instituto, pela atenção, carinho e dedicação com que sempre me atendeu, quero agradecer a todo corpo de funcionários, costumeiramente diligentes no cumprimento de suas funções administrativas. Aos professores Maurício Coutinho, Otaviano Canuto e Mariano Laplane sou grato pela atenção e afeto com que me trataram em todas as minhas solicitações de aluno inquieto quando foram meus professores, bem como na condição de coordenadores da Pós-Graduação do IE-UNICAMP nos anos em que tive a satisfação de estar a ele vinculado. Agradeço também ao Daniel e sua família, que tão bom trabalho, sempre cuidadoso e atencioso, realizam no serviço de cópias.

Aos colegas da FEE devo muitos agradecimentos. Pedro Almeida e Edmilson Nunes da Silva tiveram a paciência de ler parte do trabalho e discutir comigo. César Nery foi o incansável funcionário percorrendo os escaninhos da burocracia estadual em meados de 1994 para que se garantisse um tempo adicional para minha permanência em Campinas, quando se tornou possível ingressar imediatamente no doutorado. Aos colegas mais próximos, do nosso Núcleo de Estudos de História Econômica, Social e Política, quero agradecer a “cobertura” que me deram especialmente durante o primeiro semestre de 2000. Marli Mertz, Márcia Eckert Miranda e Ana Mariza Vilhalba foram incansáveis em suprir minhas ausências e garantir o bom funcionamento do nosso núcleo e da organização das Primeiras Jornadas de História Regional Comparada. Agradeço também a Maria Isabel Jornada e Guilherme Xavier Sobrinho, meus supervisores, que tiveram a compreensão necessária diante dos meus momentos de imersão devidos à tese.

Tive uma rara sorte com minha turma de mestrado no IE-UNICAMP, um pessoal com quem sempre foi prazeroso estudar e participar das aulas. Dentre eles, tive a oportunidade de estreitar laços com amigos que sempre me escutaram e me deram muito apoio, como o André Moreira Cunha, que foi capaz de me aturar dois anos em moradia comum, o Zé Gilberto “Garfo” Scandiucci, o Andrés Ferrari e a Daniela Magalhães Prates. Outros colegas cuja amizade tornou menos difícil a realização desse trabalho foram o Eneuton Pessoa, a Simone Deos, o Lauro Mattei, além do professor Fernando Nogueira da Costa. Nunca esquecerei também do colega Milko Matijascic, por ter-me sugerido o orientador. Darlene Ramos Dias suportou algumas externalidades negativas do autor tabagista, além de emprestar-lhe sua impressora e seu carro, que foram logisticamente decisivos em alguns momentos. A esses queridos amigos e colegas sou imensamente grato.

Por fim, mas não menos importante, agradeço o apoio afetivo da minha querida sogra, Maria do Carmo, minha segunda mãe, e, é claro, da minha mãe mesmo, Jeanete, que se dedicou a me fazer companhia, quando Vera não podia e a solidão tornava-se um obstáculo a mais em alguns momentos da produção desta tese. Agradeço também a meu pai, que me apoiou quando podia e sempre desejou que eu me visse bem na realização deste trabalho.

Índice Geral

Introdução	1
Capítulo 1. A economia gaúcha e suas relações externas	17
1.1. Diversidade de mercados externos e autonomia da economia gaúcha	18
1.2. Os dois subsistemas econômicos regionais e a estrutura da economia gaúcha	21
1.3. Delimitação e integração do mercado regional	35
1.4. A transformação e o movimento da economia gaúcha	41
Capítulo 2. A ação econômica do Estado	57
2.1. As concepções e o projeto dos republicanos sul-rio-grandenses	58
2.2. Finanças públicas estaduais: gastos públicos e tributação	69
2.3. Regulação dos mercados, abastecimento e incorporação do proletariado	77
2.4. Resultados da ação econômica do Estado	81
Capítulo 3. A indústria regional e o seu mercado de trabalho	83
3.1. Gênese da indústria gaúcha	83
3.2. Elementos da formação do mercado de trabalho regional	89
3.3. Importância e características da indústria	99
3.4. Mercado de trabalho e salários industriais	107
3.5. Desempenho da indústria regional	117
Conclusão	137
Anexo Estatístico	149
Referências Bibliográficas	163

Índice das Tabelas e Quadro

Tabela 1 - Distribuição das exportações do Rio Grande do Sul, segundo os mercados de destino — 1901-1930	18
Tabela 2 - Participação dos principais produtos no valor total das exportações do Rio Grande do Sul, segundo as somas dos valores em períodos selecionados - 1878-1988/1919-1929	25
Tabela 3 - Evolução das Exportações e Saldos Comerciais do Rio Grande do Sul, por subperíodos, 1880-1929	44
Tabela 4 - Taxas Médias Anuais de Crescimento Demográfico - 1872-1920 - Brasil, Rio Grande do Sul, Porto Alegre, São Paulo e cidade de São Paulo	91
Tabela 5 - Taxas Médias Anuais de Crescimento Demográfico no Rio Grande do Sul e suas subregiões - 1890-1920	93
Tabela 6 - Participação do Rio Grande do Sul na Indústria de Transformação do Brasil - 1919/20	100
Tabela 7 - Distribuição do Valor da Transformação Industrial, segundo os gêneros industriais - Rio Grande do Sul, São Paulo, resto do Brasil – 1919	103
Tabela 8 - Número total e distribuição dos estabelecimentos industriais e seus operários, segundo o caráter e porte dos estabelecimentos - Rio Grande do Sul, São Paulo e resto do Brasil — 1920	104
Tabela 9 - Tamanho médio dos estabelecimentos industriais, segundo seu caráter e porte – 1920 - Rio Grande do Sul, São Paulo e resto do Brasil	105
Tabela 10 - Proporção das empresas de particulares e sociedades de pessoas nas variáveis da indústria de transformação – 1919 - Rio Grande do Sul, São Paulo e resto do Brasil	106
Tabela 11 - Número Total e Distribuição dos operários na indústria, segundo a constituição jurídica dos estabelecimentos - Rio Grande do Sul, São Paulo e resto do Brasil – 1919	106
Tabela 12 - Distribuição da força motriz disponível nos estabelecimentos industriais, segundo sua origem - Rio Grande do Sul, São Paulo e resto do Brasil — 1920	107
Tabela 13 - Salários médios diários do total dos operários da indústria, segundo os gêneros industriais - Rio Grande do Sul, São Paulo — 1920	113
Tabela 14 - Salários médios diários dos operários homens adultos, segundo profissão e gênero de indústria - RS, SP e Brasil – 1920	114
Tabela 15 - Índices Regionais do Valor do Salário Médio Diário dos Operários homens adultos, segundo os Gêneros Industriais — 1920	115

Tabela 16 - Distribuição dos Empregados, segundo o Gênero Industrial - Rio Grande do Sul, São Paulo e Resto do Brasil — 1919	121
Tabela 17 - Índices Regionais de Produtividade Econômica dos Empregados, segundo os Gêneros Industriais - Rio Grande do Sul, São Paulo e Resto do Brasil — 1919	122
Tabela 18 - Índices Regionais do Custo Salarial Anual por Empregado, segundo os Gêneros Industriais - Rio Grande do Sul, São Paulo e Resto do Brasil — 1919	125
Tabela 19 - Parcela Salarial no Valor da Transformação Industrial, segundo o Gênero Industrial - Rio Grande do Sul, São Paulo e Resto do Brasil — 1919	126
Tabela 20 - Parcela do Valor da Transformação Industrial no Valor Bruto da Produção, segundo o Gênero Industrial - Rio Grande do Sul, São Paulo e Resto do Brasil — 1919	127
Tabela 21 - Margem Bruta de Lucro, segundo o Gênero Industrial - Rio Grande do Sul, São Paulo e Resto do Brasil — 1919	130
Tabela 22 - Produtividade do trabalho dos operários na indústria, segundo a constituição jurídica dos estabelecimentos - Rio Grande do Sul, São Paulo e resto do Brasil – 1919/20	132
Tabela 23 - Indicadores de lucratividade da produção industrial - Rio Grande do Sul, São Paulo e resto do Brasil — 1919/20	134
Quadro I - Esquema da Composição do Valor Bruto da Produção Industrial com indicação dos valores percentuais para Rio Grande do Sul, São Paulo e resto do Brasil — 1919	120

Tabelas do Anexo Estatístico

Tabela A-1 - Exportações de charque do Rio Grande do Sul - Quantidades anuais, segundo anos e períodos selecionados, 1793-1929	149
Tabela A-2 - Imigração estrangeira para o Rio Grande do Sul, 1824-1914	149
Tabela A-3 - Exportações e Importações do Rio Grande do Sul - 1880-1930	150
Tabela A-4 - Valores das exportações para os principais produtos na pauta do Rio Grande do Sul, segundo subperíodos selecionados - 1878-1929	151
Tabela A-5 - Crescimento das exportações do Rio Grande do Sul, segundo os valores médios por subperíodo - 1878-1929	152
Tabela A-6 - População Total do Rio Grande do Sul, de suas subregiões e municípios selecionados, 1900 e 1920	153
Tabela A-7 - Crescimento Demográfico de 1900 a 1920, Parcela Urbana da População (1920) e Distribuição Setorial dos Ocupados (1920) - Rio Grande do Sul, subregiões e municípios selecionados	154

Tabela A-8 - População do Rio Grande do Sul, segundo setores de ocupação e População em Idade Ativa, 1900 e 1920	155
Tabela A-9 - Relações entre os salários médios na indústria e os salários normais dos trabalhadores de enxada (homens adultos), segundo profissões e gêneros industriais selecionados - Rio Grande do Sul e São Paulo – 1919	156
Tabela A-10 - Representatividade do número de operários com salários recenseados em relação ao total de operários, segundo o gênero industrial - Rio Grande do Sul, São Paulo e Resto do Brasil — 1919	157
Tabela A-11 – Índices Regionais do Valor do Salário Médio Diário de todos os Operários (maiores e menores, de ambos os sexos), segundo os Gêneros Industriais — 1920	158
Tabela A-12 - Número de casos de operários com salários diários recenseados, parcela feminina e de menores, segundo a região — 1920	158
Tabela A-13 - Produtividade Econômica dos Empregados (Valor da Transformação Industrial anual por Empregado) - Rio Grande do Sul, São Paulo e Resto do Brasil — 1919	159
Tabela A-14 - Custo Salarial Anual por Empregados - Rio Grande do Sul, São Paulo e Resto do Brasil — 1919	159
Tabela A-15 - Índices Regionais de Intensidade de Capital Produtivo, segundo os Gêneros Industriais - Rio Grande do Sul, São Paulo e Resto do Brasil — 1919	160
Tabela A-16 - Distribuição dos estabelecimentos industriais, segundo datas de fundação - Rio Grande do Sul, São Paulo e resto do Brasil – 1919	161
Tabela A-17 - Composição do Valor Bruto da Produção industrial e proporção do Capital Empregado em relação ao mesmo - Rio Grande do Sul, São Paulo, resto do Brasil - 1919/20	161
Tabela A-18 - Distribuição dos ocupados com declaração de profissão, segundo setor de ocupação profissional, em Porto Alegre e em São Paulo – 1919	162

Resumo

A tese consiste em um estudo da história econômica do Rio Grande do Sul, que caracteriza o desenvolvimento capitalista nessa região durante a Primeira República (1889-1930), enquanto um caso especialmente singular e distinto em relação às demais regiões brasileiras. Tendo em vista a trajetória histórica dessa região, o estudo identifica a estrutura e o movimento da economia regional, analisa sua composição setorial, suas relações com o mercado interno e os mercados externos (demais regiões brasileiras e exterior) e caracteriza a expansão agrícola, comercial e industrial, a evolução demográfica e a integração do mercado regional ocorridas durante o período em foco. Descreve e interpreta as ações econômicas do Estado (administração pública estadual) que contribuíram decisivamente para a definição do processo de desenvolvimento capitalista na região, fomentando uma reforma econômica e social de amplo alcance histórico. Investiga as características de formação e expansão da indústria, o principal setor capitalista na economia regional, bem como o processo de constituição do mercado de trabalho nessa região, estabelecendo as características do padrão regional de desenvolvimento industrial. A interpretação desses diversos aspectos da história econômica regional permite concluir que, no período em análise, processou-se a gestação e a operação de um determinado “modelo” de desenvolvimento econômico, correspondente a uma trajetória regionalmente específica de transição para as relações capitalistas de produção e de generalização da produção de mercadorias.

Introdução

O Rio Grande do Sul ingressou tardiamente na história colonial brasileira. Mais de dois séculos após o início da colonização no território americano, a determinação da Coroa Portuguesa em estender seus domínios até o rio da Prata e dispor da riqueza natural da região levou à ocupação do território sul-rio-grandense de maneira efetiva, a partir de 1737, com a fundação da vila de Rio Grande. Ao longo do século XVIII, a Capitania daria lugar a uma **formação social colonial tardia e economicamente subsidiária** ao núcleo da economia colonial, já então deslocado para o eixo Minas Gerais — Rio de Janeiro. Formação social que também se caracterizou como **luso-brasileira e fronteiriça** aos domínios hispano-americanos.

A condição do Rio Grande do Sul de fronteira em disputa, única no território brasileiro, definiu traços importantes da região.¹ Desde logo, condicionou a ocupação extensiva da terra, através da concessão de sesmarias para paulistas, mineiros e cariocas, destinadas à constituição de estâncias de gado. Os grandes proprietários de terras exerceram por mais de um século o papel de “soldado-estancieiro”, capaz de arregimentar seus

¹ “É curioso observar que a expansão territorial das duas Coroas ibéricas convergia para o centro do Continente. O avanço espanhol fazia-se na direção do Pacífico para o Atlântico e o português do Atlântico para o Pacífico, o que significa dizer que ainda haveriam de se encontrar. De fato encontraram-se [no terceiro século da colonização], e o encontro não foi amistoso. E, o que é mais interessante, o encontro se deu no território do atual Rio Grande do Sul. A conquista e povoamento do território se inserem no contexto das lutas provocadas pelo encontro luso-espanhol. Daí o processo de colonização e povoamento do Rio Grande se revestir de características próprias. Inteiramente diferente do que ocorreu noutras áreas da América Portuguesa.” (Santos, 1984:16-7).

“peões” para eventuais embates pelo domínio lusitano do território.² Ainda devido à condição fronteiriça, a região abrigava expressivos contingentes militares, cujos oficiais muitas vezes receberam sesmarias e tornaram-se também grandes proprietários e estancieiros. Assim, o primeiro móvel histórico da ocupação da terra no Rio Grande do Sul esteve na origem do latifúndio pastoril e da classe proprietária de terras.

A ocupação do território gaúcho deveu-se sobretudo à determinação política da Coroa Portuguesa, pois à Capitania não correspondia a condição econômica exigida de uma típica colônia ultramarina, de gerar excedentes para a metrópole. Durante todo o século XVIII, a arrecadação da Fazenda Real no Rio Grande do Sul não cobria nem a metade das despesas (Santos, 1984:174). Os elevados gastos decorriam do caráter mais estratégico do que econômico do povoamento, dadas as necessidades de defesa do território. Além de sustentar os conflitos parciais e as guerras contra os castelhanos, as despesas referiam-se ao vultoso empreendimento da colonização açoriana, promovida pela Coroa Portuguesa em meados do século XVIII.

As estâncias representaram a forma original de apropriação da riqueza natural e de sua exploração mercantil. Formaram-se a partir de simples invernadas naturais para engorda do gado de tiro, que tropeiros comerciavam nos entrepostos à meio caminho das Minas Gerais (Oliveira Vianna, 1974). Cada estância era uma unidade produtiva estruturada como uma comunidade em torno da figura do estancieiro, proprietário de uma extensa área de terras, onde se utilizava de mão-de-obra escrava para a lavoura de subsistência, tarefas artesanais e domésticas, e do trabalho dos “peões” para as atividades de criação, correspondentes ao segmento mercantil da produção da estância.³

O interesse econômico pelo território somente foi despertado quando configurou-se o mercado da região de mineração. A partir das estâncias, realizava-se a preia do gado selvagem na campanha platina, com vistas ao comércio de tropas de muares e boiadas. A expansão progressiva dessa atividade conduziu a ocupação territorial e determinou os

² O “peão de estância” é o empregado de nível inferior cujas relações com o patrão evoluíram desde um estágio de tipo servil até o recebimento de vencimentos diários ou mensais, em dinheiro ou em espécie, a partir do final do século XIX. Esses trabalhadores, muitas vezes de origem mestiça com índios guaranis, tinham amplo domínio das tarefas ligadas ao pastoreio e transporte do gado, usufruindo de relativa liberdade de ir e vir. Além de cumprir essas tarefas, esses homens formavam uma reserva importante para formação de tropas armadas de cavalaria, devido às suas características culturais e de adestramento.

conflitos com a Coroa Espanhola para o estabelecimento das fronteiras (Oliveira Vianna, 1974). Devido a isso, a auto-suficiência econômica da estância combinava-se à sua dependência do poder militar organizado para a defesa. Impelidos à solidariedade vicinal contra os saques e invasões castelhanas, os estancieiros foram enquadrados na estrutura do Estado lusitano, através da qual organizava-se a defesa das comunidades.⁴

Em meados do século XVIII, a Coroa Portuguesa organizou a imigração de colonos açorianos para o Rio Grande do Sul. O empreendimento oficial visava justamente povoar o território e desenvolver a lavoura, com propósitos de defesa, além de contra-balançar o poder dos estancieiros, criando uma base social de apoio local ao poder central, através de núcleos de povoamento urbanos, mais estreitamente submetidos à Coroa e à Igreja.⁵ A colonização foi um “fracasso econômico”, devido às bases precárias dos direitos de propriedade concedidos aos colonos açorianos e ao seu desconhecimento de cultura produtiva adequada (Ribeiro, 1995). Alguns empreendedores obtiveram êxito na lavoura do trigo, exportado para o Rio de Janeiro, ou na atividade comercial com os estancieiros da Campanha. O povoamento açoriano e seu desdobramento determinaram a ocupação do litoral da Lagoa dos Patos e dos rios Jacuí e baixo Taquari, que confluem para o Lago do Guaíba, junto ao qual fundou-se Porto Alegre, sede da Capitania a partir de 1773.

Decisiva no assentamento cultural da matriz lusitana, a influência açoriana teve conseqüências diversas na formação da região gaúcha. Ela seria em parte absorvida pela sociedade das estâncias, funcionando o ingresso no exército como forma de ascensão social, através da apropriação de terras concedidas em troca dos serviços militares prestados à Coroa Portuguesa. A maior parte dos “casais de número”, homens pobres trazidos pela Coroa, desenvolveu uma produção de subsistência, influenciada pela cultura

³ Para uma consideração sobre a vida social nas estâncias segundo o conceito de “comunidade” ver Faoro (1998a). As sesmarias doadas pela Coroa Portuguesa aos estancieiros alcançavam até mais de 20.000 hectares.

⁴ Oliveira Vianna (1974) estudou a formação social colonial sulina, suas elites e cultura política, como resultante dos conflitos fronteiriços, apresentando um esquema das determinações econômico-políticas que levaram à conformação de um tipo humano e de uma elite social com características únicas entre os tipos culturais brasileiros. Por outro lado, as relações entre o Estado lusitano e os caudilhos riograndenses diferiram profundamente da relação análoga estabelecida pelo Estado hispânico com os caudilhos *criollos*. Para uma consideração dessas diferenças, ver Faoro (1998b) e Vellinho (s.d.), que estabelecem as comparações, bem como Sarmiento (1996), que caracteriza as relações conflituosas estabelecidas entre aqueles últimos.

⁵ A colonização açoriana deslocou para o território sul-rio-grandense, entre migrantes espontâneos e casais trazidos pela Coroa, cerca de 2.300 pessoas, o que representava um incremento aproximado de 200% na população luso-brasileira residente na Capitania (Herrlein Jr. e Carvalho, 1999).

indígena. Sua descendência, em boa medida miscigenada com os índios trazidos das Missões, está na origem do caboclo, posseiro de terras devolutas às margens dos rios.⁶ O abandono da lavoura comercial do trigo refletiu a prevalência da rentabilidade da pecuária sobre a do cultivo do cereal, que enfrentou inúmeras dificuldades até praticamente extinguir-se ao final dos anos 1820 (Oliveira Vianna, 1974; Singer, 1977; Cardoso, 1977).⁷ Não obstante, o objetivo original de estabelecer uma retaguarda de povoamento urbano fiel à Coroa Portuguesa fora alcançado.

No período entre 1780 e 1820 transcorreu um movimento geral de expansão e mercantilização da economia sul-rio-grandense (Cardoso, 1977). Expulsos os espanhóis de Rio Grande, ocupada de 1763 a 1776, a Capitania expandiu a lavoura do trigo e a criação bovina, valorizada pela introdução das charqueadas nesse período. Na mesma época, novos contingentes populacionais de paulistas ainda ocupavam o território da Província ao noroeste e ao norte (Planalto), estabelecendo suas estâncias e pequenos povoados.⁸ Esgotado o ciclo da mineração, ao qual vinculou-se como provedora de animais de tiro, a região sulina encontrava novo sentido econômico no provimento de gêneros alimentícios (charque e trigo) para outras regiões brasileiras, principalmente a praça do Rio de Janeiro, que se tornava o centro de comércio da nova cultura de exportação, o café (Castro, 1971; Souza, 1973).

⁶ As Missões Orientais dos jesuítas espanhóis, estabelecidas à margem do rio Uruguai (quadrante noroeste do atual território gaúcho), foram destruídas pelo exército da demarcação, que unificava as tropas das coroas ibéricas para efetivação do Tratado de Madri, pelo qual a Coroa Portuguesa recebia o território missioneiro em troca da Colônia de Sacramento, situada junto à foz do Rio da Prata. Em 1757, cerca de 3.000 índios guarani retiraram-se das missões destruídas, seguindo os portugueses, que os assentaram em vilas sob supervisão estatal. Até o final do século XVIII, estima-se que entre 10 a 15 mil índios missioneiros tenham se incorporado como força de trabalho à vida das estâncias e vilas luso-brasileiras. Esse processo, que implicou miscigenação, influência cultural e desaparecimento da etnia indígena, teve seguimento nas primeiras décadas do século seguinte. Conforme Bruxel (1975), Brochado (1975) e Schmitz (1975).

⁷ Constitui um equívoco considerar a economia de lavoura comercial e de subsistência dos colonos açorianos, praticada em “pequena propriedade” familiar, como precursora da economia análoga dos colonos alemães e italianos estabelecida até um século depois, ou tomar esta última como continuidade da anterior (como em Singer, 1977 e Castro, 1971). Para além da distinção de que a primeira utilizasse mão-de-obra escrava, tais economias resultaram de processos de colonização pertencentes à complexos culturais distintos, com distintos significados para a história do Rio Grande do Sul, como se percebe pela evidência de que a lavoura comercial do trigo não prosperou nem diversificou-se.

⁸ Desse modo, mesmo após a ocupação da Campanha, na fronteira com o Uruguai, onde se situam os “campos de 1ª classe”, outros latifúndios pastoris estabeleceram-se nos “campos de 2ª e 3ª classes”, nas Missões (noroeste) e no Planalto (norte) (Fonseca, 1983:41).

O estabelecimento das charqueadas representou a instalação do setor essencialmente escravista da economia gaúcha.⁹ As charqueadas marcaram o panorama econômico do Rio Grande do Sul, tornando-se o novo centro reitor da pecuária extensiva, praticada nas estâncias, que se dedicavam então a exploração comercial não apenas dos couros, mas também da carne, que adquiria valor econômico (Ribeiro, 1995). Configurou-se assim na região gaúcha um subsistema econômico pecuário-charqueador, que produzia para os mercados regionais brasileiros e que, excetuadas as importações de escravos e bens de consumo de luxo, pouco dependia do fornecimento externo de bens para sua reprodução.

O mercado para o charque apresentava uma relativa estabilidade, pois o produto era o componente básico na alimentação da escravaria nacional, pouco oscilando sua demanda diante de conjunturas desfavoráveis à agroexportação. Em contrapartida, por representar um custo fixo para as *plantations* escravistas em todo o País, os proprietários de escravos opunham-se à proteção do mercado nacional para o charque gaúcho, posicionando-se em favor do livre ingresso do charque platino. Um aumento dos preços do charque e a conseqüente elevação da renda na região gaúcha representavam um aumento de custos para a produção escravista do nordeste e do sudeste do Brasil. Estabeleceu-se, portanto, uma contradição entre as frações regionais da classe proprietária de terras, com nítida desvantagem para os estancieiros gaúchos.

A economia da pecuária extensiva e os interesses dos estancieiros foram a base de movimentos políticos e expressões culturais autonomistas (Ribeiro, 1995; Piccolo, 1998). Embora os caudilhos sul-rio-grandenses estivessem enquadrados na estrutura do Império, não estiveram alheios às influências de idéias e movimentos que incendiavam a bacia do Prata.¹⁰ Além disso, indicamos que os estancieiros, apesar de constituírem fração da classe nacional proprietária de terras, tinham interesses contraditórios no seio dessa classe. Após a proclamação da Independência, o isolamento geográfico da Província e o descaso das autoridades centrais com os interesses sociais e econômicos nela sediados acentuaram o descontentamento das classes proprietárias, fomentando em 1835 a Revolução Farroupilha

⁹ Embora no referido período (1780 a 1820) tenha se intensificado o uso de escravos nas maiores lavouras de trigo, nas lavouras de subsistência das estâncias e nos ambientes domésticos e urbanos, o escravismo não detinha papel econômico essencial em atividades vinculadas à acumulação mercantil, senão nas charqueadas. Sobre a importância da escravidão na economia gaúcha ver Targa (1996b) e Cardoso (1977).

(Ferreira F^o, 1960). Esse movimento, de caráter republicano e federalista, levou à constituição de uma República Riograndense, que ocupou a maior parte do território provincial, conclamando as demais províncias do Império a se rebelarem e constituírem uma república federativa.

A pacificação, após dez anos de luta, assegurou as condições para o progresso das atividades da pecuária e das charqueadas, inclusive o favorecimento para o charque gaúcho no mercado nacional. Assim, entre 1820 e 1860, excetuado o período de guerra civil, desenvolveu-se a acumulação mercantil, enquanto as guerras platinas provocavam a desorganização da produção de charque no Prata, deslocando-o do mercado brasileiro. A abundância determinava os baixos preços da carne bovina, que podia servir à alimentação da escravaria nacional. Novamente, como antes com o movimento das tropas de gado, a economia regional voltava-se para o mercado “nacional”, agora como subsidiária dos núcleos agroexportadores do sudeste e nordeste.¹¹

A atividade da pecuária extensiva era praticada nas estâncias sob o regime de campos abertos, com baixo nível técnico e um pequeno índice de monetarização na remuneração dos peões. Dada a concentração da riqueza e o caráter autárquico da produção de subsistência nas estâncias, também se concentrava a renda, restringindo o mercado regional, basicamente limitado aos estancieiros. A produção da estância seguia uma lógica patrimonial, de usufruto mercantil da riqueza natural, cuja reprodução e ampliação, à parte as condições de mercado, dependia sobretudo da ação espontânea da natureza e pouco do trabalho aplicado à produção. O trabalho vinculado à criação do gado era realizado por “peões”, trabalhadores semi-livres, com certo grau de dependência pessoal em relação ao proprietário.¹² As estâncias foram, até o final do século XIX, unidades econômicas auto-

¹⁰ Referimo-nos a idéias e movimentos republicanos, federalistas e rebeldes que empolgavam amplos segmentos da população platina nas primeiras décadas do século XIX. Ver a respeito Sarmiento (1996) e Piccolo (1998).

¹¹ Se admitirmos a primazia do setor de mercado externo na economia “nacional” da época, a economia gaúcha aparece então como “subsidiária” na constelação de subsistemas econômicos que configurava aquela economia (Souza, 1973). Contudo, também a primazia daquele setor tornava a economia “nacional” subsidiária e dependente do mercado mundial. Nos dois casos, a condição “periférica”, do Brasil no contexto mundial e do Rio Grande do Sul no contexto brasileiro, pode explicar apenas parcialmente as características das formações sociais que se configuravam no sudeste e no sul do País, sobre a base econômica dos “setores de mercado externo” ou “interno” da economia nacional (assim chamados por Singer, 1977).

¹² Para a compreensão do estatuto de dependência relativa destes homens em relação aos proprietários de terra, no sul pastoril, considere-se que, no início do século XIX, a totalidade das terras da Campanha já estava apropriada. Os peões podiam tanto estar vinculados à estância, vivendo em condições de dependência política (proteção) e econômica, compondo as milícias mobilizáveis pelo estancieiro, como trabalhar por empreitada,

suficientes, que produziam antes de tudo sua subsistência, vinculando-se ao mercado pela produção de gado bovino para vender às charqueadas.¹³

A pecuária assim praticada produzia mercadorias e gerava excedente mercantil para os proprietários de terra, sem caracterizar-se como produção capitalista de mercadorias. O estancieiro simplesmente procurava ampliar ao máximo a renda que podia obter da riqueza que detinha. Enquanto produção sob domínio do capital mercantil — que se estendia à produção do charque e ao seu transporte e colocação final no mercado —, a pecuária produz formalmente mercadorias, valores de troca cuja magnitude se define no mercado, sem guardar proporção com o trabalho direto aplicado à sua produção.¹⁴

Tampouco as charqueadas seguiram uma lógica capitalista, pois o caráter escravista das relações de produção delimitava na esfera mercantil a fonte dos lucros. A produção escravista estabelecia limites à divisão do trabalho e dificultava a adoção de melhorias técnicas na produção, restringindo a produtividade (Cardoso, 1977). Além disso, as charqueadas eram estabelecimentos urbanos que, sem possuir um setor interno de subsistência (como as *plantations*), não dispunham de uso alternativo para a mão-de-obra escrava nos períodos de entre-safra (Targa, 1996b). O escravismo no Rio Grande do Sul diferenciava-se do escravismo das *plantations* também porque inseriu-se numa sociedade regional com uma distinta estrutura de classes. Isso se evidencia no fato de que a mão-de-obra escrava não desempenhava papel econômico essencial no latifúndio, que era pastoril, mas sim nas charqueadas. Assim, pode-se afirmar que a classe social dos escravos rurais era pouco relevante para a reprodução dessa sociedade.¹⁵

no caso de tropeiros que alugavam seus serviços sem guardar moradia fixa. Até a evolução das relações de trabalho, ao final do século, as relações entre os proprietários de terras e os peões eram nitidamente diferentes tanto do tipo de relação senhor-escravo, quanto da relação capitalista-assalariado (Dalmazo, 1986).

¹³ Nas estâncias, a lavoura de subsistência, os serviços domésticos e inúmeras atividades artesanais para o provimento de alimentos, roupas e utensílios eram realizadas por escravos e agregados (Cardoso, 1977).

¹⁴ Não é propósito deste trabalho enfrentar a questão teórica da determinação do modo de produção da pecuária extensiva no período pré-republicano. A caracterização proposta, inspirada em Brum Torres (1983), presta-se apenas a situar historicamente o problema da transição para as relações capitalistas de produção no período da Primeira República, conforme Fonseca (1985). Assim, tomamos a pecuária como uma forma de produção mercantil, prévia ao domínio do “capital industrial” sobre a produção agropecuária. (“capital industrial” — o capital que assume simultânea e sucessivamente as três formas: capital-dinheiro, capital-produtivo, capital-mercadoria. Ver Marx, 1984, livro II, seção I). Essa caracterização é suficiente para afastar os equívocos teóricos de Décio Freitas, que caracterizou um suposto “capitalismo pastoril” no século XIX, em que o “trabalho assalariado”, fonte única de criação do valor da “mercadoria-boi” e (presumivelmente) submetido ao “capital-boi”, gerava mais-valia ao “capitalista”-estancieiro (Freitas, 1980: *passim*).

¹⁵ Ver a propósito a crítica de Targa (1996b) à interpretação do dialeto Cardoso (1977) sobre o escravismo no Rio Grande do Sul.

A desvantagem da produção das charqueadas gaúchas frente aos *saladeros* platinos, que empregavam trabalho assalariado, explica-se em larga medida pelo caráter escravista daquela produção. Ademais, a produção platina dispunha de melhores meios e menores custos de transporte, repousava em também melhores condições naturais (pastos e qualidade do rebanho) e, sendo o principal setor produtivo no Prata, recebia amplo suporte dos governos locais, através da isenção de impostos e outras vantagens.

O caráter patrimonial e mercantil da formação da riqueza nos negócios da pecuária e das charqueadas evidencia-se na destinação das rendas ali auferidas. Em lugar de um processo de acumulação capitalista, que implicaria a melhoria dos processos e a diversificação das atividades produtivas, assistiu-se a uma esterilização da riqueza, aplicada em bens de luxo e na expansão patrimonial imobiliária.

A proto-indústria do charque teve seu ciclo de expansão mercantil-escravista entre 1810 e 1860, perdendo dinamismo desde então.¹⁶ Ainda antes da abolição da escravidão, as charqueadas perderam a maior parte de seu plantel de escravos pelo tráfico inter-provincial em direção ao sudeste cafeeiro. O setor escravista da economia regional defrontou-se com a oposição política dos abolicionistas e republicanos, além da oposição social que a florescente sociedade das colônias alemãs e italianas representava com sua mera existência próspera ao norte da Província. Apesar disso, as charqueadas remanesceram com emprego de trabalho assalariado, desde os anos 1880, adentrando o século XX em relativa estagnação, todavia sem que o conjunto do setor pecuário autóctone (pecuária e charqueadas) tivesse condições de desdobrar-se em formas capitalistas modernas, visto que durante o período da transição capitalista serão apenas os frigoríficos estrangeiros a se instalarem no Rio Grande do Sul.

Ao longo do século XIX, contudo, uma grande transformação social e econômica transcorria na região do Rio Grande do Sul, com a efetivação da colonização dos territórios ao norte de Porto Alegre, em direção à Encosta da Serra do Nordeste, por imigrantes europeus em pequenas propriedades agrícolas. Após a Independência, o poder central buscou promover a lavoura e a emergência de uma nova classe que pudesse servir de contrapeso ao poder dos grandes proprietários de terras. No Rio Grande do Sul, a colonização alemã principiou em 1824, através da distribuição, pelo Governo Imperial, de

pequenos lotes. Após a Guerra dos Farrapos, que interrompeu o fluxo migratório, o estabelecimento de colonos na região avolumou-se e predominou a colonização organizada por negociantes privados, que financiavam e vendiam os lotes sob supervisão do Governo Provincial.¹⁷ A partir de 1875, foram italianos, eslavos e outros que chegaram, enquanto se avolumava a prole dos alemães, ensejando um contínuo processo de colonização e povoamento, que se estenderia durante todo o período republicano, extrapolando os limites do Estado após 1930. Ao longo de um século, conformou-se e reproduziu-se uma economia agropecuária colonial, assentada na pequena propriedade e na mão-de-obra familiar, gerando excedentes agrícolas comercializados no mercado regional e depois nacional.¹⁸

Constituiu-se assim, ao lado da pecuária extensiva e das charqueadas, um outro subsistema econômico no Rio Grande do Sul ao longo do século XIX.¹⁹ A lavoura colonial, organizada pelas famílias, desde logo alcançava prover sua população de meios de subsistência, para a partir disso buscar o mercado gaúcho e o das demais regiões brasileiras como eixos de desenvolvimento.²⁰ Essa atividade agrícola diversificada foi a base de uma intensa acumulação comercial, em diferentes níveis (Lagemann, 1980), com epicentro em Porto Alegre, cidade à qual a zona colonial se vinculava pela navegação fluvial organizada por empresas comerciais. A economia das colônias e sua evolução comercial estão na origem de diversas agroindústrias, bem como da maior parte do capital industrial gaúcho e de sua força de trabalho. O intenso crescimento demográfico associado ao dinamismo expansivo dessa economia também explicam o crescimento do mercado regional, que

¹⁶ A Tabela A-1, no Anexo Estatístico, apresenta as quantidades de charque exportadas pelo Rio Grande do Sul, indicando a década de 1860 como sendo o auge das exportações durante o período imperial.

¹⁷ Em 1872, quando somente os alemães haviam chegado, eles e seus descendentes representavam 14% da população (Roche, 1969:168). Cerca de 192 mil imigrantes estrangeiros ingressaram no Rio Grande do Sul entre 1824 e 1914, sendo que 87% o fizeram após 1871. Para uma avaliação dos contingentes migratórios europeus ingressados no Rio Grande do Sul até 1914, ver Tabela A-2, no Anexo Estatístico (conforme Pellanda, 1925). Para uma periodização dessa imigração e colonização ver Dreher (1999).

¹⁸ Em seu trabalho precursor, Singer (1977) estabeleceu um esquema genérico de evolução de uma “colônia”, em três etapas: produção para subsistência; produção de excedentes mercantis; especialização da produção de excedentes mercantis. O predomínio da colonização privada nas quatro últimas décadas do Império determinou uma aceleração do ciclo descrito no esquema, pois desde muito cedo na vida das novas colônias foi necessário gerar algum excedente mercantil. Além disso, a especialização da produção dos excedentes agrícolas foi compatível com a manutenção da diversidade da produção para auto-consumo.

¹⁹ Ao longo desse estudo, utilizamos a expressão *subsistema econômico* como noção genérica, sem pretender maior rigor analítico.

²⁰ Como se sabe, os mercados regionais brasileiros careciam freqüentemente da produção dos bens básicos de subsistência, que faltavam às populações locais, em vista da extroversão de suas dinâmicas econômicas, determinadas pelos mercados externos do açúcar, do cacau, do fumo, do algodão, do café, da borracha, etc. (Prado Jr., 1945).

propiciou o surgimento da indústria de Porto Alegre. Nos maiores centros urbanos do Rio Grande do Sul ao final do Império, destacavam-se os grandes comerciantes, voltados às atividades de exportação e importação, que, juntamente com os comerciantes instalados nas cidades da zona colonial, constituíam o grupo social mais próspero da Província (Dalmazo, 1986:14).²¹

Nas duas últimas décadas do século XIX, o êxito econômico e a expansão da sociedade das colônias contrastava com os impasses da economia e a estagnação da sociedade vinculadas ao complexo pecuário-charqueador. Esses dois subsistemas econômicos, ainda não integrados, conferiam ao Rio Grande do Sul uma notável diversificação produtiva (Tejo, 1939), além da verdadeira “inovação social” que representava a presença de uma classe média rural, cujo peso econômico e social ascendia vertiginosamente (Targa, 1996a). Em 1861, as exportações dos principais produtos da agropecuária colonial através de Porto Alegre atingiam apenas 5,4%, enquanto em 1894 chegavam a 32,4% do valor total exportado pelo Rio Grande do Sul. No mesmo período, charque e couros decaíram de 75% para 42% em sua participação (Singer, 1977:163). A zona serrana, mal aflorada em meados do século, passou por um intenso processo de expansão e adensamento demográficos e de desenvolvimento agropecuário, agroindustrial e comercial, de modo que, nos últimos anos do século passado, já ameaçava o predomínio econômico do sul pastoril.

Ao final do século XIX, a acumulação de capital comercial, principalmente vinculado à exportação da produção agropecuária colonial (farinha de mandioca, feijão, fumo, banha, vinho), fomentaria o surgimento da indústria. A atividade artesanal de caráter mercantil, surgida da necessidade das comunidades coloniais de se proverem de diversos utensílios e ferramentas, contribuiu para a formação de uma mão-de-obra fabril e em vários casos (metalurgia, mobiliário, vestuário e calçados) progrediu para além da simples manufatura. Na zona da Campanha, sede das estâncias e das charqueadas, processava-se a

²¹ Segundo Jean Roche, “fizeram-se fortunas rápidas, jogando com a importação tanto quanto com a exportação, que eles [os comerciantes] eram os únicos a poder financiar. Indispensáveis à economia da Província formavam um grupo à parte. Levavam uma outra vida e possuíam uma outra mentalidade que não os habitantes da Campanha” (Roche, 1969:32).

acumulação comercial principalmente nas cidades de Rio Grande e Pelotas, porém diversificando-se em reduzido grau para as atividades industriais.²²

Vimos, portanto, que, ao longo dos períodos colonial e imperial, houve dois móveis distintos de apropriação da terra na formação histórica do Rio Grande do Sul, ambos vinculados a atividades econômicas subsidiárias no contexto da “economia colonial brasileira”. Nessa condição subsidiária, a economia gaúcha não estava direta e estreitamente vinculada ao mercado mundial ou ao jugo econômico da metrópole, mas vinculava-se a um mercado relativamente estável, de gêneros alimentares, que crescia lentamente como função da expansão demográfica (Souza, 1973). A condição subsidiária implicava também uma economia produtora da subsistência de sua própria população, necessidade intimamente associada ao relativo isolamento geográfico do território gaúcho. E assim foi na trajetória dos dois subsistemas econômicos que vimos de caracterizar: foi preciso estabelecer as condições de existência auto-suficiente da população, para que fosse possível vincular-se com êxito aos impulsos mercantis externos, dos mercados das demais regiões brasileiras. O perfil da produção regional garantia uma vida social menos dependente dos mercados externos e o acesso facilitado aos meios de subsistência pelas populações locais.²³

Nessa condição econômica subsidiária já está colocada em parte a singularidade da formação regional sul-rio-grandense. Tal condição também estava subjacente aos conflitos dos estancieiros gaúchos com o restante da classe latifundiária do Império. Além disso, vimos que o primeiro móvel histórico de ocupação da terra esteve vinculado ao propósito político lusitano de ocupação e às guerras e conflitos de fronteira que perduram até o terceiro quartel do século XIX, o que também singulariza essa experiência regional, à medida em que a fronteira foi um elemento fundador e estruturante da sociedade gaúcha.²⁴

²² Para uma consideração adequada sobre a acumulação comercial e industrial na “metade Sul” do Rio Grande do Sul, ver Bandeira (1994).

²³ Quando se tem em mente o quadro de escassez de alimentos a que era submetida à população livre e despossuída nos meios urbanos vinculados aos subsistemas agroexportadores (Linhares, Silva, 1979), pode-se supor o alívio que representava para a população situar-se numa região produtora de alimentos. Algo assim como o “desafogo” da população da colônia por volta de 1800, em vista do declínio das atividades econômicas exportadoras (Ribeiro, 1995:158).

²⁴ A condição de fronteira sempre implicou a presença expressiva de contingentes militares na região, aproximou as elites políticas locais ao exército (Medeiros, 1975; Ribeiro, 1995; Targa, 1996a) e propiciou o estabelecimento de relações regionalmente peculiares dessas mesmas elites e da população com o Estado (Oliveira Vianna, 1974). Para uma consideração ampla da determinação da fronteira na história do Rio Grande do Sul, veja-se Targa (1996a) e a crítica historiográfica feita por Moraes (1998).

O segundo móvel histórico de apropriação da terra vinculou-se às necessidades de povoamento, defesa e segurança das vias de transporte terrestre e de ampliação da lavoura de alimentos, estabelecendo-se através da pequena propriedade agrária policultora, baseada na mão-de-obra familiar.²⁵

Ao final do Império e diferentemente da maior parte das outras regiões brasileiras, a do Rio Grande do Sul não estava assentada no clássico trinômio da lavoura de exportação, escravista e praticada no latifúndio (Targa, 1988). A estrutura fundiária contemplava a existência de grandes e pequenas propriedades, situadas em zonas espacialmente separadas. Sua produção dirigia-se principalmente para o mercado interno brasileiro, atendendo às necessidades de outras economias regionais. A grande propriedade não era agrícola nem escravista, caracterizando-se pela pecuária extensiva, com baixa absorção de mão-de-obra e pouca densidade populacional. A pequena propriedade rural formara-se a partir de uma política deliberada de colonização e dava lugar à lavoura familiar, que adquiria progressivamente um caráter comercial.

Assim, já estava estabelecida no Rio Grande do Sul, antes do período republicano, uma sociedade regional diferente daquelas que se formaram com base nas economias agroexportadoras da cana e do café. A formação histórica da sociedade gaúcha determinava a ausência da classe dominante nas demais regiões, a dos latifundiários escravistas agroexportadores, enquanto contemplava a existência de uma classe de pequenos proprietários rurais, que experimentava uma acelerada diferenciação social (Targa, 1996a). Tampouco se identificava na sociedade gaúcha a presença de um núcleo de uma burguesia rural, tal como o havia forjado em São Paulo o surgimento do capitalismo no campo. De fato, enquanto nessa região, ainda antes do final do Império, emergiam relações capitalistas de produção na lavoura cafeeira, no Rio Grande do Sul, a emergência dessas relações ocorreria um pouco mais tarde, paralelamente no campo e na cidade. Tais diferenças da economia e da sociedade sul-rio-grandenses ao final do século passado, quando associadas ao relativo isolamento dessa região, permitem-nos afirmar a existência de uma formação social regional com uma trajetória de desenvolvimento relativamente independente das

²⁵ Essa última definição seria também aplicável à colonização açoriana. Por simplificação, deixamos de referir aqui a imigração paulista no período até 1820. Contudo, grosso modo, os dois móveis de apropriação da terra referem-se aos dois principais subsistemas econômicos que, configurados no século XIX, estiveram na base da transformação capitalista da formação regional gaúcha nas três primeiras décadas do século XX.

demais regiões brasileiras e especialmente distinta das trajetórias das regiões agroexportadoras.

Se nos propusermos a questão sobre quais determinações organizaram historicamente a sociedade gaúcha, encontraremos a resposta de que, em toda sua trajetória, sucessivos fatores de ordem política e cultural estiveram em primeiro plano, exercendo influência tão importante quanto os nexos mercantis com os remotos mercados da costa do País ou do exterior. Em sua origem, a formação regional está marcada pela condição de fronteira territorial da expansão lusitana sobre os domínios hispano-americanos do Prata, com o correspondente imperativo militar conduzindo a distribuição de terras. Em seguida, processou-se a constituição das estâncias, com sua produção quase extrativa, sua auto-suficiência e sua organização social com traços para-militar e comunitários (Faoro, 1998a). Sucessivamente, verificamos que o “sentido da colonização”, o assentamento de imigrantes europeus como pequenos proprietários, era precisamente o oposto da mera espoliação mercantil que orientou a ocupação e o povoamento da maior parte do País, durante o período colonial (Prado Jr, 1945). A produção da lavoura colonial, por sua vez, embora voltada para o mercado, atendia às necessidades de subsistência e estava organizada pelas famílias.

Como veremos adiante, o processo de transição capitalista no Rio Grande do Sul transcorreu apoiado pela destacada ação econômica do Estado regional. As políticas públicas das administrações republicanas estaduais visaram, entre outros propósitos, a integração do mercado regional, a organização corporativa e a diversificação dos setores produtivos, buscando a auto-suficiência e a redução da dependência da economia estadual em relação a poucos produtos de exportação. Tais políticas foram o produto e ao mesmo tempo incidiram sobre uma sociedade em transformação, em cujas elites se faziam presentes valores culturais modernos, tributários do republicanismo, do positivismo, do catolicismo e da Revolução Francesa, cujo lema inspirara a Revolução Farroupilha, figurando até hoje na bandeira estadual.²⁶ Em todos esses aspectos atesta-se a importância

²⁶ No pavilhão do Estado do Rio Grande do Sul lê-se a inscrição “liberdade, igualdade e humanidade” sob o brasão de armas da República Riograndense justaposto ao fundo tricolor: verde e amarelo, representando a nacionalidade, entrecortado pelo vermelho, que simboliza o sangue derramado nas guerras que marcaram a conquista do território.

das determinações políticas e culturais na história dessa região, circunscrevendo e limitando os imperativos da lógica mercantil na organização da vida social.

Até aqui delineamos em largos traços as matrizes sócio-econômicas e políticas cujos desdobramentos conduziram à transição capitalista na região do Rio Grande do Sul.²⁷ Além de fazer um resgate histórico da formação regional sul-rio-grandense e demarcar sua singularidade no contexto brasileiro, as páginas anteriores permitem enunciar o postulado metodológico que conduziu o presente estudo. Pensamos que as condições específicas dessa região possibilitam que ela seja pensada como uma totalidade em movimento, com suas próprias “determinações internas”. Essa perspectiva não exclui as determinações mais amplas da formação nacional e de sua inserção econômica no mercado mundial, mas permite-nos formular novas questões acerca da história econômica dessa região.

O presente estudo procura determinar as características do desenvolvimento capitalista no Rio Grande do Sul, durante a Primeira República, fundamentando a hipótese de que esse processo revestiu-se de formas singulares e essencialmente distintas das formas do desenvolvimento capitalista nas demais regiões brasileiras, particularmente em São Paulo, cujo desdobramento determinou amplamente as formas nacionais desse mesmo processo após 1930.²⁸

Na passagem à República, a diversidade da estrutura de classes da sociedade gaúcha, materializada na ausência da classe dominante agro-exportadora e na presença de uma classe de pequenos proprietários rurais, favoreceram a divisão da classe dominante

²⁷ Tomamos os conceitos de “região” e “formação (sócio-econômica) regional” com o mesmo sentido. A região é pensada como totalidade social estruturada no espaço. O conceito de “formação regional” corresponde ao de “formação espacial” em Breitbach (1988:58-9): “O termo formação, ao mesmo tempo em que designa algo relacionado com a forma, o contorno, o desenho, expressa também o conteúdo de um processo, algo que se forma, se desenvolve e se altera. Portanto, a formação espacial contém o dado histórico, com seu condicionamento específico relativo a situações concretas, ou seja, vai expressar os diferentes momentos de ocupação e uso do território levados a efeito pela sociedade humana. Nessa medida, observa-se que o conceito de formação espacial está profundamente relacionado à formação econômico-social, podendo-se dizer que há uma certa correspondência entre ambas”. Para uma discussão acerca do conceito de região e sua aplicação ao caso gaúcho, ver Albuquerque (1998, 1998a).

²⁸ Ao buscar a determinação das características específicas do desenvolvimento capitalista no Rio Grande do Sul, esse estudo inscreve-se na perspectiva da linha de pesquisa “Estudos Regionais Comparados” do Núcleo de Estudos de História Econômica, Social e Política da Fundação de Economia e Estatística (NEHESP-FEE), fundada por Luiz R. P. Targa e cujos resultados analíticos constam nos livros organizados por esse pesquisador (Targa, 1996, 1998). Essa linha de pesquisa estruturou-se através do trabalho de diversos pesquisadores, cujos estudos contribuem para fundamentar a seguinte hipótese fundadora da linha de pesquisa: “devido à configuração geoeconômica do Brasil durante o século XIX e ao tipo de inserção da economia brasileira na divisão internacional do trabalho, a transição do escravismo para o capitalismo deu

regional e a ocorrência de uma profunda ruptura política (Targa, 1996a). Essa ruptura levou à derrota do poder tradicional dos estancieiros e à ascensão de uma nova elite política que empreenderia políticas públicas capazes de modificar a face da economia e da sociedade nessa região. A ação econômica do Estado regional incidiu sobre uma formação social em acelerado processo de transformação. O resultado histórico foi a gestação e a consolidação de um determinado modelo de desenvolvimento econômico regional, no período de 1889 até 1930, correspondente a um processo singular de transição para as relações capitalistas de produção e de generalização da produção de mercadorias. Quando temos em mente o destino fragmentado da América hispânica, não deve surpreender que a diversidade brasileira de economias regionais, reproduzindo-se de forma pouco articulada entre si, em distintos pontos de um País continental, tenha dado margem à constituição de padrões relativamente diversos de sociabilidade, forjando assim, pelo menos em algumas regiões, as bases de sociedades regionais distintas, ainda que todas brasileiras.

Desenvolvemos nosso estudo em três capítulos, além dessa Introdução e da Conclusão. Cada capítulo contribui para a determinação das características do desenvolvimento capitalista no Rio Grande do Sul enfocando diferentes dimensões da economia regional. No primeiro, realizamos um esforço de apreensão do conjunto dessa economia, em sua estrutura e movimento. Tratamos de identificar a evolução dos setores da economia gaúcha e suas relações com o mercado interno regional e os mercados “externos” (demais regiões e exterior). Caracterizamos a expansão agrícola, comercial e industrial, a evolução demográfica e a integração do mercado regional ocorridas no período. No segundo capítulo, enfocamos as ações econômicas do Estado (administração pública estadual), que contribuíram decisivamente para a condução do processo de desenvolvimento regional, fomentando uma reforma econômica e social de amplo alcance histórico. Investigamos no terceiro capítulo as características de formação e expansão da indústria gaúcha, o principal setor capitalista na economia regional, bem como o processo de formação do mercado de trabalho nessa região. A análise da indústria gaúcha estabelece as características do padrão regional de desenvolvimento industrial, específico no quadro da indústria nacional e definido pelos seguintes elementos: uma determinada estrutura setorial da indústria, refletindo sua estreita integração à base produtiva primária, os produtos e

lugar ao desenvolvimento de (pelo menos) dois tipos diversos de acumulação de capital durante a primeira

mercados dessa indústria, sua estrutura de propriedade, seu grau de concentração técnica, uma determinada relação salarial e certos perfis de distribuição do produto industrial, de produtividade econômica do trabalho e de rentabilidade do capital.

Ao longo de todo o estudo, realizamos diversas comparações estatísticas e de processos históricos do Rio Grande do Sul com outras regiões. A principal referência para comparações é a região de São Paulo, por tratar-se da principal economia regional brasileira em todo período investigado e também porque essa experiência regional é geralmente tomada como representativa de todo o País. Sem pretender esclarecer as questões pertinentes à economia paulista, tomamos uma representação estilizada de sua evolução, bem como diversos dados estatísticos, com a finalidade de realçar a especificidade da história econômica do Rio Grande do Sul. Com relação aos dados da indústria, construímos também um agregado para as demais regiões brasileiras, isto é, o todo nacional exclusive Rio Grande do Sul e São Paulo, que serviu-nos para diversas comparações.

A investigação foi realizada através de revisão bibliográfica e da análise de diversas séries estatísticas, especialmente das exportações regionais. Para a caracterização da indústria, construímos uma base de dados a partir dos censos industrial e de salários de 1920, procedendo à construção de diversos indicadores e realizando uma análise comparativa regional das estatísticas apuradas. Na exposição que se segue, os resultados da pesquisa são apresentados de forma subordinada à evolução do objeto, contemplando-se simultaneamente a descrição e a interpretação dos processos históricos.

Capítulo 1

A economia gaúcha e suas relações externas

A economia brasileira, antes de 1930, constituía-se como uma pluralidade de economias regionais, pouco articuladas entre si, cada qual estabelecendo suas principais articulações com o mercado exterior (Cano, 1985; Castro, 1971). Exceção nesse conjunto de economias regionais foi a economia gaúcha que, não obstante o excentrismo de seu território, encontrou historicamente seus principais mercados externos internamente ao Brasil, produzindo para atender a demanda por alimentos e matérias-primas existente em outras economias regionais. Neste capítulo, buscamos evidenciar que o desenvolvimento da economia gaúcha foi marcado por uma intensa expansão agrícola, comercial, industrial e urbana, durante a Primeira República. Tal expansão configurou uma economia estruturalmente diversificada e dotada de um notável dinamismo. A intensificação da acumulação comercial, a integração dos mercados locais pela rede de transportes fluviais e ferroviários e a ampliação dos mercados externos provocaram a expansão da renda interna em ritmo superior ao do crescimento das exportações.

Não obstante, as exportações do Rio Grande do Sul, mesmo possuindo geralmente um caráter de continuidade em relação à produção destinada ao mercado interno regional, constituíram-se como fator dinamizador do crescimento econômico da região, em seus dois subsistemas produtivos.¹ A economia gaúcha articulava-se numa divisão nacional do trabalho, enquanto produtora agropecuária e agroindustrial que tinha nos demais mercados regionais o seu diversificado “setor de mercado externo”. Em razão dessa condição e das transformações estruturais que experimentou no período, a economia gaúcha possuía um dinamismo distinto do observado nas economias regionais agroexportadoras e em outras economias regionais subsidiárias,² como tratamos de demonstrar neste capítulo.

¹ Conforme Souza (1973), Fonseca (1983), Dalmazo (1986), Almeida (1992) e a maior parte das análises sobre a economia gaúcha no período. Entretanto, argumentaremos que a assimilação da economia gaúcha ao modelo agroexportador é inadequada para explicar as peculiaridades dessa economia, que fogem às linhas clássicas do referido modelo.

² Nesse último caso, temos em vista especialmente a economia mineira, que não chegava a constituir uma região economicamente integrada, senão que tinha suas diferentes zonas articuladas a subsistemas econômicos de outras regiões (Castro, 1971).

1.1. Diversidade de mercados externos e autonomia da economia gaúcha

A relação da economia gaúcha com seus mercados externos conferiu certo grau de autonomia aos produtores locais e à economia regional como conjunto. A produção de uma gama relativamente ampla de produtos alimentares *in natura* ou processados garantia o provimento interno, de tal modo que os novos produtos que ganharam destaque na pauta de exportações após 1889 (produtos da agropecuária colonial ou da lavoura capitalista do arroz) expandiram sua produção atendendo primeiro ao mercado regional e a seguir ao “nacional” (Dalmazo, 1986:34). Como assinalou Singer, a peculiaridade dessa economia regional, em particular das zonas de colonização européia, é que ela não se vinculava ao mercado mundial por meio de algum dos poucos produtos de exportação, mas sim ao mercado interno brasileiro (1977:169). Além disso, algo semelhante ocorria com a produção de charque, embora esse produto também se destinasse eventualmente ao exterior.

Tabela 1

Distribuição das exportações do Rio Grande do Sul, segundo os mercados de destino — 1901-1930

Período	MERCADOS REGIONAIS BRASILEIROS						EXTERIOR
	TOTAL	RJ	SP	BA + PE	PR + SC	Outros Estados	
1901-1912	74,2%	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	25,8%
1913-1920	66,2%	27,7%	13,0%	15,8%	3,3%	6,4%	33,8%
1921-1930	70,0%	32,5%	14,1%	12,3%	2,6%	8,3%	30,0%
1913-1930	68,7%	31,0%	13,8%	13,5%	2,8%	7,7%	31,3%
1901-1930	70,9%	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	29,1%

Fonte: os dados brutos já deflacionados estão em Almeida (1992:373-5).

A diversidade dos mercados alcançados pela produção regional, pela variedade tanto de produtos como de regiões de destino, tornou possível, ao longo de décadas, deslocar a oferta regional de uns produtos para outros, quando a produção local viu-se ameaçada pela concorrência de produtores de outras regiões com melhor localização ou menores custos de produção (Castro, 1971; Fonseca, 1983). Por outro lado, no que diz respeito à lavoura, a diversidade de produtores, localizados em diferentes zonas do território estadual, permitia ao conjunto da economia estadual ajustar sua oferta na margem,

deslocando-se entre cultivos, atividades e terras de diferentes níveis de produtividade. A relativa autonomia da economia gaúcha, considerada como um conjunto, expressava-se na forma de um dinamismo econômico parcialmente dependente das exportações, apresentando porém essa economia condições de realizar autonomamente importantes alterações na sua pauta de exportações, simultaneamente à expansão de seu próprio mercado interno.

Essa flexibilidade permitiu que a produção regional mantivesse uma inserção dinâmica nos mercados regionais brasileiros ao longo da Primeira República, evidenciada pelo crescimento real das exportações gaúchas, da ordem de 5% ao ano, de 1901 a 1929.³ A diversidade de mercados e produtos de exportação refletia as transformações da estrutura produtiva estadual. Nesse período a estrutura de oferta da economia gaúcha diversificou-se em vista do desenvolvimento comercial e industrial da agropecuária colonial, configurando um segundo subsistema econômico, em acelerado processo de expansão, cuja pauta produtiva somava-se à pauta do subsistema pecuário-charqueador, que se expandia mais lentamente.⁴

Em que pese a importância da demanda externa, as transações comerciais apoiavam-se num precário sistema nacional de navegação por cabotagem. No século XIX era reduzida a frequência de abordagens no porto de Rio Grande, única saída para o mar, que apresentava periodicamente dificuldade para receber grandes embarcações, sobretudo até 1918 (Almeida, 1992; Axt, 1998; Tejo, 1939). Embora esse sistema de navegação tenha melhorado somente após a virada do século, foi suficiente para o fluxo das exportações e importações estaduais. Ainda assim, as dificuldades de transporte associadas ao excentrismo geográfico da região no território brasileiro vieram a determinar outra característica importante da economia regional, o seu elevado grau de auto-suficiência. O relativo isolamento da economia gaúcha implicava expressivos custos de transporte, o que determinou que ela tivesse de prover-se, além dos alimentos que produzia (em caráter de produção para auto-consumo e depois mercantil), da maior parte dos demais bens de

³ Conforme os dados da Tabela A-3, no Anexo Estatístico. Retomaremos a análise da expansão das exportações e do dinamismo da economia regional ao final deste capítulo.

⁴ Como veremos adiante, a “estagnação” do subsistema pecuário-charqueador deve ser considerada apenas em termos relativos, no que se refere às exportações.

consumo corrente (vestuário, mobília) e das ferramentas, utensílios, meios de transporte terrestre, embarcações, etc. de que necessitava.⁵

A distância do Rio Grande do Sul e os precários meios de ligação com o resto do País encareciam os custos de transporte e dificultavam a penetração de produtos de outras regiões e do exterior no mercado gaúcho (Tejo, 1939). É oportuno considerar que aquelas outras economias regionais, dada sua condição de economias assentadas nas lavouras de exportação, tinham pouco o que exportar para o Rio Grande do Sul. Assim, provavelmente a economia dessa região obtinha os bens que lhe faltavam importando-os principalmente do exterior, para onde exportava menos valor, compensando-se desse déficit nas suas transações com as demais regiões brasileiras.⁶ Desse modo, a agregação de dois subsistemas econômicos combinava-se ao relativo isolamento geográfico, condicionando o desenvolvimento econômico no sentido tanto de uma diversificação produtiva e das exportações, quanto de um elevado grau de auto-suficiência no provimento dos bens necessários à sua reprodução (Tejo, 1939).⁷ Além de exportar uma larga parcela de sua produção, que por sua natureza prestou-se desde logo ao provimento das necessidades da

⁵ Durante o século XIX, o artesanato doméstico floresceu nas estâncias, os ofícios nas cidades, cabendo a muitos escravos as atividades de olaria, marcenaria, ferraria, serralheria e outras (Tejo, 1939; Cardoso, 1977). Mais tarde, foram os colonos europeus que exerceram atividades artesanais com finalidade comercial, pois entre eles havia um expressivo contingente de pessoas com profissões não-agrícolas. Recentemente, uma revisão historiográfica vem assinalando essa expressiva presença de artesãos e mestres em diversos ofícios entre os colonos imigrados para o Rio Grande do Sul de 1844 até 1914. Essa presença era subestimada em virtude da omissão dessas especializações nos registros oficiais, já que os incentivos para a colonização exigiam o exercício da atividade lavoureira. Ver a respeito Targa (1999) e Dreher (1999).

⁶ Essa é a conclusão de Paul Singer, ao analisar a proporção das exportações internacionais do Rio Grande do Sul no total das exportações brasileiras, de 1906 a 1908 (1977:169). É notável como Singer, sem dispor das séries estatísticas de comércio exterior do Rio Grande do Sul, inferiu corretamente, a partir da proporção referida, o peso dos mercados regionais brasileiros no total das exportações gaúchas. Os dados existentes quanto à pauta e à origem das importações do Rio Grande do Sul são muito incompletos. Foram compilados e analisados por Dalmazo (1986), constatando-se um predomínio das importações advindas do exterior, no século XIX e pelo menos até 1920.

⁷ Embora prefira realçar o reconhecido caráter subsidiário da economia regional sul-rio-grandense, Pedro Fonseca afirma também que “do ponto de vista local, ele [o Rio Grande] aparece como uma economia mais ou menos auto-suficiente, com capacidade de suprir seu mercado interno e ainda abastecer os centros do país que dependem de seus produtos” (1983:63). Tratamos neste estudo justamente de pensar a economia regional desde um “ponto de vista local”, vale dizer, como estrutura sócio-econômica regional em transformação, cujas determinações não se esgotam na sua dimensão subsidiária. As determinações históricas que se esclarecem no movimento próprio da formação regional ganham destaque nesse estudo, em vista do postulado metodológico enunciado na Introdução. Essa atitude deliberada na condução da investigação justifica-se à medida em que as determinações “internas” constituem uma dimensão real do processo histórico que tem recebido pouca atenção nas interpretações sobre a economia gaúcha.

população local, essa economia regional reproduzia-se historicamente com superávits comerciais (que perduraram até 1920).⁸

Essas características da economia gaúcha fizeram-na profundamente diferente de outras economias regionais brasileiras, melhor localizadas e vinculadas aos complexos agroexportadores. Nessas economias, do nordeste e do sudeste, sempre houve maior acesso aos bens importados, necessários inclusive à subsistência das populações locais. Tal condição viria a caracterizar a formação da indústria nessas outras regiões como alternativa ao comércio de importação no provimento dos respectivos mercados regionais, urbanos em especial. No caso do Rio Grande do Sul, as dificuldades de transporte e a circunstância de sua economia não ser agroexportadora para o mercado internacional facultaram maior proteção à indústria regional, que em boa medida estabeleceu-se em substituição à produção artesanal.⁹

1.2. Os dois subsistemas econômicos regionais e a estrutura da economia gaúcha

A evolução da economia gaúcha no período pode ser figurada, em princípio, através da análise do desenvolvimento de cada um dos dois subsistemas econômicos que vimos referindo, o do norte do Estado, baseado na agropecuária colonial, e o do sul, baseado na pecuária extensiva.¹⁰ Apresentamos essa análise a seguir, tomando como ponto de referência a evolução das exportações dos principais produtos nos dois subsistema econômicos regionais. Dada a natureza dos produtos exportados, essa exposição propicia uma apresentação do setor primário e das agroindústrias na região. Após a consideração dos

⁸ Os dados relativos aos saldos comerciais cobrem 38 anos entre 1838-80 e os 30 anos de 1901 a 1930. No primeiro período, há superávit em 28 anos, ocorrendo déficits sempre em anos nos quais o valor das importações apresentou-se anormalmente elevado. Nas décadas de 1850, 1860 e 1870, os saldos das exportações sobre as importações atingiram em média 17%, 21% e 91%, respectivamente (Dalmazó, 1986: Tabelas I-1). No segundo período citado, há superávits em todos os anos até 1920, superiores a 50%, em média, conforme a Tabela 3 adiante.

⁹ Também é provável que a melhor distribuição da renda e a menor concentração da riqueza entre a população gaúcha determinasse uma restrição da demanda por bens importados, em comparação com as regiões agroexportadoras.

¹⁰ A referência ao subsistema econômico da agropecuária colonial como situado na metade norte do Estado, em contraste com o subsistema pecuário-charqueador, situado no sul, é uma simplificação que adotamos, justificável pelo elevado nível de abstração com que se apresenta aqui a estrutura produtiva estadual. No Planalto (norte), nas Missões (noroeste) e nos Campos de Cima da Serra (nordeste), antes da colonização, predominava a atividade pastoril, com presença inclusive de latifúndios, mas em campos de pior qualidade e menos valorizados que os da Campanha. O estabelecimento das “colônias novas” no primeiro período republicano determinou uma estrutura produtiva e social híbrida no extremo norte (Planalto) e no noroeste do Estado (parte das Missões) (Fonseca, 1983).

dois subsistemas, acrescentamos, de modo sumário, algumas informações sobre sua evolução demográfica relativa, bem como a respeito do sistema bancário e da indústria, procurando completar uma noção de conjunto da estrutura da economia regional. No final da seção, buscamos situar a posição da economia gaúcha entre as economias regionais brasileiras.

A diversificada produção agrícola predominava ao norte do Estado, onde se desenvolveram cultivos para o mercado regional e exportação.¹¹ As exportações de produtos da agropecuária colonial vinham crescendo e se diversificando desde os anos 1860 e já alcançavam um valor equivalente às de charque nos anos 1890.¹² Quase todos os produtos agrícolas e mesmo aqueles sujeitos a beneficiamento e processamento agroindustrial (farinhas, fumo, erva-mate, vinho, banha) adquiriam, desde os anos 1850, progressiva importância no consumo local, reduzindo as importações estaduais de alimentos (Dalmazo, 1986). Ao final do século, a produção colonial experimentou um processo de mercantilização para atingir o mercado estadual, antes de seus produtos tornarem-se artigos importantes na pauta de exportações.¹³ Em geral, os produtos exportados também continuaram a ganhar importância no consumo estadual, em função do crescimento do mercado interno à região. A contribuição da agropecuária colonial ao crescimento da produção estadual deu-se pela ampliação da produtividade e pelo aumento da área cultivada, avançando sobre a fronteira agrícola regional em expansão, deslocando-

¹¹ Uma “produção agrícola diversificada é uma das principais características da economia gaúcha desde o final do Império, prolongando-se tal diversificação por toda a República Velha”. Isso permitiu a auto-suficiência estadual em arroz, feijão, lentilhas, milho, erva-mate, cebolas e alhos, alfafa, batatas, uvas, mandioca, fumo, etc. Dentre esses produtos, apenas o arroz e a cebola não eram cultivos da economia colonial (conforme Fonseca, 1983:50,63).

¹² As exportações coloniais começaram com feijão, milho, farinha de mandioca e erva-mate. Alcançaram 12% do total das exportações regionais em 1860, com a introdução de novos produtos: batata, fumo e madeiras. Na década seguinte, o elenco de produtos é acrescido de cebolas, vinho, amendoim, cevada, alpiste, laranja e ervilha. Nos anos 1890, o valor exportado em produtos da lavoura sofre grande elevação, chegando a representar 25% do total em alguns anos (Dalmazo, 1986: *passim*, Tabela I-3).

¹³ A mercantilização da produção agrícola colonial de subsistência teve dois momentos, conforme Dalmazo (1986:34). No primeiro, que podemos supor concluído ao final do Império, alcançou o mercado regional. Nessa fase, ampliaram-se as funções do capital comercial e estabeleceu-se uma produção manufatureira, acompanhando uma crescente urbanização. No segundo momento, que coincide com a fase republicana da colonização, a produção alcançou mercados externos, mas ainda ampliava-se o mercado regional (devido à integração interna e à urbanização). Essa evolução diverge daquela assinalada por Singer, para quem “a economia das colônias se monetariza, na medida em que ela se liga ao mercado nacional” (1977:167). A análise de Singer presume uma profunda dissociação entre os subsistemas que compõem a economia regional, pois considera o desenvolvimento de cada um deles como pautado exclusivamente pelas suas conexões com os mercados externos à economia regional.

se para o norte e o noroeste do território estadual, que passa a ser ocupado por novos colonos e pela descendência daqueles já estabelecidos nas colônias antigas.¹⁴

As dificuldades de transporte determinaram um alto grau de isolamento das unidades de produção colonial, que tornavam-se dependentes do capital comercial para o seu desenvolvimento. As colônias sobreviveram às dificuldades de transporte, visto que produziam antes de tudo sua subsistência, tomando a forma de mercadorias os excedentes sobre seu consumo. Contudo, era preciso vender, fosse para ter acesso aos bens que a colônia não podia produzir, fosse para saldar as dívidas pela compra dos lotes. A dependência em relação aos comerciantes facultava-lhes a imposição de preços elevados para os bens importados e baixos para os produtos de exportação, que puderam ser absorvidos pelos colonos sem que isso criasse problemas imediatos à manutenção de sua capacidade de produção. O processo de consolidação do setor agrícola no Rio Grande do Sul teve portanto um caráter contraditório. Não obstante o objetivo inicial da colonização, no sentido de criar um setor de produção agrícola, essa produção viu-se onerada em vista da instabilidade dos preços, da desorganização do comércio de excedentes e das precárias condições dos transportes (Dalmazo, 1986). Visto sob outro ângulo, esse processo de consolidação do setor agrícola gerou renda para a acumulação comercial às custas dos produtores.

O controle do capital comercial fazia-se tanto sobre as exportações e importações estaduais, quanto sobre a circulação interna de mercadorias, através das “vendas”, dos caixeiros-viajantes e da propriedade sobre as empresas de navegação. Esse capital foi aplicado na expansão dos próprios negócios comerciais e na formação de indústrias, ampliando a densidade e o peso dos interesses econômicos regionais, a ponto de oferecer resistência à concorrência dos interesses mercantis que operavam no mercado nacional e internacional, garantindo assim maior retenção do excedente na esfera econômica regional (Dalmazo, 1986:30-1).¹⁵

¹⁴ A ampliação da produtividade agrícola refletia não apenas a utilização de áreas virgens, mas também a densidade no uso de tratores e arados. Dos 1.706 tratores identificados pelo censo agropecuário de 1920, 48% estavam no Rio Grande do Sul, enquanto localizavam-se igualmente nessa região mais da metade dos arados recenseados (141.196), equivalente a 2,6 vezes o número dos mesmos em São Paulo (dados em Cano, 1985: 359).

¹⁵ “A função do grande comerciante em relação à expansão da agricultura comercial, à criação de agro-indústrias e mesmo com relação ao desenvolvimento de indústrias em Porto Alegre e à urbanização da cidade é bastante notável” (Singer, 1977:165).

Como assinalou Singer, “o que se verifica na economia das colônias é uma transformação verdadeiramente revolucionária, ou seja, a passagem da produção de subsistência [...] para a produção comercial” (1977:168). Essa transformação pode ser assim caracterizada:

“o vigor da expansão das exportações, em combinação com a intensa divisão da terra característica da zona colonial gaúcha, gerava um importante mercado a ser explorado. Desse modo, acumulava-se capital e gestava-se significativa capacidade de compra num meio em que havia uma numerosa população rural, potencialmente transferível para atividades urbanas, fossem elas artesanais ou industriais. Por isso, a expansão do capital comercial, significando também o crescimento da atividade agropecuária da colônia, induzia e, mesmo, exigia uma rápida transformação social” (Almeida, 1992:555).

A evolução das exportações dos principais produtos da agropecuária colonial pode ser avaliada através de sua participação nos valores totais exportados pelo Rio Grande do Sul, considerando-se os montantes totais desses valores para três períodos, conforme a Tabela 2.¹⁶ Dentre aqueles produtos, feijão e farinha de mandioca foram os primeiros a adquirir expressão comercial. Suas exportações cresceram muito na primeira década republicana, perdendo posteriormente espaço na pauta estadual, quando ganharam importância as exportações de fumo, banha, vinho e madeiras.¹⁷

Para avaliar o peso dos diferentes cultivos na oferta agrícola total do Rio Grande do Sul, basta assinalar que na safra de 1927-8 os principais cultivos, segundo importância no valor da produção, foram milho, erva-mate, arroz, trigo, feijão, mandioca, batata-inglesa, cana, fumo, alfafa e cebolas (Fonseca, 1983:50). Cabe considerar que todos esses produtos,

¹⁶ A análise de cada produto dentre os principais na pauta de exportações do Rio Grande do Sul no período em foco será feita de modo muito sumário, com base nos dados compilados por Dalmazo (1986) e no estudo de Fonseca (1983:56-70). Essas fontes informam juntamente com as séries dos valores exportados para os diversos produtos, os respectivos dados relativos à produção total (valores ou quantidades), o que nos permite especular com algum fundamento acerca do conjunto da oferta estadual e das proporções da demanda externa e interna na sua absorção. Convém assinalar que a simples manutenção do peso de um produto na pauta significa acentuado dinamismo, dadas as taxas de crescimento das exportações totais em todo o período da Primeira República. As Tabelas A-4 e A-5, no Anexo Estatístico, podem ser consultadas para uma boa aproximação dos desempenhos específicos por produto.

¹⁷ O milho também perdeu importância nas exportações, passando a ser consumido no Estado, pois tratava-se de componente básico para alimentação do rebanho suíno, visando a produção de banha. O feijão, mesmo quando foi importante na pauta de exportações, sempre teve a maior parte de sua produção consumida internamente, montando essa parcela cerca de 75% da produção na última década do período em análise. Também a produção de erva-mate basicamente supriu o mercado interno, sendo que as quantidades exportadas cresceram até 1920, decaindo a partir de então.

embora em diferentes proporções, tinham no mercado interno à região sua principal destinação, mesmo quando eram importantes na pauta de exportações.

Tabela 2

Participação dos principais produtos no valor total das exportações do Rio Grande do Sul, segundo as somas dos valores em períodos selecionados 1878-1988/1919-1929

Produtos	1878-1888	1889-1900	1919-1929
(1) Charque	30,3%	25,9%	19,1%
(2) Couros	30,5%	18,7%	10,1%
(3) Lã	1,4%	1,9%	4,2%
(4) Carnes Frigorificadas	---	---	3,8%
(I) Sub-total: soma de (1) a (4)	62,2%	46,5%	37,2%
(5) Banha	1,8%	11,3%	15,6%
(6) Farinha de Mandioca	3,2%	7,3%	2,2%
(7) Feijão	0,2%	7,6%	3,8%
(8) Fumo	1,9%	2,9%	4,3%
(9) Outros (*)	1,7%	1,8%	3,4%
(10) Vinho	0,1%	0,1%	2,5%
(II) Sub-total: soma de (5) a (10)	8,8%	31,0%	31,6%
(11) Arroz	---	---	10,1%
(III) Total (I) + (II) + (11)	71,0%	77,6%	78,9%
Total do RS	100,0%	100,0%	100,0%

(*) batata-inglesa, erva-mate, cebolas e alhos.

Fonte: ver Tabela A-4, no Anexo Estatístico.

Legenda: Grupo (I): principais produtos de exportação da pecuária sulina; (II) principais produtos de exportação da agropecuária colonial; (III) principais produtos de exportação do Rio Grande do Sul.

Nota: os percentuais refletem o peso das somas dos valores por produto na soma dos valores totais exportados, aos níveis de preço correntes.

Embora vários produtos tenham concorrido para a ascensão da economia da agropecuária colonial a uma posição equiparável ao subsistema baseado na pecuária sulina, a banha foi o mais importante.¹⁸ A produção de banha sempre atendeu ao consumo interno; os valores exportados adquiriram importância a partir de 1889. Entre 1907 e 1927, os valores exportados cresceram 1000%. O peso desse produto no valor total das exportações foi crescente, indicando o extraordinário dinamismo com que penetrou nos mercados externos ao Rio Grande do Sul. No mesmo período, o consumo interno continuou

¹⁸ Para Fonseca, foi através da banha que o norte do Rio Grande do Sul integrou-se definitivamente à economia estadual, iniciando gradualmente uma transferência de “hegemonia econômica” (1983:62-3). A banha foi o único produto da agropecuária colonial em que a parcela exportada da produção superou aquela destinada ao mercado regional, porém apenas a partir de 1919.

expandindo-se a uma taxa média anual de 2%, representando em 1927 cerca de um terço da absorção da produção total (Fonseca, 1983:19,62). A produção de vinho, ainda no século XIX, cresceu em função dos mercados locais e estadual. Até 1900 teve pouco destaque na pauta de exportações, atingindo cerca de 1% a partir de 1905 e 2,5%, em média, no período 1919-29.¹⁹ As madeiras (pinho e cedro principalmente), exportadas desde o século XIX, ganharam destaque na pauta a partir da I Guerra Mundial (Fonseca, 1983:67), atingindo cerca de 2% do valor total exportado no quinquênio 1926-30, favorecidas pela elevação dos preços (Dalmazó, 1986: Tabela II-2).

No início do século XX, contando com uma legislação federal protecionista, o cultivo do arroz estabeleceu-se em municípios da zona central e do litoral da Lagoa dos Patos, por iniciativa de capitais ligados à pecuária ou ao comércio nesses municípios, onde predominavam as atividades da pecuária e charqueadas. A lavoura do arroz viria a ser a primeira conduzida em moldes capitalistas, como grande lavoura intensiva em capital, caracterizando, ao lado da incipiente indústria, a penetração do capital na esfera da produção.²⁰ O arroz foi o produto que teve a expansão mais significativa nas exportações em todo o período em análise.²¹ Era exportado para os mercados brasileiros e do Prata, mas apesar das participações crescentes nas exportações regionais (alcançando 10,1% do valor total no período 1919-29), o consumo interno sempre predominou na absorção da produção, de modo que nos seis anos de 1925-30 as exportações representaram apenas 24% da produção.

A zona sul do Estado, que abrigava o subsistema econômico apoiado na pecuária, também experimentou transformações importantes no período, embora seus principais produtos de exportação, o charque e os couros, tenham sofrido grande perda relativa no

¹⁹ As quantidades exportadas cresceram de 2,1 milhões de litros em 1905 para 20,8 milhões por ano no período 1927-30, representando um excepcional incremento médio de 10% ao ano (conforme Dalmazó, 1986: Tabelas II-2 e II-27).

²⁰ O arroz era cultivado no final do século XIX, na zona colonial, como pequena produção mercantil não-capitalista, alcançando apenas o mercado estadual. Após a virada do século, o cultivo do arroz no Estado não teve relação com o processo de imigração e com a história colonial. Desenvolveu-se sob proteção tarifária, baseando-se em fortes estímulos de preços e nasceu como uma atividade tipicamente empresarial. Na época em questão, constitui uma “notável e completa exceção” no panorama agrícola do Rio Grande do Sul (Beskow, 1986:41-2). Essa distinção é que nos leva a não incluir o arroz entre os produtos da agropecuária colonial na Tabela 2.

²¹ As quantidades exportadas cresceram rapidamente até 1912 — 9.600%, em comparação com 1901-6 (média) — e mais 740% desde então até 1930 (Dalmazó, 1986: Tabela II-17).

conjunto da pauta. O aspecto menos notável nessas lentas transformações terá sido a mercantilização dos meios de vida na Campanha, atingindo a vida nas estâncias, através da desarticulação de sua produção de subsistência, já afetada pelo declínio do escravismo na segunda metade do século XIX. É provável que a melhoria dos meios de transporte e o desenvolvimento do comércio estivessem paulatinamente tornando anti-econômica a auto-suficiência das estâncias. As cidades da Campanha, outrora ricos povoados de florescente comércio, abrigando os grandes proprietários rurais e suas famílias, passavam a receber os contingentes de homens excedentes na nova vida das estâncias. O cercamento das terras e o transporte ferroviário, ao diminuir as tarefas da criação e movimentação do rebanho, facultaram a redução dos contingentes de peões e tropeiros, cuja relação com o proprietário estabelecia-se cada vez mais sob a forma de assalariamento. Contudo, a maior parte da riqueza do Rio Grande do Sul ainda estava concentrada na Campanha e nas principais cidades do sul.²²

As exportações de charque e de couros não permaneceram estagnadas ao longo da Primeira República, mas apresentaram fraco dinamismo. No que diz respeito às charqueadas, cuja produção fora duramente atingida pela abolição da escravidão, a estagnação das quantidades exportadas foi superada a partir da primeira década do século XX, atingindo seus maiores níveis históricos no período 1921-29.²³ A “estagnação” das charqueadas deve ser considerada em termos muito relativos, no que concerne às exportações regionais, visto que, ao final do período, o charque continuava sendo o principal produto exportado (Tabela 2). A queda do peso do charque na pauta de exportações regionais, embora ensaiada nas oscilações anuais, consumou-se somente a partir de 1918.²⁴ Não obstante o desempenho razoável das exportações, a produção

²² No quadrante sudoeste do território do Rio Grande do Sul situa-se a zona da Campanha, junto à fronteira com o Uruguai. Essa zona abrigava os melhores e mais valorizados campos de pastoreio e rebanhos do Estado. Ali situavam-se oito dentre os 10 municípios com maior rebanho bovino no país em 1920. Também concentrava-se na zona sul a maior parte dos rebanhos ovino e eqüino do Estado (conforme Fonseca, 1983:42-5).

²³ Ver Tabela A-1, no Anexo Estatístico. O período de 1901-13 é de franca recuperação das exportações de charque (quantidades), que alcançam o maior patamar médio anual experimentado até então, superior em 79% ao dos anos 1890-1900 e em 54% à média anual do período de auge das quantidades exportadas no século XIX (1860-9).

²⁴ Conforme os dados de Fonseca (1983:130, Tabela 30). Durante 28 anos, entre 1890 e 1917, a participação do charque no crescente valor total exportado manteve-se entre um terço e um quarto, exceto em seis anos. Com base nos dados de Fonseca (1983:69, Tabela 29), Almeida (1992:560, nota 17) calcula que o valor real das exportações de charque tenha crescido 3,2% ao ano entre 1890 e 1927, enquanto no mesmo período, com o mesmo deflator, calculamos que as exportações totais terão crescido 4,7% ao ano.

permaneceu estagnada, atingindo seu montante máximo (80 mil ton.) em 1912 e mantendo-se a partir de 1922 até o final da década em torno de 70 mil toneladas.

As dificuldades enfrentadas pelo charque estavam vinculadas às mudanças nas condições de mercado, que sempre foi restrito ao Brasil e às Antilhas. Era um bem inferior, consumido pelas populações escravas e, depois, de baixa renda. A proteção à produção nacional frente à concorrência platina, tal como durante o Império, sofria a oposição das classes dominantes das outras regiões, por encarecer a cesta de consumo das populações mais pobres, assalariadas ou “agregadas” (Fonseca, 1983:57-8). Se nos mercados das zonas rurais, onde por muitos anos ainda seria difícil prover a refrigeração de alimentos, o charque manteve seu espaço, nos crescentes mercados urbanos, a dificuldade de ampliação e posteriormente de manutenção do consumo do charque devia-se ao fato de ser um produto em processo de superação tecnológica, com o advento da frigorificação, o que já era claramente percebido à época.

O consumo de charque no mercado regional cresceu 67% entre 1907 e 1927, expansão superior a de 21% alcançada pelas exportações no mesmo período. Essa evolução indica que a expansão da renda interna, devida ao dinamismo das exportações de outros produtos, assegurou a ampliação da demanda local para o charque (Fonseca, 1983:59).²⁵ O maior dinamismo da demanda interna do charque pode ser atribuído à conjuntura dos anos da I Guerra Mundial, quando ocorreu contingenciamento das exportações de alimentos e o seu consumo interno manteve-se em elevado patamar. Como tendência verificada em todo o período assinalado, o crescimento do consumo interno de charque provavelmente reflete também a integração territorial e comercial dos dois subsistemas econômicos regionais.

As exportações de couros, que tiveram grande importância no século XIX, sofreram a maior perda relativa no período em análise. Durante toda a Primeira República essa perda alcançou 20 pontos percentuais no valor total das exportações (Tabela 2). O valor real das exportações de couros caiu muito na primeira década republicana, recuperando-se paulatinamente ao longo das três primeiras décadas do século XX, até igualar-se aos níveis da época do Império.²⁶

²⁵ A proporção do consumo interno sobre a produção total oscilou entre 8 e 18% nos anos de 1907 e 1913, representando em média 14%. No período 1914-18 esse proporção foi de 26% (média), ficando em torno de 20% de 1919 a 1927 (Fonseca, 1983:131, Tabela 32).

²⁶ Veja-se a tabela A-5 do Anexo Estatístico. Naquelas três décadas, os valores exportados mantiveram-se em média em 13 mil contos por ano até 1913, caindo em 1914-15 e recuperando aquele nível anterior até 1918,

As quantidades exportadas de lã, outro produto importante da pecuária sulina, quadruplicaram entre 1907 e 1927, enquanto apenas dobraram as quantidades destinadas ao consumo interno, embora essas tenham sido geralmente superiores àquelas no referido período. Essa expansão reflete o desenvolvimento da indústria têxtil, especialmente a estadual (Fonseca, 1983:61,132).²⁷ O valor das exportações de lã cresceu ainda mais do que as quantidades, devido ao movimento de ascensão dos preços a partir de 1917 (Dalmazo, 1986, Tabela II-12), observando-se um peso crescente desse produto na pauta das exportações regionais.

A produção de lã e de carne frigorificada foi apenas em parte uma alternativa ao charque e aos couros como produtos capazes de dinamizar a economia baseada na pecuária sulina. Aqueles dois produtos somaram 8% dos valores exportados no período 1919-29 (média), o que quase chega a compensar a perda relativa do charque, de 10 pontos percentuais em toda a Primeira República (ver Tabela 2).

A carne frigorificada foi vista como a possível redenção da pecuária, diante da decadência do charque. Através de incentivos fiscais, procurou-se atrair investimentos estrangeiros para a instalação de frigoríficos. Com a eclosão da guerra e a elevação dos preços dos alimentos, capitais estrangeiros instalaram três plantas em 1917.²⁸ Tais investimentos, realizados num período excepcional e preventivamente, não se confirmaram lucrativos após a guerra, quando constatou-se um excesso de oferta no mercado internacional de carnes frigorificadas. Como a produção platina e de outros países apresentasse melhor rentabilidade, as empresas internacionais que controlavam o mercado mundial reduziram a produção gaúcha e converteram parte de sua capacidade instalada para a produção de charque (Brum Torres, 1983:90). Os frigoríficos estrangeiros também ficaram em condições de determinar os preços de aquisição do boi, frustrando as expectativas dos pecuaristas quanto ao papel positivo dos mesmos para sua atividade. A

para subir a partir de então até 1928, refletindo um movimento de elevação de preços. Os valores médios anuais das exportações de couro atingiram 20 mil contos no período 1919-22, elevando-se para 44 mil contos em 1923-30. As quantidades exportadas alcançaram uma média de 26,5 mil toneladas no período 1921-28. Utilizamos somente os dados para couros secos e salgados (Dalmazo, 1986, Tabela II-11).

²⁷ Ao contrário de outros produtos exportados, que tiveram redução ou isenção do imposto de exportação, a lã e outras matérias-primas tiveram suas exportações desestimuladas, pois pagavam mais elevado imposto de exportação, devido à intenção dos governos republicanos estaduais de promover o desenvolvimento da indústria regional (conforme Carvalho; Pereira; Almeida, 1998).

produção, praticamente toda destinada à exportação, começou com 7,4 mil toneladas em 1919 e cresceu para 32,5 mil até 1921, retraindo-se a partir de então até o ano excepcional de 1930, quando atingiu 53,1 mil toneladas e uma participação de 14,5% no valor total das exportações regionais (Dalmazo, 1986: Tabelas II-2 e II-14).

O subsistema econômico do sul do Estado, apoiado na grande propriedade fundiária e na pecuária extensiva, apresentou uma reduzida capacidade de auto-transformação, no sentido de integrar novos ramos de produção agrícola ou industrial, capitalistas ou não (Almeida, 1992:551). A concentração da riqueza e o caráter rentista de sua aplicação retardavam o desenvolvimento capitalista, restringindo as oportunidades de mercado e emprego. Entretanto, a pecuária, a charqueada, a ovinocultura e os frigoríficos foram setores responsáveis por importante volume de produção, expresso pela participação majoritária de seus respectivos produtos no valor total das exportações regionais (Tabela 2). Assim, apesar da distribuição regressiva da renda rural, na economia do sul do Estado desenvolveram-se a urbanização e a acumulação comercial e ampliou-se o mercado local durante a Primeira República (Almeida, 1992:560).

O regime da grande propriedade pastoril continuou estabelecido, permitindo que o setor pecuário mantivesse uma lógica de operação avessa à modernização capitalista, embora já organizado como atividade assalariada. No latifúndio, os estoques de gado em pé podiam ser mantidos e reproduzidos com baixos custos monetários, sendo estabelecida pelos proprietários a quantidade ofertada, com vistas à obtenção de uma determinada renda monetária.²⁹ Assentada sobre o trabalho assalariado, ordenando e estimulando a reprodução natural do rebanho, a pecuária caracterizava-se como atividade capitalista rudimentar, marcada por acentuada imobilização patrimonial, baixo grau de liquidez e um dilatado tempo de rotação do capital. Nessas condições, a modernização representava ampliação dos custos monetários e risco de iliquidez, podendo acarretar perda de rentabilidade ou mesmo a falência, ainda mais em um contexto de incertezas quanto à demanda pelo gado bovino,

²⁸ A intenção de criar-se um frigorífico nacional, com capitais locais, foi malograda, pois a planta instalada por esses capitais também em 1917 teve de ser vendida para estrangeiros, por não apresentar condições de concorrência (Fonseca, 1985:267-8).

²⁹ Conforme Brum Torres (1983: *passim*), que constata a tendência de aumento dos abates quando caem os preços do boi vivo. A pecuária integra-se à economia monetária à jusante, permanecendo parcialmente fora dela à montante, visto que obtém fora do mercado boa parte dos seus “fatores de produção” (Accurso *et alii*, 1968 *apud* Brum Torres, 1983:91-2). Para uma apreciação dos limites da acumulação de capital na bovinocultura de corte do Rio Grande do Sul ver as duas fontes supracitadas.

em vista do declínio do charque, da concorrência platina e do domínio de mercado pelos frigoríficos. Os progressos da pecuária no período consistiram no cercamento dos campos, no combate as pestes e verminoses, na instalação de bebedouros e, eventualmente, em melhoria de pastagens e introdução de matrizes de raça pura. A instalação de charqueadas pelos próprios pecuaristas também foi uma alternativa adotada para melhorar sua posição no mercado. Manifestava-se contudo um conflito entre aumento da produtividade e rentabilidade nas relações de produção da pecuária, embora em meio a um ambiente econômico em processo de modernização capitalista.

As observações que vimos de realizar acerca das exportações e das características do processo de desenvolvimento nos dois subsistema econômicos regionais explicam a mudança notável observada na pauta de exportações, com a ascensão relativa dos produtos da agropecuária colonial e do arroz, em contrapartida ao decréscimo dos produtos da pecuária da zona sul. Na Tabela 2 acima, comparando-se os períodos que correspondem aproximadamente à última década do período imperial e à última década da Primeira República, pode-se avaliar o conjunto das mudanças ocorridas no período.³⁰ O peso relativo do subsistema da pecuária na pauta de exportações decaiu ao longo de todo o período a aproximadamente 60% do que era antes da República. Dentro do período em análise, a maior parte do declínio relativo ocorreu já na primeira década republicana. Igualmente ocorreu nessa década a maior ascensão relativa observada para os produtos da agropecuária colonial na pauta de exportações regionais. Seu peso relativo mais que triplica em cerca de dez anos, mantendo-se nesse patamar, com alternância de produtos, até a última década do período em análise. Com essa performance, a agropecuária colonial atingiu um peso equivalente ao outro subsistema na estrutura da pauta de exportações. A principal mudança que se observou, após a primeira década republicana, foi o surgimento do arroz, simultaneamente à continuidade da queda da importância dos produtos da pecuária sulina no conjunto das exportações.

Outro resultado da análise da evolução da pauta de exportações regionais é a evidência de que a economia pecuário-charqueadora manteve importância, ao lado da

³⁰ Deve-se levar em conta, nessa avaliação, que o período inicial tomado como base na comparação foi desfavorável para as exportações de charque, que experimentaram uma crise nos anos 1880. Assim, é útil considerar que, em anos anteriores a esse “período inicial”, os dois principais produtos da pecuária foram responsáveis por dois terços ou mais do valor total exportado pelo Rio Grande do Sul.

economia colonial em expansão. O charque ainda era o principal produto das exportações regionais ao final da Primeira República.³¹ A análise indica que no final do período havia na economia gaúcha dois subsistemas importantes, apesar da mudança nos seus pesos relativos nas exportações regionais ao longo do período. Isso significa que as bases do mercado regional e da acumulação comercial ampliaram-se muito nessa época, favorecendo o surgimento e o crescimento de uma diversificada indústria de bens de consumo não-duráveis durante a Primeira República.

Conforme veremos no capítulo 3 desse estudo, estabeleceram-se no Rio Grande do Sul diversos ramos industriais no período em análise, além daqueles setores agroindustriais já referidos acima. Os primeiros estabelecimentos industriais de grande porte (com mais de cem operários) foram do ramo têxtil e estabeleceram-se no sul do Estado, devido às vantagens de localização em proximidade ao porto, tanto para o acesso a matérias-primas importadas, quanto para exportar a produção. Nas maiores cidades do sul, Rio Grande e Pelotas, a indústria era mais concentrada e pouco diversificada. No norte, a acumulação de capital comercial esteve na origem da indústria de Porto Alegre, que transcorreu entre 1889 e 1910. Essa indústria produzia uma diversificada gama de bens de consumo, com participação expressiva de muitos pequenos proprietários, voltando-se sobretudo ao atendimento do mercado regional, o que foi possibilitado pela integração do território estadual, cuja efetivação trataremos de evidenciar adiante.

A mudança do peso econômico relativo dos dois subsistemas regionais, que transpareceu na pauta de exportações, também pode ser verificada pela evolução demográfica. Segundo uma divisão regional em três zonas, proposta por Bandeira (1994:33), as zonas norte e nordeste detinham 48% da população em 1890, passando essa participação a 59% em 1920. De 1890 a 1900, as taxas geométricas anuais de crescimento demográfico no norte e no nordeste foram da ordem de 3,3%, enquanto no sul foi de apenas 1,8%. De 1900 a 1920, destacou-se a evolução demográfica do norte, que era a zona das

³¹ Esse resultado difere apenas em parte da interpretação de Pedro Fonseca (1983), que organizou os dados de outro modo e parece superestimar a estagnação do sul, especificamente no tratamento dado às exportações de charque e couros (1983:57-61) e principalmente através da Tabela 29 (p.69), que peca pela inclusão do arroz entre os produtos da agropecuária colonial, pela ausência da lã entre os produtos do sul, além do procedimento inadequado de utilizar dados referentes a anos isolados para avaliar a estrutura da pauta, quando eram importantes as oscilações anuais nas séries dos valores exportados por produto.

colônias novas, apresentando uma taxa anual de 4,8%, a única superior à média.³² O processo de urbanização já estava em curso, embora fosse ainda incipiente. Bandeira assinala para 1920 uma parcela urbana da população estadual de 26,4%, sendo tal parcela maior no nordeste do Estado, onde atingia 37,4%. No mesmo ano, apenas Porto Alegre tinha uma população superior a 100 mil habitantes, mas a capital apresentava um crescimento mais acelerado que o conjunto da região, aumentando seu peso na população estadual de 6,4% para 8,2%, entre 1900 e 1920 (FEE, 1986:187).

Também durante a Primeira República constituíram-se ou expandiram-se os bancos regionais, com capital de proprietários nacionais, que eram os maiores desse gênero no País. Em 1920, o Rio Grande do Sul possuía mais bancos controlados por brasileiros que as demais economias regionais importantes (Love, 1975). Por não estar voltada para o mercado externo, a economia gaúcha não atraiu casas bancárias estrangeiras, que tiveram importante presença em São Paulo e no Rio de Janeiro.³³ Não obstante, capitais locais constituíram expressivos bancos regionais que deram suporte às atividades produtivas e comerciais no Rio Grande do Sul (Lagemann, 1999, 1985). O sistema bancário regional detinha forte credibilidade e somente veio a ser abalado com a crise instalada a partir de 1929 (Franco, 1983:146). Antes disso, em 1928, o governo estadual instituiu um banco público, com caráter de banco de desenvolvimento (Love, 1975).

A conjugação de dois subsistemas econômicos fazia da economia gaúcha a segunda ou terceira economia regional de maior peso no país, após a economia paulista. O Rio Grande do Sul era a quarta unidade federada em tamanho da população, com 7,1% da população nacional (após Minas Gerais, São Paulo e Bahia), mas respondia por aproximadamente 11,4% do valor bruto da produção agrícola e industrial nacional em 1920 (Love, 1975:118). Nesse valor, ocupava a terceira posição nacional, com cerca 0,8 milhão de contos, após São Paulo e Minas Gerais, cujos valores eram cerca 2,1 milhões e um milhão de contos, respectivamente (o Distrito Federal e o Rio de Janeiro, somados, atingiam 1,1 milhão). Considerando o valor da produção agrícola e industrial per capita, o

³² Adotando outra divisão regional (Serra, Campanha e Litoral), Love obtém resultado semelhante: a Serra amplia sua participação de 42% para 50%, entre 1890 e 1920, com uma taxa geométrica anual de 3,6% no período. Enquanto o Litoral mantém sua participação, a Campanha decai de 25% para 20%, com sua população crescendo a uma taxa de 2,2% ao ano, sendo a média estadual de 3% (Love, 1975:138).

Rio Grande do Sul detinha a segunda posição, com 376 mil réis, atrás de São Paulo, com 587 mil réis, e à frente de Minas Gerais, com 178 mil réis (Love, 1975:117).

A importância de sua produção primária colocava a economia gaúcha em posição de destaque nacional em 1920. Era a segunda economia regional quanto ao valor das propriedades rurais, também após São Paulo, sendo Minas Gerais a terceira (embora com quase o dobro da área) (Love, 1975:117). Quase metade dos tratores existentes nos estabelecimentos agrícolas brasileiros em 1920 estavam no Rio Grande do Sul, que detinha o dobro de São Paulo. O número de arados era 2,6 vezes o número existente em São Paulo (Cano, 1985:359). Apesar do caráter diversificado da produção primária e agroindustrial gaúcha, o Rio Grande do Sul era o primeiro produtor nacional de trigo, batata-inglesa, vinho, mel e cera, o segundo em fumo e farinha de mandioca, e o terceiro em arroz, feijão e milho (Fonseca, 1983:50). Na pecuária, o Rio Grande do Sul detinha os maiores rebanhos bovino (25% do nacional), ovino (58,7%) e eqüino (27%), e o segundo maior rebanho suíno (21%), observando-se o quase monopólio regional da produção de lã (97%) (Fonseca, 1983:42-9).

Na indústria, em 1920, a posição do Rio Grande do Sul também era destacada, pois em valor da produção era superado apenas por São Paulo e Distrito Federal (Love, 1975:136). Considerando os capitais investidos na indústria, um terço do total nacional estava em São Paulo, ocupando o Rio Grande do Sul a segunda posição, com 12% (Idem, 117). No mesmo ano, a economia gaúcha ocupava a terceira posição nacional quanto ao valor das arrecadações estaduais, após São Paulo e Minas Gerais.

Há evidências não apenas de que o Rio Grande do Sul possuía uma economia dinâmica, como também de que essa economia adquiria importância cada vez maior em nível nacional (Love, 1975:138). No final do período, a economia regional achava-se em nítida expansão e provavelmente a produção gaúcha estivesse superando a de Minas Gerais nos anos 20, pois a arrecadação estadual gaúcha em 1930 passou para a segunda posição nacional. Mesmo em 1920, a arrecadação federal no Rio Grande do Sul já ultrapassava a de Minas Gerais (Idem, 117,137). Apesar de considerar precárias as informações comparativas sobre produção econômica, Love assinala que a “posição relativa do Rio Grande melhorou

³³ Em São Paulo, os bancos de origem estrangeira desempenhavam um papel decisivo para a economia regional. No Rio Grande do Sul, os depósitos em bancos estrangeiros representavam apenas 9% dos depósitos totais em 1920. Na cidade de São Paulo, respondiam por cerca de 2/3 dos depósitos totais. (Love, 1975:136-7)

claramente durante a República Velha”, passando o valor da produção agrícola da sexta posição nacional em 1886, para a terceira em 1920 (1975:133).

1.3. Delimitação e integração do mercado regional

Durante a Primeira República, a economia gaúcha experimentou três importantes mudanças nas condições relativas ao fluxo de mercadorias dentro do território e ao intercâmbio com os mercados externos à região. Em primeiro lugar, foram estabelecidas nesse período as condições objetivas para a articulação interna dos dois subsistemas da economia regional. A segunda mudança foi a delimitação da fronteira econômica da região, através do combate ao contrabando, deslocando-se significativamente a produção e o comércio da fronteira sul das suas vinculações com a praça e o porto de Montevideú para uma posição tributária do Estado regional e vinculada às praças de Rio Grande e Porto Alegre. A terceira mudança foi a melhoria nas ligações externas, através da conexão ferroviária com São Paulo em 1910 e da liberação da barra do porto de Rio Grande para navios de grande calado em 1918, que permitiu um grande impulso para as transações externas da economia regional. Vejamos com destaque as duas primeiras mudanças, a começar com a delimitação da fronteira econômica regional.

Desde o período imperial, a produção e o comércio da fronteira estadual, no oeste e no sudoeste, vinculavam-se com os mercados externos acessando pelo rio Uruguai ou por via ferroviária ao porto de Montevideú, que apresentava melhores condições naturais e alta qualidade física em comparação com o porto de Rio Grande. Esse era de acesso difícil e perigoso, que obrigava o uso de embarcações menores, acarretando maiores custos de fretes e seguros que no porto de Montevideú. Além disso, o Uruguai seguia uma política livre-cambista e os baixos tributos beneficiavam as importações, que pela fronteira penetravam no mercado gaúcho, sem condições de concorrência para o comércio legal (Franco, 1983:73, *passim*). Nos anos 1880, ocorreu o estabelecimento de ligações ferroviárias desde o porto de Montevideú até a fronteira do Rio Grande do Sul, em vários pontos, com o objetivo explícito de encaminhar mercadorias estrangeiras que entravam por Montevideú para o mercado sul-rio-grandense. Essa articulação física das praças da fronteira (Bagé, Livramento e Uruguaiana) com Montevideú deu-se muito antes da sua integração ao sistema ferroviário estadual (Franco, 1983:74; Targa, 2000).

Assim, a situação estabelecida ao final do Império colocava grande parte do mercado gaúcho na zona de influência do comércio importador de Montevideu, cujo porto também era o caminho de saída de parcela importante da produção regional. As casas comerciais estabelecidas nas praças do leste gaúcho (Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas) consideravam crítica a situação, colocando-se em conflito com os comerciantes das cidades da fronteira, associados aos capitais uruguaios. A repressão ao contrabando era difícil e ineficiente, pois o mesmo encontrava apoio nas influências locais. O contrabando era atividade econômica importante, afetando direta ou indiretamente a vida de toda população fronteiriça, através da geração de empregos, do fornecimento de bens de consumo e do aporte de crédito (Franco, 1983:75; Targa, 2000).

Em tese, o problema teria duas soluções possíveis. Dadas as diferenças dos direitos aduaneiros estabelecidos, cumpria melhorar as condições de transporte interno e portuárias da economia gaúcha, paralelamente à repressão ao contrabando, opção considerada difícil e custosa. A alternativa seria estabelecer para o Rio Grande do Sul direitos aduaneiros diferenciados dentro do território nacional, com uma tarifa especial de importação que permitisse ao comércio regional competir com as mercadorias ingressadas a partir do Uruguai.

Esse segundo caminho foi tentado durante o Império. A primeira vez, em 1878, quando se estabeleceu uma tarifa especial para o Rio Grande do Sul, atendendo-se ao privilégio pleiteado pelos comerciantes gaúchos. A nova situação durou poucos anos, pois o Uruguai reagiu, adotando direitos aduaneiros ainda mais favoráveis e desequilibrando novamente a balança em favor de Montevideu (Franco, 1983:76-8). Uma segunda tentativa ocorreu em 1889, quando o Governo imperial estabeleceu uma nova tarifa especial, atendendo à mobilização do comércio das três praças do leste. A abrangência da nova tarifa especial tornava o Rio Grande do Sul quase uma zona de livre comércio, ameaçando o desenvolvimento da indústria regional.

A nova tarifa especial durou poucos meses, pois foi rejeitada pelos governos republicanos. A partir de então, o combate ao contrabando avançou muito, tendendo a enquadrar a produção e o comércio da fronteira como tributárias do Estado regional e deslocando para as vias internas o fluxo de mercadorias. Nos anos 1890-1, prazo durante o qual a tarifa especial foi abolida de modo progressivo e rápido, foi muito intensa a

repressão ao contrabando.³⁴ A ascensão dos republicanos ao governo do Estado produziu grandes alterações na ocupação de cargos públicos, atingindo inclusive as autoridades fiscais na fronteira, como os cargos de administração das mesas de renda. Foram estabelecidas zonas de circulação limitada para mercadorias provenientes do Uruguai e foi nomeado um delegado especial para reprimir o contrabando. Desse modo, a supressão da tarifa especial era compensada pela repressão. As medidas tiveram resultado efetivo, pois as casas importadoras de Bagé e Livramento começaram a se transferir para o leste, enquanto registravam-se falências entre as casas importadoras uruguaias vinculadas ao comércio com o Rio Grande do Sul (Targa, 2000).

No final do século XIX, como houvesse descontentamento com a fraca repressão exercida pelos órgãos federais ao contrabando na fronteira do Estado, o Governo estadual negociou convênio com a União, pelo qual as tarefas de repressão passavam a ser exercidas pelas autoridades estaduais. Um decreto estadual criou em 1899 a Inspetoria Fiscal para Repressão do Contrabando na Fronteira, com dotação orçamentária própria, contando também com a colaboração da praça de Porto Alegre, que cedeu recursos durante dois anos (Franco, 1983: 105-6).

É comum a idéia de que o contrabando “jamais foi reprimido com eficácia” (Franco, 1983:106). De fato, as operações relativamente onerosas do porto de Rio Grande e das ferrovias sul-rio-grandenses fizeram com que Montevideu ainda tivesse papel importante para as exportações de charque gaúcho nos anos 20 (Love, 1975:133). Contudo, se o contrabando foi uma constante, é inegável que houve uma alteração importante com o advento da República. “A ação dos republicanos estabeleceu a linha de fronteira do mercado regional, fazendo com que parte importante da produção e do consumo estaduais deixassem de estar sob influência do comércio de Montevideu” (Targa, 2000:105). Delimitou-se o espaço do mercado interno regional e com isso o campo de ação para a reprodução dos capitais regionais.

Paralelamente a esse processo, o desenvolvimento dos transportes no Rio Grande do Sul integrou o mercado regional. A conjugação dos dois subsistemas econômicos, que até o início da era republicana fora uma simples agregação de pautas produtivas circunscritas na

³⁴ O ministro da fazenda, Rui Barbosa, endureceu as penas e procedimentos contra os contrabandistas, afirmando que a “desigualdade no pagamento dos impostos em favor de um Estado indicava apenas a impotência do governo para lutar com criminosos dignos de severa repressão” (Franco, 1983:96).

mesma unidade territorial-administrativa, materializou-se em patamar superior ao longo da Primeira República. Viabilizaram-se então as condições objetivas para a circulação de mercadorias entre todas as partes do território gaúcho, através das vias de transporte fluvial e ferroviária. Essa integração dos mercados locais num único mercado regional conectava subsistemas econômicos e partes do território que até então possuíam poucas vinculações internas, pois suas atividades econômicas dinâmicas estavam voltadas para atender uma demanda externa. Superava-se o isolamento histórico dos dois subsistemas, significando a ampliação do mercado para as muitas atividades que atendiam à demanda interna, como a agricultura, a agroindústria de alimentos e outros ramos da indústria. Foi devido a essas condições que parte expressiva da indústria regional desenvolveu-se suprimindo um mercado anteriormente atendido por produção artesanal.³⁵ Cumpre afirmar nossa proposição descrevendo como se processou objetivamente a referida integração do mercado regional.

A acumulação de capital na região viabilizou a implantação da navegação comercial. As ferrovias apoiaram-se indiretamente nesse processo, pois foram construídas pelo capital estrangeiro, com garantias de juros pelo Estado, ou construídas diretamente pelo mesmo em alguns trechos. Durante a Primeira República, a integração espacial fez-se através do desenvolvimento de uma rede fluvial operada comercialmente e da implantação de novos trechos e ligações da rede ferroviária, cabendo um pequeno papel para as vias rodoviárias (Ferreira Fº, 1960; Almeida, 1992).

Ao final do século XIX, destacava-se a importância do porto de Porto Alegre, atendido por diversas companhias de transporte de passageiros e de cargas, com destino e origem externos ao território estadual. As rotas da Lagoa dos Patos estavam iluminadas por faróis e havia balizas tanto na lagoa como no Lago do Guaíba, sendo os canais de navegação submetidos a freqüentes dragagens (Franco, 1983:130). A capital do Estado era o ponto de encontro entre a navegação marítima e a fluvial. Porto Alegre estava ligada intensamente, através da rede de navegação fluvial, aos portos dos rios Jacuí, Taquari, Caí e dos Sinos, que deságuam na bacia do Guaíba. O porto da capital, entretanto, ainda possuía

³⁵ Essa proposição é inspirada (paradoxalmente, como veremos) pelo ensaio de Paul Singer (1984), que apresenta uma interpretação da formação da indústria brasileira, apontando como uma de suas vias a substituição de produção artesanal por produção fabril. Essa via seria favorecida pela integração de mercados locais num único mercado regional, o que teria sido possível pela ampliação da rede de transportes, fato observado nas economias agroexportadoras brasileiras e também no extremo sul, devido ao peso de sua produção de “exportação” para o mercado nacional.

uma estrutura muito simples, de trapiches construídos e explorados por particulares, avançando rio adentro, que dificultavam a carga e descarga de mercadorias.

As melhorias vieram após 1914, com a centralização dos serviços portuários e o início das obras públicas para a construção de um porto moderno. O projeto inicial teve sua extensão ampliada em três vezes, concluindo-se a primeira etapa em 1921 e em 1927 uma segunda etapa, chegando-se então ao tamanho originalmente projetado. Embora as obras tenham prosseguido após essa data, já era então um porto digno desse nome (Franco, 1983:133).

Em 1918, estabeleceu-se a passagem regular de barcos oceânicos de grande calado pela barra de Rio Grande. A abertura da barra rompeu o ponto crítico de estrangulamento da economia estadual (Franco, 1983: 135), facultando o intenso crescimento das transações externas nos anos 1920.

As ferrovias começaram a ser construídas na década de 1870. Objetivos principalmente estratégicos, mas também comerciais, definiram o traçado dos ramais ferroviários (Franco, 1983:86,107; Almeida, 1992:564). A partir de então, seguiu-se a construção de cinco ramais ferroviários, em sua maior parte já estabelecidos nos anos 1890, estando todos interligados até 1910. Em 1930, o Rio Grande do Sul possuía a terceira malha ferroviária do país (Love, 1975:118). Vejamos como se processou no tempo o avanço do traçado e as conexões entre os ramais ferroviários.

Dentre os cinco ramais, dois situam-se na metade norte do território, outros dois no sul e um é central, cortando o território estadual de leste a oeste. O primeiro a ter sua construção iniciada, indicativa de qual era o setor dinâmico da economia gaúcha, foi o ramal ligando Porto Alegre a São Leopoldo (1874) e em seguida a Novo Hamburgo (1876), subindo a serra do nordeste. O segundo ramal, iniciado em 1877, foi o central, que cortava o território no sentido leste-oeste (de Porto Alegre a Uruguaiana), traçado estabelecido com o objetivo estratégico de alcance da fronteira. Esse ramal atingiu em 1884 a Santa Maria (no centro do território estadual), completando-se em Uruguaiana em 1907. O terceiro ramal partia de Santa Maria em direção ao norte, subindo o Planalto e alcançando Cruz Alta em 1894, e em 1910 a Erechim e a conexão inter-regional com a ferrovia para São Paulo (Franco, 1983; Roche, 1969). O quarto ramal, iniciado em 1881, ligou a cidade mais importante da Campanha, Bagé, ao porto de Rio Grande e a Pelotas em 1884. Um quinto

ramal, margeando a fronteira oeste, havia ligado Uruguaiana a Quaraí e à ferrovia uruguiaia (caminho para o porto de Montevideú) em 1887, chegando a Itaqui em 1888 e a São Borja em 1913. O quarto ramal foi ligado ao segundo e ao terceiro em 1900, completando-se o circuito centro-sul e fazendo de Santa Maria o centro ferroviário do Estado, conectado ao sul, ao norte e à capital. Em 1907, quando o segundo ramal, então já conectado ao quarto, chega a Uruguaiana, também o quinto ramal conecta-se ao conjunto da rede estadual (Singer, 1977:159-60,168; Roche, 1969:64; Franco, 1983:107-8).

Segundo essa descrição, não nos parece correta a afirmação de Singer (1977) de que foram estabelecidas “duas redes ferroviárias”, uma a partir de Rio Grande e outra a partir de Porto Alegre. Isso seria a expressão de uma dicotomia entre duas economias que permaneceriam separadas.³⁶ Não deve surpreender o fato de que os ramais ferroviários viessem a confluir no sudoeste do Estado, encontrando-se “perfeitamente separados no leste”, visto que o leste sempre esteve conectado através da navegação pelo “mar interior” da Lagoa dos Patos, vinculando Porto Alegre a Rio Grande. É preciso levar em conta que, quando as ligações ferroviárias foram projetadas e construídas, a economia das colônias, através de Porto Alegre, já estava articulada com o porto de Rio Grande pela navegação fluvial e marítima (dos rios à grande lagoa). Assim, a ausência de uma ligação ferroviária direta dos “centros de colonização” a Rio Grande parece justificada, embora seja assinalada por Singer (1977) como economicamente inviável, índice de isolamento dos dois subsistemas econômicos.³⁷ Singer entende que a rede ferroviária foi projetada segundo as linhas de comercialização de duas economias estanques. O traçado em parte correspondeu às linhas de comercialização dos dois subsistemas econômicos (dois ramais seguem rumo ao norte, dois ramais estendem-se pelo sul), mas o ramal ferroviário central, que faz a ligação da capital à fronteira oeste e desse modo a interligação de todos os demais ramais, foi projetado com objetivos estratégico-militares.

³⁶ A proposição de que o mercado regional gaúcho integrou-se nesse período opõe-se à interpretação clássica de Paul Singer (1977), segundo a qual os dois subsistemas econômicos da região teriam permanecido isolados durante a Primeira República. Nesse aspecto, estamos mais conformes ao enfoque de Barros de Castro (1971:57), que diverge da interpretação de Singer, ao assinalar a existência de vínculos econômicos importantes entre os dois subsistemas.

³⁷ Tal ligação ferroviária direta haveria necessariamente de seguir um traçado paralelo à Lagoa dos Patos. Há um equívoco na referência de Singer aos “centros de colonização” que poderiam ter sido ligados diretamente ao porto de Rio Grande, pois dois dentre os municípios citados (Santa Maria e Cachoeira), além de Santa Cruz, não pertencem a zona de colonização. Ademais, através de Santa Maria havia ligação ferroviária com Rio Grande, a partir de 1900, conforme a descrição anterior.

Foi principalmente o subsistema econômico assentado na lavoura das colônias que se beneficiou da ampliação do mercado regional que aquela integração favorecia. Dada a característica da sua produção agrícola, agroindustrial e fabril, voltada para bens de consumo, os produtores regionais passavam a atingir o conjunto do mercado estadual. Essa integração do território também ampliava as oportunidades para exportar, beneficiando principalmente as colônias novas, estabelecidas no período republicano, no quadrante noroeste do Rio Grande do Sul (Fonseca, 1983; Roche, 1969). Segundo Singer, “o impacto da estrada de ferro sobre as colônias, principalmente as que não se localizavam junto ou próximo a cursos navegáveis, dificilmente pode ser superestimado” (1977:160).

Os serviços de transporte ferroviário não acompanhavam a expansão da economia, sendo freqüentes as queixas quanto aos atrasos, à falta de vagões e aos custos dos serviços. As reclamações perduraram até 1920, quando ocorreu a encampação dos serviços ferroviários pelo Governo do Estado. Até a década de trinta, a nova administração correspondeu às expectativas, melhorando consideravelmente a qualidade dos serviços (Franco, 1983:110).

1.4. A transformação e o movimento da economia gaúcha

Vimos que a economia regional assumiu progressivamente uma nova configuração no período da Primeira República, alterando-se sua estrutura de oferta. Essa nova configuração da economia regional é em parte expressa pela mudança na pauta de exportações, que decorreu principalmente da emergência de um novo subsistema econômico, baseado na agropecuária colonial, que adquiriu peso equiparável ao do sul nas exportações. A mudança também decorreu do surgimento de um novo setor produtivo, a lavoura capitalista do arroz, que pode ser considerado como um desdobramento do capital comercial baseado na economia pecuário-charqueadora.

Na nova configuração que a economia regional assume, com a perda do predomínio pastoril em função do desenvolvimento da agropecuária colonial, é nítido o papel dinâmico desempenhado pelo subsistema do norte.³⁸ A maior parte dos produtos que tiveram as

³⁸ Com o estabelecimento das colônias novas no Planalto e nas Missões, a economia agropecuária colonial experimentava ainda sua expansão também geográfica nos sentidos norte e noroeste do território estadual, partindo das colônias antigas estabelecidas no período imperial. Se subdividirmos a metade norte do território estadual entre as colônias antigas (nordeste) e novas (norte e noroeste), observaremos que nessa última porção geográfica do território estadual encontrava-se provavelmente a maior taxa de expansão das atividades

maiores taxas de crescimento de produção e exportações no período pertence ao subsistema econômico do norte.³⁹ Por outro lado, é notável a permanência da pecuária como atividade primária básica para uma parcela importante da produção estadual (além do charque, as carnes frigorificadas e em conserva, a lã e os couros, o beneficiamento desse, para produção de calçados e outros itens). Essa permanência revela uma insuspeitada resistência à crise da atividade pecuária, sem alteração de seu caráter extensivo.⁴⁰

Para Pedro Fonseca, a mudança na pauta de exportações é a expressão do deslocamento da “hegemonia econômica” do sul para o norte na economia gaúcha, durante a Primeira República (1983:26,62-3). Entretanto, pensamos que, antes da integração do mercado regional pelas ferrovias em combinação com as vias fluviais, não poderia existir propriamente uma “hegemonia econômica”. Isso porque os dois subsistemas desenvolviam-se em paralelo, com vínculos principais e quase únicos com o “exterior”, conforme assinalava Singer (1977). Assim, a situação observada até o final do Império era de simples predomínio do subsistema baseado na pecuária sulina, que praticamente caracterizava o conjunto da economia regional.

Pensamos que, durante o período em análise, o predomínio econômico passou para o subsistema do norte, baseando-nos não apenas na evolução da pauta de exportações. Essa, por si só, revela que os setores do norte eram os setores dinâmicos da economia regional, através dos quais principalmente se transmitiam os impulsos econômicos dinâmicos derivados das exportações. Porém, além das exportações, cabe considerar o maior peso do mercado regional para a absorção da produção do norte que para a produção do sul. Todos os produtos da agropecuária colonial, com exceção da banha a partir de 1919, possuíam no

econômicas no conjunto do território gaúcho nas primeiras décadas do século XX, como fica sugerido pelas estatísticas demográficas (melhor analisadas no capítulo 3).

³⁹ Fonseca também assinala que o dinamismo da economia estadual no período foi conferido pela agropecuária colonial, indicando que todos os novos municípios então criados são da metade norte do território estadual (1983:70). Porto Alegre tornou-se o principal pólo econômico, observando-se a decadência relativa de Rio Grande e Pelotas. A participação de Porto Alegre no total das arrecadações municipais era de 20% em 1912, alcança 30% em 1917 e chega a mais de 40%, após 1925 (1983:68,138, Tabela 44).

⁴⁰ De fato, desde o século XIX e ao longo do século XX, a pecuária, sempre em crise, parece indestrutível. Seria o caso de se indagar por que a crise não destrói essa atividade, por que ela não se torna uma ramo da “indústria”, por que apresenta tanta dificuldade em se modernizar, por que os métodos e os agentes não são substituídos. A resposta está além — ou aquém — da lógica mercantil e capitalista. Pensamos que a resistência da pecuária extensiva deve-se a fatores institucionais, como as relações de propriedade, e culturais, secundados por uma inserção mercantil que garante a renda dos proprietários. Tais reflexões nos foram sugeridas pelo professor Cláudio Accurso. Ele sugere que, na história econômica do Rio Grande do Sul no

mercado interno à região sua mais importante parcela de vendas. O mesmo não ocorria com o charque e com os couros, que destinavam-se basicamente às exportações, apesar de que para esses produtos e a lã cresceu a importância absoluta do consumo interno no período. Levando-se em conta o conjunto da produção estadual, é provável que o peso do subsistema econômico da agropecuária colonial tenha se tornado maior que o do outro subsistema.

Entretanto, ao final do período, já estabelecidas as bases físicas para a integração econômica do conjunto da região, é razoável argumentar que, mais do que um predomínio, tenha se estabelecido uma “hegemonia econômica” do norte. Mesmo antes da virada do século, o subsistema econômico da agropecuária colonial devia garantir o abastecimento de seus produtos (alimentos) não apenas na zona colonial (como produção para auto-consumo) e em suas cidades, especialmente Porto Alegre, mas também, através da ligação desta com Rio Grande, na zona sul do mercado regional, pelo menos parcialmente.⁴¹ Com a integração espacial do território estadual, através da conexão dos ramais ferroviários, o alcance da produção colonial sobre o mercado regional ampliou-se. Uma produção primária, mas também da indústria que se constituía em Porto Alegre e outras cidades da zona colonial, cujo mercado era fundamentalmente o do conjunto da região. O dinamismo expressivamente superior das exportações vinculadas à agropecuária colonial, combinado à diversificação e especialização produtivas a partir da pequena propriedade, determinaram a expansão dos mercados locais, favorecendo o posterior avanço sobre o mercado interno regional. Nesse sentido, de ter uma produção que encontra no mercado regional sua principal base, e também pelo seu papel dinâmico, o subsistema econômico do norte assumiu posição “hegemônica” na região, ao longo da Primeira República.⁴²

século XX, a pecuária cumpriu o papel de estabilizador da renda regional, enquanto os setores econômicos vinculados ao subsistema do norte cumpriram o papel dinamizador.

⁴¹ Segundo Antônio Barros de Castro, um visitante europeu observou, já nos primeiros anos do século XX, que a Campanha “se torna cada vez mais tributária da região colonial, que lhe envia seus produtos por água através da lagoa” (Pierre Denis, *Le Brésil au XX siècle*, Paris, 1910, *apud* Castro, 1971:57). O viajante também assinalou outras importantes vinculações econômicas entre a zona colonial e a da pecuária sulina, particularmente o processamento industrial na primeira de matérias-primas produzidas na segunda.

⁴² O dinamismo e as dimensões da economia gaúcha resultam de uma notável configuração espacial interna das atividades econômicas no território estadual que pode ser descrita como segue. Ao mesmo tempo em que o conjunto da economia gaúcha ao final do século XIX representava a agregação das pautas produtivas de dois subsistemas econômicos já estabelecidos no sul e no nordeste (colônias antigas), nas primeiras décadas do século seguinte havia ainda uma terceira zona onde o crescimento econômico provavelmente superava o observado nas duas zonas anteriores.

Essas transformações produtivas repercutiram no movimento do conjunto da economia estadual, possibilitando tanto um crescimento excepcional das exportações, quanto uma ampliação do mercado interno. O desenvolvimento dos transportes ampliou os vínculos com os mercados externos, favorecendo nesse sentido ambos os subsistemas e o conjunto das exportações regionais. Uma primeira aproximação do movimento da economia gaúcha pode ser estabelecida a partir de uma análise do desempenho das exportações e dos saldos comerciais. Posteriormente, tratamos de completar a caracterização desse movimento considerando o papel do mercado interno à região.

A análise das exportações e dos saldos comerciais foi realizada dividindo-se a Primeira República em quatro subperíodos. A Tabela 3 indica que nos anos 1891-1900 houve uma pequena ampliação do valor real das exportações, que estiveram em média 23% acima dos valores observados no decênio anterior, marcado pela crise das exportações de charque e couros. Mas o maior dinamismo do comércio exterior transcorreria após a virada do século.

Tabela 3
Evolução das Exportações e Saldos Comerciais
do Rio Grande do Sul, por subperíodos, 1880-1929

Subperíodos	Evolução Real da Exportações				Saldos Comerciais Médios (3) (relação X / M)
	Variação ponta a ponta (1)		Médias por Subperíodo		
	Total (%)	Ao ano (2) (%)	Valores (em contos de 1929)	Variação (%)	
De 1880 a 1890	-2,6	-0,3	107.813	---	n.d.
De 1891 a 1900	19,1	1,8	132.553	22,9	n.d.
De 1901 a 1913	138,3	6,9	221.544	67,1	1,58
De 1914 a 1920	-38,0	-6,6	220.382	-0,5	1,99
De 1921 a 1929	181,1	12,2	375.833	70,5	0,79
De 1901 a 1929	315,4	5,0	269.146	---	1,44

Fonte e deflator: ver Tabela A-3, no Anexo Estatístico

Notas: (1) A base é o ano imediatamente anterior ao primeiro do subperíodo em foco, exceto para o primeiro subperíodo (base é 1880); (2) Taxa média geométrica; (3) Média das relações entre os valores exportados e os importados, observadas em cada ano do subperíodo.

Desde então, até 1929, evidenciou-se um crescimento real das exportações gaúchas da ordem de 5% ao ano. Os dados indicam que o dinamismo dessa economia regional foi excepcional, pois, no mesmo período, o Produto Interno Bruto brasileiro cresceu em média 4,6% ao ano, enquanto as exportações brasileiras, 3,7% a.a.⁴³ A principal economia regional brasileira, a paulista, possuía uma massa econômica de cerca de 2,5 vezes a da economia gaúcha, mas suas exportações internacionais, aproximadamente no mesmo período (1901-1928), cresceram apenas à taxa média anual de 3,3%, enquanto suas exportações totais terão crescido, no máximo, a uma taxa média de 4,4% a.a.⁴⁴

Nas três primeiras décadas do século XX as exportações gaúchas experimentaram duas fases de crescimento, intercaladas por uma fase de retração. Até 1913, as exportações apresentaram um acentuado dinamismo, com um crescimento real de 6,9% ao ano, de modo que, no subperíodo 1901-13, a média dos valores reais exportados superou a média do subperíodo anterior em 67%. A balança comercial foi positiva em todos os anos e, segundo a média dos saldos anuais, as exportações superaram as importações em 58%. O desempenho das exportações gaúchas provavelmente também decorreu das melhorias no transporte de navegação por cabotagem após 1900, assinaladas por Tejo (1939), bem como da política dos governos estaduais de estímulo às exportações através de isenções fiscais.

Após 1913, observa-se uma evolução negativa das exportações até 1920. O advento da guerra na Europa e suas repercussões sobre a economia nacional afetaram às exportações gaúchas, que decaíram em média 6,6% ao ano.⁴⁵ Além disso, durante a guerra, especialmente nos anos 1914-16, estabeleceu-se uma situação singular para o comércio regional, pois as exportações de produtos alimentares foram proibidas ou contingenciadas por decretos do governo estadual, que visava a assegurar o abastecimento local numa época

⁴³ Dados em Abreu (org., 1992), Anexo Estatístico, colunas 1 e 7.

⁴⁴ Dados brutos em Almeida (1992:573), aplicando-se o mesmo deflator utilizado para os dados das exportações gaúchas. Não dispomos dos dados para exportações totais de São Paulo, mas apenas uma informação incompleta sobre a proporção das exportações internacionais no total (Cano, 1977, tabela 36). Para chegar à taxa de 4,4% a.a., supomos que essa proporção tenha sido de 80% em 1901 e caído para 60% em 1928, o que provavelmente superestima o crescimento do valor das exportações totais da economia regional paulista.

⁴⁵ A deflagração da guerra em julho de 1914 agravou a crise internacional que se iniciara em 1913 e que já havia atingido a economia brasileira pela brusca redução nos preços de seus principais produtos de exportação. Esses preços caíram a níveis extremamente baixos, o que exerceu forte efeito depressivo sobre a economia brasileira, caracteristicamente agroexportadora (Vilella, Suzigan, 1973:135-40).

de escassez e carestia.⁴⁶ Em 1917, as exportações voltaram a crescer, de modo que, na média dos anos 1914-20 verificou-se o mesmo patamar anual para os valores exportados observado no subperíodo anterior. Apesar de as exportações terem permanecido, em média, estagnadas, os saldos comerciais foram positivos em todos os anos. Tais saldos foram ainda mais favoráveis que nos anos anteriores, com as exportações superando em 99% em média às importações, que se viram muito mais afetadas pela conjuntura de guerra.

As taxas de crescimento das exportações gaúchas colocam em questão o seu papel subsidiário da economia cafeeira, especialmente de São Paulo, pois, de 1901 a 1921, as exportações totais do Rio Grande do Sul tiveram um crescimento 45% superior ao das exportações internacionais daquela região.⁴⁷ Caso houvesse uma relação estreita e direta entre o desempenho das exportações gaúchas e as exportações cafeeiras, seria de se esperar que a economia gaúcha tivesse seu crescimento restringido, durante a fase depressiva do primeiro “ciclo longo do café” (entre 1899 e 1918) (Mello, 1982:123). Além disso, seria provável que a economia gaúcha fosse prejudicada em seu crescimento nesse período, como presumiu Antônio Barros de Castro (1971:84,122-4), pela diversificação da agricultura paulista então ocorrida, desfazendo a divisão regional do trabalho anterior a 1900. Entretanto, a crise do café do início do século não impediu o crescimento da economia brasileira, cujo Produto Interno Bruto expandiu-se em 111,7%, superando em 16% o crescimento das exportações gaúchas (de 1901 a 1921) e indicando que o desempenho dessas últimas vinculava-se mais estreitamente ao dinamismo do conjunto da economia nacional.⁴⁸

Nos anos 1920, intensificou-se a articulação comercial da economia gaúcha com as demais regiões do país e o exterior, observando-se um desempenho extremamente dinâmico das exportações, simultâneo à elevação das importações para um patamar muito superior à tendência histórica. A partir de 1921 e até 1929, as exportações seguiram em firme

⁴⁶ O exame das séries de valores e quantidades exportadas por produto indicou quedas expressivas para as exportações de feijão, charque e arroz, sendo também afetadas com redução da tendência de crescimento as exportações de banha e batatas (conforme dados compilados por Dalmazo, 1986).

⁴⁷ Tomamos os dados para 1921 (Almeida, 1992:573) em lugar de 1918, porque neste último houve um valor anormalmente baixo para as exportações de café (Cano, 1977).

⁴⁸ Dados do PIB em Abreu (org., 1992), Anexo Estatístico, coluna 1. Esse resultado indica o acerto de Cano ao afirmar que a expansão do mercado interno gerado pela expansão cafeeira em São Paulo não se tornou cativa ao Rio Grande do Sul, beneficiando mais o charque platino, no início do século XX. Esse autor especula que devem ter sido os mercados nordestino e do Rio de Janeiro que permitiram uma maior expansão

ascensão, com um crescimento real de 12% ao ano, configurando esse subperíodo como o auge das exportações estaduais. Em termos médios, nesses nove anos, o valor real das exportações foi superior em 70% àquele observado até antes da guerra.

Justamente nesse subperíodo, ocorreu um crescimento ainda mais extraordinário das importações. A partir de 1921, estabeleceu-se um novo patamar para as importações, que experimentaram novos acréscimos ao longo dos anos 20. Tais condições resultaram em saldos comerciais negativos em todos os anos, com o valor das exportações inferior ao das importações em 21%, em média. Durante esses anos de déficit comercial, os dados disponíveis para a tonelagem das exportações e importações indicam que houve uma significativa melhora no poder de compra das exportações regionais ao longo do subperíodo, crescendo em 45% a relação entre os preços de exportação e de importação por tonelada, de 1921 a 1929.⁴⁹

Embora o déficit comercial contrarie a tendência histórica de evolução da economia gaúcha e apresente-se justamente no período de auge das exportações estaduais, quando houve melhoria nas relações de troca, não encontramos explicações para esse fato nos estudos sobre a economia gaúcha no período. O fato, mesmo quando identificado estatisticamente, não foi considerado para efeito de análise ou digno de ser mencionado (Almeida, 1992:575). Pensamos que, pelo menos em parte, essa omissão decorre da circunstância de que o déficit comercial é uma característica que não cabe no modelo analítico usualmente aplicado para interpretar o movimento da economia gaúcha. O surgimento de déficits comerciais em vários anos seguidos indica que a demanda interna superava a produção estadual e adquiria papel cada vez mais relevante para o dinamismo da economia gaúcha. Em que pese o caráter primário das exportações estaduais e o papel destacado dessas como fonte de dinamismo de toda economia gaúcha, o movimento dessa ao final do período adquire feições difíceis de serem explicadas a partir da lógica de movimento de uma economia primário exportadora (Souza, 1973) ou de uma economia

as exportações gaúchas (Cano, 1977:116). De fato, a Tabela 1 indica o pequeno peso relativo de São Paulo como mercado para as exportações gaúchas

⁴⁹ Em outras palavras, isso significa que as exportações passaram a “comprar” 45% mais de importações. Conforme Dalmazo, que assinalou o “paradoxo nas relações comerciais do Rio Grande do Sul: um saldo negativo da balança comercial, forjado pelo crescimento espetacular das importações de mercadorias, concomitante a um ganho real nas relações de troca” (1986:40).

simplesmente definida como subsidiária da economia agroexportadora cafeeira (Fonseca, 1983).

A precariedade dos dados disponíveis sobre a pauta de importações e sua origem determina muitas dificuldades para uma análise do déficit comercial.⁵⁰ Com base nos poucos dados disponíveis, tratamos aqui de formular algumas hipóteses, meramente especulativas, que poderiam explicar o déficit comercial. Podemos supor, provisoriamente, que nos anos de déficit tenha-se mantido o padrão da pauta de importações anteriormente verificado.⁵¹ Sendo assim, predominariam na pauta, de um lado, os bens alimentares não disponibilizados pela produção estadual e os têxteis de algodão e, de outro lado, insumos, matérias-primas e bens de capital. Sem saber a origem das importações no período de déficit comercial, pode-se supor duas explicações para o mesmo, não necessariamente excludentes. Se no acréscimo das importações predominavam os bens nacionais, elas tendiam a ser de produtos industrializados, especialmente os têxteis de algodão (Reichel, 1979:76-7), provavelmente oriundos de São Paulo, refletindo a ampliação da demanda urbana por bens de consumo desse tipo.⁵² A outra explicação possível, embora menos provável, implicaria um peso importante das importações oriundas do exterior. Nesse caso, o déficit comercial poderia ser atribuído a um maior consumo de trigo, mas também à

⁵⁰ Há poucos dados disponíveis sobre a pauta de importações, sendo que apenas uma informação (1921) refere-se ao período em que ocorrem os déficits comerciais. Dispomos de informação sobre toda a pauta para 1901, acerca de 40% da pauta para o período 1910-12 e de 33% da pauta para 1920 e 1921, nesses últimos anos cobrindo apenas a parcela importada do exterior (Dalmazo, 1986: Tabelas I-22, II-36, II-37, II-38).

⁵¹ Em 1901, 47% do valor importado correspondia a artigos destinados a alimentação, destacando-se a seguir “algodão e suas manufaturas”, com 15% do valor total. No valor restante, ainda sobressaíam-se manufaturas de aço, aparelhos, instrumentos, máquinas, ferramentas, matérias-primas e insumos (aço, ferro, cobre, chumbo, alumínio e outros metais, carvão, combustíveis), somando todos cerca de 15%, constando ainda, com menor peso, outras manufaturas (produtos químicos, outros têxteis, papel). Na pauta de importações dos anos 1910-12, supondo-se que a parcela identificada da mesma (cerca de 40%) seja representativa do total, observa-se uma redução dos alimentos e um aumento de matérias-primas em geral e das manufaturas de algodão. Os produtos que se destacam são ferro e aço, farinha de trigo, manufaturas de algodão, trigo em grão e carvão de pedra. Para os anos 1920 e 21, há apenas discriminação da pauta para a parte dos produtos importados do exterior. Aqueles que apareceram com maior destaque foram farinha de trigo, trigo em grão, gasolina e querosene.

⁵² Supomos que seriam produtos industriais aqueles que, por hipótese, estariam sendo importados de outras regiões pelo Rio Grande do Sul, na medida que a amplitude relativa da produção primária dessa região deixaria pouca margem para importar-se produtos primários, exceto açúcar e café (além do trigo, que entretanto vinha do exterior). Embora seja difícil conceber que a importação de produtos industrializados pelo Rio Grande do Sul nos anos 1920 tivesse origem em outra região que não São Paulo, essa hipótese é desfavorecida pelo dado apresentado por Cano (1977:117, Tabela 12), que mostra que no período 1922-26, todos anos de déficit comercial para o Rio Grande do Sul, houve superávit de 50% para essa região na relação com São Paulo, nas transações por cabotagem, posição essa que somente se inverteu após 1930. Assim, no

demanda de bens de capital e insumos por parte do sistema produtivo estadual que se ampliava e complexificava no período. As duas alternativas podem ter sido verdadeiras e os déficits comerciais teriam assim uma dupla explicação, graças ao aumento do consumo tanto de bens finais quanto de bens de produção. Se abandonarmos a hipótese de manutenção do padrão da pauta de importações, devemos considerar que o crescimento da economia gaúcha nos anos 1920 provavelmente acarretou a diversificação do consumo regional e a ampliação das importações de bens de consumo industrializados, o que torna ainda mais provável a explicação do déficit comercial pelo aumento das importações oriundas de São Paulo.

Se o excepcional crescimento das exportações gaúchas, após a virada do século, confirma o papel dinâmico da demanda externa para a economia regional, ele sugere também uma nova qualificação ao caráter subsidiário histórico da economia gaúcha, que passava a apresentar crescimento equiparável ao do “centro dinâmico” da economia nacional.⁵³ A nova qualidade dessa economia revela-se na capacidade adquirida de diversificar e ampliar sua estrutura de oferta e, conseqüentemente, sua pauta de exportações, a partir do desenvolvimento comercial e industrial da agropecuária colonial, claramente delineado a partir dos anos 1870 (Singer, 1977) e posteriormente favorecido pela política econômica dos governos republicanos estaduais.⁵⁴

As análises sobre a economia gaúcha no período costumam indicar que suas características básicas são o caráter primário de sua produção e seu papel subsidiário da economia cafeeira, sendo seu crescimento dependente dos impulsos dinâmicos dessa última (Souza, 1973; Fonseca, 1983; Almeida, 1992). Desse ponto de vista, o movimento da economia gaúcha é assimilado ao de uma economia agroexportadora, tomando-se o volume das exportações como indicador da capacidade da estrutura produtiva estadual para estabelecer vínculos com o crescimento econômico de outras áreas e, portanto, como

caso de as importações de São Paulo terem determinado o déficit comercial do Rio Grande do Sul, isso ocorreu provavelmente através de um papel destacado para as importações por via ferroviária.

⁵³ A referência aqui é ao sudeste enquanto sede do “complexo cafeeiro” (Cano, 1977). Convém não perder de vista que o verdadeiro centro dinâmico de uma economia nacional agroexportadora encontra-se fora do território dessa economia (Furtado, 1982), o que não suprime a consideração das determinações internas da acumulação de capital sob a hegemonia do capital cafeeiro (Mello, 1982).

⁵⁴ O papel das políticas do Estado em relação ao desenvolvimento econômico será considerado no próximo capítulo.

medida do potencial de expansão capitalista das economias regionais.⁵⁵ Contudo, no caso da economia gaúcha, as exportações são uma medida parcial do potencial de expansão capitalista, pois essa expansão também apoiou-se no mercado regional. A diversificação produtiva foi alcançada a partir de setores apoiados no mercado interno, que no período teve um papel crescente na absorção da produção estadual.

As transformações da estrutura produtiva no Rio Grande do Sul e a integração econômica de seu território, durante a Primeira República, estabeleceram na região uma diversificada **economia de mercado interno**. Essa condição facultou um excepcional dinamismo das exportações, que igualmente se diversificaram e cuja pauta incluía uma maioria de produtos principalmente absorvidos pelo consumo interno.⁵⁶ Diferentemente de uma economia agroexportadora, a economia gaúcha não apresentava uma separação fundamental entre as atividades produtivas destinadas à exportação e aquelas ligadas ao mercado interno.⁵⁷ Tampouco o crescimento da economia regional estava estreitamente determinado pela demanda externa, como em uma economia agroexportadora.

Apesar disso, uma comparação entre as exportações internacionais de São Paulo e as exportações totais do Rio Grande do Sul indicou que essas últimas cresceram 57% mais entre 1901 e 1928 (Almeida, 1992:572-3). As diferenças entre os valores totais permaneceram significativas, representando as exportações gaúchas apenas 17,6% das

⁵⁵ Essa forma de compreender o movimento da economia gaúcha é explícita nos trabalhos de Paulo Renato de Souza (1973) e de Pedro Fernando Almeida (1992). Pedro Fonseca não se opõe a essa caracterização da economia gaúcha e aceita basicamente a idéia de que através da expansão das exportações agropecuárias essa economia é a “mais forte subsidiária do centro”, principalmente de São Paulo (1983:63). O estudo de Fonseca, entretanto, evidencia que a transição capitalista também assumia formas concretas específicas no Rio Grande do Sul durante a Primeira República, vale dizer, seu estudo cumpriu o papel precursor de tratar da transição capitalista como processo que também transcorria fora do “centro”, ainda que sem indagar acerca das formas do movimento macroeconômico na região.

⁵⁶ A exceção eram os couros, o charque, a carne frigorificada e a banha, únicos produtos em toda estrutura produtiva estadual para os quais a demanda externa tinha papel preponderante na absorção da produção. Note-se que a produção de banha desenvolveu-se, naturalmente, a partir dos mercados locais e do conjunto da região. Com relação ao setor agrícola, salvo o caso do arroz (cuja produção entretanto era principalmente absorvida pelo mercado interno), “pode-se afirmar que a economia agrícola rio-grandense é, no mais profundo dos seus sentidos, uma economia de consumo. Surgiu de necessidades particulares de subsistência — no máximo necessidades regionais. [...] A característica histórica da agricultura rio-grandense é a de não haver sido providenciada pela fome de matérias-primas e bens de consumo que, desde os fins da era mercantilista, vem estabelecendo a rede de comércio internacional e que obriga muitas regiões a produzir unicamente para a exportação. Daí, também a ausência, entre nós, daquele estruturamento social que, ainda hoje [1943], perturba a evolução de várias regiões brasileiras e lhes dá um caráter de existência colonial” (Tejo, 1982:86).

⁵⁷ Essa caracterização dos “setores” da economia gaúcha inspira-se nas observações de Celso Furtado (1982:29) sobre a economia das colônias de povoamento ao norte da América do Norte, nos séculos XVII e XVIII.

exportações internacionais de São Paulo, em 1901, proporção que se elevou para 27,7% em 1928.⁵⁸ Desse ponto de vista, o peso da economia gaúcha aparece relativamente diminuto frente à economia paulista.

Mesmo considerando a hegemonia do capital cafeeiro, imprimindo em última instância o movimento da economia brasileira entre 1888 e 1932, o dinamismo excepcional da economia gaúcha no período pode ser explicado. Ele deveu-se, desde logo, a não vinculação direta e estreita da economia gaúcha como subsidiária de uma única economia regional, pois detinha a condição de economia exportadora para diversos mercados regionais e o exterior. Cabe ponderar que o Rio de Janeiro e o nordeste brasileiro, mercados mais importantes para as exportações gaúchas, não eram os mercados regionais de maior dinamismo, condição provável do mercado paulista. Assim, o maior dinamismo apresentado pelas exportações gaúchas parece não ser explicado pela intensidade do crescimento da demanda, mas sim pela capacidade dos produtores regionais de expandir e diversificar uma oferta de bens de consumo, sobretudo de alimentos, cuja carência, resultado da própria lógica do modelo de crescimento agroexportador, tinha de ser suprida por importações do exterior. Essa capacidade da estrutura da oferta agregada na economia gaúcha, decorrente do dinamismo de suas transformações, permitiu-lhe crescer intensamente, ocupando parcelas dos mercados regionais brasileiros, cuja expansão dependia, em última instância, do desempenho das exportações nacionais. Esse processo de desenvolvimento tornou-se possível na medida que a produção gaúcha pôde apoiar-se num mercado interno relativamente amplo e em crescimento.

Pensamos que o papel dinâmico das exportações para a economia gaúcha é apenas um ponto de partida, favorecido pela disponibilidade dos dados, para interpretar o conjunto do seu movimento. Se o dinamismo do sistema econômico regional provinha originalmente do bloco de exportações (à época do predomínio do sul pastoril), o fato é que o novo subsistema produtivo que emergiu no período em análise experimentou um processo de adensamento econômico, através da acumulação comercial e da diversificação produtiva, tornando-se também fornecedor de matérias-primas e mercado para a indústria regional, além de consumidor produtivo de matérias-primas da pecuária (couros e lã). As modificações da estrutura produtiva e a integração do espaço econômico regionais

⁵⁸ As exportações totais do Rio Grande do Sul também cresceram mais que o conjunto das exportações do

provocaram uma ampliação expressiva de seu mercado interno e da importância do mesmo para o crescimento econômico. Em consequência, surgiram impulsos dinâmicos internos mais significativos no final do período, levando a demanda monetária interna a ultrapassar a produção regional, conduzindo à absorção de “poupança externa” (déficits comerciais), mesmo num momento em que, seguramente, essa produção apresentava acelerado crescimento.

É provável que tenha ocorrido um expressivo crescimento da renda per capita no Rio Grande do Sul no período em análise. Mesmo sem saber o quanto cresceu a renda regional no período, o crescimento das exportações pode servir como referência. Em princípio, pode-se presumir que, à medida em que a produção primária e derivada atende desde logo o auto-consumo, a seguir o mercado regional e depois às exportações, a parcela da produção exportável tendia a crescer mais que o conjunto da produção e da renda, pelo menos para os novos produtos exportáveis (banha, arroz, vinho e outros da lavoura). Contudo, há indicações de que, no final do período, a produção e a renda regionais cresceram mais que as exportações, em razão das transformações da estrutura produtiva e da ampliação do mercado regional. O surgimento de déficits comerciais, contrariando uma tendência histórica, indica que essas transformações provocavam um crescimento da renda interna superior ao das exportações. Tomando-se o crescimento dessas como referência do crescimento da renda (taxa média anual de 5% no período 1901-29), podemos presumir um crescimento da renda per capita da ordem de 2,2% ao ano, talvez chegando a 3% nos anos 1920, pois a população estadual cresceu às expressivas taxas médias anuais de 2,9% de 1900 a 1920 e de 2,5% deste último ano até 1940 (Bandeira, 1994:33).

Uma comparação da evolução das exportações com os tributos e os gastos públicos indica um provável crescimento da renda interna em grau superior ao das exportações. De 1897 a 1929, a execução orçamentária estadual (gastos totais) cresceu 50% mais que as exportações. A diferença mais acentuada ocorreu no subperíodo 1916-29, quando os gastos cresceram 70% mais. A receita tributária do Estado, que corresponde apenas a uma parte de suas receitas totais, cresceu apenas 7% mais que exportações de 1904 a 1929, mas o diferencial concentra-se especialmente nos anos 1921-29, quando a receita de tributos cresceu 27% mais que as exportações. Nos anos anteriores houve crescimento equivalente

Pais, em relação às quais representaram, nos mesmos anos, 5,5% e 14,6%.

(1904-13) ou maior para as exportações (1914-20), confirmando o efeito negativo da conjuntura dos anos de guerra para a economia regional. Também a soma das receitas tributárias dos municípios gaúchos cresceu mais que as exportações, em 57%, de 1912 a 1927.⁵⁹

O provável crescimento da renda interna em grau superior ao das exportações revela a importância crescente do mercado interno para a economia gaúcha. A integração econômica do território provavelmente teve importância decisiva para o desenvolvimento regional, ao ampliar o mercado interno para os gêneros alimentícios, manufaturas e matérias-primas, produzidos internamente, **suscitando estímulos dinâmicos endógenos à economia regional.**

A natureza da articulação entre os impulsos dinâmicos internos e externos para o crescimento da economia gaúcha, assim como sua importância relativa, pode ser considerada com o auxílio de uma representação esquemática das relações entre a demanda agregada e o produto regionais. Em princípio (do ponto de vista lógico e também histórico), podemos considerar que as exportações consistiam no principal componente autônomo da demanda agregada e que o crescimento econômico regional é basicamente impulsionado pelas exportações, como em um modelo de economia agroexportadora. Nessa representação esquemática, um crescimento da renda interna mais acelerado do que a expansão das exportações seria traduzido por uma elevação do multiplicador das exportações, o que expressaria o adensamento de relações econômicas intra-regionais.

No entanto, o esquema não se sustenta como representação da economia gaúcha no período, pois, à medida em que observaram-se déficits comerciais sustentados a partir de 1921, o crescimento da renda interna “impulsionado pelas exportações” estaria provocando uma expansão mais que proporcional das importações. O movimento dinâmico da economia regional seria melhor representado pela idéia de que a demanda agregada continha outros componente autônomos, que se tornaram mais importantes que as exportações para a determinação do nível da renda regional nos anos 1920. À luz do estudo apresentado sobre a evolução da economia regional, pode-se presumir que tais gastos autônomos tenham sido investimentos privados que introduziram novas atividades

⁵⁹ Dados das exportações conforme Tabela A-3, no Anexo Estatístico. Dados da execução orçamentária em Pereira (1996:237, Tabela 2), dados da receita tributária estadual em Carvalho, Pereira, Almeida (1998:135-6, Tabela 5) e dados para as receitas tributárias municipais em Fonseca (1983:138, Tabela 44).

industriais, a lavoura comercial do arroz e os novos trechos da malha ferroviária, além dos gastos públicos financiados com emissão de dívida. A própria instalação de novas colônias de agricultores tem efeito semelhante ao de um bloco de investimentos, que estabelece nova capacidade produtiva e imediata geração de produto e renda.⁶⁰ O adensamento das relações econômicas internas, através da expansão agrícola, comercial e industrial deve acionar o mecanismo acelerador, assegurando a continuidade induzida do investimento e ampliando os impulsos internos para o crescimento econômico.⁶¹

Conclui-se que a economia gaúcha, definida em princípio como uma economia subsidiária e com elevado grau de auto-suficiência, passou por transformações durante a Primeira República que lhe conferiram uma evolução extremamente dinâmica, com as maiores taxas nacionais de crescimento das exportações regionais e possivelmente com taxas ainda maiores da expansão da renda interna, ao menos no final do período. Tal evolução foi facultada pela expansão e diversificação da estrutura produtiva e das exportações regionais, bem como pelo papel crescente do mercado interno, reduzindo-se o grau de auto-suficiência da região em seu singular processo de desenvolvimento capitalista. A diversidade da economia gaúcha materializava-se numa estrutura produtiva apoiada na pecuária extensiva e em seus produtos derivados, na lavoura comercial de alimentos, como empresa familiar ou capitalista, com seus desdobramentos agroindustriais. Uma estrutura produtiva também desdobrada na forma de uma produção industrial diversificada de bens de consumo, principalmente de pequena e média escala, que atendia a demanda regional e alguns nichos do mercado nacional, contemplando com expressão os ramos de alimentação e bebidas, têxtil, vestuário e calçados, madeira e mobiliário, cerâmica, vidros, metal-mecânica e produtos químicos simples. Essa base produtiva regional expandiu-se impulsionada pelo movimento dos múltiplos e diversos capitais comerciais, que se

⁶⁰ Os gastos de instalação de uma colônia envolviam as despesas de transporte dos imigrantes e com preparação das terras e obras de infraestrutura local (realizadas pelo Estado), gastos com a compra dos lotes (financiados aos colonos em poucos anos) e de instrumentos e sementes para o plantio.

⁶¹ Essa representação esquemática simples coloca em primeiro plano as determinações próprias do movimento da economia gaúcha, as quais justamente buscamos elucidar com o presente estudo, conforme o postulado metodológico enunciado na Introdução. O esclarecimento das determinações de primeira instância do movimento da economia gaúcha não suprime as demais determinações. Evidentemente, esse movimento estava, tal como já indicamos, determinado em última instância pela inserção da região no movimento da economia agroexportadora nacional. O caráter subsidiário da economia gaúcha no período da Primeira República fica assim devidamente qualificado pela rejeição do modelo agroexportador como representação adequada da dinâmica dessa economia regional. A inserção subsidiária combinou-se à configuração de uma economia de mercado interno.

desdobravam em formas industriais, organizando novos cultivos e o processamento de bens primários, e estimulando a expansão dos serviços, com decisivo suporte da ação econômica do Estado em diversos campos, além da infraestrutura de transportes.

A trajetória expansiva da economia gaúcha, atingindo seu auge no final da Primeira República, seria inevitavelmente afetada pela crise internacional estabelecida após o *crash* da bolsa de Nova Iorque. A partir de 1930, evidenciou-se para os agentes econômicos regionais a conjuntura depressiva, manifestada pela queda dos preços e falências bancárias (Franco, 1983:145-6), o que foi agravado pelo advento da Revolução, que paralisou as exportações e provocou a redução da produção. A partir de então, a economia brasileira teria suas relações internacionais e inter-regionais profundamente modificadas.

Capítulo 2

A ação econômica do Estado

A instauração da República representou uma profunda ruptura no controle político do Estado no Rio Grande do Sul, redundando na ascensão do grupo mais radical dentre os republicanos sul-rio-grandenses, os que professavam uma ideologia positivista. A formação do Partido Republicano Riograndense (PRR), ao final do Império, dera-se à margem dos grupos políticos vinculados à dominação oligárquica tradicional.¹ Essa ruptura constituiu-se numa verdadeira **revolução política, de natureza burguesa e conservadora**, que provocou o deslocamento da oligarquia vinculada à economia pastoril da Campanha, bem como o desmonte da forma de dominação tradicional e patrimonialista (Targa, 2000).

O novo grupo no poder era inicialmente composto por jovens republicanos, profissionais liberais, cujas fortunas enraizavam-se na pecuária.² Não possuíam nenhuma experiência na administração pública da Província e não pertenciam às redes coronelísticas de poder local no Rio Grande do Sul. Por isso mesmo, trataram de desmontar em breve período a máquina político-administrativa do Partido Liberal, substituindo os ocupantes dos cargos do serviço público estadual, do federal e das administrações municipais (delegacias de polícia, administrações de mesas de rendas e postos na Guarda Nacional).

O PRR desde logo encontrou apoio no Exército Nacional e nos primeiros anos da República forjou uma institucionalidade própria para a Constituição do Estado do Rio Grande do Sul (1891), na forma de uma “ditadura republicana”. A aliança dos republicanos sul-rio-grandenses com o Exército Nacional foi de fundamental importância para a sua permanência no poder até o final do século XIX, estabelecendo as condições iniciais para que implementassem uma experiência política singular, controlando o poder político estadual por quase quarenta anos.³ Ainda nos primeiros anos da República, o Governo do

¹ Ao contrário dos partidos republicanos do resto do Brasil, formados por dissidências do Partido Liberal, o PRR formou-se independentemente desse. Mais do que isso, o PRR opunha-se frontalmente ao Partido Liberal, que detinha o domínio político na região há 20 anos.

² Ao início da República, os membros do PRR eram principalmente oriundos de famílias de estancieiros provenientes da região noroeste do Estado, de ocupação mais recente e mais pobre que a Campanha, quer pela ausência das charqueadas, quer pela distância dos centros consumidores. Eram estancieiros, mas não eram membros da elite econômica e nem da oligarquia política regional (Pinto, 1986:9).

³ Os mandatos dos presidentes do Estado, como os designava a Constituição, foram cumpridos por Júlio Prates de Castilhos (1893-98), o principal ideólogo do PRR, Antônio Augusto Borges de Medeiros (por cinco

Estado instituiu a Brigada Militar, um exército regional que teve papel decisivo na manutenção do poder.

A dimensão da ruptura política implicada na passagem à República expressou-se na violenta guerra civil de 1893-95, no Rio Grande do Sul. Essa guerra, que provocou a morte de cerca de 1% da população gaúcha, foi o núcleo da Revolução Federalista, o principal movimento armado nacional contrário à República. Dentre as regiões brasileiras, apenas o Rio Grande do Sul experimentou uma ruptura política dessa envergadura, marcando a ascensão de uma nova elite política que dispôs do poder público estadual para um projeto político inspirado no positivismo (Pinto, 1986; Targa, 1998).

2.1. As concepções e o projeto dos republicanos sul-rio-grandenses

O domínio político do PRR, instável nos primeiros anos da República, consolidou-se na medida que foi capaz de impor seu projeto de Constituição, vencendo a guerra civil. A Constituição estadual era basicamente a mesma que o Apostolado Positivista do Brasil apresentara na Constituinte nacional, adaptada para a realidade estadual (Pinto, 1986). Ela estabelecia uma ditadura, que segundo o ideário positivista era a forma adequada para que governantes ilustrados administrassem a sociedade cientificamente, visando ao interesse de todos. Era permitida a reeleição do “Presidente do Estado”, que também nomeava o vice-presidente. Não havia poder legislativo em separado, pois a Presidência do Estado acumulava as funções executiva e legislava. Essa Constituição estadual esteve no centro das divergências com a oposição liberal e motivou as guerras civis de 1893-95 e de 1923. Foi uma peça chave para a dominação política, pois permitiu excluir do poder os grupos derrotados e forneceu a estrutura legal para garantir a manutenção do PRR no poder. Permitiu também ao Estado regional alto grau de centralização e agilidade na ação pública, em vista da ausência de um poder legislativo em separado.⁴

As concepções do PRR estavam embasadas na filosofia positivista, opondo-se tanto ao liberalismo político quanto ao liberalismo econômico. A hegemonia regional do Partido Liberal nas últimas décadas do Império, combinada às tradições ideológicas republicanas

vezes, 1898-1903, 1903-1908, 1913-1918, 1918-1923 e 1923-28), Carlos Barbosa (1908-1913) e Getúlio Dorneles Vargas (1928-1930).

⁴ A Assembléia dos Representantes reunia-se apenas três meses por ano, para aprovar as contas da administração pública e determinar o orçamento do exercício seguinte.

que remontavam à Revolução Farroupilha, determinaram um campo ideológico específico para o surgimento de um partido republicano regional, que veio a transcorrer à margem e em oposição aos valores liberais e com ênfase acentuada na responsabilidade e no caráter públicos da ação dos governantes. Os republicanos sul-rio-grandenses entendiam que ao Estado cabia um papel fundamental na organização da sociedade, garantindo a harmonia social (ordem) e promovendo o desenvolvimento econômico (progresso) (Pinto, 1986). Possuíam uma visão orgânica da sociedade, pregando a incorporação do proletariado moderno e uma sociedade sem diferenças sociais profundas. Segundo a concepção positivista, tanto o capital quanto o trabalho possuem um caráter social, devendo buscar-se a harmonia entre seus interesses, de modo que o capital seja aplicado somente em benefício da sociedade (Ferreira Fº, 1976).

Contrariamente ao liberalismo político, os republicanos positivistas não acreditavam na representação da sociedade através do voto. A verdadeira democracia era a administração da sociedade para todos e não a representação política dos setores da sociedade (Targa, 2000). Coerentemente, o PRR valeu-se do controle do aparelho de Estado para fraudar sistematicamente as eleições, conseguindo assim relegar a oposição a um papel secundário, restrito à Assembléia dos Representantes. O PRR pretendia um governo orientado pelo saber e professava uma ação do Estado acima dos interesses particulares de grupos sociais e setores econômicos (Pinto, 1986).

Mesmo defendendo a livre iniciativa e preconizando a concorrência contra o regime de monopólio, o PRR não aceitava a supremacia do livre mercado sobre a vida social. Admitia-se a intervenção do Estado na vida econômica, sempre que isso fosse necessário ao equilíbrio e harmonia na sociedade. O Estado deveria cumprir um papel auxiliar na vida econômica, exercendo uma tutela social, com responsabilidade sobre as condições de abastecimento e ocupação da população local. O positivismo justificava o intervencionismo governamental, legitimando, no campo ideológico, as ações consideradas fundamentais para o plano econômico republicano pelo seu caráter social. Os governos republicanos estimularam a união das classes produtoras em cooperativas, sindicatos e associações, para diminuir o que consideravam ser tendências nefastas do mercado. Se a interferência do Estado no campo econômico era válida, ela não deveria manifestar-se na forma de

privilégios específicos. Ela deveria ocorrer somente quando as questões afetadas se tornavam sociais, quando viessem em benefício de toda ou da maior parte da coletividade.⁵

Os republicanos sul-rio-grandenses manifestavam o objetivo de regeneração das instituições políticas e administrativas, buscando a saúde financeira do Estado e preconizando a responsabilidade fiscal dos administradores públicos. Tais princípios contrariavam a experiência política brasileira, marcada pelas condutas patrimonialistas, que levavam ao predomínio de interesses privados dentro da esfera pública. Repudiando tais condutas, os positivistas gaúchos defenderam a eficiência administrativa e uma relação do Estado com toda a população (Targa, 2000). Mas também rejeitavam, em princípio, a idéia do crédito e o endividamento público, o que representava uma limitação da ação do Estado sobre a atividade econômica. Os atos do poder público e os atos públicos dos cidadãos não deveriam ser praticados em segredo, sendo a prática política republicana caracterizada pela publicidade dos assuntos de Estado.⁶

A defesa da autonomia estadual foi outro princípio básico da atuação dos republicanos sul-rio-grandenses. Na medida que a oligarquia rural gaúcha fora deslocada do poder e possuía congêneres nos demais poderes estaduais e no do País, o PRR encontrava-se em posição delicada, pois as elites dirigentes de outros estados poderiam aliar-se à oligarquia gaúcha para desbancar o PRR do poder (Pinto, 1986:36). Diante dessa situação, o PRR sempre defendeu intransigentemente a autonomia estadual como ingrediente básico da idéia de federação republicana no Brasil.

A envergadura das ações empreendidas pelos governos do PRR, que tratamos de evidenciar nesse capítulo, foi possibilitada pela autonomia de que gozaram os Estados na Primeira República. Essa autonomia era de ordem constitucional, legal e fiscal. Os Estados puderam estabelecer seus próprios códigos civil, comercial e penal, além de deterem autoridade sobre as jazidas minerais dentro de suas fronteiras e o direito de negociar empréstimos externos e vender títulos no exterior (Love, 1975:120). O Rio Grande do Sul

⁵ Devido a isso e também porque recusavam em geral o idéia do crédito, os republicanos sul-rio-grandenses sempre rejeitaram a concessão de crédito público reivindicada pelos pecuaristas, o que era visto como um privilégio específico, um favorecimento do Estado a um grupo econômico. Essas concepções diferenciavam o PRR da oposição no Estado, que advogava a “proteção ao boi”, da mesma forma que o Estado de São Paulo protegia o café. Também destoavam dos governos da União e da maioria dos estados, em que predominavam os preceitos do liberalismo econômico e político. A proteção dada ao café em São Paulo e reivindicada para o boi no Rio Grande do Sul, pela oposição, somente era compatibilizada com os preceitos liberais na forma de uma exceção (Fonseca, 1983).

também dispôs de suficiente força política e econômica para evitar intervenções da União na sua política interna. Em várias questões, os governos desse Estado buscaram também interferir nas atribuições da União, como no caso da repressão ao contrabando e das concessões federais sobre ferrovias e portos no território gaúcho.

Os governos republicanos sofreram a oposição permanente e muitas vezes armada da fração excluída do poder, que expressava os interesses da classe social dominante até o final do Império. A existência de poderes ditatoriais não significou que os governos não tivessem de se explicar. Ao contrário, foi preciso **apoiar as ações estatais num discurso público** para obter estabilidade e legitimação. A dominação política inicialmente assentada no poder militar e na coação evoluiu para o estabelecimento de uma nova relação de poder com a sociedade. A legitimação dos governos republicanos deu-se em larga medida pela eficiência administrativa, pela moralidade dos negócios públicos, pela transparência e clareza das contas do Estado, pelo equilíbrio orçamentário e pela promoção do bem-estar de amplos setores da sociedade através de suas políticas econômicas (Targa, 1996c:86, 1998a:74).

O caráter ditatorial da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul referia-se à rejeição do princípio liberal da representação parlamentar, pois os direitos civis e individuais estavam formalmente garantidos.⁷ Havendo liberdade para a atividade da imprensa e para a manifestação das idéias oposicionistas, formalmente representadas por uma minoria de deputados na Assembléia dos Representantes, os governos republicanos buscaram sempre justificar suas ações diante da sociedade, valendo-se de argumentos científicos e racionais. A administração pública estadual apresentava-se como estando

⁶ “Viver às claras” era um dos lemas positivistas, adotado como norma de vida por Júlio de Castilhos.

⁷ Evidentemente que tais garantias não poderiam suprimir a presença latente da violência nas relações políticas e mesmo pessoais numa sociedade marcada por uma sangrenta guerra civil e uma história de conflitos militares, na qual o porte de arma de fogo ou arma branca era uma circunstância comum. Não obstante, a ênfase dos governos republicanos na ordem pública e na justificação racional das ações do Estado cumpriu um papel civilizatório, como reconhece Raymundo Faoro, em seu ensaio acerca do poema de sátira política dirigido pelo senador gaúcho Ramiro Barcelos, sob o pseudônimo de Amaro Juvenal, contra Borges de Medeiros (*Antônio Chimango*). Segundo Faoro, “Ao poeta satírico, empolgado pela demolição do ídolo político, escapou o alcance, para a preservação da liberdade, do processo cortesão de governo. Não houvesse, na cúpula da hierarquia política, o letrado, para temperar o poder dos caudilhos, e estaria a Estância de S. Pedro sujeita à violência de quantos Facundos, tão primários quanto o platino, alcançassem a hegemonia do Estado, ficando a ordem à mercê das alianças de potentados regionais. Graças ao Antônio Chimango foi possível consolidar a obra dos portugueses: prosseguir na integração do gaúcho, indisciplinado e rebelde, aos padrões da cultura litorânea e citadina.” (Faoro, 1998b:45).

acima dos conflitos e interesses específicos, assumindo a feição de um Estado regente das relações entre as classes.

A dominação política assentou-se também na construção do PRR como partido político moderno, centralizado, disciplinado e doutrinário, através do qual foi possível organizar o poder público em todo o território, deslocando ou cooptando lideranças locais. Essa característica do PRR, associada à acentuada intervenção econômica do Estado, ampliaram os quadros públicos e favoreceram a ascensão política de elementos da classe média, que se tornam intendentess, delegados e administradores públicos, muitas vezes deslocando o poder local tradicional dos estancieiros. Controlando as instituições públicas e apoiando-se na ideologia positivista e nas ações econômicas e sociais empreendidas pelo Estado, o PRR dominou politicamente a zona das colônias e conquistou a adesão de diversos setores sociais. Desse modo, o PRR acabou articulando, em torno de um projeto de desenvolvimento regional diversificado, além de uma fração dos pecuaristas, também os pequenos proprietários rurais das colônias, as camadas médias urbanas, banqueiros, industriais e comerciantes.⁸

A diversidade de sua base social combinada às concepções ideológicas do PRR favoreceram que o Estado regional sob seu controle interviesse ativamente na vida econômica e social do Rio Grande do Sul, durante a Primeira República. Essa intervenção assumiu formas diversas, destacando-se a promoção da colonização, a organização econômica do território, através do combate ao contrabando e da encampação de portos e ferrovias, o estímulo à formação de cooperativas e sindicatos rurais, o manejo das políticas tributária e fiscal para a promoção das exportações regionais.

Os governos republicanos gaúchos entendiam que as dificuldades econômicas do Rio Grande do Sul eram decorrência de sua condição de economia exportadora. Eles criticavam a economia do Império, devido à dependência acentuada em relação aos produtos de exportação do subsistema pecuário-charqueador. Pretendiam incrementar outras atividades, sem abandonar a pecuária bovina, tratando de diversificar a produção para resolver ou amenizar a crise por que passava a economia estadual (Fonseca, 1983:72).

⁸ Entre os quadros do PRR registrava-se a presença de comerciantes, industriais, funcionários públicos, sindicalistas e banqueiros. De um modo geral, os governos republicanos receberam o apoio dos setores que possuíam interesses no mercado interno da região e de grupos pertencentes às classes urbanas em formação (Targa, 2000).

Para isso, era preciso dotar o Estado de uma sólida economia agrícola. A busca da diversificação permitia também reduzir a dependência das exportações de poucos produtos, sendo a pecuária considerada apenas como uma das atividades responsáveis pela expansão econômica estadual.⁹

A visão dos governos gaúchos não era contrária às exportações, vistas como favoráveis quando associadas à diversificação da pauta, de modo a contrapor-se às crises que afetam produtos específicos, em diferentes momentos. Mas seu plano econômico para o Estado rompia com os preceitos de uma economia agroexportadora, cuja produção é pautada pela demanda externa. Ao contrário, exportar significava apenas vender ao exterior o que a economia interna não absorveu: “exporta-se o excesso, depois de abastecido o mercado local, que deve produzir tanto quanto for possível para satisfazer suas necessidades” (Fonseca, 1983:72). As exportações eram assim consideradas como mercados para o excedente da produção estadual e não como forma adequada para manter o nível de renda estadual.

Desse modo, a opção governamental foi pela diversificação da economia gaúcha, buscando direcionar a produção para o mercado interno. Essa diversidade foi buscada conscientemente pelos governos do Rio Grande do Sul, durante a Primeira República, com o propósito deliberado de garantir a auto-suficiência no abastecimento e reduzir a dependência da economia regional em relação a uma pauta estreita de produtos para exportação. Ao contrário da mentalidade importadora, associada ao modelo agroexportador, o PRR afastava em princípio a possibilidade de comprar de outros estados ou do exterior, exceto as mercadorias que não se pudessem produzir internamente. Pretendeu-se evitar que o Rio Grande do Sul fosse tributário de outros estados, incentivando a policultura e o cultivo dos mais diferentes produtos, com a intenção de abastecer o mercado gaúcho e gerar excedentes para exportação.

A falta de condições materiais adequadas ao pleno desenvolvimento da estrutura produtiva da região demandou uma ação mais intensa dos governos republicanos, em função da carência de capitais. O governo tomou a si a tarefa de incrementar a economia de

⁹ Essa visão divergia da proposta da oposição para a economia estadual, que deveria ser a especialização na pecuária, em que detinha vantagens comparativas, cabendo aos governos apoiar especificamente essa atividade, promovendo a “defesa do boi”, tal como ocorria com o café no Estado de São Paulo (Fonseca, 1983).

todas as zonas da região, desenvolvendo os meios de transporte e realizando outros gastos com a promoção do desenvolvimento econômico.¹⁰ Esses gastos foram orientados segundo um modelo pré-concebido de Estado e de sociedade, obedecendo a um projeto de governo que tinha por fim modificar a estrutura produtiva da região, bem como as relações de poder político em nível estadual. Ao buscar a diversificação produtiva e a integração espacial do mercado regional, os governos republicanos atenderam as demandas de setores produtivos que ainda não se haviam constituído como dominantes na região (Pereira, 1996) e conduziram uma verdadeira **reforma econômica** no Rio Grande do Sul.

A continuidade da colonização do norte do Estado, com base na pequena propriedade, teve um papel destacado na realização dos propósitos do PRR para a economia estadual. Criticando a política de colonização do Império, os republicanos colocaram em prática uma política de atração de imigração espontânea, sem deixar contudo de despender recursos públicos para o transporte, assentamento e organização das colônias, até 1914. Enquanto o Governo federal assegurava transporte gratuito até o porto de Rio Grande ou Porto Alegre, o Governo estadual complementava a operação, organizando as colônias, concedendo terras a baixo custo, assistência técnica e outros incentivos, de modo que o imigrante representava dispêndio aos cofres estaduais. A política republicana de colonização propunha “leis que despertem a boa imigração” para continuar a receber colonos, fundamentalmente para expansão da policultura e diversificação da estrutura produtiva, incentivando a expansão da pequena propriedade, justificando-se por isso a legitimidade dos gastos, pois não se tratava da política exercida por outros estados, que preocupavam-se apenas em “importar braços” (Fonseca, 1983).

O Governo também criou colônias oficiais, determinando a ocupação e expansão da população do norte e do noroeste do território estadual e valorizando-o pela ampliação da produção agropecuária em regime de pequena propriedade. As colônias oficiais foram abertas em zona pioneira, como empreendimento coordenado pela Comissão de Terras

¹⁰ Nesse estudo, para fins de quantificação, consideramos como “gastos com a promoção do desenvolvimento econômico” aqueles assim classificados no trabalho de Paulo Roberto Pereira (1996), assim discriminados: obras e serviços prestados visando modernizar a infra-estrutura econômica, incluindo a promoção do desenvolvimento agrícola, industrial e comercial, a infra-estrutura de transportes, de energia e recursos minerais e o saneamento público.

Públicas, que organizou as colônias segundo preceitos positivistas.¹¹ A política de demarcação exercida pela Comissão foi de excepcional importância para a colonização, ocorrendo diversos litígios com proprietários que haviam tomado posse de amplas extensões de terra, caracterizados como “ilegítimos possuidores de latifúndios” (Pereira, 1996). Além de fundar as colônias oficiais, a administração pública interveio em sua gestão e equipamento, dotando-as de rede de comunicações internas, edifícios públicos e escolas, desenvolvendo um esforço superior ao que despenderam os outros estados do Brasil (Roche, 1969:127-9). Ao dar continuidade ao processo de colonização iniciado no período imperial, os governos republicanos promoveram a ampliação da classe dos pequenos proprietários rurais, fomentando assim uma **reforma também social** no Rio Grande do Sul.

Pensamos que as concepções ideológicas e o projeto político do PRR tiveram uma importância decisiva para a configuração do Estado regional e o encaminhamento das políticas públicas. Além disso, na medida em que as ações do Estado transformaram a economia e a sociedade gaúchas, podemos afirmar que aquele projeto e sua fundamentação ideológica desempenharam um papel proeminente na configuração da formação social regional durante a Primeira República. Entretanto, uma compreensão adequada das transformações da sociedade regional não pode se esgotar na percepção da eficácia histórica das idéias e do poder político, pois as condições dessa eficácia estavam por sua vez determinadas pelo movimento de uma estrutura social em que emergiam novas classes e grupos de interesse, tanto no meio urbano como no rural.¹² Assim, uma explicação das ações do Estado regional que se limite ao âmbito do projeto e das concepções do PRR é

¹¹ Essas colônias oficiais foram profundamente diferentes das colônias oficiais do período imperial. Diferenciavam-se desde logo pelo traçado dos lotes que buscava adaptar-se ao meio natural, propiciando acesso equânime aos cursos d'água e o estabelecimento das melhores condições para as vias internas e a localização dos prédios públicos. Houve grande preocupação em garantir a demarcação legal das terras indígenas (kaingangs), reservando-se amplos espaços para a preservação de seu modo de vida e cultura. Também ao contrário da política de colonização seguida no Império, as colônias incorporavam os posseiros e caboclos (o “elemento lusáfricobrasileiro”) que ocupavam terras devolutas destinadas ao assentamento, promovendo-se o convívio com os colonos europeus que trariam a difusão de melhores técnicas de cultivo. Quanto aos europeus, buscou-se a mistura de etnias, evitando-se a formação de guetos. Conforme Sponchiado (1999).

¹² Os apontamentos que seguem até o final dessa seção representam apenas uma tentativa de ampliar a compreensão do processo de transformação da sociedade gaúcha, avançando algumas hipóteses preliminares acerca das relações entre a ideologia, a política e a estrutura sócio-econômica na história do Rio Grande do Sul durante a Primeira República.

apenas uma explicação parcial, que coincide com a percepção dos próprios agentes sociais implicados na direção do aparelho de Estado.¹³

A compreensão das ações do Estado, de seu alcance histórico em configurar a sociedade gaúcha, bem como da importância mesma do ideário e do projeto político do PRR requer a demarcação do campo político pela estrutura de classes em transformação. Vimos que, desde meados do século XIX, paralelamente à perda de dinamismo da pecuária extensiva e das charqueadas, emergiam os novos grupos sociais vinculados à agropecuária colonial, ao seu desenvolvimento comercial, à formação das indústrias e dos bancos regionais, à ampliação do mercado interno e à urbanização.¹⁴ A defesa dos interesses da pecuária tradicional e dos capitais comerciais hegemônicos no período imperial coube ao grupo político liberal, deslocado do poder pelo advento da República e derrotado na Revolução Federalista. Tal defesa, que era a expressão dos interesses do bloco social dominante, fazia-se em nome da liberdade de comércio, das “vantagens comparativas” da pecuária gaúcha — que justificariam uma política econômica em “defesa do boi”; fazia-se, portanto, em oposição às concepções e políticas econômicas dos governos republicanos.

¹³ Essa coincidência presume que aceitamos como geralmente verdadeira a adesão dos agentes responsáveis pela direção do Estado aos valores republicanos e à ideologia positivista, na sua versão “castilhistas”. De todo modo, permanece insuficiente tal explicação do processo histórico (particularmente das ações do Estado regional), que se encerra com o duplo enunciado da proeminência do poder político na ordenação social e da importância da ideologia na condução da ação estatal. Essa insuficiência já fora assinalada por Gunter Axt, referindo-se à política republicana de estatização dos serviços públicos: “Ora, essa explicação do processo histórico em tela [o Estado teria agido funcionalmente, instrumentalizando a acumulação burguesa como um todo] tem se afigurado notavelmente insuficiente. Se comparada às mensagens de Borges de Medeiros à Assembléia, veremos que há uma grande simetria entre o discurso ideológico governista e a interpretação historiográfica corrente, procedimento este que não possibilitou a vantagem de certos questionamentos.” (Axt, 1998:182). Embora pareça-nos correta a afirmação de Axt acerca do aspecto da continuidade do Governo de Vargas em relação a Borges de Medeiros e ao castilhismo, a explicação “aventada” por Axt para as ações do Estado abandona totalmente aquele ponto de vista tido por insuficiente, pois toma o discurso ideológico como mera mistificação dos propósitos do PRR em manter-se no poder. A “autonomia do político” assume aqui uma figura reversa, não apenas insuficiente como também equivocada, pois todas as ações do Estado e suas relações com as classes sociais e grupos de interesse são explicadas, em última instância, como resultado das motivações de um grupo em manter-se no poder. O equívoco resulta da hipótese, arbitrária e unilateral para o processo histórico em questão, de que a construção do Estado é um “processo cujos estímulos residem no objetivo de uma elite dirigente em perpetuar-se no poder de forma autônoma, alijando o máximo possível os segmentos oposicionistas do exercício da cidadania [sic]” e realizando um “esforço político no sentido da consolidação progressiva da máquina estatal”, para interferir de maneira eficaz na sociedade civil e exercer sua dominação (Axt, 1998:184). Por essa via, a explicação de Axt assume uma figura simétrica ao discurso da oposição liberal contra o “inchaço” e o arbítrio do Estado, de cujo controle fora excluída.

¹⁴ Pedro Fonseca já havia assinalado a característica desses novos setores sociais emergentes, em particular os pequenos proprietários rurais, de serem setores “politicamente disponíveis”, que o PRR soube galvanizar em favor de seu projeto de desenvolvimento econômico e de sua legitimação nos embates políticos com a oposição (Fonseca, 1983: *passim*).

Entretanto, buscamos evidenciar no capítulo anterior que a crise da pecuária e das charqueadas decorria, em última instância, da incapacidade do setor em promover sua modernização capitalista, o que já se evidenciava na inferioridade para concorrer com o charque platino e se confirmava na tardia e subalterna introdução dos frigoríficos na economia regional, visto que todos eles foram estrangeiros, atuando em condições de oligopsônio perante os pecuaristas. Por outro lado, o bloco social dominante — no qual podemos incluir, além dos latifundiários pecuaristas da Campanha, os charqueadores e os grandes comerciantes vinculados ao comércio de importação — pouco ou nada tinha a considerar ou oferecer do ponto de vista dos interesses dos novos grupos sociais acima citados — geralmente vinculados ao desenvolvimento da produção e do mercado interno regionais.¹⁵

A peculiaridade da situação criada no Rio Grande do Sul, com o golpe militar que instaura a República dos Estados Unidos do Brasil, permitiu a ascensão do PRR, a manutenção de seu poder pela força das armas e a aprovação da Constituição “castilhistas” de 1891. A ruptura política materializou-se na perda de poder do setor socialmente dominante, já duramente atingido pela crise econômica, em vista da dissolução do escravismo e do declínio das exportações de charque. O novo grupo político, que ascendia ao poder e em pouco tempo passava a deter o controle estrito do aparelho de Estado, encontrou condições de implementar seu projeto político de transformação “dentro da ordem” da economia e da sociedade gaúchas. As características desse projeto e das concepções do PRR, anteriormente assinaladas e cujos desdobramentos práticos tratamos de evidenciar ao longo desse capítulo, apontavam para o mesmo sentido em que rumavam as transformações da estrutura sócio-econômica da região, isto é, no sentido da diversificação social e econômica e da ampliação da produção e do mercado regionais. Essa particular **afinidade** entre a perspectiva ideológica dos dirigentes republicanos e o movimento da estrutura sócio-econômica abria ao PRR a possibilidade de fundamentar sua dominação não apenas no aparelho coercitivo do Estado, mas também na hegemonia sobre diversos setores sociais e grupos de interesse.

¹⁵ Essa virtual incapacidade hegemônica do bloco social dominante ficou evidenciada, ao final do período imperial, pela solução livre-cambista que reivindicava, através do Partido Liberal, para o impasse da concorrência com o comércio de contrabando oriundo do Uruguai, conforme consideramos na terceira seção do capítulo anterior.

Essa possibilidade parece ter se concretizado, na medida em que as ações concretas do Estado sob a direção do PRR, sempre justificadas segundo o ideário do partido, favoreceram de um modo geral o crescimento econômico e a melhoria das condições de vida, beneficiando os novos e amplos grupos sociais emergentes.¹⁶ Para a construção de uma dominação hegemônica concorreram tanto o atendimento aos interesses dos novos grupos sociais por meio da ação do Estado, quanto a formulação e sustentação de um discurso público que polarizou a sociedade gaúcha e atraiu novos quadros para o partido e o aparelho de Estado. Tal circunstância requereu considerável grau de coerência entre o discurso público, sempre atento à justificação doutrinária e racional, e a ação mesma dos governantes. As condições para o estabelecimento de um relativo consenso social em torno da dominação do PRR — longo processo que alarga paulatinamente as bases sociais dessa dominação e alcança amplitude máxima sob o Governo de Vargas (1928) — completaram-se pela eficácia das políticas republicanas em alcançar os resultados que propugnava, conferindo legitimação às novas instituições republicanas e seus dirigentes.¹⁷

Tendo em vista as transformações sócio-econômicas representadas pela expansão da agropecuária colonial, pela emergência da indústria e pela urbanização, bem como as condições políticas nacionais que determinaram a instauração da República e a conseqüente ruptura política no Rio Grande do Sul, é possível compreender a importância decisiva das concepções e do projeto do PRR para a ordenação da sociedade gaúcha. O ideário positivista, em sua adaptação castilhista foi o fundamento do discurso público dos governos republicanos. Foi também um recurso doutrinário e ideológico suficientemente consistente de que se valeram os republicanos para se orientarem na crítica situação em que assumiram o comando do Estado regional. Encontraram na doutrina partidária o respaldo ideológico

¹⁶ Seguramente, o crescimento econômico também acomodava os interesses do setor pecuário-charqueador, que beneficiou-se da expansão da demanda interna, no caso do charque, dos couros e da lã, como vimos no capítulo anterior. Inversamente, as crises conjunturais das exportações da pecuária tendiam a aumentar a inquietação política na Campanha, pois o PRR era responsabilizado por não atender as reivindicações do setor em seu favor, não concedendo crédito e tributando a propriedade da terra (Fonseca, 1983: *passim*).

¹⁷ A nova ordem social burguesa legitimava-se assim pelo exercício de formas de dominação que rompiam com a tradição e o patrimonialismo (ver a respeito Targa, 1998a). Embora a dominação estivesse apoiada em um discurso público e, por determinação constitucional, na realização periódica de eleições, o PRR valeu-se de diversos expedientes para fraudar sistematicamente o processo eleitoral, na medida em que a legitimação não se fundava na representatividade. A dominação política exercida pelo PRR também caracterizou-se pela utilização do aparelho de Estado para assegurar ampla votação nas zonas coloniais, cooptar lideranças políticas do antigo Partido Conservador e estabelecer uma nova rede de dominação política (ainda que distinta do coronelismo tradicional, fundado na grande propriedade fundiária).

necessário para uma prática política de caráter republicano e as justificações racionais para as ações do Estado que promoveram o desenvolvimento econômico regional. A afinidade entre o projeto político do PRR e os interesses dos novos grupos sociais emergentes manifestou-se em diversas ações do Estado, evidenciadas ao longo desse capítulo.

2.2. Finanças públicas estaduais: gastos públicos e tributação

A administração das finanças públicas foi realizada segundo critérios rigorosos e formalmente subordinada às considerações da Assembléia dos Representantes,¹⁸ sendo os resultados fiscais superavitários em quase todos os anos durante a Primeira República. A manutenção de orçamentos equilibrados refletia a preocupação com o bom uso do dinheiro público, adotando-se a máxima austeridade e criticando-se o recurso à criação de novos impostos e o endividamento público (Carvalho, 1996). Argumentava-se que o dinheiro público era da coletividade, sendo o déficit público um déficit dos cidadãos, de modo que o governo estaria devendo o que não era dele.

O financiamento dos gastos com o desenvolvimento econômico fez-se, em sua maior parte, com superávits da realização orçamentária (saldos das receitas ordinárias sobre despesas ordinárias).¹⁹ O governo buscava o máximo de austeridade na execução dos gastos, tentando obter os saldos positivos, com os quais financiava a maioria das obras públicas necessárias. O equilíbrio orçamentário propugnado foi necessário para o financiamento dos investimentos, tendo funcionado a rígida divisão orçamentária entre gastos ordinários e extraordinários (que podiam ser adiados) como instrumento de controle de todo gasto público (Carvalho, 1996). Os empréstimos foram admitidos somente em casos de aplicação produtiva, como em obras de interesse público geral.²⁰ Por isso, os

¹⁸ O caráter público dos debates sobre os gastos e o orçamento estaduais na Assembléia dos Representantes cumpria apenas o papel de influenciar a formação da opinião pública, pois, segundo a Constituição estadual, o Presidente tinha competência exclusiva para organizar, reformar ou suprimir serviços públicos incluídos nas verbas orçamentárias. A iniciativa parlamentar era cabível apenas para controlar os gastos, jamais para aumentá-los. E o Governo sempre detinha a maioria na Assembléia (Pereira, 1996).

¹⁹ Também foram utilizados recursos das Caixas de Depósitos Populares, instituídas em 1914 pelo Governo Estadual, com o propósito de fomentar a poupança de pequenas quantias pelos cidadãos, com garantia oficial e postos de recolhimento em todo o interior do Estado (Pereira, 1996; Lagemann, 1999).

²⁰ A restrição da ideologia positivista ao crédito e ao endividamento público representava uma limitação para a ação econômica do Estado regional, tal como indica Fonseca (1985). Essa restrição ao crédito, associada ao preceito do orçamento equilibrado, distinguem a política econômica dos governos republicanos positivistas de uma política desenvolvimentista em senso estrito. Entretanto, tais limitações de fundo ideológico parecem não ter impedido a ampliação da agenda do Estado, como buscamos evidenciar nesse capítulo.

governos estaduais também se lançaram em empreendimentos que romperam o equilíbrio das finanças públicas, como a encampação da barra e do porto de Rio Grande e da Viação Férrea, que provocaram o endividamento do Estado.

Com relação à política de gastos públicos, pode-se afirmar que, após o período de guerra civil e consolidação do poder republicano, durante o qual as despesas foram restringidas drasticamente (exceto as relacionadas à segurança pública), em 1898, os gastos já denotavam um programa de desenvolvimento para o Rio Grande do Sul, uma ação econômica e política de caráter estratégico para a dinamização da economia regional e para a consolidação do PRR no poder (Pereira, 1996). Desde aquele ano, o Governo manifestava publicamente o objetivo de investir na infra-estrutura de transportes, mas os recursos eram escassos e inviabilizavam uma interferência mais efetiva no setor, sujeito às concessões federais para a rede ferroviária e os portos. As despesas realizadas desde então buscaram eliminar os obstáculos que se antepunham ao desenvolvimento das forças produtivas no Rio Grande do Sul, correspondendo a uma política deliberada por parte do Governo (Pereira, 1996).

Nos gastos públicos estaduais com a promoção do desenvolvimento econômico, predominaram, até 1912, aqueles concernentes à política agrícola e de transportes, com o objetivo de acelerar a expansão da produção colonial e o desenvolvimento de relações mercantis entre as colônias e Porto Alegre (Pereira, 1996). A precariedade dos transportes na Campanha não se comparava à da região serrana, mais acidentada e de recente colonização. Assim, o Governo, mesmo procurando dotar de melhores vias as duas regiões, deu certa prioridade à zona colonial e ao Planalto (Fonseca, 1983). A prioridade dos gastos recaiu sobre a modernização da produção agrícola e da infraestrutura de transportes rodoviário e hidroviário no nordeste e norte do Estado. A modernização da agricultura foi buscada através da implantação de estações agronômicas e escolas técnicas e da concessão de incentivos para aquisição de instrumentos e difusão de novas técnicas (Pereira, 1996).

A partir de 1912, ganharam destaque os investimentos referentes à política denominada de “socialização dos serviços públicos”, que significava a postulação do Estado pelo controle público dos portos, das hidrovias e das ferrovias da região, em benefício de toda sociedade. As empresas estrangeiras que exploravam as ferrovias e realizavam as obras de desobstrução da barra e a administração do porto de Rio Grande,

sob concessão da União, eram responsáveis por atrasos, má administração e altos custos desses serviços de infraestrutura, o que levou o Estado regional a assumir atitudes visando à encampação dessas empresas, apoiado em suas concepções ideológicas.²¹ Desde então, as responsabilidades econômicas e sociais do Estado aumentaram com rapidez (Love, 1975:132). A melhoria das condições de infraestrutura de transportes na região vinculava-se à repressão ao contrabando e à saída de exportações estaduais através do Uruguai, buscando-se garantir a integração espacial do território em favor do desenvolvimento econômico e do fisco estadual.

A reorientação dos gastos públicos destinados à promoção do desenvolvimento econômico, de 1916 a 1929, fez com que se elevasse progressivamente a parcela referente à modernização da infraestrutura de transportes, que representavam ao final do período quase a totalidade daqueles gastos (Pereira, 1996). Essa política seguiu o planejamento traçado através do Plano de Viação Geral do Estado, de 1913, que estabeleceu as seguintes metas: interligar a zona agrícola ao porto de Porto Alegre e este ao de Rio Grande, criar a infraestrutura física necessária para dinamizar as relações comerciais do Estado, fazendo da capital o principal parceiro comercial da zona agrícola colonial e do porto de Rio Grande o centro exportador desses produtos ao mercado nacional e internacional. Nesse sentido, a incorporação dos portos de Porto Alegre (1913) e Rio Grande (1919) e da Viação Férrea (1920) à administração estadual foi de crucial importância para o projeto do Governo (Pereira, 1996:228).

Na primeira década republicana, apesar de assumir novas funções na navegação fluvial,²² o Governo do Estado nada pôde fazer diante da paralisação dos projetos para desobstrução da barra de Rio Grande.²³ Essas obras deveriam solucionar um problema histórico para a navegação marítima e o comércio estadual, mas desde 1893 não havia definição do Governo federal sobre qual o projeto a ser seguido e qual empresa realizaria as

²¹ As decisões do poder executivo eram secundadas no parlamento, onde um parecer da Comissão de Orçamento, em 1921 apoiava a encampação desses serviços argumentando que “a socialização é sempre preferível em empreendimentos que tenham por lema o interesse público, em se tratando de um governo austero, rígido fiscalizador das rendas públicas e da sua arrecadação, *maxime* em países novos, de escassos capitais e iniciativas muito limitadas” (citado por Axt, 1998:167).

²² Em 1894 o Governo estadual assumiu os serviços de balizamento das rotas de navegação fluvial, atribuição anterior do Ministério da Marinha (Axt, 1998:148).

²³ A movimentação das correntes marítimas produzia acúmulo de sedimentos no fundo do canal, implicando a redução de sua profundidade e dificultando a navegação de navios de grande calado. A solução do problema

obras, pois fora rescindido o contrato firmado pelo Governo imperial. Em 1905, o Governo estadual declarava a sua intenção de assumir a realização das obras, caso a União não pudesse fazê-lo, sugerindo a transferência do serviço para a administração pública estadual, nas mesmas condições oferecidas às empresas particulares (Axt, 1998:150).

A pressão do Governo estadual surtiu efeito, pois a União firmou um novo acordo para a realização das obras, com uma empresa norte-americana, em 1906. Entretanto, o novo contrato passava a incluir direitos de exploração do porto de Rio Grande, direitos de realização de serviços em canais internos, bem como a preferência para exploração dos portos auxiliares de Pelotas e Porto Alegre, além das obras de desobstrução da barra. Em princípio o novo contrato foi visto favoravelmente pelo Governo estadual, pois parecia viabilizar uma solução relativamente breve para o problema histórico da barra (Axt, 1998).

Em 1908 o contrato foi transferido para uma empresa francesa, quando já manifestava-se o descontentamento do Governo estadual com o atraso nas obras. Além disso, pretendendo realizar por conta própria os serviços de melhorias nos canais interiores e do porto de Porto Alegre, o Governo passou a questionar o privilégio extensivo do novo contrato. A desobstrução dos canais interiores e a construção de um cais moderno em Porto Alegre eram vistas como complementares à abertura da barra (Axt, 1998:152). O Governo estadual buscou participar da renegociação do contrato entre a empresa francesa e o Governo federal, criticando o contratante por visar unicamente os interesses privados de sua empresa, contrários aos interesses do comércio e da navegação estaduais. Criticava também a garantia de juros elevados e as decorrentes tarifas também elevadas dos serviços portuários, propondo-se a assumir as obrigações e privilégios do contratante. Esboçava-se, assim, um conceito de encampação, justificado pelo dever do Estado em resguardar os interesses da sociedade frente a ação restritiva e privilegiada dos interesses privados (Axt, 1998: 153-4).

Conseguindo flexibilizar o contrato, o Governo estadual tratou de encomendar a terceiros as obras de desobstrução dos canais interiores. Adquiriu também equipamentos e obteve a destinação crescente de verbas orçamentárias para a realização dessas atividades como serviço público regular. Em vista disso, encampou em 1911 uma empresa privada,

implicava obras de grande porte para a fixação dos molhes da barra do Rio Grande, sem a qual ocorreria sempre nova obstrução.

que atuava no rio Caí, realizando obras sob encomenda para a desobstrução e melhoria das condições de navegação (Axt, 1998:154-5).

Enquanto isso, também tiveram início, em 1909, as obras de desobstrução da barra e construção de novo porto em Rio Grande, levada a cabo pela empresa francesa. A desobstrução foi obtida em 1915 e, desde 1918, a complementação dos trabalhos de fixação da barra assegurava a passagem regular de barcos oceânicos até o porto marítimo do Estado (Franco, 1983:135).

Entretanto, em 1912, quando o Governo estadual pretendeu assumir a realização das obras do porto auxiliar de Porto Alegre, através de concorrência pública, nova polêmica e batalha jurídica havia se estabelecido com a empresa francesa e o Governo federal. A empresa pretendeu barrar a iniciativa do Governo estadual, reclamando agora seu privilégio de exploração do porto auxiliar. O Ministério da Viação e Obras Públicas entendia que a obra e a responsabilidade relativa às concessões era de atribuição federal, impondo-se a garantia do contrato e dos interesses da permissionária, para evitar-se ameaça de retração do ingresso de capitais estrangeiros no país (Axt, 1998:156). O Governo estadual ofereceu tenaz resistência ao Ministério, conseguindo, através da pressão política e de protestos e após uma disputa jurídica, ver reconhecidos os direitos do Estado em relação aos portos dos rios interiores, por onde trafegassem as embarcações exclusivamente pelo território estadual. Garantiu-se assim as condições para cumprir a resolução, tomada em 1911, de construir um porto moderno e aparelhado na capital (Franco, 1983:134-5). O Governo pôde então proceder à nova concorrência para a desobstrução de canais interiores e construção do cais de Porto Alegre, tendo-se iniciado essas últimas obras em 1914 e concluído-se as primeira e segunda etapas em 1921 e 1927.

A partir de 1916, o Governo de Borges de Medeiros iniciou nova ofensiva política junto ao Governo federal contra o contrato firmado com a empresa francesa, por vincular as obras de desobstrução da barra à exploração do porto de Rio Grande. Solicitava também a revisão do regime tarifário e as garantias de juros. Recebendo desta vez favoravelmente o pleito do Estado, o Governo federal principiou as tratativas para uma encampação amigável, acabando também a empresa concessionária por ceder às pressões, firmando convênio com o Governo estadual para concretizar a encampação. A União responsabilizou-se pelas indenizações da encampação da barra e o Estado pelas

indenizações relativas ao porto. A administração direta estadual da barra e do porto começou em 1919. O propósito anunciado pelo Governo não era de obter novas fontes de receita, mas sim dotar o Estado de um porto livre, propulsor do desenvolvimento econômico (Axt, 1998:157-61). “A encampação do porto e da barra de Rio Grande figurava ao plano da política econômica borgista como uma medida integrada não apenas aos portos auxiliares de Porto Alegre e Pelotas e à desobstrução dos canais interiores, mas também à estatização da Viação Férrea” (Axt, 1998:164-5).

Em 1920, um acordo com o governo Federal acarretou a absorção do patrimônio da rede ferroviária pelo Estado, encerrando um longa trajetória de prestação de serviços insatisfatórios e caros por uma empresa concessionária belga. O Estado também determinou a intervenção em minas de carvão, passando a conduzir diretamente a exploração do mineral, pois os novos serviços de desobstrução e navegação fluvial, além da termelétrica municipal de Porto Alegre, consumiam grandes quantidades de carvão. Em vista do encarecimento do carvão durante a guerra, o Estado buscou assegurar-se de autonomia em seu fornecimento.

Nos anos 1920 observou-se um grande aumento no movimento do porto de Rio Grande. A administração estimulou esse resultado através de uma política de reduções e isenções de tarifas, que atraiu as embarcações que faziam a rota entre a Europa e o Prata. Sob a administração do Estado, os serviços melhoraram, as tarifas foram reduzidas (isenções ou reduções representaram cerca de 30% da receita), e o porto foi operado sem déficit. A redução das tarifas conjugada à regularização do tráfego ferroviário após a encampação trouxe expressiva redução da saída de mercadorias pelo Uruguai. As encampações viabilizaram uma política tarifária integrada para o sistema de transportes, que concorreu no combate ao contrabando e no conseqüente incremento da arrecadação estadual a partir da ampliação do movimento junto às coletorias dos portos (Axt, 1998:162,168,173).

Por três vezes, nos anos 1920, os governos estaduais requereram autorização da Assembléia dos Representantes para contrair empréstimos vultosos. Em 1921 e 1927, esse endividamento foi justificado principalmente pelas encampações do porto e da rede ferroviária, argumentando-se que as dívidas não serviam para saldar compromissos anteriores e podiam ser amortizadas com recursos ordinários, garantidos pelos saldos

fiscais positivos (Axt, 1998:169). O Estado pleiteou a realização do endividamento público em 1921 (10 milhões de dólares) para regularizar a liquidez nas praças estaduais. Para realizar as encampações, o Governo valeu-se de recursos próprios e também das Caixas de Depósito Populares, instituídas em 1914, os quais compunham parcela significativa dos passivos dos bancos estaduais. O emprego maciço desses recursos nas encampações agravou as dificuldades de escassez de meio circulante e restrição do crédito bancário que já se manifestavam na economia regional.²⁴

A encampação da Viação Férrea, em 1920, foi justificada pela necessidade de atender ao reclamo geral das classes produtoras e do comércio. O Estado considerou um dever chamar a si a responsabilidade de operação das ferrovias, pois estava convicto de que se não o fizesse o transporte ferroviário seria completamente paralisado, em vista do acúmulo de problemas da administração da empresa belga, concessionária junto à União.

A encampação encerrou um longo período de desorganização dos serviços, precários e caros, nas ferrovias estaduais. Os diversos ramais ferroviários possuíam distintas companhias concessionárias, até 1905. Em 1898, o Governo do Estado apresentara proposta para o arrendamento da estrada de ferro federal de Porto Alegre a Uruguaiana (o ramal central), mas as divergências com a administração federal de Prudente de Moraes levaram esta a tomar medidas frontalmente hostis ao Rio Grande do Sul, entre elas a entrega do arrendamento à firma belga (Franco, 1983:102). O descontentamento da praça comercial de Porto Alegre com os serviços registrava-se já nos primeiros anos do século XX. Em 1902, as altas tarifas cobradas pela empresa belga permitiam a concorrência das praças comerciais do sul, através de outra ferrovia, administrada por outra firma (inglesa), que ligava o centro do Estado ao porto de Rio Grande, favorecendo o comércio de Rio Grande e Pelotas em detrimento de Porto Alegre (Franco, 1983:108).

²⁴ Segundo Axt (1998), a crise bancária dos anos 1920/21 no Rio Grande do Sul parece ter sido provocada pelo “vasto plano intervencionista” e “investidas estatistas” dos governos republicanos (166-7). Embora seja razoável supor que o emprego dos recursos de que dispunha o Estado regional na rede bancária tenha restringido a liquidez, a interpretação do autor é exagerada, fazendo eco à crítica dos liberais de então à política econômica dos governos estaduais. Segundo Lagemann (1985:163-5), a recessão mundial em 1920 manifestou-se no Brasil pelo lado financeiro, pela restrição de crédito, por atrasos nos pagamentos do Governo federal aos seus fornecedores e pela queda dos depósitos bancários. Regionalmente, a retração do mercado internacional criou para a pecuária uma crise sem precedentes, que estendeu-se de 1920 a 1923. No período 1920/22, reduziram-se os depósitos tanto dos grandes como dos pequenos bancos estaduais, montando a retirada líquida em cerca de 10% dos saldos totais de depósitos bancários ao final de 1919.

A disparidade de empresas concessionárias, com administrações desconexas, gerava ineficiência e insegurança, sendo que as tarifas não eram uniformes. Quando, em 1905, quase toda a rede ferroviária estadual (três dos cinco ramais) foi arrendada à mesma firma belga, houve algum entusiasmo com a unificação, pois a firma também obrigava-se a concluir novos trechos. Logo a seguir, porém, configurou-se uma reação desfavorável no sul do Estado, que experimentou uma piora nos serviços, sendo a sede da administração da ferrovia da zona sul estabelecida à distância, em Santa Maria. Nos anos seguintes, a oposição à firma belga generalizou-se, pois os serviços não corresponderam também às expectativas dos produtores e comerciantes do norte. Havia insuficiência de vagões, gerando perdas para o comércio, má administração, atrasos, desvios de mercadorias, mesmo com a administração centralizada por uma única empresa. Em 1917 ocorreram greves dos trabalhadores ferroviários, por duas vezes, paralisando os serviços (Franco, 1983:109-11).

O Governo estadual pleiteava por uma intervenção federal. A insistente pressão do Estado afinal sensibilizou a União, provocando a rescisão do contrato e passando o Estado do Rio Grande do Sul a ser o arrendatário e administrador da Viação Férrea, em 1920. A partir daí, observou-se grande melhoria na qualidade dos serviços e o estabelecimento de um regime tarifário criterioso e uniforme (Franco, 1983).

A ampliação do campo de atuação econômica do Estado não atingiu a produção de energia elétrica na escala que seria necessária ao progresso futuro do parque industrial regional. A administração pública preocupou-se apenas com a geração de energia para a iluminação pública e com a auto-suficiência no provimento de carvão para essa geração termoelétrica de energia. A maioria dos estabelecimentos industriais acabou por estabelecer suas próprias fontes geradoras.²⁵ Fosse por falta de previsão ou, mais provavelmente, por falta de recursos, a geração de energia elétrica para fins industriais não ocupou a administração estadual, tornando-se posteriormente um ponto de estrangulamento para o desenvolvimento industrial.

A política de gastos dos governos estaduais apoiou-se basicamente na arrecadação tributária, que sofreu grandes mudanças no período. O Governo estadual implantou, em 1902, uma reforma tributária que visava à extinção progressiva do Imposto de Exportação,

que encarecia e dificultava a colocação dos produtos gaúchos nos mercados regionais brasileiros. O propósito era favorecer a diversificação da pauta de exportações e sua expansão, através de isenções, bem como proteger as indústrias, gravando em maior grau as exportações de matérias-primas. Apesar de não lograr a extinção total do imposto, inúmeras reduções e isenções foram concedidas, de modo que o montante da renúncia fiscal desse imposto (isenções em relação à arrecadação potencial) já atingia cerca 40% em 1908, alcançando em cerca de 70% na década de 1920. A recuperação das receitas perdidas pela renúncia fiscal deu-se através da criação de um novo imposto territorial, que incidia progressivamente sobre a propriedade da terra. A reforma atendia ao preceitos positivistas, contrários aos impostos indiretos e favoráveis à justiça fiscal, pois a tributação da propriedade da terra era vista como uma justa retribuição pela utilização individual de um bem social por sua natureza (Carvalho, Pereira, Almeida, 1998).

Os recursos orçamentários foram empregados também em educação e saúde públicas.²⁶ O ensino básico recebeu um tratamento extremamente privilegiado pelos governos positivistas, que promoveram o alargamento do sistema educacional de base (Targa, 1996d). “O ensino, a cargo do Estado, era livre, leigo e gratuito, como o material escolar fornecido a todos os estudantes, o mesmo acontecendo com o ensino médio nos estabelecimentos estaduais” (Ferreira Fº, 1976:283). O Governo estadual criou várias escolas técnicas de nível médio (agrícolas, industriais e comerciais), inclusive internatos gratuitos para filhos de operários, que serviam de entrada para a Universidade. Em 1907, o Rio Grande do Sul possuía 228 crianças matriculadas por mil habitantes em idade escolar, enquanto São Paulo tinha 162 e Minas Gerais, 141 (Love, 1975:116).

2.3. Regulação dos mercados, abastecimento e incorporação do proletariado

Durante as três primeiras décadas do século XX, especialmente a partir da Primeira Guerra Mundial, os governos estaduais buscaram organizar os produtores agrícolas e agroindustriais a partir de suas entidades representativas ou mesmo estimulando a sua

²⁵ Os dados relativos às fontes de geração de energia dos estabelecimentos industriais serão comentados no Capítulo 3.

²⁶ Não dispomos dos dados relativos a esses gastos de caráter social dos governos estaduais no período. As despesas com educação tiveram um lugar destacado no orçamento ordinário, sendo a principal rubrica das despesas em época de paz (Levine, 1975). Nessa área, assim como na área da saúde, o Estado permitia o livre

organização, através da formação de “cartéis” (Bak, 1977). O objetivo das associações corporativas que foram assim constituídas era o de regular a produção e os mercados dos principais produtos gaúchos (arroz, banha, vinho, fumo, charque). Procurava-se controlar a oferta, evitando a queda de preço por excesso de produção e a conseqüente desorganização do mercado. A busca de melhores preços e condições de apropriação de lucros pelos produtores regionais realizou-se também pela disputa desses “cartéis” pelo domínio das linhas de comércio com o Rio de Janeiro e São Paulo. O controle da qualidade dos produtos, o combate às falsificações e a pesquisa de melhorias técnicas para a produção também foram atribuições dessas associações de produtores, que trabalhavam em estreita colaboração com o Estado regional.²⁷ Dessa colaboração resultou também a ordenação do abastecimento interno, visando a assegurar bens de consumo alimentar a preços de venda controlados, através da armazenagem de grãos e da construção e operação de abatedouros públicos.

A ação econômica do Estado também alcançou o mercado financeiro, através da atuação na esfera da poupança popular. O Governo instituiu, em 1914, as Caixas oficiais de Depósitos Populares, que utilizavam a estrutura das coletorias estaduais, oferecendo à população rural a possibilidade de realizar a poupança de pequenas quantias, com garantia oficial. Os recursos eram depositados em parte na rede privada, nos bancos que serviam ao Governo (até 1928), ampliando a liquidez da economia estadual. Os recursos serviram também para cobrir déficits da rede ferroviária, após a sua encampação (Lagemann, 1985:81).

No último governo republicano do período (Getúlio Vargas), consolidou-se uma importante flexibilização da doutrina positivista, passando-se a aceitar o papel do crédito para o desenvolvimento econômico. Em 1928, o Governo criou o Banco do Estado do Rio Grande do Sul, atendendo ao apelo do setor primário, em vista da histórica dificuldade de fornecimento de crédito de longo prazo — hipotecário — pela rede bancária privada.²⁸

exercício profissional, facultando-se à população o acesso às mais diversas formas de atendimento de saúde e de formação educacional.

²⁷ Sobre a experiência corporativista de organização dos produtores agrícolas e agroindustriais no Rio Grande do Sul, ver Bak (1977) e Pesavento (1983).

²⁸ Visando também a implantação desse banco hipotecário e de crédito rural, o Governo estadual justificou perante a Assembléia dos Representantes a terceira operação de empréstimo e endividamento público nos anos 1920, que alcançou um total de 42 milhões de dólares (Axt, 1998:172). Desde a primeira operação de crédito assumida pelos governos estaduais, em 1921, tornava-se patente que o PRR deslocava-se de uma

Além da carteira de crédito hipotecário, de baixa rentabilidade, o banco estatal também operava com crédito comercial (Lagemann, 1985). Esse banco passou a financiar o crédito hipotecário de longo prazo nos meios rurais e urbanos, atuando como um “banco de desenvolvimento” (Love, 1975:132).

A preocupação dos governos estaduais com abastecimento interno de bens de consumo essenciais à população local conduziu a diversas intervenções da administração pública no mercado. A liberdade de comércio foi severamente restringida quando, em 1914, o Governo estadual decretou a proibição da exportação de feijão e outros gêneros alimentares para fora do Estado, a fim de evitar a alta de preços e o conseqüente sacrifício dos consumidores sul-rio-grandenses. A proibição iniciou-se no segundo semestre, depois do início da guerra na Europa, quando ocorria em toda parte um incremento da demanda por produtos essenciais. O Governo justificava a fiscalização oficial sobre o comércio de cereais, em particular do feijão, que perdurou após 1914, por se tratar de um gênero de primeira necessidade, especialmente para as classes pobres. Apesar das reclamações dos comerciantes, manteve-se o controle das exportações de feijão até o final da guerra (Franco, 1983:120-5).

Durante a greve geral de 1917, que paralisou Porto Alegre numa época de carestia e escassez de gêneros de primeira necessidade, o Governo do Estado novamente determinou a suspensão das exportações de gêneros alimentícios do Rio Grande do Sul. O objetivo, como antes, foi garantir o abastecimento da população local e conter a elevação dos preços internos, pois a greve era motivada pela compressão dos salários reais. Nesta greve, como já ocorrera nas greves de 1906 na capital, os governantes gaúchos atuaram apoiados nos princípios positivistas para buscar soluções para os conflitos.

Mesmo defendendo o privatismo nas relações de trabalho, no que concordava com os empresários, a administração positivista assumiu posturas de cunho social, favorecendo medidas estatais de proteção aos trabalhadores industriais.²⁹ Era preciso, segundo os preceitos positivistas, promover a incorporação do proletariado à sociedade moderna, sendo

posição ortodoxa em matéria financeira para admitir e bater-se pela legitimidade das operações creditícias (idem, 171). Nesse aspecto, como em outros, o PRR revelava que a adesão à doutrina positivista não implicava em um dogmatismo estreito, que desviasse o poder público da realização das políticas julgadas necessárias ao desenvolvimento econômico regional.

²⁹ Era próprio do pensamento positivista dos políticos gaúchos combinar a oposição à regulamentação das relações de trabalho pelo Estado ao protecionismo estatal sobre os trabalhadores (Petersen, 1979:280).

papel dos governos acelerar essa incorporação pela via pacífica do aperfeiçoamento moral do proletariado e também da burguesia, sem prejuízo de medidas imediatas que atendessem às reivindicações justas (Ferreira Fº, 1976). Diante do crescimento das cidades e do aumento da concentração operária, a administração pública estadual atuou de forma abrangente para a garantia da ordem social e a prevenção dos conflitos. Com esse propósito, o Governo estadual empenhou-se decisivamente nas melhorias urbanas, nomeadamente através de incentivos fiscais nas áreas de transporte, habitação e saneamento e na área da educação formal, criando escolas para formação profissional.

Na Constituição estadual, os políticos republicanos haviam consagrado novos direitos para os operários empregados pelo Estado. Eles passaram a ter as mesmas garantias dos funcionários públicos em geral, com redução da jornada para oito horas, férias remuneradas e aposentadoria por invalidez. Criou-se um Instituto de Assistência Judiciária, que dava condições aos operários de reclamarem seus direitos em juízo. No programa republicano, constava a proteção a menores, mulheres e velhos, o reconhecimento do direito de greve por salário e a legitimidade da pressão moral sobre as empresas para harmonizar os interesses do capital e do trabalho, sugerindo-se a criação de tribunais de arbitramento para solução dos conflitos.³⁰

A greve geral de 1917 aglutinou os operários e a parcela pauperizada da população, paralisando a cidade de Porto Alegre.³¹ O Governo reconheceu a legitimidade do movimento e tomou medidas para resolver o problema. Na ocasião, considerou a suspensão temporária do trabalho como um recurso legítimo de reivindicação, quando tem um fim justo, razoável e proporcionado às condições gerais do meio e do momento. Já em 1906, o Governo havia se apresentado como protetor da ordem e de um acordo justo entre as partes, durante as greves então ocorridas na capital do Estado. Novamente, em 1917, observou-se o esforço do PRR em se apresentar como representante dos interesses dos trabalhadores, sem criar um antagonismo entre isso e o fato de também se apresentar como defensor das

³⁰ A Constituição de 1891 do Rio Grande do Sul foi a primeira na América Latina a inserir normas em defesa dos trabalhadores. Esses preceitos constitucionais e outras idéias programáticas dos positivistas teriam conseqüências na esfera federal, após 1930, quando foram levadas pelo castilhistas Lindolfo Collor, servindo de base às leis trabalhistas (Ferreira Fº, 1976).

³¹ Geralmente, aceita-se que as greves de 1917 a 1919 se deveram à elevação dos preços dos gêneros alimentícios básicos em decorrência de sua exportação para os países aliados durante a Primeira Guerra. Segundo Pinheiro (1977:160), houve uma forte queda do salário real dos operários entre 1917 e 1921. A

classes produtoras. Na verdade, recorrendo sempre aos princípios positivistas, o Estado pretendia apresentar-se como estando acima dos interesses sociais específicos, assumindo a postura de organizador da sociedade gaúcha (Pinto, 1986:66-8).³²

Nesse contexto, o Governo de Borges de Medeiros interveio decisivamente para a solução do conflito. Recebeu em sua sede uma comissão representativa dos grevistas, concedendo reajuste de 25% ao funcionalismo público e a redução de sua jornada de trabalho, além de decretar a suspensão do embarque de gêneros de primeira necessidade para fora do Estado, buscando provocar a queda de seus preços. O Governador também instruiu o Intendente da Capital e a Brigada Militar para que atuassem junto aos empresários, instando-os a conceder aumentos salariais.³³ Essa postura do Governo do Estado constitui mais uma indicação do caráter singular de sua intervenção nas relações econômicas e entre as classes sociais.³⁴

2.4. Resultados da ação econômica do Estado

Observamos que a ação econômica do Estado manifestou-se em diversas áreas e seguiu uma trajetória de **crecente comprometimento com a solução de problemas concretos da economia gaúcha**. Isso foi feito através de gastos públicos com a promoção do desenvolvimento econômico, classificação que abrange obras e serviços prestados visando modernizar infra-estrutura econômica, incluindo promoção do desenvolvimento agrícola, industrial e comercial, infraestrutura de transportes e recursos minerais e saneamento público (Pereira, 1996). Esses gastos cresceram durante todo o período da Primeira República, exceto entre 1912 e 1918, quando a queda das transações externas

eclosão da guerra provocou, assim, uma inflação constante nesse período, no qual transcorreu um ascenso do movimento operário.

³² “A presença da doutrina como justificativa teórica para uma tomada de posição frente a um movimento grevista é um claro indicador de que o PRR era um partido que, ao contrário dos chamados oligárquicos, governava a partir de princípios ideológicos definidos e que serviam realmente como base para a tomada de decisões” (Pinto, 1986:67-8).

³³ Segundo Joseph Love, o Governador Borges de Medeiros obrigou os empregadores de Porto Alegre a aumentar os salários (Love, 1975:132).

³⁴ Pouco tempo depois, ainda em 1917, o mesmo Governo assumiu o papel de representante dos ferroviários em greve, com a concordância desses, na reunião com os delegados da Viação Férrea e do Governo federal (Petersen, 1979). Para atestar a singularidade dessa posição dos governos republicanos gaúchos, considere-se que em São Paulo existia uma total colaboração entre os empresários e as forças de repressão. A presença do Estado diante dos trabalhadores colocava-se, desde a primeira instância, como força repressiva, como tratamento policial dos conflitos advindos da expansão das relações de assalariamento e da conseqüente

provocou redução da arrecadação e contenção geral de gastos. Em termos reais, o orçamento total do Estado do Rio Grande do Sul cresceu 580%, entre 1893 e 1929, enquanto as gastos com promoção do desenvolvimento cresceram mais de 15.500%. O peso desses últimos gastos no orçamento total cresceu de 2,5% para 56,4% entre os mesmos anos, graças ao comprometimento do Estado com a infraestrutura de transporte (portos e ferrovias).³⁵

A política de gastos dos governos republicanos gaúchos seguiu o propósito explícito de reorientar o modelo de acumulação dominante, baseado nas exportações pecuárias, para um modelo mais diversificado, baseado na integração e expansão do mercado interno e na agropecuária colonial. O projeto econômico do Estado associou-se à perspectiva dos novos agentes sociais, desvinculados do latifúndio, que promoviam a diversificação da base produtiva estadual e conferiam dinamismo à economia regional. Os gastos públicos foram decisivos para a promoção das transformações e da expansão da economia gaúcha, contribuindo para que se instaurasse um círculo virtuoso, na medida que o crescimento propiciava a ampliação das receitas públicas.

A orientação buscada pelo PRR para o desenvolvimento econômico estadual coincidiu com os resultados históricos, indicando o êxito das políticas implementadas em promover uma reforma econômica e social no Rio Grande do Sul. Dadas as condições da época, a postura ideológica conservadora e o caráter geral da intervenção econômica do Estado revelaram-se extremamente progressistas, favorecendo o desenvolvimento integrado, diversificado e harmônico da economia regional.

reação dos trabalhadores às precárias condições de vida e de trabalho no meio urbano-industrial (Pinheiro, 1977).

³⁵ Os dados citados foram extraídos do trabalho de Pereira, que analisou as despesas orçamentárias do Rio Grande do Sul e de São Paulo (exclusive o programa de valorização do café). Para efeito de comparação, considere-se que, no mesmo período (1893-1929), o orçamento de São Paulo cresceu 226% em termos reais, enquanto os gastos com desenvolvimento apenas 146%. A evolução dos gastos públicos do Governo gaúcho revela um padrão específico de intervenção, pois o seu orçamento total representava em 1893 apenas 19% do de São Paulo, chegando a 40% do mesmo em 1929 (Pereira, 1996: Tabelas 2 e 3).

Capítulo 3

A indústria regional e o seu mercado de trabalho

Neste capítulo investigaremos as características específicas da indústria regional constituída a partir da base propiciada pela economia de mercado interno que se configurou no Rio Grande do Sul durante a Primeira República. As duas primeiras seções tratam da gestação da indústria e do mercado de trabalho nessa região. Na primeira, abordamos as condições de formação do capital industrial e do mercado para os produtos industriais, identificando seus aspectos singulares que delimitaram as características e as dimensões dessa indústria regional. Na segunda seção, apresentamos alguns dos principais elementos do processo de formação do mercado de trabalho regional. A comparação com a região de São Paulo permite introduzir a hipótese de que havia uma escassez relativa de força de trabalho para a indústria gaúcha durante o período em análise.

Essas duas seções fornecem os elementos para a apreciação das seguintes. Na terceira, procedemos à caracterização da indústria gaúcha, valendo-nos de uma análise regional comparada de diversas estatísticas da produção e do emprego industrial. Na quarta, o desenvolvimento industrial é considerado em vista das condições do mercado de trabalho, dando lugar a uma análise dos níveis regionais dos salários diários dos operários da indústria. Na última seção, consideramos em que medida as características da gênese e da expansão da indústria regional, bem como de seu mercado de trabalho, condicionaram o seu desempenho, avaliado através da análise regional comparada dos custos salariais, da produtividade econômica do trabalho, da repartição do produto industrial, da proporção do valor agregado na produção e da rentabilidade da produção industrial.

3.1. Gênese da indústria gaúcha

A indústria sul-rio-grandense surgiu no último quartel do século XIX, quando a implantação de algumas fábricas metalúrgicas e têxteis combinou-se à evolução fabril de muitas manufaturas e agroindústrias, nas quais se investiram frações importantes de capitais comerciais acumulados (Lagemann, 1980). De um modo geral, o fator decisivo para a constituição das firmas industriais foi o aporte de capital comercial, acumulado sobretudo nos fluxos mercantis que integravam a zona colonial, com seus produtos agrícolas e

derivados, a Porto Alegre e, através desta, ao porto de Rio Grande e aos mercados externos, das demais regiões brasileiras e exterior. Embora apenas em alguns casos o artesanato comercial tenha dado origem à indústria com base em acumulação própria, essa atividade artesanal, exercida em ampla escala nas colônias de imigrantes europeus e descendentes, forneceu mão-de-obra especializada que favoreceu a formação de indústrias. Em alguns setores, como o de carnes frigorificadas e têxteis, houve aporte de capitais externos, fosse em escala individual, fosse como resultado de decisões de inversão de grandes companhias estrangeiras. Ao lado dos novos estabelecimentos propriamente industriais que se constituíram desde o final do século XIX, figuravam as charqueadas, que permaneceriam responsáveis por uma parcela importante da produção industrial regional.¹

Essa indústria regional seria gestada ao longo de toda a Primeira República, assumindo perfis diferenciados nas principais cidades do estado, nas duas primeiras décadas do século XX (Singer, 1977:175).

Na zona do subsistema baseado na agropecuária colonial, nas cidades que desempenhavam o papel de centros comerciais junto às colônias, a produção industrial caracterizava-se pela predominância de estabelecimentos de escala artesanal (negócios familiares). Em Porto Alegre, devido à sua função de principal pólo comercial do Estado, reuniram-se as pré-condições para o desenvolvimento de um parque industrial mais diversificado, de relativa importância econômica, onde também despontavam grandes estabelecimentos (mais de 100 operários). Essa indústria, originada predominantemente a partir da acumulação comercial, voltava-se à produção de bens de consumo não-durável e bens intermediários (alimentação, bebidas, têxtil, vestuário, calçados, vidros e metalurgia), atendendo principalmente o mercado regional.

Nas outras cidades da zona colonial, boa parte dos estabelecimentos vinculava-se ao beneficiamento ou processamento da própria produção colonial, inclusive para exportação (banha, farinha de mandioca, fumo, madeira e erva-mate). Em que pese o baixo grau de capitalização e o baixo nível tecnológico, essa produção possuía características de transformação industrial. A mercantilização da produção agropecuária colonial e a separação da etapa de processamento, dominada pelo capital comercial e organizada em forma capitalista, foi uma das vertentes da indústria da zona colonial (Pesavento, 1983). O

¹ Conforme os dados do Censo Industrial de 1920, as charqueadas eram responsáveis por 21,4 % do valor

capital comercial reorganizou a produção dos alimentos processados das colônias, na medida que aportava capital na formação, ampliação ou centralização de cantinas vinícolas, refinarias de banha, moinhos e cervejarias. Constituíram-se assim estabelecimentos industriais de pequeno e médio porte, já diferenciados dos estabelecimentos artesanais situados nas colônias. Através do financiamento das atividades agroindustriais, o capital mercantil e bancário ampliava suas bases de reprodução interna, promovendo a diversificação da estrutura de oferta da economia regional, enquanto a mercantilização da produção agropecuária colonial possibilitava a formação de um mercado interno para outras atividades industriais desvinculadas da base primária.

Nas principais cidades da zona sul do estado, Rio Grande e Pelotas, havia um contingente menor de estabelecimentos, em poucos ramos industriais e com uma maior concentração da estrutura da produção, na qual sobressaíam estabelecimentos médios e grandes. Nessas cidades, devido às vantagens de localização próxima ao único porto marítimo e por constituírem juntas o principal pólo de acumulação comercial e urbanização da zona de produção pecuária extensiva e das charqueadas, surgiram “empresas que nasceram grandes” (Souza, 1973:80), cuja produção desde logo destinava-se majoritariamente a ser “exportada” para os mercados regionais brasileiros.² A concentração da renda nessa zona limitou o mercado para o surgimento de indústrias locais. Contudo, a acumulação de capital mercantil local e alguns investimentos de capitais externos estabeleceram unidades fabris de maior porte, com pouca diversidade de gêneros e em boa medida dedicadas à exportação (fábricas de charutos, tecidos e conservas alimentícias, moinhos, curtumes e frigoríficos) (Dalmazó, 1986:31).

Tomando-se o conjunto da indústria regional ao final dos anos 1910, os estabelecimentos voltados para a “exportação” eram minoria, situando-se nos ramos têxtil e nos de processamento de carnes, banha e fumo. “Em regra a indústria nasceu voltada para o atendimento dos mercados locais, suplementando as importações [...] [e suas atividades] buscavam cobrir as amplas necessidades de seus consumidores através de uma produção diversificada” (Lagemann, 1980:116). As indústrias que se originaram a partir do

bruto da produção industrial gaúcha em 1919.

² Também a produção das charqueadas, característica da sub-região sul do Rio Grande do Sul, destinava-se principalmente aos outros mercados regionais brasileiros. As duas últimas décadas do século XIX foram particularmente difíceis para a produção de charque, que experimentava uma difícil conversão para o trabalho assalariado (ver a respeito Targa, 1996b).

atendimento aos mercados locais e regional eram características do parque fabril de Porto Alegre, o qual assumiu a preponderância regional provavelmente ainda antes de 1920.³

Nessa fase de surgimento e expansão da produção industrial nacional a que corresponde a Primeira República, essa produção geralmente destinava-se aos próprios mercados regionais de origem, sendo exceção os estabelecimentos que operavam em escala adequada ao mercado nacional (Souza, 1973). Dado o caráter preponderantemente regional da indústria que surge e cresce nesse período, havia diversos “centros” de acumulação industrial no País, com diferentes dimensões e graus de dinamismo, conforme as condições dos respectivos mercados regionais e suas articulações externas. De um modo geral, pode-se afirmar que o surgimento e a expansão da indústria, processos que transcorreram em escala regional, dependeram das condições que as economias regionais propiciaram em termos de mercado para produção fabril, gestação de capital monetário disponível e provimento de força de trabalho livre.

Como se sabe, no sudeste brasileiro, foi a acumulação cafeeira, com seus desdobramentos comerciais e urbanos, que proporcionou as condições para o surgimento da indústria. Nessa região, a indústria surgiu vinculada à agroexportação, que lhe forneceu capitais e força de trabalho, além de propiciar a aglutinação de uma boa porção do território regional ao redor de São Paulo, que se tornou o maior centro regional de acumulação de capital industrial. A formação de um núcleo de economia assalariada, tanto na lavoura cafeeira quanto nos meios urbanos, estabeleceu um amplo mercado para bens de consumo não-duráveis.

O estabelecimento da indústria transcorreu em estreita correlação com os ciclos da acumulação cafeeira, que por sua vez determinavam largamente os movimentos da taxa de câmbio. Ao longo de poucas décadas, esses movimentos determinaram alternadamente situações favoráveis a importação de bens finais (valorização cambial) e situações favoráveis à produção local (desvalorização cambial). Nos momentos de auge exportador, a impossibilidade de a acumulação cafeeira absorver os novos capitais em formação liberou capital monetário para as inversões industriais, importando-se bens de capital com isenções

³ “No fim do século passado Rio Grande ainda era o maior centro industrial do Estado, mas o ritmo de industrialização de Porto Alegre, a julgar pelo número de empresas fundadas entre 1890 e 1900, já era mais intenso. Supomos provável que Porto Alegre tenha assumido a liderança industrial do Estado, o mais tardar de 1920 em diante” (Singer, 1977:174).

tarifárias. A elevada capacidade para importar permitia a aquisição externa de bens de capital e dos alimentos necessários à subsistência da força de trabalho. Nos momentos de crise do comércio exterior, a produção industrial regional tendia a se expandir, tornando-se mais vantajosa que a importação. A implantação da indústria foi acelerada, sem um prévio desenvolvimento manufatureiro, seguindo o ritmo das transformações promovidas pela acumulação cafeeira. A produção industrial regional voltava-se em larga medida para o mercado urbano já inserido na economia capitalista, cuja expansão dependia do dinamismo das exportações. A indústria regional e o comércio de importação de bens industriais apresentavam-se como oportunidades de negócio complementares para os capitais regionais, conforme as circunstâncias cíclicas do comércio exterior.⁴ Assim, as oportunidades de implantação e de expansão dos setores industriais eram pautadas pelos movimentos do comércio exterior.⁵

No Rio Grande do Sul, uma larga parcela da produção industrial, aquela sediada em Porto Alegre e na zona das colônias antigas, estabeleceu-se em substituição à produção artesanal, de modo que esse parque fabril representava um desdobramento da estrutura produtiva regional. Esse desenvolvimento foi possível porque os mercados locais foram unificados em âmbito regional, enquanto a produção regional integrava-se na divisão nacional de trabalho, o que se expressava nas elevadas taxas de crescimento das exportações gaúchas para as demais regiões brasileiras.

As condições do Rio Grande do Sul foram particularmente propícias para a formação das atividades manufatureiras, tanto de caráter doméstico quanto de caráter comercial, e posteriormente para o surgimento da indústria através de pequenos e médios estabelecimentos capitalistas que passaram a dispor do conjunto do mercado regional, reorganizando ramos manufatureiros preexistentes.⁶ Isso ocorreu especificamente nas zonas de colonização alemã e italiana, que encontravam no mercado gaúcho e nos demais

⁴ Na indústria paulista, em 1901, em vista de suas estreitas ligações com a acumulação cafeeira e com o comércio de exportação e importação, cerca de 45% dos trabalhadores eram empregados de empresas controladas por interesses cafeeiros em 1901 (Thorp, 1998).

⁵ Essa figuração esquemática da origem do capital industrial em São Paulo, embora suficiente para nossos propósitos nesse estudo, não pode dar conta da complexidade e da ambivalência das relações entre capital cafeeiro e capital industrial, relações ao mesmo tempo confluentes e contraditórias, através das quais o capital cafeeiro metamorfoseou-se em capital industrial. Para uma consideração ampla da origem da indústria em São Paulo, ver Furtado (1982), Mello (1982) e Cano (1977).

mercados regionais brasileiros um escoadouro para sua produção agropecuária, o que proporcionou a difusão do capitalismo e da produção mercantil. Como resultado, surgiu em Porto Alegre, um significativo impulso industrializador (Singer, 1984: 215). Nas principais cidades da zona da pecuária também se estabeleceu a indústria, porém com um perfil diferenciado, sem relação com o desenvolvimento de atividades manufatureiras preexistentes.

O que ambos os “centros” regionais de acumulação industrial no Rio Grande do Sul tiveram em comum foi o caráter da produção agropecuária e agroindustrial exportada que, fosse da zona das colônias ou da zona de pecuária, destinava-se aos mercados regionais brasileiros de bens de consumo alimentar. Na medida que a região não era agroexportadora para o mercado mundial e também em vista do seu excentrismo geográfico, houvera historicamente maior dificuldade de prover-se de bens importados e, durante a fase de surgimento da indústria, houve menor concorrência das importações. Assim, o mercado gaúcho, embora absorvendo importações de bens industriais, ofereceu certo grau de proteção para a formação da indústria regional. Isso permitiu que o parque industrial tivesse origem apoiado em um mercado interno menos sujeito às oscilações das transações internacionais.

Um dos traços específicos dessa indústria regional reside no fato de ter originado-se a partir de dois subsistemas econômicos regionais distintos. A acumulação comercial originada a partir dessas atividades e a integração do mercado regional forneceram as condições para implantação da indústria. As diferentes origens dessa indústria determinaram uma maior disseminação dos estabelecimentos fabris no território, a diversidade de setores e um maior fracionamento do capital industrial.

De um modo geral, a indústria sul-rio-grandense estava mais estreitamente condicionada e vinculada à base produtiva agropecuária da região. A indústria assumia, por assim dizer, uma característica orgânica à economia regional, pois boa parte dessa indústria processava matérias-primas da própria região, onde se formara a maior parte de seus capitais, encontrando-se a força de trabalho disponível entre a população autóctone. Também foi internamente à região que essa indústria encontrou a maior parte do mercado

⁶ Além da acumulação comercial dispersa nos três níveis assinalados por Lagemann (1980:128), os fatores propícios ao desenvolvimento do artesanato foram o isolamento dos mercados locais da região e a presença de colonos com experiência artesanal ou fabril trazida da Europa (Tejo, 1939).

necessário ao seu estabelecimento, um mercado urbano, mas também rural, formado principalmente na zona das colônias. O Rio Grande do Sul possuía a mais alta porcentagem de firmas industriais pertencentes a nacionais, dentre todos os estados brasileiros em 1920 (Love, 1975:136). Sua indústria surgiu principalmente em função de condições internas à economia regional, com uma menor influência das relações de comércio exterior e, portanto, menos sujeita às oscilações da taxa de câmbio e dos fluxos de importação de bens industrializados de consumo.

A estrutura de propriedade do capital industrial, particularmente no parque fabril de Porto Alegre e das zonas de colonização, reproduzia características de melhor distribuição da propriedade da terra, contando com maior participação relativa de capitais individuais de reduzido tamanho. Parte da indústria, em diversos setores, originou-se a partir da evolução de atividades artesanais, com finalidade comercial, que evoluíram por “inchaço” (expansão horizontal) (Osório, Ramos, 1969) ou com descontinuidades, provocadas por aportes de capital comercial. Assim, uma parte expressiva da indústria surgiu substituindo produção artesanal, enquanto outra parte implantou-se sem qualquer relação com essas atividades (Souza, 1973). Desde sua origem, a produção mercantil de artigos manufaturados foi marcada pela coexistência de produção em escala artesanal (praticada em estabelecimentos muito pequenos) com a produção especificamente fabril (Osório, Ramos, 1969).

3.2. Elementos da formação do mercado de trabalho regional

As considerações da seção anterior permitiram caracterizar as condições de mercado e de gestação de capital que contribuíram para a formação da indústria gaúcha, observando-se sua singularidade em confronto com a experiência paulista de formação industrial. Essa singularidade está evidenciada também pelas características regionais do processo de constituição do mercado de trabalho no Rio Grande do Sul, que representava outra das condições necessárias ao surgimento e à expansão da indústria durante a Primeira República. Nesta seção, consideramos as transformações que se operavam na economia gaúcha, bem como a evolução demográfica regional com o propósito de caracterizar, ainda que de maneira elementar, a formação do mercado de trabalho regional, do qual pôde valer-se a indústria gaúcha para se estabelecer e expandir sua produção.

A expansão da economia gaúcha durante a Primeira República, em vista da predominância da agricultura familiar e da pecuária extensiva na produção primária, exigiu a disponibilidade de força de trabalho livre em poucos setores. Foi principalmente nos meios urbanos que essa disponibilidade foi necessária para a expansão da indústria, do comércio e dos serviços. A indústria foi o principal setor em que se configuraram relações de produção capitalistas, embora apenas em parte dela, devido à presença expressiva de estabelecimentos de escala artesanal, negócios individuais e familiares.⁷ Nesse período, também os serviços de transporte fluvial e ferroviário expandiram-se com base no trabalho assalariado. Nos meios rurais, a demanda por força de trabalho livre configurou-se na moderna lavoura do arroz e, em reduzido grau, na zona das colônias, à medida que sua produção agropecuária adquiria expressão comercial e se desdobrava através das agroindústrias.

Podemos averiguar as condições de formação de um mercado de trabalho livre no Rio Grande do Sul, avaliando novamente algumas características demográficas dessa região e estabelecendo algumas comparações com a média nacional e a região de São Paulo. Em todo período de 1872 a 1920, o Rio Grande do Sul apresentou um padrão demográfico distinto da média nacional, marcado por uma taxa de crescimento populacional superior (Tabela 4). Também São Paulo apresentou um crescimento demográfico sempre mais acentuado que o nacional e também maior que no Rio Grande do Sul, embora nesse caso somente a partir da última década do século XIX, período que especificamente pode ser assinalado como de formação da indústria em todos os centros urbanos mais importantes das economias regionais brasileiras.⁸

Entre 1872 e 1890 o maior crescimento demográfico regional no Brasil (excetuada a Amazônia) ocorreu no Rio Grande do Sul, coincidindo com a fase de grande expansão das

⁷ A Tabela A-7 no Anexo Estatístico apresenta a distribuição dos ocupados entre os diversos setores econômicos (exclusive os serviços domésticos e as ocupações indefinidas), com dados para o conjunto do Estado e municípios representativos das sub-regiões em que aquele foi dividido para fins de análise demográfica. Na média estadual e na maioria dos municípios selecionados das três sub-regiões demográficas do Estado, as atividades industriais ocupavam no mínimo um percentual próximo à soma dos setores de transporte, força pública, administração, comércio e profissionais liberais.

⁸ A imigração européia para São Paulo superou largamente a ocorrida no Rio Grande do Sul. Entre 1888 e 1913 ingressaram naquela região cerca de 1.9 milhões de imigrantes, enquanto na última foram cerca de 150 mil. Isso determinou um grande diferencial de tamanho da população entre as duas regiões em 1920, quando a população paulista atingia 4,6 milhões contra 2,2 da população gaúcha. A população da cidade de São Paulo atingia 580 mil e a de Porto Alegre era de 180 mil. Essas diferenças condicionaram não apenas a formação do mercado de trabalho, como também a configuração do mercado interno regional.

zonas coloniais, que receberam então grande contingente de imigrantes (75 mil). Nesse período, estimamos que 17% do expressivo incremento demográfico ocorrido na região — 450 mil pessoas, representando 100% em 18 anos — pode ser atribuído ao ingresso de imigrantes. Na década seguinte, 1891 a 1900, quando o crescimento demográfico do Rio Grande do Sul desacelera-se, a proporção de imigrantes no incremento chega a 18%.⁹

Tabela 4

Taxas Médias Anuais de Crescimento Demográfico - 1872-1920
Brasil, Rio Grande do Sul, Porto Alegre, São Paulo e cidade de São Paulo
(%)

Discriminação	1872 a 1890	1890 a 1900	1900 a 1920
Brasil	1,96	1,91	2,94
Rio Grande do Sul	3,95	2,50	3,32
Porto Alegre	0,98	3,46	4,63
São Paulo	2,83	5,12	3,62
cid. São Paulo	4,12	13,96	4,58

Fonte dos dados brutos: IBGE (1986:14).

Para avaliar a evolução demográfica no Rio Grande do Sul, com atenção às particularidades que marcam o desenvolvimento dos subsistemas da agropecuária colonial e da pecuária-charqueadas, adotamos uma divisão em três sub-regiões. A sub-região “sul” inclui as zonas em que preponderam as atividades da pecuária e das charqueadas, incluindo as respectivas cidades. O restante do território estadual, correspondente às zonas de colonização e de predomínio de suas atividades agropecuárias, foi dividido em duas sub-regiões: “nordeste”, que inclui as colônias mais antigas e também Porto Alegre, e “norte”, que inclui principalmente as colônias novas e a fronteira agrícola em expansão, no quadrante noroeste do território estadual.¹⁰

Nessas duas últimas sub-regiões, a expansão da produção agropecuária das colônias, dinamizada pela ação do capital comercial, fazia-se pela ampliação do contingente de produtores independentes, através do fracionamento da propriedade da terra por sucessão, nas colônias mais antigas, e da extensão da fronteira agrícola em direção ao noroeste. A

⁹ A Tabela A-2 do Anexo Estatístico apresenta os contingentes migratórios ingressados no Rio Grande do Sul entre 1824 e 1914, distribuídos segundo subperíodos.

¹⁰ A divisão do território estadual em três sub-regiões segue os critérios adotados por Bandeira (1994). As Tabelas A-6 e A-7 do Anexo Estatístico fornecem uma idéia dos municípios incluídos em cada sub-região.

colonização das sub-regiões nordeste e norte do Estado havia ensejado o surgimento de uma estrutura agrária com perfil único no País, caracterizada majoritariamente pela pequena propriedade, explorada pela mão-de-obra familiar. Os imigrantes chegados ao Rio Grande do Sul estabeleceram-se, em sua maioria, como colonos, com acesso à propriedade rural, e, portanto, não como trabalhadores livres, disponíveis para o capital. Dessa forma, no último quartel do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, as colônias já estabelecidas e as novas que se organizavam representavam a possibilidade de acesso à propriedade da terra, constituindo uma dificuldade para a transformação da capacidade de trabalho em mercadoria — força de trabalho.¹¹

Podemos considerar que o crescimento demográfico no Rio Grande do Sul entre 1872 e 1890 foi acentuado principalmente pela expansão da população rural das sub-regiões norte e nordeste. A população de Porto Alegre cresceu muito pouco nesse período, para, na década seguinte, registrar quase a mesma taxa que o conjunto da sub-região nordeste, onde se localizavam as colônias mais antigas (Tabela 5). Até 1900, as taxas de crescimento demográfico das duas sub-regiões em que predomina a agropecuária colonial baseada na pequena propriedade superaram a média estadual, reduzida pelo elevado peso da população da sub-região sul (cerca de 50% da população total), que crescia a taxas bem inferiores às das duas outras sub-regiões. Nessas, o crescimento demográfico foi manifestamente de população rural, devido ao desenvolvimento das colônias antigas e ao estabelecimento de colônias novas. As taxas mais elevadas de crescimento demográfico expressam o crescimento econômico mais acelerado dessas sub-regiões, que ampliaram seus excedentes comercializáveis, receberam a maior parcela da imigração dirigida ao Rio Grande do Sul no período e apresentavam taxas de natalidade mais elevadas.

A partir de 1900, o maior incremento demográfico registra-se na sub-região das colônias novas (norte). Observando-se o crescimento demográfico dos principais municípios dessa sub-região, nota-se que o incremento tende a ser maior quanto mais recentes as colônias que lhes deram origem e quanto mais perto da margem de expansão da

¹¹ A menor disponibilidade de força de trabalho livre no Rio Grande do Sul, no contexto da transição capitalista no século passado, transparece na comparação da composição da população economicamente ativa dessa região frente à de São Paulo ou Rio de Janeiro. Em 1872, a primeira região apresentava uma maior participação relativa de lavradores, criadores e pescadores, enquanto, nas duas últimas, havia maior peso dos operários e da mão-de-obra engajada nos serviços eventuais (Pesavento, 1989:16-7).

fronteira agrícola no sentido noroeste do Rio Grande do Sul.¹² Em todos esses municípios, predominavam em 1920 as ocupações rurais, com cerca de 80% do total de ocupados. A sub-região norte é a única após 1900 a ter uma taxa de crescimento demográfico superior a do conjunto do Rio Grande do Sul, indicando que cessara a expansão demográfica mais acelerada na região nordeste, das colônias antigas.

Tabela 5
Taxas Médias Anuais de Crescimento Demográfico
no Rio Grande do Sul e suas sub-regiões - 1890-1920

Discriminação	1890 a 1900	1900 a 1920
Sub-região Nordeste	3,22	2,42
Sub-região Norte	3,32	4,81
Sub-região Sul	1,76	2,07
Total do RS	2,50	2,88

Fonte: Bandeira (1994:33).

Nota: há discrepância para a taxa do Rio Grande do Sul (1900-1920), que é inferior em comparação com a Tabela 4, embora Bandeira use fontes compatíveis. A diferença pode ser atribuída ao uso por Bandeira de um contingente demográfico menor em 1920, para o qual dispunha-se da localização em sub-regiões. Para o período referido, as taxas da Tabela 5 devem ser consideradas como uma escala para comparações entre sub-regiões. As taxas sub-regionais foram reconstituídas para os dados da população total, na Tabela A-7 no Anexo Estatístico, a partir das proporções encontradas por Bandeira para as sub-regiões.

Se a existência de uma economia agropecuária de pequenos proprietários e a possibilidade de acesso à terra atraía imigrantes e tendia à dificultar a liberação de mão-de-obra para os meios urbanos em formação, essa condição não representou uma dificuldade incontornável. Isso porque, progressivamente e em graus diversos nas colônias antigas e novas, fatores internos e naturais à economia colonial passavam a atuar no sentido de fazer dela exsudar trabalhadores livres. A limitação da extensão da propriedade territorial, associada à redução da fertilidade do solo e à alta taxa de natalidade geraram excedentes populacionais que não foram totalmente absorvidos pela expansão da economia colonial, para a qual também concorria a chegada de novos imigrantes.

¹² Para uma observação das taxas de crescimento demográfico entre 1900 e 1920, segundo sub-regiões e municípios selecionados, ver a Tabela A-7 do Anexo Estatístico.

À medida que cresciam os contingentes populacionais das zonas coloniais e diante da impossibilidade de ampliar a extensão das propriedades rurais ou proceder ao seu contínuo fracionamento mantendo o nível da produtividade agrícola, estabelecia-se uma pressão para o êxodo rural. Essa pressão provavelmente foi sentida com maior intensidade na sub-região nordeste, correspondente às colônias mais antigas. A parcela dessa população excedente que se destinou às cidades proletarizou-se, contribuindo decisivamente para a formação de um mercado de trabalho no meio urbano, que viabilizou a implantação da indústria em Porto Alegre.

Assim é que, após 1900, o crescimento demográfico da sub-região nordeste decaiu abaixo da média estadual, mas foi bastante elevado em Porto Alegre, atingindo taxa muito superior à dos demais municípios da sub-região. Também São Leopoldo apresentou taxa de crescimento demográfico superior, de modo que os dois principais centros urbanos e com maior proporção relativa de ocupados na indústria em 1920 tiveram maior crescimento demográfico nessa sub-região.¹³ Para o expressivo incremento demográfico de Porto Alegre entre 1900 e 1920, deve ter concorrido substancialmente seu papel enquanto absorvedora de população rural da sub-região nordeste. Podemos concluir que, até 1900, o meio rural das sub-regiões norte e nordeste predominou no incremento demográfico. A partir de então, enquanto a sub-região norte ainda recebia imigrantes e sua população crescia a taxas mais elevadas, a sub-região nordeste provavelmente liberou mão-de-obra para a capital Porto Alegre.

Também a imigração espontânea, dirigida diretamente à capital e outras cidades do norte do Estado, contribuiu para a disponibilidade de força de trabalho nesses meios urbanos. Entre 1900 e 1920, Porto Alegre e a cidade de São Paulo apresentaram crescimento demográfico equivalente (Tabela 4), mas o peso dos estrangeiros entre os trabalhadores ocupados nos meios urbanos em 1920 indica as diferenças entre as trajetórias regionais de formação dos mercados de trabalho. A proporção de estrangeiros entre os trabalhadores ocupados nos meios urbanos atingia 49,4% na cidade de São Paulo e 17,9%

¹³ Os dados por municípios e sub-regiões em escala comparável encontram-se na Tabela A-7 do Anexo Estatístico.

em Porto Alegre, cerca de três décadas após o início do grande fluxo migratório associado ao café.¹⁴

A sub-região sul do Estado apresentou crescimento demográfico inferior à média estadual em todo período de 1890 até 1920, embora a sua taxa tenha subido após 1900 (Tabela 5). Nas atividades pecuárias dessa sub-região, o caráter extensivo da exploração econômica empreendida pelos grandes proprietários de terra determinou uma lenta expansão produtiva, com a progressiva adoção do trabalho assalariado, enquanto liberava-se mão-de-obra excedente. A mercantilização do trabalho nessa atividade foi um processo lento, pois nela vigoravam formas de remuneração não monetárias ou esporádicas, que possibilitavam o acesso aos meios de subsistência pelo trabalhador (Pesavento, 1989).

O latifúndio pastoril, em vista das formas de sociabilidade prevalecente nas estâncias, pôde acomodar na margem os homens despossuídos, provendo-lhes condições de subsistência, enquanto manteve-se baixa o bastante a densidade demográfica e enquanto a modernização trazida pelos transportes e pelo comércio não rompessem e transformassem o perfil da inserção mercantil da produção das estâncias. Entretanto, o maior adensamento demográfico e a modernização começaram a atingir essa sub-região justamente na passagem do século.

Nas áreas pastoris da sub-região sul (principalmente na zona da Campanha, fronteira com o Uruguai), as modificações econômicas, sociais e políticas que representavam a modernização da sociedade, vieram a tornar excedente uma parcela dos trabalhadores empregados como peões nas estâncias ou mantidos como agregados. O cercamento dos campos e a instalação das ferrovias reduziram a necessidade de peões para a guarda e o transporte do gado. O arrefecimento das atividades guerreiras no Estado também permitiu aos estancieiros reduzir seu contingente de peões. Observa-se que os municípios da fronteira, caracterizados pelo predomínio pastoril, apresentaram taxas de crescimento demográfico inferiores à média da subregião ou, pelo menos, às dos principais centros urbanos nela situados (Rio Grande e Pelotas), indicando uma provável liberação de mão-de-obra do campo para os meios urbanos.

¹⁴ A elevada proporção de estrangeiros entre os trabalhadores urbanos de São Paulo indica a intensidade e a permanência das transformações demográficas provocadas pela imigração nessa região, que determinou um amplo suprimento de força de trabalho no campo e nas cidades.

Os excedentes demográficos assim gerados dirigiram-se paulatinamente a pequenas localidades urbanas ou aos centros urbanos de maior porte, como Rio Grande e Pelotas (Almeida, 1992). A concentração da propriedade da terra, combinada ao crescimento demográfico e à ausência de alternativas de ocupação, determinaram o aparecimento da pobreza. Dessa população excedente provavelmente originou-se o contingente de força de trabalho necessária à implantação e expansão da lavoura capitalista do arroz, bem como às atividades industriais nas cidades do sul do Estado. Essa hipótese é favorecida pela evidência de que as taxas de crescimento demográfico na sub-região sul foram maiores em municípios nos quais desenvolveu-se a lavoura do arroz (Cachoeira e Canguçu) ou em que predominavam a população urbana e as ocupações urbano-industriais.¹⁵

Também nas charqueadas, a manutenção e uma pequena expansão da produção passavam a apoiar-se no trabalho assalariado. Logo antes da abolição da escravidão, o plantel de escravos já havia se reduzido bastante, em função do tráfico para às regiões cafeeicultoras.¹⁶ Os escravos libertos que, com dificuldade, integraram-se ao mercado de trabalho urbano, foram poucos e geralmente possuíam larga experiência como artesãos (Santos, 1999). A transformação das charqueadas fora uma imposição das circunstâncias e somente após a virada do século as exportações e a produção conheceriam uma recuperação, já consumada a transição para o assalariamento. Observando o crescimento demográfico nos municípios com pelo menos 20% dos ocupados em atividades industriais na subregião sul, nota-se que somente naqueles em que a indústria significava algo mais do que as charqueadas (Pelotas e Rio Grande) houve um crescimento demográfico superior ao do conjunto da sub-região. Esses dois municípios destacavam-se também por apresentar maior parcela urbana em suas populações, relativamente ao resto da sub-região sul. Nos municípios em que a atividade industrial era principalmente a produção das charqueadas (Uruguaiana, Bagé, Livramento, Jaguarão), o crescimento demográfico foi inferior.¹⁷

¹⁵ Para uma comparação entre as taxas de crescimento demográfico dos municípios citados e do conjunto da subregião sul, observar a Tabela A-7 do Anexo Estatístico.

¹⁶ O contingente de escravos no Rio Grande do Sul atingiu seu ápice em 1874 (98,5 mil), decaindo para 62,1 mil em 1883. Dois anos depois, restavam apenas 22,7 mil escravos no Rio Grande do Sul, provavelmente em decorrência do tráfico interprovincial em direção à São Paulo. Em 1887 o número caiu para 8,4 mil escravos, refletindo então possivelmente as concessões de alforria pelos proprietários e a pressão do movimento abolicionista (dados em Costa, 1998, p.184).

¹⁷ As conclusões desse parágrafo baseiam-se na análise da Tabela A-7 do Anexo Estatístico.

As estatísticas demográficas consideradas parecem consistentes com a descrição realizada dos traços elementares do processo de formação do mercado de trabalho livre no Rio Grande do Sul. Sendo correta a descrição acima realizada, a singularidade do processo de constituição do mercado de trabalho no Rio Grande do Sul pode ser referida à sua estrutura dual de posse da terra. A imigração não esteve associada à necessidade capitalista de mão-de-obra, mas sim ao surgimento e expansão de uma economia agropecuária, baseada na pequena propriedade. No setor apoiado no latifúndio, a pecuária sulina, a não vinculação ao mercado mundial e o atraso nas formas de produção permitiram que a acumulação de capital prosseguisse sem promover rupturas sociais ou transformações demográficas profundas.

A constituição do mercado de trabalho foi condicionada, no sentido do retardamento de seu ritmo, pela possibilidade, mesmo que limitada, de acesso à terra. O mercado de trabalho começava a constituir-se de forma relativamente lenta, embora aparentemente adequada às necessidades de força de trabalho livre. A força de trabalho necessária ao crescimento econômico não fora posta à disposição do capital num só golpe, como na imigração que serviu à acumulação cafeeira, mas formara-se progressivamente, através de mecanismos fundamentalmente endógenos, próprios da transformação que se operava na sociedade gaúcha. O provimento dos contingentes populacionais potencialmente assalariáveis nos empreendimentos industriais que seriam implantados nos centros urbanos gaúchos não decorreu imediatamente das necessidades do capital mercantil, mas transcorreu paralelamente a ele. Não sendo determinado diretamente pelas necessidades da acumulação capitalista, esse provimento “decorreu quase que naturalmente das características e do desenvolvimento das sociedades da pecuária e da colônia no Rio Grande do Sul” (Almeida, 1992:557-9).

Nesse processo, há indicações de que os setores que efetivamente careciam de força de trabalho livre para sua expansão (atividades urbano-industriais e a lavoura capitalista do arroz) puderam dispor de contingentes de mão-de-obra potencialmente assalariáveis, em vista das taxas de crescimento demográfico relativamente mais elevadas nos municípios em que tais setores predominavam. Aparentemente, as transformações demográficas do Rio Grande do Sul, embora não tenham sido determinadas pela necessidade capitalista de mão-de-obra, adequaram-se à mesma e não obstaculizaram a transição capitalista nessa região.

A constituição do mercado de trabalho no Rio Grande do Sul pode ser então caracterizada como um **processo lento e progressivo, essencialmente dependente de elementos endógenos à estrutura social em transformação**. Foi preciso que o desenvolvimento comercial dos subsistemas agrícola e pecuário estabelecesse as condições para o surgimento da indústria (capitais e mercado), simultaneamente à urbanização, para que, como parte integrante dessa mesma transformação, o trabalho assalariado fosse introduzido em escala social, dando início à formação de um mercado de trabalho para o capital.

A análise até aqui desenvolvida acerca do processo de constituição do mercado de trabalho no Rio Grande do Sul pode ser contrastada com a experiência da região de São Paulo. Na principal economia regional brasileira, a expansão da acumulação cafeeira estava bloqueada pela escassez de força de trabalho livre, à medida que deixava de ser possível o uso de escravos. A acumulação do capital cafeeiro resolveu a falta de mão-de-obra através da importação de trabalhadores imigrantes, que se somavam às populações despossuídas do meio rural, resultando na geração de um fluxo abundante de homens pobres rumo à empresa cafeeira.¹⁸ Suficientemente pobres para que não pudessem comprar sua própria terra ou abrir pequenos negócios; suficientemente abundantes para que se gerassem baixas taxas salariais (Mello, 1982; Furtado, 1982).

Os ciclos da acumulação cafeeira determinavam também um contínuo provimento de força de trabalho no meio urbano, na medida que, nas fases de auge, a imigração excedia às necessidades de força de trabalho no campo, gerando excedentes potencialmente assalariáveis nas cidades, os quais também se formavam nas fases recessivas, pela redução da ocupação nas lavouras (Cano, 1977:230-1; Pinheiro, 1977:144,148). O próprio movimento de expansão capitalista da lavoura do café determinou assim a constituição de um mercado de trabalho para o capital na região de São Paulo, fornecendo também a força de trabalho necessária para as atividades industriais.

Essa descrição esquemática permite-nos identificar um processo de constituição acelerada do mercado de trabalho nessa região. Esse processo foi amplamente determinado

¹⁸ A influência política da região de São Paulo garantiu medidas firmes de apoio ao setor cafeeiro, fomentando-se e subvencionando a imigração. Mas os direitos dos imigrantes foram regulados para evitar que se convertessem em agricultores independentes, garantindo-se uma fonte de mão-de-obra barata para as plantações mediante sistemas diversos de parceria (Thorp, 1998:56).

pela introdução de um elemento externo ao desenvolvimento das relações sociais existentes na região, qual seja, o ingresso maciço de trabalhadores imigrantes despossuídos numa estrutura social previamente estabelecida, que, dessa forma, foi radicalmente transformada em poucas décadas. O capitalismo estabelecia-se desde o latifúndio agroexportador, configurando prontamente uma nova estrutura social e demográfica adequada às suas necessidades. Nessa região, o mercado de trabalho livre, desde sua origem, correspondeu à necessidade capitalista de mão-de-obra. Da acumulação de capital decorreu não apenas a demanda como também a oferta de trabalhadores livres.

Em contraste com a experiência da região de São Paulo, vimos que no Rio Grande do Sul a formação do mercado de trabalho não decorreu imediatamente das necessidades capitalistas de mão-de-obra, mas sim do desenvolvimento das sociedades da pecuária e das colônias, que gerou excedentes demográficos potencialmente assalariáveis nos meios urbano-industriais em formação. Consideramos que as características específicas da formação do mercado de trabalho nessa região, associadas ao rápido crescimento industrial do período, podem ter determinado uma relativa escassez no provimento de força de trabalho à indústria gaúcha, nas suas primeiras décadas de existência, o que seria observado tanto na capital e outras cidades da zona colonial, como também nas cidades da sub-região sul do Estado (Herrlein Jr., Dias, 1993; Agnes, 1990:164).¹⁹

3.3. Importância e características da indústria

Nas duas seções anteriores, investigamos as condições de formação da indústria e alguns elementos do processo de constituição do mercado de trabalho no Rio Grande do Sul. Nesta seção, abordamos as características da indústria gaúcha e estabelecemos sua importância em relação ao conjunto da economia regional e às demais indústrias regionais brasileiras. Com base nessa caracterização e nos elementos anteriores, a seção seguinte tratará de averiguar as condições específicas de contratação da força de trabalho industrial e os níveis de salários dos operários ocupados na indústria.

A indústria gaúcha constituía-se em parcela importante da indústria nacional, ocupando a terceira posição quanto ao valor do produto e ao número de pessoas ocupadas, enquanto era a segunda indústria regional em número de estabelecimentos em 1920.

Segundo os dados do censo industrial, essa indústria regional ocupava 29.271 pessoas em 1.773 estabelecimentos, representando, respectivamente, 9,3% e 13,3% dos números para o conjunto da indústria nacional (Tabela 6).

Tabela 6
Participação do Rio Grande do Sul
na Indústria de Transformação do Brasil - 1919/20

Gêneros Industriais	Número de Estabelec.	Pessoal Ocupado	Valor da Transform. Industrial
Alimentação, Bebidas e Fumo	13,8%	19,4%	18,9%
Têxtil	1,7%	3,3%	4,9%
Madeira	30,2%	18,2%	16,0%
Vestuário, Calçados, Artif.Tecidos	7,0%	6,6%	7,1%
Minerais Não-Metálicos (a)	11,2%	7,9%	9,7%
Mobiliário	10,0%	15,7%	15,1%
Metalúrgica-Mecânica	18,3%	8,3%	9,1%
Química e Produtos Afins	12,6%	6,2%	5,5%
Material de Transporte	23,8%	18,4%	13,0%
Couros e Peles	20,3%	15,7%	18,2%
Diversas (b)	6,6%	3,8%	3,4%
Toda Indústria	13,3%	9,3%	11,5%

Fonte: Recenseamento do Brasil 1920: indústria (1927).

Notas: (a) agregação dos gêneros “Cerâmica” e “Edificação; (b) inclui “Produção de Forças Físicas”.

Em relação ao valor da transformação industrial (produto), a indústria sul-riograndense destacava-se nacionalmente nos gêneros de alimentação, couros e peles, madeira, mobiliário e material de transporte, nos quais o peso regional superava a participação média da indústria regional no País. Também representavam um peso importante na indústria brasileira os gêneros de minerais não-metálicos e metalurgia-

¹⁹ Essa hipótese será considerada na seção 3.4, onde investigamos as condições do mercado de trabalho urbano-industrial e os níveis dos salários industriais.

mecânica, ligeiramente abaixo do peso médio da indústria gaúcha. Quanto ao pessoal ocupado, observa-se basicamente a mesma situação. Cabe assinalar que todos os gêneros em que a indústria regional ocupava lugar nacionalmente destacado, com exceção da metalurgia-mecânica, correspondiam a atividades de transformação industrial de produtos da base primária da economia regional.²⁰ Em relação ao número de estabelecimentos, a participação nacional da indústria gaúcha era significativamente superior que nos outros itens, refletindo uma maior repartição da propriedade industrial, com exceção apenas dos gêneros têxtil e mobiliário.

A importância dessa indústria regional, em comparação com as demais regiões, também é indicada pelo peso de sua produção relativamente à população. O valor da produção industrial per capita atingia 162 mil réis no Rio Grande do Sul, em 1920. Em São Paulo era de 220 mil réis e no conjunto das demais regiões brasileiras era somente de 77 mil réis.²¹

Esses dados também indicam a importância relativa da indústria para economia regional, no seio da qual constituía um setor plenamente diferenciado, ainda que estreitamente vinculado à base primária.²² Essa importância pode ser aferida pela comparação do valor da produção industrial com o valor das exportações, que, como vimos, tinham um importante papel para o crescimento econômico regional. O valor da produção industrial (1919) correspondia a cerca de 177% do valor exportado em 1920.²³ Essa relação indica que a produção industrial tinha um peso significativo para a economia regional, cujo valor era superior ao das exportações, mesmo considerando que nesse indicador os valores

²⁰ Note-se que o gênero de material de transporte incluía, além da produção de vagões, a construção de carroças, embarcações fluviais, arreios, selarias, etc., utilizando matérias-primas (basicamente madeira e couros) disponibilizadas pela produção regional.

²¹ Conforme os dados dos censos demográfico e industrial de 1920.

²² Não procede a proposição de Souza de que a indústria gaúcha era “mais um apêndice da economia agrícola que um setor com o qual se relacionava” (Souza, 1973:15), pois o capital comercial que origina a indústria já estava diferenciado em relação aos produtores agrícolas. As relações entre os setores agrícola e industrial eram relações de mercado entre agentes econômicos diferenciados, com interesses particulares e muitas vezes contraditórios.

²³ A proporção é praticamente a mesma em relação aos valores exportados em 1919. Adotamos o valor das exportações para 1920 porque dispomos do mesmo dado para São Paulo, cujo valor da produção industrial representava apenas 86% das exportações totais da própria região em 1920. Considerando apenas o montante do produto industrial (valor agregado), o mesmo correspondia a 39% do valor das exportações totais da região paulista, atingindo 74% a mesma relação para a região gaúcha. (Conforme Tabela A-3, no Anexo Estatístico, Cano, 1977, Tabelas 34 e 35 e Recenseamento do Brasil 1920: indústria, 1927).

em parte coincidem, pois as exportações também compunham-se de produtos industriais (banha, charque, farinhas, arroz beneficiado, couros curtidos, etc.).

Também os dados referentes à ocupação da população revelam a importância relativa da indústria. As atividades industriais, incluindo a construção civil, segundo os dados do censo demográfico de 1920, ocupavam cerca de 12,9% da população economicamente ativa no Rio Grande do Sul, enquanto o mesmo percentual atingia 15,5% em São Paulo e 11,8% no resto do Brasil. Em Porto Alegre, a participação das atividades industriais (inclusive a construção civil) na ocupação total atingia o expressivo percentual de 30,9%. Aproximadamente a mesma participação das atividades industriais na ocupação total era observada na cidade de Rio Grande, enquanto em Pelotas cerca de 25% dos ocupados realizavam atividades industriais.²⁴

Como vimos, a indústria sul-rio-grandense na Primeira República, como toda a indústria nacional, era principalmente uma indústria de bens de consumo não-durável. Entretanto, nessa indústria regional, o gênero de alimentação (inclusive bebidas e fumo) possuía um peso muito mais significativo que nas outras regiões brasileiras, perfazendo mais da metade do valor do produto. Essa característica devia-se à maior vinculação da indústria de transformação à base primária da economia regional. Além do gênero de alimentação, os outros que se destacavam na geração do produto industrial da região eram o têxtil, o de madeiras e o de vestuário e calçados.

Também quanto à estrutura de propriedade do capital, a indústria gaúcha distinguia-se das demais indústrias regionais brasileiras, embora também fosse uma indústria concentrada. Assim, nessa indústria regional mais da metade dos operários estava ocupada nos estabelecimentos capitalistas de grande porte (100 ou mais operários), mas essa parcela era inferior a observada em São Paulo e no resto do Brasil (Tabela 8). Em vista das condições peculiares de origem do capital industrial no Rio Grande do Sul, os pequenos

²⁴ Dados do censo demográfico de 1920, que conceitua as atividades industriais segundo um critério bem mais abrangente que o censo industrial. Mesmo excluindo a construção civil, o número de ocupados em atividades industriais corresponde aproximadamente ao dobro de pessoas ocupadas na indústria segundo o critério do censo industrial, tanto no Rio Grande do Sul como em São Paulo. Apesar da discrepância assinalada, as estatísticas demográficas permitem identificar a estrutura ocupacional por município. Na Tabela A-7 do Anexo Estatístico apresentamos a estrutura ocupacional de diversos municípios selecionados, nas três subregiões estaduais. Observa-se que somente os municípios de Rio Grande e Porto Alegre possuíam as atividades industriais como principal setor na ocupação. Em todos os demais, predominava a agropecuária. Note-se que na referida tabela as participações setoriais são mais elevadas pois referem-se apenas aos

estabelecimentos desempenhavam um papel mais significativo quanto ao emprego total de operários, respondendo por quase um quinto deste.²⁵ Os estabelecimentos que ocupavam até 9 operários possuíam em média 3,3 operários e podem ser considerados em geral como negócios não-capitalistas, empregando preponderantemente mão-de-obra familiar e tendo o consumo como finalidade principal da venda da produção, realizada sobre uma base técnica artesanal.

Tabela 7
Distribuição do Valor da Transformação Industrial,
segundo os gêneros industriais
Rio Grande do Sul, São Paulo, resto do Brasil - 1919

Gêneros Industriais	Rio Grande do Sul	São Paulo	Resto do Brasil
Alimentação, Bebidas e Fumo	55,8%	27,1%	33,6%
Têxtil	12,1%	32,2%	29,0%
Madeira	7,2%	2,4%	6,5%
Vestuário, Calçados, Artef. Tecidos	5,1%	9,9%	7,8%
Minerais Não-Metálicos (a)	4,4%	8,1%	3,5%
Mobiliário	2,5%	1,5%	2,0%
Metalúrgica-Mecânica	3,2%	5,8%	3,1%
Química e Produtos Afins	4,3%	7,7%	10,7%
Material de Transporte	2,2%	2,8%	1,4%
Couros e Peles	2,9%	1,7%	1,6%
Diversas (b)	0,2%	0,7%	0,7%
Toda Indústria	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Recenseamento do Brazil 1920: indústria (1927).

Notas: (a) agregação dos gêneros "Cerâmica" e "Edificação; (b) inclui "Produção de Forças Físicas".

ocupados com setor ocupacional definido, exclusive os serviços domésticos, ou seja, um universo entre 9% a 15% inferior à ocupação total, conforme o município.

²⁵ A distribuição dos operários segundo o porte dos estabelecimentos fornece uma medida direta da concentração técnica da produção, que vale como uma medida aproximada da concentração econômica (valor da produção) e como uma medida indireta da concentração da propriedade.

A concentração relativa da propriedade industrial nessa região pode ser melhor apurada através de um outro indicador: a proporção existente entre o número de operários e o número de proprietários ocupados nos estabelecimentos industriais. No Rio Grande do Sul, para cada 100 operários industriais havia 10,1 proprietários, enquanto em São Paulo e no resto do Brasil esse número atingia apenas 6,4 e 6,1 proprietários, respectivamente. Os dados revelam uma maior repartição da propriedade dos estabelecimentos industriais no Rio Grande do Sul, bem como um maior envolvimento de proprietários com o trabalho realizado nos estabelecimentos. Havia, portanto, proporcionalmente mais proprietários industriais nessa região do que em São Paulo, o que se devia, provavelmente, à existência de um número proporcionalmente mais significativo de estabelecimentos industriais de propriedade familiar.

Tabela 8

Número total e distribuição dos estabelecimentos industriais e seus operários, segundo o caráter e porte dos estabelecimentos
Rio Grande do Sul, São Paulo e resto do Brasil — 1920

CARÁTER E PORTE DOS ESTABELECIMENTOS (conforme o número de operários)		ESTABELECIMENTOS			OPERÁRIOS		
		Rio Grande do Sul	São Paulo	Resto do Brasil	Rio Grande do Sul	São Paulo	Resto do Brasil
Número Total (100%)		1.773	4.145	7.418	24.661	83.998	166.853
Não-Capitalistas	Até 9	81,4%	79,1%	72,5%	19,1%	13,1%	12,2%
Capitalistas	10 e mais	18,6%	20,9%	27,5%	80,9%	86,9%	87,8%
	Pequeno Porte - 10 a 49	14,5%	14,9%	20,7%	19,9%	14,2%	18,4%
	Médio Porte - 50 a 99	1,7%	2,5%	2,8%	9,1%	8,2%	8,6%
	Grande Porte - 100 e +	2,4%	3,5%	3,9%	51,9%	64,4%	60,8%

Fonte dos dados brutos: Recenseamento do Brasil 1920: indústria (1927).

Essa composição da indústria gaúcha determinava um tamanho médio do estabelecimento industrial significativamente inferior ao de São Paulo e do resto do Brasil. Além disso, mesmo considerando isoladamente os estabelecimentos com mais de 9 operários, eles eram menores no Rio Grande do Sul, devido a diferença de tamanho na faixa dos grandes estabelecimentos capitalistas.

A diferença da estrutura de propriedade da indústria gaúcha também se refletia na maior importância dos estabelecimentos constituídos como firmas individuais ou sociedades de pessoas, enquanto era menor a proporção das empresas estabelecidas como sociedades de capital ou mistas. Aqueles estabelecimentos ocupavam proporcionalmente mais operários e respondiam por maior parcela da produção no Rio Grande do Sul que em São Paulo ou no resto do Brasil. Também esses dados sugerem que na indústria gaúcha a produção industrial estava organizada na forma de negócios familiares em grau superior ao das demais indústrias regionais brasileiras.

Tabela 9
Tamanho médio dos estabelecimentos industriais,
segundo seu caráter e porte - 1920
Rio Grande do Sul, São Paulo e resto do Brasil

CARÁTER E PORTE DOS ESTABELECEMENTOS (conforme o número de operários)		TAMANHO MÉDIO (nº de operários)		
		Rio Grande do Sul	São Paulo	Resto do Brasil
Todos		13,9	20,3	22,5
Não-Capitalistas	Até 9	3,3	3,4	3,8
Capitalistas	10 e mais	60,5	84,1	71,8
Pequeno Porte - 10 a 49		19,1	19,3	20,0
Médio Porte - 50 a 99		72,2	67,9	69,0
Grande Porte - 100 e +		304,8	368,2	346,0

Fonte dos dados brutos: Recenseamento do Brasil 1920: indústria (1927).

A distinta composição da indústria no Rio Grande do Sul, com maior detalhamento dos tipos de constituição jurídica, pode ser observada na Tabela 11. Essa era a única região em que as firmas individuais eram o principal tipo de empresa quanto à ocupação de operários. Também era destacado o peso regional das sociedades em nome coletivo, e cada uma dessas duas categorias ocupava praticamente a mesma proporção de operários que as sociedades por ações, as quais, em São Paulo e no resto do Brasil, respondiam por parcelas maiores da ocupação de operários.

Tabela 10

Proporção das empresas de particulares e sociedades de pessoas nas variáveis da indústria de transformação – 1919
Rio Grande do Sul, São Paulo e resto do Brasil

Itens	Rio Grande do Sul	São Paulo	Resto do Brasil
Estabelecimentos	98%	96%	96%
Operários	69%	48%	54%
Capital Empregado	48%	34%	38%
Valor da Produção	67%	38%	55%

Fonte: Recenseamento do Brasil 1920: indústria (1927).

Tabela 11

Número Total e Distribuição dos operários na indústria, segundo a constituição jurídica dos estabelecimentos
Rio Grande do Sul, São Paulo e resto do Brasil - 1919

CATEGORIA DAS EMPRESAS	DISTRIBUIÇÃO DOS OPERÁRIOS		
	R.G. SUL	S. PAULO	resto BR
TODAS - 100% dos operários	24.661	83.998	166.853
FIRMAS INDIVIDUAIS	32,3%	21,7%	22,6%
SOCIEDADES EM NOME COLETIVO	27,5%	19,5%	23,5%
SOC. EM COMANDITA SIMPLES	8,7%	6,7%	8,0%
SOCIEDADES ANÔNIMAS	28,2%	41,2%	33,0%
SOC. EM COMANDITA P/ AÇÕES	2,5%	9,5%	11,9%

Fonte dos dados brutos: Censo Industrial de 1920, V.5, P.1, Quadros III, IV e V, pp. 152-57.

As características singulares da indústria gaúcha também verificavam-se quanto à fonte da força motriz dos estabelecimentos industriais. Em comparação com São Paulo e o resto do Brasil, a obtenção de força motriz por alimentação externa, geralmente energia elétrica, era muito reduzida no Rio Grande do Sul. Quase todos os estabelecimentos fabris operavam com suprimento próprio de força motriz, predominando a utilização de máquinas

a vapor. Essa característica provavelmente contribuía para ampliar os custos da produção, por exigir maior aplicação de capital em equipamentos geradores e por produzir força motriz a um custo superior.

Tabela 12

Distribuição da força motriz disponível nos estabelecimentos industriais, segundo sua origem
Rio Grande do Sul, São Paulo e resto do Brasil — 1920

Origem da Força Motriz	Rio Grande do Sul	São Paulo	Resto do Brasil
Fonte Externa	8,6%	57,0%	48,6%
Geração Própria	91,4%	43,0%	51,4%

Fonte: Recenseamento do Brasil 1920: indústria (1927).

3.4. Mercado de trabalho e salários industriais

Tratamos nesta seção de averiguar as condições particulares de oferta e demanda por força de trabalho livre com que se defrontou a expansão industrial no Rio Grande do Sul durante a Primeira República. Verificamos a hipótese anteriormente formulada de que a oferta de trabalhadores livres com que pôde contar a indústria regional foi relativamente restrita, em confronto com a região de São Paulo, avaliando também os níveis regionais dos salários dos operários industriais.²⁶

Para uma abordagem da demanda por força de trabalho na indústria gaúcha, convém considerar as características, assinaladas na seção anterior, quanto ao caráter, o porte e a distribuição da propriedade dos estabelecimentos que eram responsáveis pela ocupação industrial. A menor concentração relativa do emprego e da produção nos grandes estabelecimentos refletia a composição heterogênea da indústria regional, em que conviviam os pequenos estabelecimentos artesanais com novos estabelecimentos in-

²⁶ Os dados relativos aos salários diários utilizados nesta seção correspondem ao censo de salários realizado em 1920 (Recenseamento do Brasil 1920: salários, 1928), que levantou os salários diários dos operários de ambos os sexos, maiores e menores de 16 anos, segundo diversas profissões e os gêneros industriais. O levantamento dos salários diários da indústria tem abrangência distinta em relação ao censo industrial, pois no primeiro foram considerados somente os estabelecimentos que ocupavam oito ou mais pessoas.

dustriais, mecanizados, que se implantavam desde o final do século XIX e mais aceleradamente nas décadas seguintes. Nos estabelecimentos capitalistas médios os processos mecânicos relativamente escassos mesclavam-se com o trabalho artesanal, evidenciando-se a existência de um trabalhador não totalmente subordinado ao capital, à medida em que dominava o conhecimento e os instrumentos necessários ao processo de trabalho fabril. Nos estabelecimentos menores, o predomínio do trabalho artesanal e a autonomia do trabalhador eram ainda mais acentuados.

Entretanto, os estabelecimentos industriais que ocupavam 100 ou mais operários geralmente implantavam-se adotando equipamentos e tecnologia importadas, surgindo como fábricas prontas. A nova base técnica desses estabelecimentos ampliava a separação entre concepção e controle e a execução do processo de trabalho, bem como a divisão do trabalho dentro da fábrica, conduzindo a um processo de qualificação-desqualificação da mão-de-obra, pelo qual o trabalho artesanal qualificado perdia importância, ampliando-se a subordinação do trabalho ao capital.²⁷ Restava ainda, porém, uma larga margem das atividades fabris (48% da ocupação operária), executadas nos estabelecimentos com menos de 100 operários, nos quais o trabalho artesanal qualificado era importante, podendo absorver sem dificuldade os trabalhadores qualificados que eram desnecessários à grande indústria mecanizada.

Do ponto de vista do mercado de trabalho, a menor concentração relativa da ocupação de operários nessa indústria regional em comparação com as demais indústrias regionais brasileiras, na medida em que expressava a maior importância relativa dos pequenos estabelecimentos não-capitalistas, operava no sentido de reduzir a oferta de trabalho livre. Havia uma maior margem no Rio Grande do Sul para o estabelecimento de pequenas unidades fabris, pouco ou nada dependentes do emprego assalariado de operários, mas que representavam para esses uma alternativa de ocupação em relação ao assalariamento nos estabelecimentos capitalistas médios e grandes. Isso significa que, nessa região, as condições de expropriação, ou seja, de separação da força de trabalho em relação aos meios de produção, estavam menos desenvolvidas também no meio urbano, visto que os estabelecimentos de escala artesanal, além de existirem proporcionalmente em maior

²⁷ O processo de qualificação-desqualificação ocorre na medida em que há, simultaneamente, uma maior utilização de força de trabalho desqualificada (homens menos aptos, mulheres e crianças) e um aumento da necessidade de técnicos com alta qualificação para a concepção das tarefas.

número, também ocupavam proporcionalmente mais operários que em São Paulo e no resto do Brasil.

É possível avaliar em que medida a expansão industrial pressionou o mercado de trabalho urbano através de algumas estimativas para a taxa de crescimento da ocupação industrial entre 1900 e 1920.²⁸ Sabe-se que, nas primeiras décadas do século XX, a produção industrial brasileira expandia-se de forma acelerada (Silva, 1986), o que se expressava pelo crescimento do número de estabelecimentos fabris nos principais centros regionais de acumulação industrial. Esse crescimento pode ser avaliado considerando-se a data de fundação dos estabelecimentos industriais existentes em 1919.²⁹ Verifica-se que, no Rio Grande do Sul, dois terços dos estabelecimentos industriais existentes em 1919 foram fundados entre 1910 e 1919, indicando a rápida expansão da indústria nessa década, o que já se verificava desde 1900. Desde essa última data até 1919, estimamos que o número de estabelecimentos industriais cresceu pelo menos em 300%.³⁰ Na medida que o crescimento do número de estabelecimentos possa representar a expansão da ocupação industrial no período (indicando o crescimento da demanda por força de trabalho), essa teria transcorrido a uma taxa superior a 7% ao ano.

²⁸ As estatísticas demográficas da ocupação nos dois anos referidos foram apuradas segundo critérios muito distintos (conforme observa-se na Tabela A-8 do Anexo Estatístico), que inviabilizam a obtenção de um dado preciso para a evolução do emprego industrial no período. As estimativas elaboradas tem como referência a provável taxa de expansão do número de estabelecimentos industriais e, principalmente, uma combinação entre dados do censo demográfico de 1900 (FEE, 1986:106) e do censo industrial de 1920, valendo-se de algumas hipóteses particulares.

²⁹ Obter uma estimativa desse ritmo de crescimento comparando-se os dados do censo industrial de 1920 (Recenseamento do Brasil 1920: indústria, 1927) com aqueles da pesquisa do Centro Industrial do Brasil em 1907 seria uma temeridade, em vista das reconhecidas limitações desta última fonte. Silva (1986:71-85), embora reconhecendo tais limitações dessa fonte, utiliza-se dela para especular sobre o ritmo de crescimento da indústria brasileira no início do século, que considera “espetacular”. Para maiores informações sobre a restrita abrangência da pesquisa de 1907, ver Bandeira (1984).

³⁰ As estimativas de taxas de crescimento do número de estabelecimentos industriais nesses intervalos de tempo pecam pelo fato de estarem desconsiderados os estabelecimentos que deixaram de existir antes de 1919, o que tende a elevar a estimativa acima da taxa efetiva de crescimento. Assim, se entre 1910 e 1919 foram fundados dois terços dos estabelecimentos existentes na última data, a taxa máxima de crescimento do número de estabelecimentos seria de aproximadamente 200%. Para estabelecer um patamar mínimo, estimamos que metade dos estabelecimentos existentes em 1910 teria deixado de existir até 1919. Nesse caso, a taxa de crescimento seria de cerca de 100% em 10 anos ou 7% ao ano. Conforme dados do censo industrial, dos 1.773 estabelecimentos industriais existentes no Rio Grande do Sul em 1920, cerca de 207 já estavam fundados antes de 1900. A taxa de crescimento implícita e máxima é de 756%. Supondo que os 207 estabelecimentos que subsistiram até 1920 foram remanescentes de um total de 400 (taxa de fechamento de aproximadamente 50%), o crescimento da indústria, segundo o número de estabelecimentos, teria sido de 343%, representando uma taxa anual de crescimento próxima a 8%.

Uma estimativa direta da expansão da ocupação na indústria e em outros setores entre 1900 e 1920 pode ser obtida através da análise combinada dos dados demográficos da ocupação e dos dados da indústria no Rio Grande do Sul nos dois anos referidos.³¹ Essa análise da ocupação segundo setores econômicos indica que, nesses vinte anos, a ocupação nos serviços (exclusive serviços domésticos) elevou-se em 149%, na indústria extrativa 531% e na indústria manufatureira (exclusive agroindústrias estabelecidas no meio rural) 634%.³² Essas taxas devem ser comparadas ao crescimento de 103% da população em idade ativa no mesmo período,³³ comparação que permite concluir que os três setores citados ampliaram seu peso na ocupação e devem ter pressionado o mercado de trabalho urbano. O comércio provavelmente manteve ou reduziu ligeiramente sua participação na ocupação, enquanto as atividades agropecuárias perderam importância relativa na ocupação. Essas conclusões são consistentes com as evidências de que em 1920 o diferencial entre salários urbanos e rurais tendia a ser maior no Rio Grande do Sul que em São Paulo.³⁴

As taxas de crescimento da população ocupada na indústria e nos serviços também são elevadas quando comparadas às taxas de crescimento demográfico nos principais municípios-sedes da indústria regional entre 1900 e 1920 (Porto Alegre, 143%; Rio Grande, 82%; Pelotas, 83%; São Leopoldo, 65%)³⁵. Assim, embora esses municípios tenham apresentado um crescimento demográfico superior ao das respectivas subregiões (provavelmente absorvendo contingentes de suas populações rurais), a oferta de força de trabalho parece ter sido restrita diante acelerada da expansão da indústria e da ocupação

³¹ As estimativas citadas neste parágrafo foram obtidas através da Tabela A-8 do Anexo Estatístico, cuja construção é explicada nas respectivas notas.

³² O dado para a ocupação na "indústria manufatureira" em 1900 (2.284 pessoas), muito reduzido, provavelmente exclui os ocupados em charqueadas, produção de banha, farinhas e outras atividades industriais estreitamente vinculadas aos estabelecimentos agropecuários, que devem ter sido incluídos nas "indústrias agrícola e pastoril" (ver notas na Tabela A-8 do Anexo Estatístico). A estimativa apresentada compara esse contingente aos dados de pessoal ocupado do censo industrial de 1920 (conceito restrito de indústria), excluindo parcela dos ocupados nas citadas atividades agroindustriais. Podemos raciocinar também a partir de outra hipótese, supondo que, além dos ocupados na "indústria manufatureira" em 1900, havia mais 2.000 (número razoável) ou mais 4.000 (número seguramente exagerado) pessoas ocupadas nas atividades referidas acima, mas incluídas em 1900 nas "indústrias agrícola e pastoril". O número resultante seria então comparável ao total dos ocupados na indústria de transformação em 1920 (dado do censo industrial), indicando uma elevação desse contingente da ordem de 470% a pelo menos 290%.

³³ Durante o período de 1900 a 1920, houve uma mudança na estrutura etária da população, ampliando-se a população em idade ativa em 103% (15 anos ou mais), diante de um crescimento da população total de 90%, o que deve ter favorecido a ampliação da oferta de mão-de-obra (IBGE, 1986:10).

³⁴ Conforme Cano, 1977 e Herrlein Jr., Dias, 1993. Ver Tabela A-9 do Anexo Estatístico.

industrial, circunstância ainda mais provável de ter se verificado em Porto Alegre, cujo parque industrial adquire maior importância no período, sobrepujando o de Pelotas e Rio Grande.³⁶

É provável que, diante da escassez de força de trabalho e da maior margem para o estabelecimento de pequenas unidades fabris, as médias e grandes unidades, organizadas em forma capitalista, tivessem alguma dificuldade para encontrar trabalhadores disponíveis na medida que se expandiam em número e tamanho. Sabe-se que muitas empresas recorriam à contratação de trabalhadores no exterior, promovendo a vinda de imigrantes que se integravam diretamente à atividade fabril (Petersen, 1979). Há diversas evidências de que essa situação, que combinava elevado crescimento da produção com uma relativa escassez de força de trabalho, contribuiu para o estabelecimento de uma relação salarial diferenciada na indústria gaúcha.³⁷

O patronato industrial do Rio Grande do Sul buscou atender sua demanda por força de trabalho através da ampla utilização de práticas assistencialistas aos seus trabalhadores, destacando-se a constituição de fundos de pensão, a assistência médica fornecida pelas empresas, a manutenção de escolas para os trabalhadores e para seus filhos e, em alguns casos, também o provimento de moradias às suas famílias. Tais práticas estiveram associadas a um forte discurso ideológico que afirmava a compatibilidade dos interesses de classe e procurava desestimular a auto-organização dos trabalhadores. Havia uma

³⁵ Ver Tabela A-8 do Anexo Estatístico.

³⁶ A disponibilidade restrita de força de trabalho livre na economia gaúcha, especialmente no meio urbano, parece refletir-se na estrutura da ocupação, tal como identificada pelos dados demográficos de 1920. No conjunto dos trabalhadores ocupados, registravam-se aqueles com uma condição de ocupação indefinida, que expressava a alternância de ocupações ou a realização de tarefas esporádicas como alternativa de sobrevivência, diante da impossibilidade de uma ocupação permanente. Essa condição, que pode ser tomada como um indicador de subemprego ou até mesmo de desemprego (Bodea, s.d.:25), atingia 15,5% dos ocupados na cidade de São Paulo, enquanto era de apenas 8,0% na cidade de Porto Alegre. O mesmo indicador de subemprego atingia 5,6% no Rio Grande do Sul e 7,2% em São Paulo. A Tabela A-18 do Anexo Estatístico, traz a estrutura ocupacional nas cidades de Porto Alegre e São Paulo.

³⁷ Não podemos aqui considerar na sua dimensão devida as características da organização do operariado industrial. Porém cabe citar a seguinte referência da parte de lideranças sindicais gaúchas. No Congresso Operário de 1913, realizado no Rio de Janeiro, os delegados da Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS) concederam entrevista ao jornal "A Época" na qual, além de afirmar sua adesão à COB (Confederação Operária do Brasil, de orientação anarquista), responderam várias perguntas, entre elas as seguintes. "P.: Tem havido muitos movimentos grevistas dirigidos pela Federação? R.: Sim, alguns e na maioria vitoriosos. P.: São boas as condições dos trabalhadores do RGS, especialmente os de P. Alegre? R.: Sim, de certo tempo a esta parte, 3 a 4 anos, tem se desenvolvido progressivamente o trabalho, principalmente na capital, notando-se até em algumas artes e ofícios falta de trabalhadores" (citado em Petersen e Lucas, 1992:174). A "bolsa de trabalho" mantida pela FORGS habitualmente encontrava colocação para os operários que buscavam emprego.

preocupação sistemática em disfarçar a dominação do capital sobre o trabalho, o que era facilitado pelo envolvimento dos proprietários junto ao trabalho fabril (Pesavento, 1988).

É pertinente supor que a disputa por trabalhadores entre os proprietários industriais fosse um fator importante para induzir a adoção das referidas práticas assistencialistas, capazes de cooptar os trabalhadores e vinculá-los à fábrica, ensejando um desempenho produtivo superior e também melhores condições de trabalho do que aquelas estabelecidas em outras regiões. Na indústria gaúcha provavelmente foi necessário que as condições de exploração da força de trabalho fossem atenuadas em vista da efetiva disputa por trabalhadores entre os empregadores industriais.³⁸

Essa hipótese é reforçada pela comparação entre os salários médios diários dos operários na indústria gaúcha e na indústria paulista, nos estabelecimentos que ocupavam pelo menos oito pessoas.³⁹ O salário médio diário era 6,4% maior no conjunto desses estabelecimentos na indústria gaúcha, em comparação com a paulista, sendo também superior na maioria dos gêneros industriais (Tabela 13).

Essa diferença de salários médios diários nos estabelecimentos com oito ou mais pessoas ocupadas pode ser creditada à restrita oferta de força de trabalho no Rio Grande do Sul, refletindo também uma composição regionalmente diferenciada dessa força de trabalho quanto ao sexo. Em São Paulo, a participação da força de trabalho feminina entre os operários da indústria era de 30,8%, enquanto atingia apenas 19,9% na indústria gaúcha. A menor inserção das mulheres no mercado de trabalho no Rio Grande do Sul provocava a elevação dos salários médios industriais nessa região.⁴⁰

³⁸ Segundo Pesavento (1988), as condições de trabalho vigentes na indústria gaúcha eram comparativamente melhores em relação àquelas vigentes nos demais estados, ainda que estivessem muito aquém do que afirmavam os industriais.

³⁹ Note-se que a linha de corte das estatísticas salariais (oito pessoas ocupadas) excluía a maior parte dos estabelecimentos (mais ou menos 70%, conforme a região, como está sugerido na Tabela 8). Incluía, porém, a maior parte dos operários, embora a representatividade do contingente operário cujos salários foram levantados em relação ao total de operários registrados pelo censo industrial variasse substancialmente entre os gêneros industriais em cada região e, especialmente, entre as regiões, conforme o perfil específico (mais ou menos concentrado) de cada gênero industrial em cada região. É muito provável que os dados salariais levantados nesses estabelecimentos que tinham pelo menos oito pessoas ocupadas correspondessem à quase totalidade do emprego assalariado de operários (ou apenas excluíssem os operários assalariados nos estabelecimento muito pequenos), o que torna essa estatística adequada para os propósitos da argumentação nesta seção. Para verificar a representatividade dos dados salariais em relação ao total de operários, veja-se a Tabela A-10 do Anexo Estatístico.

⁴⁰ A Tabela A-11 do Anexo Estatístico demonstra que o salário médio diário da totalidade dos operários no Rio Grande do Sul superava o seu equivalente em todas as regiões com pólos industriais relevantes, com exceção do Distrito Federal/Rio de Janeiro. Excetuada essa região, os salários médios diários da indústria

Tabela 13
Salários médios diários do total dos operários da indústria,
segundo os gêneros industriais
Rio Grande do Sul, São Paulo — 1920

(em réis)

Gêneros Industriais	RIO GRANDE DO SUL	SÃO PAULO	Diferença do RS para SP
ALIMENT.,BEB., FUMO	4.880	5.047	-3,3%
TEXTIL	5.004	4.565	9,6%
MADEIRA	4.999	5.564	-10,2%
VESTUÁRIO,CALÇADOS	5.527	4.560	21,2%
CERÂMICA	5.182	5.008	3,5%
EDIFICAÇÃO	6.392	6.091	5,0%
MOBILIÁRIO	5.521	5.523	0,0%
METAL.-MECÂNICA	6.450	6.036	6,9%
QUÍMICA E PROD.AFINS	4.040	4.523	-10,7%
MAT. TRANSPORTE	6.136	5.873	4,5%
COUROS E PELES	5.871	5.270	11,4%
FORÇAS FÍSICAS	7.000	5.734	22,1%
DIVERSAS	8.250	4.231	95,0%
TOTAL DA INDÚSTRIA	5.169	4.861	6,4%

Fonte dos dados brutos: Recenseamento do Brazil 1920: salários (1928). V.5, P.2, p.354-85, 386-417.

Nota: cada valor expressa a média obtida a partir da totalidade dos casos referentes a cada informação apresentada na tabela.

Considerando-se somente os salários médios diários para os homens adultos verifica-se que eram também superiores nessa região, em comparação com São Paulo, na maioria das profissões, nos principais gêneros industriais e no conjunto da indústria. A Tabela 14 indica uma superioridade generalizada dos salários médios diários dos operários homens adultos na indústria gaúcha, em comparação com a indústria paulista e com as médias nacionais.

gaúcha superavam os das demais regiões no conjunto da indústria e na maioria dos gêneros. A Tabela A-12 do Anexo Estatístico indica que, dentre todas as regiões brasileiras consideradas, o Rio Grande do Sul era aquela em que a parcela feminina entre os operários era a menor.

Tabela 14
Salários médios diários dos operários homens adultos,
segundo profissão e gênero de indústria - RS, SP e Brasil - 1920

(em réis)

Especificação Profissão e Gênero industrial	Rio Grande do Sul	São Paulo	Brasil	Diferença % (RS/SP)
CARPINTEIRO	7.941	7.223	7.584	9,9%
MECÂNICO	10.268	8.809	8.853	16,6%
MAQUINISTA	7.268	7.684	7.231	-5,4%
FOGUISTA	6.016	5.819	5.515	3,4%
FERREIRO	8.243	7.322	7.074	12,6%
PEDREIRO	7.310	7.268	7.242	0,6%
IND.TÊXTIL	7.035	5.729	5.329	22,8%
TECELÃO	8.841	6.595	7.145	34,1%
FLANDEIRO	9.086	4.298	4.604	111,4%
TINTUREIRO	6.088	5.363	4.949	13,5%
CARDADOR	6.573	4.694	4.466	40,0%
BATEDOR	4.895	4.477	4.198	9,3%
ACABADOR	4.000	5.819	5.402	-31,3%
IND.VESTUÁRIO E CALÇADOS	6.748	6.382	6.712	5,7%
CORTADOR (CALÇADOS)	7.422	5.687	7.656	30,5%
MONTADOR (CALÇADOS)	7.709	5.516	7.680	39,8%
PESPONTADOR (CALÇ.)	5.923	5.143	7.822	15,2%
ACABADOR (CALÇADOS)	7.850	5.286	7.076	48,5%
IND.ALIMENTAÇÃO	5.679	5.616	5.111	1,1%
IND.METALÚRGICAS	7.384	6.986	6.824	5,7%
FUNDIDOR	8.775	8.405	7.483	4,4%
LIMADOR	7.000	6.116	7.014	14,5%
SERRALHEIRO	8.387	7.380	7.936	13,6%
TORNEIRO EM METAL	8.986	7.506	8.107	19,7%
TOTAL DA INDÚSTRIA	6.117	5.909	5.688	3,5%

Fonte: Recenseamento do Brasil, 1920; V.5, P.2, Salários; p.XIV a XVII; Quadro IV, p.354-417.

As comparações dos salários diários dos operários homens adultos podem ser estendidas às demais regiões brasileiras em que havia parques industriais importantes. A Tabela 15 indica que os homens recebiam maiores salários diários no Rio Grande do Sul,

em comparação com outras regiões, com exceção do Distrito Federal/Rio de Janeiro. Desconsiderada essa região, que abrigava o segundo maior parque fabril regional do País em 1920, os salários médios diários dos homens eram maiores no Rio Grande do Sul para a grande maioria dos gêneros industriais.

Tabela 15
Índices Regionais do Valor do Salário Médio Diário
dos Operários homens adultos, segundo os Gêneros Industriais — 1920
(base: 100 = salário médio diário no Rio Grande do Sul, em cada gênero)

GÊNEROS	SÃO PAULO	BR exclusive RS e SP	DIST.FED E RIO DE JANEIRO	MINAS GERAIS	PERNAM-BUCO	BAHIA
ALIMENTAÇÃO	98,9	82,1	95,7	79,3	67,7	59,5
TÊXTIL	81,4	72,4	91,6	58,8	51,5	58,1
MADEIRA	114,4	116,7	133,1	97,0	101,4	71,3
VEST.TOUÇ.CALÇAD.	94,6	100,7	110,9	80,1	65,8	61,4
CERÂMICA	96,8	86,0	102,8	70,4	68,2	77,3
EDIFICAÇÃO	94,7	83,4	111,6	81,3	61,6	37,1
MOBILIÁRIO	85,3	99,0	112,2	76,5	88,0	76,0
METAL.-MECÂNICA	94,6	89,8	93,7	58,7	116,3	71,4
QUÍMICA E PROD.AFINS	121,9	111,4	122,3	106,4	85,7	98,4
MAT. TRANSPORTE	91,8	96,0	101,6	76,6	79,1	--
COUROS E PELES	90,4	81,0	98,0	66,0	71,3	42,3
TODA INDÚSTRIA	96,6	90,3	108,0	73,0	69,5	65,2

Fonte: Recenseamento do Brazil; vol.5 parte 2; Salários; p.98-433.

Cabe indagar por que no mercado de trabalho da indústria gaúcha era mais restrita a presença das mulheres, o que limitava ainda mais a oferta de trabalho. É provável que vários motivos tenham determinado uma menor inserção relativa das mulheres no trabalho industrial nessa região, incluindo-se entre esses motivos aqueles de natureza cultural. Nesse sentido, cabe observar que a ausência da mulher do mercado de trabalho tende a estreitar os laços familiares, ao passo que aumenta a dependência do conjunto da família em relação ao trabalho do homem.

No Rio Grande do Sul, uma das formas encontradas pela burguesia industrial para estreitar os vínculos de dependência do trabalhador em relação à fábrica envolvia exatamente as relações familiares. Ao fornecer ao trabalhador moradia para a sua família,

escola para seus filhos e outros benefícios assistenciais, os industriais gaúchos estabeleciam um forte vínculo com a força de trabalho de que dispunham. Estabelecia-se uma maior dependência da família em relação ao emprego do homem e o patronato industrial procurou valer-se dessa condição, privilegiando o emprego de trabalhadores homens casados (Pesavento, 1988).

Por outro lado, há fortes indicações de que, além da pequena diferença entre os salários nominais nas duas regiões, o poder de compra dos salários era superior no Rio Grande do Sul.⁴¹ Isso permite supor que, em São Paulo, a inserção das mulheres no trabalho industrial era, em alguma medida, motivada por uma necessidade mais acentuada de ampliar a renda familiar por meio do assalariamento das mulheres. Podemos considerar que a menor inserção das mulheres na ocupação industrial refletia uma menor mercantilização da força de trabalho no Rio Grande do Sul, restringindo sua oferta, o que foi possível pela manutenção de uma renda familiar satisfatória apenas com o emprego dos homens.

As indicações quanto ao estabelecimento de relações de trabalho e de salário singulares na indústria gaúcha, em vista de uma melhor posição dos trabalhadores nas negociações com o patronato industrial, parecem ser corroboradas pela avaliação das greves operárias ocorridas na região.⁴² Uma característica comum às lutas dos trabalhadores em ambas as regiões no início deste século era a presença, mesmo que em diferente grau de importância, das lutas em torno de condições básicas de trabalho, principalmente através da redução das horas trabalhadas. Contudo, uma análise abrangente das greves realizadas no Rio Grande do Sul, entre 1890 e 1919, apontou as questões salariais como causa principal das greves, embora destacando a frequência de greves pela redução da jornada para oito horas, sem redução do salário (Petersen, 1979:321).

A predominância das questões salariais nas greves ocorridas no Rio Grande do Sul, justamente uma região onde os salários industriais eram geralmente superiores e o custo de

⁴¹ A economia gaúcha notabilizava-se pela produção de gêneros alimentares, que tendiam a custar significativamente menos nessa região do que nas outras que dependiam de importações de alimentos. Apesar da dificuldade em se obterem dados sobre preços de produtos de consumo popular nas duas regiões à época, foi possível aferir que, em 1920, enquanto a população total do Rio Grande do Sul correspondia a 47,5% da de São Paulo, a área cultivada com arroz, trigo, milho, feijão, batata e mandioca nas duas regiões possuía quase a mesma extensão (conforme Recenseamento do Brasil 1920: pop., 1930, e Cano, 1977:283-4).

⁴² Essa avaliação tem como referência uma comparação com a região de São Paulo. Não é possível aqui enfrentar a tarefa de comparar as greves operárias nas regiões do Rio Grande do Sul e de São Paulo no período em foco. Uma primeira aproximação está feita em Herrlein Jr., Dias (1993), sobre a qual nos apoiamos para desenvolver o argumento.

vida provavelmente inferior, parece uma indicação de que os trabalhadores dessa região se defrontavam com condições distintas de contratação e uso da força de trabalho pelo capital. A primazia daquelas questões sobre os demais motivos das greves indica que, nessa região, provavelmente havia melhores condições de barganha para os trabalhadores junto aos empregadores.⁴³

3.5. Desempenho da indústria regional

Nesta seção buscamos avaliar o desempenho da indústria regional sul-rio-grandense, tomando novamente como referência a comparação com a indústria paulista e o agregado das demais indústrias regionais. A avaliação desse desempenho econômico considera indicadores de produtividade do trabalho e rentabilidade, cujos níveis pretendemos relacionar com as características das indústrias regionais. Como será possível verificar, o nível de agregação em que dispomos dos dados dificulta o estabelecimento dessas relações.⁴⁴ Ainda assim, buscamos sempre que possível explicar o desempenho da indústria gaúcha a partir das características suas de uma estreita relação com a base primária regional, de uma maior importância relativa dos pequenos estabelecimentos na ocupação e na produção, de maiores níveis de salários diários dos operários, de sua estrutura de gêneros.

Convém esclarecer desde logo a construção dos indicadores de produtividade e lucratividade com base nos quais buscamos avaliar o desempenho da indústria gaúcha. A

⁴³ Segundo Petersen (1979), as greves prejudicavam os industriais gaúchos também por desorganizarem o equilíbrio entre oferta e procura de mão-de-obra, já que nem sempre era fácil conseguir mão-de-obra similar. Essa autora indica que, em certas profissões, a substituição do trabalhador era praticamente impossível sem mandar buscar outros na Europa (1979:287-8). Esse era o caso dos tecelões, cujos salários eram 34,1% superiores na indústria gaúcha comparativamente à paulista (Tabela 14).

⁴⁴ Dentro dos limites desse estudo, não será possível aprofundar a interpretação dos indicadores regionais de produtividade e rentabilidade industrial, pois cada conjunto de dados regionais carrega características muito heterogêneas, induzindo a conclusões enganosas acerca de níveis médios que perdem significado econômico. Em vista disso, tratamos de abrir os dados das indústrias regionais em nível de gêneros, constatando as situações em que as hipóteses interpretativas, sugeridas pela consideração das médias, traduzem condições econômicas (produtividade e rentabilidade) verificáveis nas comparações gênero a gênero, ou expressam principalmente a influência das diferenças de composição de gêneros das indústrias regionais. Convém assinalar, contudo, que em cada gênero industrial reitera-se a heterogeneidade regional, colocando-nos novamente em dificuldade para a comparação de resultados agregados em nível de gênero. A obtenção de conclusões mais específicas e precisas acerca dos indicadores de produtividade econômica e rentabilidade em nível de gêneros requer a análise dos dados regionais por subgênero ou que os dados de gênero sejam interpretados tendo em vista a diferente composição de cada gênero em cada região. Essa análise está além das possibilidades desse estudo, que se limita a focar os níveis médios dos indicadores elaborados, sempre levando em conta a estrutura de gêneros das indústrias regionais.

medida da produtividade não expressa necessariamente características técnicas da produção física, pois trata-se de uma relação entre valores monetários e o número de empregados.⁴⁵ Trata-se de uma medida de produtividade econômica do trabalho dos empregados em estabelecimentos industriais, isto é, o montante do valor agregado anual atribuível ao trabalho da parcela de ocupados que, sendo empregada, representava também custos de salários ou ordenados para os estabelecimentos.⁴⁶

Tratamos também de apurar os custos médios de salários e ordenados, relacionando os fluxos anuais dessas despesas com o número de empregados. Aqui, os salários mais os ordenados são considerados sob a ótica da produção industrial, como custos de produção que não guardam necessariamente correspondência com os níveis dos salários médios diários. São duas estatística distintas. Enquanto os últimos associam imediatamente um pagamento a uma jornada de trabalho individual, os custos salariais médios são obtidos pela relação entre um fluxo anual e um estoque de empregados. Além disso, a massa anual de salários e ordenados inclui os salários de operários de estabelecimentos menores que não foram considerados no censo de salários (restrito aos estabelecimentos com oito ou mais pessoas ocupadas), bem como os ordenados de empregados não-operários.⁴⁷

Ao confrontarmos as medidas de produtividade econômica e custo salarial obtemos como resultado a parcela salarial no valor agregado da indústria. Essa parcela aparece assim como resultado que expressa os efeitos dos níveis relativos de produtividade econômica e de custos com salários e ordenados.⁴⁸ Essa medida apresenta um duplo interesse, pois além

⁴⁵ Esse indicador de produtividade é apenas uma *proxy*, na medida em que os valores da transformação industrial em moeda corrente traduzem também as relações de preço, tanto entre regiões como entre gêneros da indústria.

⁴⁶ Note-se que o indicador é construído pela comparação de uma medida monetária de fluxo anual de valor da transformação industrial em 1919 com um estoque de empregados, registrado ao nível de setembro de 1920. Além da discrepância das datas de referência, o indicador de produtividade econômica carrega o viés de qualquer eventual sazonalidade ou situação conjuntural do emprego ocorrida no mês de referência. Uma adequada atribuição de montantes de valor agregado, assim como dos custos de salários e ordenados, a um determinado contingente de empregados requereria que o mesmo correspondesse a média dos empregados ao longo do mesmo ano de geração dos fluxos de valores, o que não é possível estabelecer com os dados existentes.

⁴⁷ O número de operários registrados pelo censo industrial excede, em grau muito diverso, conforme o gênero industrial e a região, o número de operários cujos salários diários foram apurados. Para indústria gaúcha, o censo industrial considerava 37% a mais de operários e 12% a mais de empregados não-operários. Essas proporções atingem 22% e 8% para a indústria paulista e 13% e 8% para o agregado das demais indústrias regionais. Consultar a Tabela A-10 do Anexo Estatístico para uma informação, em nível de gênero, da distinta abrangência dos censos industrial e salarial.

⁴⁸ Assim, se, por exemplo, houver um nível baixo de custos com salários e ordenados por empregado, em algum gênero industrial ou região em relação a outro(a), a parcela salarial ainda pode ser relativamente

de corresponder à proporção da renda gerada na indústria que era apropriada pelos empregados, ela será tomada como um dos determinantes da rentabilidade da indústria.

A rentabilidade será avaliada através de uma margem bruta de lucro, medida através da qual o excedente bruto (a parcela do valor agregado deduzido de salários e ordenados)⁴⁹ é confrontado com a soma das despesas com materiais (consumo intermediário) e com salários e ordenados.⁵⁰ Essa medida de rentabilidade parece-nos adequada porque resulta de relações entre fluxos de valores monetários anuais, medidos na mesma escala regional de preços e no mesmo período.⁵¹

Podemos considerar a rentabilidade assim medida como sendo determinada por dois fatores. O primeiro consiste na repartição da renda gerada na indústria entre custos com salários e ordenados e excedente bruto, que corresponde à parcela salarial do valor da transformação industrial acima referida, ela mesma resultando da relação entre produtividade e custo do trabalho. O segundo e mais importante determinante da rentabilidade é a proporção em que a indústria agrega valor em relação aos seus custos com materiais, sendo a rentabilidade diretamente relacionada com a proporção do valor da transformação industrial no valor bruto da produção.

O Quadro I especifica a estrutura contábil interna (despesas e rendas) dos fluxos anuais do valor bruto da produção, cujos componentes são comparados para a construção dos indicadores de rentabilidade, parcela salarial e parcela do valor agregado.

A análise dos indicadores de produtividade econômica e rentabilidade da indústria gaúcha será realizada tendo em vista os valores observados para os seus dados agregados,

superior, caso a produtividade econômica por empregado seja, em grau maior que os custos, também relativamente inferior. Inversamente, uma elevada produtividade econômica dos empregados pode não se expressar em maior proporção de excedente no valor agregado, se igualmente os custos salariais são elevados.

⁴⁹ A natureza do excedente bruto enquanto rendimento pode variar conforme o tamanho e a propriedade dos estabelecimentos industriais. A maior parte do mesmo, em cada indústria regional, corresponde a um rendimento do capital, pois o valor da produção estava concentrado, em maior ou menor grau conforme a região, nos grandes estabelecimentos capitalistas. Nos estabelecimentos industriais pequenos e/ou operados pelos proprietários o excedente bruto contém renda do trabalho, isto é, uma parcela do produto necessária ao pagamento ou sustento do trabalho não-assalariado.

⁵⁰ Designamos de bruta a medida do excedente porque ele contém o valor das despesas com impostos e fretes, além da depreciação, para a qual não realizamos qualquer estimativa. Como as despesas com impostos e fretes são informadas, apurou-se também, mas apenas para os dados agregados, uma margem líquida de lucro, em que o excedente é deduzido dessas despesas, que passam a estar somadas no denominador.

⁵¹ Diferentemente de uma medida de taxa de lucro, possível de ser estabelecida para os dados analisados, mas que teria o inconveniente de relacionar fluxos anuais (1919) de valores de excedente e despesas a um estoque de valor (capital empregado) para o ano seguinte, registrado segundo valores contábeis (terrenos e

comparativamente aos valores observados para a indústria paulista e do resto do Brasil. A apresentação dos indicadores em nível de gêneros industriais serve principalmente para que se leve em conta em que sentido os valores observados em cada gênero afetam às médias regionais. Realizamos também algumas observações sobre os gêneros mais importantes, porém limitadas pela condição heterogênea dos agregados regionais em cada gênero.

Quadro I

Esquema da Composição do Valor Bruto da Produção Industrial com indicação dos valores percentuais para Rio Grande do Sul, São Paulo e resto do Brasil — 1919

REGIÃO	VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO (100%)				
	DESPESAS COM MATERIAIS	VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL			
		SALÁRIOS E ORDENADOS	EXCEDENTE BRUTO		
			IMPOSTOS	FRETES	EXCEDENTE LÍQUIDO
Rio Grande do Sul	57,8	10,6	2,8	2,7	26,1
São Paulo	55,3	11,7	2,7	2,2	28,1
resto do Brasil	56,8	12,0	4,8	3,0	23,4

Fonte dos dados brutos: Recenseamento do Brasil 1920: indústria (1927). Rio de Janeiro.

Começamos com os indicadores de produtividade e de custo salarial por empregado. Vimos que ambos são medidas que relacionam fluxos anuais de valores com o estoque de empregados. O denominador comum de ambos indicadores é o número de empregados. Sendo assim, o patamar desses indicadores para o conjunto de cada indústria regional refletirá a distribuição regional do emprego industrial entre os diferentes gêneros. Cada gênero industrial em cada região contribui para o nível desses indicadores na proporção em que participa do emprego total na indústria da região. Na medida em que as indústrias regionais possuíam uma composição de gêneros bastante distinta, os níveis regionais relativos desses indicadores dependem fortemente da composição das indústrias regionais.

edificações, máquinas e utensílios). Pareceu-nos interessante apurar a taxa de lucro apenas para o agregado de cada indústria regional.

Os indicadores de produtividade e custo salarial para cada indústria regional refletem a estrutura do emprego industrial conforme indicada na Tabela 16.

Na indústria gaúcha os indicadores agregados de produtividade e custo salarial por empregado dependem principalmente dos níveis observados na indústria de alimentação, bebidas e fumo. Em segundo lugar, com uma importância três vezes menor está a indústria têxtil. Em São Paulo e no resto do Brasil, inverte-se a importância relativa desses dois gêneros, com os resultados sendo em grande medida determinados pelos níveis vigentes na têxtil. Restringiremos a apresentação dos resultados em 10 gêneros industriais, suprimindo as indústrias diversas pela sua insignificância, além da excessiva heterogeneidade.

Tabela 16

Distribuição dos Empregados, segundo o Gênero Industrial
Rio Grande do Sul, São Paulo e Resto do Brasil — 1919

(%)

Gêneros Industriais	Rio Grande do Sul	São Paulo	Resto do Brasil
Alimentação, Bebidas e Fumo	43,2	14,5	19,0
Têxtil	14,3	40,2	42,7
Madeira	8,2	2,6	4,8
Vestuário, Calçados, Artif. Tecidos	7,7	12,7	9,8
Minerais Não-Metálicos (a)	6,6	11,6	6,4
Mobiliário	5,2	2,4	2,8
Metalúrgica-Mecânica	4,5	6,6	4,5
Química e Produtos Afins	3,7	5,7	6,1
Material de Transporte	3,7	1,8	1,6
Couros e Peles	2,8	1,3	1,7
Diversas (b)	0,2	0,6	0,5
Toda Indústria	100,0	100,0	100,0

Fonte dos dados brutos: Recenseamento do Brasil 1920: indústria (1927). Rio de Janeiro.

Notas: (a) agregação dos gêneros “Cerâmica” e “Edificação”; (b) inclui “Produção de Forças Físicas”.

A Tabela 17 apresenta índices relativos da produtividade econômica, apurados com base nos valores da transformação industrial por empregado. Os índices permitem

estabelecer comparações diretas intra-regionais de produtividade econômica nos diferentes gêneros e comparações inter-regionais, por gênero e para o total da indústria.

Tabela 17

Índices Regionais de Produtividade Econômica dos Empregados,
segundo os Gêneros Industriais

Rio Grande do Sul, São Paulo e Resto do Brasil — 1919

(base: ind. alimentação RS = 100)

Gêneros Industriais	Rio Grande do Sul	São Paulo	Resto do Brasil	Relativos	
				RS/SP %	RS/rBR %
Alimentação, Bebidas e Fumo	100	128	98	78,3	102,2
Têxtil	66	54	38	120,7	174,8
Madeira	69	64	74	107,3	92,6
Vestuário, Calçados, Artef. Tecidos	52	53	44	96,9	117,1
Minerais Não-Metálicos (a)	52	47	31	108,7	168,5
Mobiliário	37	42	40	88,0	94,3
Metalúrgica-Mecânica	56	60	39	93,4	145,2
Química e Produtos Afins	90	92	97	97,9	92,2
Material de Transporte	46	108	46	42,3	99,6
Couros e Peles	79	87	53	91,2	149,0
Toda Indústria	77	68	55	113,7	139,8

Fonte: Tabela A-13 do Anexo Estatístico. Dados brutos em Recenseamento do Brasil 1920: indústria (1927). Rio de Janeiro.

(a) agregação dos gêneros “Cerâmica” e “Edificação”.

Obs.: os índices expressam as medidas relativas da produtividade (valor da transformação industrial anual por empregado) em cada gênero industrial e região, tomando como base (100) o mesmo valor registrado para o gênero de alimentação, bebidas e fumo no Rio Grande do Sul. Os Relativos expressam a relação percentual entre a produtividade em cada gênero da indústria do Rio Grande do Sul e a produtividade do mesmo gênero em São Paulo ou no Resto do Brasil.

É notável como em todas as regiões o gênero de alimentação, bebidas e fumo apresenta o mais alto nível de produtividade econômica. Outro gênero que em todas as regiões apresenta também elevada produtividade econômica é o de química e produtos afins. O destaque desses gêneros quanto à produtividade econômica por empregado nos três âmbitos regionais deve estar relacionado com características genéricas dos respectivos processos de transformação industrial, provavelmente caracterizados por uma reduzida agregação de valor em relação às despesas com materiais, mas nos quais a parcela do

capital aplicada em materiais insumidos pela produção apresenta menor tempo de rotação. Dito de outro modo, isso significa que ao longo de um ano os processos de trabalho e geração do produto final ocorrem maior número de vezes que em outros gêneros. Seguramente no caso do gênero de alimentação, em vista das agroindústrias com processos simples de beneficiamento, a maior produtividade sobre os demais gêneros tem de ser atribuída a essa característica e não a alguma superioridade técnica, decorrente de uma maior aplicação de capital produtivo ou de organização do processo de trabalho.⁵² Alguma inferência sobre a superioridade técnica como determinante dos níveis relativos de produtividade econômica pode ser estabelecida com menos impropriedade na comparação por gênero.

Considerando os dados para o conjunto das indústrias regionais, nota-se a superioridade da produtividade econômica dos empregados na indústria gaúcha, 13,7% acima do nível da indústria paulista e 39,8% acima em relação ao resto do Brasil. O resultado agregado para o Rio Grande do Sul carrega forte influência positiva da produtividade do gênero de alimentação, enquanto o resultado de conjunto para São Paulo e o resto do Brasil é bastante influenciado negativamente pela produtividade no gênero têxtil. Não obstante, no gênero de alimentação, bebidas e fumo, a produtividade econômica na indústria gaúcha era equivalente a observada no resto do Brasil e 21,7% inferior a da indústria congênera de São Paulo. Em contrapartida, no gênero têxtil a indústria gaúcha superava à paulista em 20,7% e em 74,8% ao conjunto das demais indústrias regionais.

A maior produtividade econômica para o conjunto da indústria gaúcha em comparação à paulista reflete exclusivamente a composição de gêneros, pois somente em três dos 10 gêneros analisados a produtividade era superior no Rio Grande do Sul (têxtil, madeiras e minerais não-metálicos).⁵³ A característica da indústria gaúcha, com elevada

⁵² Essa proposição constitui uma revisão da análise desenvolvida em outra oportunidade (Herrlein Jr., Dias, 1993) quando os níveis regionais agregados de produtividade econômica por empregado foram relacionados com os valores da aplicação de capital em máquinas e utensílios por empregado, sem consideração dos dados por gênero. Essa relação não é confirmada pela observação dos níveis de intensidade de capital por gênero, pois os maiores valores registrados para a indústria gaúcha em comparação com a paulista (Tabela A-15 do Anexo Estatístico) não se relacionavam com os níveis relativos de produtividade econômica, em geral superiores na indústria paulista. As estatísticas de capital aplicado em máquinas e utensílios são inadequadas para expressar a intensidade técnica de capital pois expressam valores contábeis históricos e incluem os valores de equipamentos de geração de energia, provavelmente de maior importância relativa no Rio Grande do Sul.

⁵³ É possível realizar um exercício numérico aplicando-se aos valores da produtividade econômica dos empregados observados por gênero industrial no Rio Grande do Sul as estruturas do emprego por gênero da

participação das atividades de beneficiamento de alimentos,⁵⁴ expressava-se na maior agregação média anual de valor por empregado, mas isto não implicava uma maior rentabilidade nesse gênero ou para o conjunto da indústria regional, pois, como veremos adiante, essa maior agregação de valor por empregado representava ainda pouco em termos de agregação de valor em relação aos valores das despesas com insumos. Na comparação da indústria gaúcha com o agregado do resto do Brasil, observa-se a maior produtividade econômica da primeira em cinco dos 10 gêneros (têxtil, vestuário e calçados, minerais não-metálicos, metalúrgica-mecânica e couros e peles), níveis equivalentes em dois outros e inferioridade da indústria gaúcha em outros três (madeira, mobiliário e química). Nessa comparação, os diferenciais de produtividade em vários gêneros em favor da indústria gaúcha contribuem para a diferença agregada

Tratamos agora de confrontar a produtividade econômica por empregado com os custos médios de salários e ordenados por empregado. A consideração dos custos salariais é importante para verificar-se em que medida os maiores salários médios diários na indústria gaúcha expressavam-se também como maiores custos médios anuais absolutos para a produção industrial. A Tabela 18 apresenta os índices regionais desses custos salariais anuais, indicando que eram mais elevados em 10,1% na indústria gaúcha em comparação com a paulista e superior em 26,4% ao resto das indústrias regionais em conjunto. Considerando os resultados em nível de gênero, a superioridade dos custos salariais na indústria gaúcha mantém-se somente na comparação com o resto do Brasil, pois em seis dos 10 gêneros esses custos eram superiores no Rio Grande do Sul (alimentação, têxtil, minerais não-metálicos, couros e peles e material de transporte.). A comparação com a indústria paulista indica a equivalência regional desses custos no gênero de alimentação, sendo superiores na indústria gaúcha apenas nos gêneros têxtil, couros e peles e minerais não-metálicos. Em todos os demais seis gêneros, os custos salariais médios eram superiores na indústria paulista, de modo que os maiores salários médios diários observados nessa

indústria paulista e do conjunto das demais indústrias regionais. Esse exercício suprime o efeito das diferentes estruturas de gênero das indústrias regionais, gerando resultados agregados cuja comparação expressará apenas as diferenças de produtividade entre gêneros. Nesse caso, o nível de produtividade econômica dos empregados nos diversos gêneros da indústria gaúcha, ponderados segundo a estrutura do emprego da indústria paulista, revela-se equivalente ao desta última (98,8%). O mesmo exercício aplicado à comparação com o resto do Brasil reduz a superioridade da produtividade econômica na indústria gaúcha para 26,9%.

comparação regional na seção anterior não se expressavam como maiores custos absolutos para a produção em bases anuais.⁵⁵

Tabela 18

Índices Regionais do Custo Salarial Anual por Empregado,
segundo os Gêneros Industriais
Rio Grande do Sul, São Paulo e Resto do Brasil — 1919

(base: ind. alimentação RS = 100)

Gêneros Industriais	Rio Grande do Sul	São Paulo	Resto do Brasil	Relativos	
				RS/SP %	RS/rBR %
Alimentação, Bebidas e Fumo	100	101	75	99,0	134,0
Têxtil	89	73	64	120,7	139,4
Madeira	94	109	111	86,4	85,0
Vestuário, Calçados, Artif.Tecidos	90	94	96	95,9	94,2
Minerais Não-Metálicos (a)	91	85	73	107,6	124,4
Mobiliário	93	104	115	89,3	80,2
Metalúrgica-Mecânica	128	107	97	119,5	133,0
Química e Produtos Afins	76	92	81	81,9	93,2
Material de Transporte	96	118	85	81,5	113,0
Couros e Peles	118	106	84	111,2	140,0
Toda Indústria	97	88	77	110,1	126,4

Fonte: Tabela A-14 do Anexo Estatístico. Dados brutos em Recenseamento do Brazil 1920: indústria (1927). Rio de Janeiro.

(a) agregação dos gêneros “Cerâmica” e “Edificação”.

Obs.: o custo salarial anual por empregado consiste no valor médio apurado pela divisão da soma dos valores dispendidos ao longo do ano de 1919 com salários e ordenados pelo número total de empregados registrados em setembro de 1920. Os índices expressam as medidas relativas do custo salarial anual por empregado em cada gênero industrial e região, tomando como base (100) o mesmo custo registrado para o gênero de alimentação, bebidas e fumo no Rio Grande do Sul. Os Relativos expressam a relação percentual entre o custo salarial anual em cada gênero da indústria do Rio Grande do Sul e o mesmo custo no mesmo gênero em São Paulo ou no Resto do Brasil.

⁵⁴ Conforme os dados do censo industrial, as atividades de produção de charque, fabricação e beneficiamento de banha, beneficiamento de arroz e moagem de grãos respondiam, juntas, por 39,4% do total do valor bruto da produção industrial no Rio Grande do Sul em 1919.

⁵⁵ Esse resultado não deve surpreender, dada a discrepância já assinalada entre as duas estatísticas. A observação dos custos médios com salários e ordenados por empregado produz resultados distintos não somente nas comparações inter-regionais, mas também entre os gêneros em cada região. Assim, por exemplo, no gênero de alimentação no Rio Grande do Sul observa-se um dos níveis mais altos de custos salariais por empregado, enquanto nesse gênero observava-se um dos menores níveis de salários médios diários (conforme a Tabela 13, na seção anterior).

A observação dos resultados em nível agregado indica que, na indústria gaúcha, os custos salariais médios regionalmente mais elevados aparentemente não prejudicaram a acumulação industrial, pois eram mais do que compensados pela maior produtividade econômica do trabalho dos empregados. Esse resultado se expressa na parcela salarial do valor agregado da indústria, a qual era relativamente inferior para indústria gaúcha. Essas relações podem ser estabelecidas para cada gênero, através da análise da Tabela 19.

Tabela 19
Parcela Salarial no Valor da Transformação Industrial,
segundo o Gênero Industrial
Rio Grande do Sul, São Paulo e Resto do Brasil — 1919

(%)

Gêneros Industriais	Rio Grande do Sul	São Paulo	Resto do Brasil
Alimentação, Bebidas e Fumo	20,0	15,8	15,2
Têxtil	26,9	26,9	33,8
Madeira	27,5	34,1	29,9
Vestuário, Calçados, Artif.Tecidos	35,1	35,4	43,6
Minerais Não-Metálicos (a)	35,3	35,6	47,8
Mobiliário	49,6	48,8	58,3
Metalúrgica-Mecânica	45,9	35,9	50,1
Química e Produtos Afins	16,9	20,2	16,7
Material de Transporte	42,1	21,9	37,1
Couros e Peles	29,7	24,4	31,6
Toda Indústria	25,1	25,9	27,8

Fonte dos dados brutos: Recenseamento do Brasil 1920: indústria (1927). Rio de Janeiro.
(a) agregação dos gêneros “Cerâmica” e “Edificação”.

A menor dimensão da parcela salarial no produto industrial do Rio Grande do Sul resultava principalmente da maior produtividade econômica dos empregados para o conjunto da indústria, visto que os custos salariais médios da produção industrial eram maiores nessa região. Em nível de gênero, a parcela salarial apresentava-se, na maior parte dos casos, superior na indústria gaúcha em comparação com a paulista, resultados que traduziam uma produtividade econômica inferior por empregado, comparando-se as indústrias regionais em cada gênero. Somente nos gêneros de alimentação e material de

transporte a parcela salarial era mais elevada no Rio Grande do Sul em comparação com os outros dois agregados regionais, sendo também mais elevada que em São Paulo nos gêneros metalúrgica-mecânica e couros e peles. O elevado patamar da parcela salarial na indústria da alimentação do Rio Grande do Sul em comparação com São Paulo deve ser atribuído à menor produtividade econômica por empregado, pois os níveis dos custos salariais médios eram regionalmente semelhantes. Essa produtividade era equivalente em relação à da indústria da alimentação no resto do Brasil, onde os menores custos salariais reduziam a parcela salarial abaixo do patamar observado na indústria gaúcha. No gênero têxtil, em que os custos salariais eram expressivamente superiores no Rio Grande do Sul, também a produtividade econômica o era, igualando o patamar da parcela salarial ao da têxtil paulista e tornando-o ainda inferior ao da têxtil no resto do Brasil, apesar dos custos salariais desta última serem 28% inferiores aos da congênere gaúcha.

Observa-se que os níveis da parcela salarial por gêneros apresentam uma hierarquia interna semelhante em cada região, indicando que as características comuns de gênero são importantes. Assim, os gêneros de alimentação e química tendiam a ter parcelas salariais inferiores, refletindo principalmente uma mais alta produtividade econômica em comparação com outros gêneros. A comparação dos patamares regionais das parcelas salariais em nível de gênero revela discrepâncias mais acentuadas em alguns casos. Em São Paulo, a parcela salarial é muito baixa no gênero de material de transporte, mesmo com custos salariais regionalmente superiores, graças a uma produtividade econômica que superava a das demais regiões em 135% (Tabela 17). Também em São Paulo era muito baixa a parcela salarial no gênero metalúrgica-mecânica. Na comparação com o Rio Grande do Sul, esse resultado devia-se aos menores custos salariais em São Paulo, enquanto na comparação com o resto do Brasil era a maior produtividade que tornava a parcela salarial relativamente menor. Outro nível regional discrepante da parcela salarial observa-se no gênero de mobiliário para o agregado do resto do Brasil, o que se devia aos custos salariais regionalmente mais elevados nesse gênero, pois a produtividade econômica pouco diferia em comparação com o Rio Grande do Sul e São Paulo.

A menor parcela salarial favorecia a rentabilidade relativa da produção industrial no Rio Grande do Sul, pois significa que resta um maior excedente bruto quando deduzem-se

os custos com salários e ordenados do valor agregado.⁵⁶ Contudo, a rentabilidade não depende somente da repartição da renda, mas da proporção em que se gera renda, isto é, da agregação de valor em relação às despesas com o consumo intermediário. Conforme indicado pelo Quadro I acima, a indústria gaúcha era aquela em que as despesas com materiais tinham maior peso relativo no valor bruto da produção, o que significa dizer que, em média, essa indústria regional apresentava uma menor agregação de valor, refletindo o elevado peso da indústria alimentar.

A observação da Tabela 20 revela novamente uma semelhança da hierarquia da parcela de valor agregado na produção nas regiões, novamente indicando a importância das características comuns a cada gênero industrial. Assim, o destaque do gênero de minerais não-metálicos na agregação de valor deve-se provavelmente ao baixo custo relativo das matérias primas nas atividades de produção cerâmica, vidros, cal e cimento, enquanto na indústria de alimentação a menor agregação de valor provavelmente não deve ser atribuída a um custo particularmente elevado com matérias-primas, mas a um menor grau de elaboração fabril. O gênero de couros e peles também tendia a apresentar baixa agregação de valor, embora esse padrão fosse regionalmente discrepante no Rio Grande do Sul, onde predominavam as atividades de produção de couros bovinos para exportação. Um análise mais cuidadosa, que pudesse explicar níveis regionais singulares desse indicador em alguns gêneros (elevada agregação de valor nos gêneros têxtil e de material de transporte no Rio Grande do Sul e no gênero de mobiliário no resto do Brasil, baixa agregação no gênero madeira em São Paulo), exigiria a investigação da composição desses gêneros em cada região, algo além dos limites desse estudo.

Se, de um modo geral, a indústria gaúcha gerava proporcionalmente menos valor agregado em sua produção, é certo que isso não pode ser atribuído a uma menor produtividade dos empregados. Sendo assim, podemos formular a proposição inversa, concluindo que a produção industrial do Rio Grande do Sul era relativamente mais onerosa

⁵⁶ Convém considerar que os níveis regionais da parcela salarial estão afetados, em grau diverso, pelo fato de que o excedente bruto pode incluir remunerações do trabalho dos proprietários. Se os estabelecimentos não-capitalistas podem ser assimilados às firmas individuais, que representavam cerca de 70% dos estabelecimentos em qualquer das regiões, a participação das mesmas na geração da produção industrial em cada região pode indicar em que medida o excedente bruto contém rendas do trabalho não-assalariado em cada região. As firmas individuais contribuíam com 25% do valor bruto da produção industrial gaúcha, 16% da paulista e 18% da do resto do Brasil. É pouco provável que tais firmas detivessem a mesma proporção do

que a de São Paulo ou do resto do Brasil em função de custos outros que não os da força de trabalho. Esse resultado pode expressar tanto o maior custo relativo das matérias-primas como também da força motriz na indústria gaúcha, pois mais de 90% da mesma era gerada pelos próprios estabelecimentos industriais, predominando a utilização de máquinas a vapor.⁵⁷

Tabela 20

Parcela do Valor da Transformação Industrial no Valor Bruto da Produção, segundo o Gênero Industrial
Rio Grande do Sul, São Paulo e Resto do Brasil — 1919

(%)

Gêneros Industriais	Rio Grande do Sul	São Paulo	Resto do Brasil
Alimentação, Bebidas e Fumo	35,7	34,7	38,5
Têxtil	59,2	46,9	42,0
Madeira	64,0	49,9	60,7
Vestuário, Calçados, Artif. Tecidos	41,6	46,7	41,1
Minerais Não-Metálicos (a)	73,5	73,5	63,0
Mobiliário	55,7	59,6	64,6
Metalúrgica-Mecânica	52,2	54,7	47,5
Química e Produtos Afins	47,6	49,4	49,5
Material de Transporte	59,4	51,0	48,8
Couros e Peles	43,7	36,9	35,5
Toda Indústria	42,2	44,7	43,2

Fonte dos dados brutos: Recenseamento do Brasil 1920: indústria (1927). Rio de Janeiro.
(a) agregação dos gêneros “Cerâmica” e “Edificação”.

O desempenho da indústria gaúcha quanto a rentabilidade, em comparação com as demais indústrias regionais, pode ser avaliado através da Tabela 21. A margem de rentabilidade bruta, que desconsidera as despesas com impostos e serviços, não apresenta grandes discrepâncias regionais para o resultado agregado. A maior rentabilidade relativa era observada na indústria de São Paulo e reflete principalmente a maior agregação de valor de sua produção. A rentabilidade da indústria do Rio Grande do Sul superava ligeiramente

excedente bruto em cada região, mas provavelmente detinham proporcionalmente mais no Rio Grande do Sul que nas outras regiões.

⁵⁷ Essa proporção atingia somente 43% na indústria paulista e 51% no resto do Brasil.

a das indústrias do resto do Brasil, o que se devia estritamente ao menor peso relativo dos custos com salários e ordenados (parcela salarial), pois sua agregação de valor era inferior.

Tabela 21

Margem Bruta de Lucro, segundo o Gênero Industrial
Rio Grande do Sul, São Paulo e Resto do Brasil — 1919

(%)

Gêneros Industriais	Rio Grande do Sul	São Paulo	Resto do Brasil
Alimentação, Bebidas e Fumo	40,0	41,3	48,4
Têxtil	76,2	52,1	38,6
Madeira	86,8	49,1	74,0
Vestuário, Calçados, Artef. Tecidos	37,0	43,2	30,2
Minerais Não-Metálicos (a)	90,7	89,9	49,0
Mobiliário	39,1	43,9	36,9
Metalúrgica-Mecânica	39,4	54,0	31,1
Química e Produtos Afins	65,5	65,1	70,1
Material de Transporte	52,5	66,3	44,3
Couros e Peles	44,4	38,8	32,1
Toda Indústria	46,3	49,4	45,4

Fonte dos dados brutos: Recenseamento do Brasil 1920: indústria (1927). Rio de Janeiro.
(a) agregação dos gêneros "Cerâmica" e "Edificação".

A análise em nível de gênero indica diferenças bastante significativas de rentabilidade entre as regiões. Na maior parte dos gêneros a rentabilidade das indústrias gaúcha e paulista superava a das indústrias do resto do Brasil, com exceção dos gêneros de química e alimentação. Nesse último, a rentabilidade superior para o resto do Brasil era provocada principalmente pelo maior nível de agregação de valor na produção e secundariamente pela sua repartição menos favorável aos salários. No gênero têxtil, a maior rentabilidade era observada na indústria gaúcha, resultado que expressa uma maior agregação de valor na produção e uma superior produtividade econômica dos empregados, que reduzia a parcela salarial a despeito do elevado nível regional dos custos salariais nesse gênero. Os gêneros de madeiras e de couros e peles eram os outros dois em que a indústria gaúcha era mais rentável que a paulista, no primeiro devido aos mais baixos custos salariais e em ambos devido à maior agregação de valor na produção gaúcha, refletindo presumíveis

vantagens naturais na redução dos custos das matérias-primas. A rentabilidade era maior em São Paulo em relação ao Rio Grande do Sul em quatro gêneros: vestuário, mobiliário, metalúrgica-mecânica e material transporte. Nos três primeiros, o resultado devia-se à maior agregação de valor, sendo que na indústria metalúrgica-mecânica também os baixos custos salariais médios favoreciam a rentabilidade relativa. A agregação de valor era relativamente baixa no gênero de material de transporte em São Paulo, mas a produtividade econômica muito superior determinava a alta rentabilidade, mesmo com elevados custos salariais. Por fim, a rentabilidade das indústrias gaúcha e paulista equivaliam-se nos únicos gêneros (alimentação e química) em que esse indicador registrava maiores níveis para o agregado do resto do Brasil.

Vimos que os custos salariais médios anuais nos diversos gêneros da indústria do Rio Grande do Sul não expressavam os maiores níveis de salários médios diários, o que sugere que esses últimos não afetaram negativamente a rentabilidade da indústria regional. Mesmo que para o total dessa indústria os custos salariais fossem regionalmente elevados, também assim não afetavam a rentabilidade, pois a maior produtividade econômica dos empregados mais do que compensava aqueles níveis de custo. A rentabilidade da indústria gaúcha parece prejudicada pelo elevado peso do gênero de alimentação, em vista da baixa agregação de valor na produção desse gênero no Rio Grande do Sul.⁵⁸

A análise dos indicadores de produtividade e rentabilidade para a indústria gaúcha não permite concluir que essa indústria tenha sido particularmente afetada em seu desempenho pelo maior peso relativo na ocupação da parte dos pequenos estabelecimentos e ou das empresas estabelecidas como firmas individuais ou em nome coletivo nessa região. Os indicadores apresentados não podem ser calculados segundo o caráter e o porte dos estabelecimentos, mas é possível considerar, porém, um indicador de produtividade econômica específico para os operários dos estabelecimentos industriais, estratificados

⁵⁸ Quando consideramos os dados agregados das indústrias regionais excluindo os valores do gênero de alimentação, bebidas e fumo, observa-se que a margem bruta de lucro eleva-se para 60,3% no Rio Grande do Sul e para 54,2% em São Paulo, enquanto decai para 43,7% para o resto do Brasil. Esse exercício numérico, embora útil para confirmar a influência dos valores desse gênero no sentido de reduzir a rentabilidade da indústria gaúcha, suprime do cálculo a maior parte da indústria regional. O agregado da indústria gaúcha exclusive alimentação é fortemente influenciado pelos valores da têxtil e da indústria de madeira, de elevada rentabilidade relativa no Rio Grande do Sul e em comparação com as demais regiões.

segundo a constituição jurídica (valor bruto da produção anual por operário).⁵⁹ Encontramos níveis regionais de produtividade superiores para a indústria gaúcha, relativamente à paulista e à do resto do Brasil, em quase todos os tipos de organização e, novamente, no conjunto da indústria regional (Tabela 22). Nesse conjunto, como também em cada extrato por constituição jurídica, o indicador de produtividade dos operários deve estar refletindo novamente o elevado peso da indústria de alimentação, em que naturalmente há maior fluxo anual de valor da produção por operário, sem que isso implique uma superioridade técnica.

Tabela 22

Produtividade do trabalho dos operários na indústria,
segundo a constituição jurídica dos estabelecimentos
Rio Grande do Sul, São Paulo e resto do Brasil – 1919/20

(em mil réis anuais)

CATEGORIA DAS EMPRESAS	PRODUTIVIDADE VBP / OPERÁRIO			RELATIVO RS / SP	RELATIVO RS / r.BR
	R.G. SUL	S. PAULO	resto BR	%	%
TODAS	14.344	11.740	9.885	122,2	145,1
FIRMAS INDIVIDUAIS	10.936	8.570	7.849	127,6	139,3
SOC. EM NOME COLETIVO	17.530	10.355	11.999	169,3	146,1
SOC. EM COMANDITA SIMPLES	14.631	9.208	11.051	158,9	132,4
SOCIEDADES ANÔNIMAS	14.575	13.264	10.011	109,9	145,6
SOC. EM COMANDITA P/ AÇÕES	15.646	17.164	7.722	91,2	202,6

Fonte dos dados brutos: Censo Industrial de 1920, V.5, P.1, Quadros III, IV e V, pp. 152-57.

Contudo, nas firmas individuais e em nome coletivo a superioridade regional dos índices de produtividade da indústria gaúcha era mais acentuada que para o conjunto dos dados. Enquanto nos estabelecimentos registrados em nome individual, a produtividade na indústria gaúcha superava em 27,6% à da indústria paulista e em 39,3% à das demais indústrias regionais em conjunto, o diferencial de produtividade era ainda superior para os tipos de empresas constituídas em nome de pessoas (nome coletivo ou por comandita simples), sendo contudo inferior para as sociedades de capital (anônimas ou por ações).

⁵⁹ Utilizou-se o valor bruto da produção por operário como indicador de produtividade, porque não há dados disponíveis sobre o total de empregados e sobre o valor do produto segundo essa estratificação dos dados.

Sendo assim, é lícito concluir que seria nos estabelecimentos menores, que deviam estar registrados em nome individual ou de grupos de pessoas, que a produtividade da indústria gaúcha mais se destacava em relação às demais regiões. Convém recordar que, na indústria gaúcha, 90% dos operários distribuíam-se em três partes aproximadamente equivalentes entre as firmas individuais, as sociedades em nome coletivo e as sociedades anônimas (Tabela 11). Os índices de produtividade dos operários de cada um desses três grupos de estabelecimentos afetam a média estadual aproximadamente na mesma proporção. Enquanto o nível de produtividade nas sociedades anônimas equivalia à média estadual, as firmas individuais mais as sociedades estabelecidas em nome coletivo, tomadas em conjunto, coincidiam também com a média estadual. O mesmo não ocorria em São Paulo e no resto do Brasil, onde produtividade dos operários nas sociedades anônimas contribuía para elevar as médias regionais, enquanto os níveis de produtividade nas duas outras categorias de empresas tendiam a reduzir essas médias.

Para concluir, apresentamos outros dois indicadores de rentabilidade, tomados apenas para os dados agregados das indústrias regionais. A margem líquida de lucro e a taxa de lucro bruto constam da Tabela 23, que inclui novamente a margem bruta de lucro, que serve de base para os outros dois indicadores. Vimos que a margem bruta de lucro na indústria paulista superava a da indústria gaúcha, porque apesar de uma repartição semelhante entre excedente bruto e salários e ordenados — visto que o maior nível de agregação de valor por empregado compensava os maiores custos por empregado na indústria gaúcha — esse valor agregado assumia menor proporção frente às despesas produtivas na indústria gaúcha. A indústria gaúcha, menos diversificada, operava com menor agregação de valor. Agregando menos valor, obtinha menor excedente na produção, rebaixando sua lucratividade relativa.

Um segundo indicador de lucratividade, a margem líquida de lucro, expressa os efeitos da consideração das despesas com transportes e fretes e com o pagamento de impostos. Segundo esse indicador, o diferencial de lucratividade em favor da indústria paulista era ainda maior, devido ao maior peso relativo das despesas com transportes e fretes na indústria gaúcha. Tais despesas e principalmente os impostos eram ainda maiores para o conjunto das demais indústrias regionais, cuja lucratividade assim aferida tornava-se ainda menor em comparação com a indústria gaúcha. O peso dos impostos sobre o valor da

produção nas indústrias gaúcha e paulista era significativamente inferior ao do resto do Brasil, onde destacavam-se os tributos federais, provavelmente refletindo os valores da indústria do Distrito Federal.

Tabela 23

Indicadores de lucratividade da produção industrial
Rio Grande do Sul, São Paulo e resto do Brasil — 1919/20

Indicadores	Rio Grande do Sul	São Paulo	Resto do Brasil
Margem Bruta de Lucro	46,3%	49,4%	45,4%
Margem Líquida de Lucro (a)	35,4%	39,2%	30,6%
Taxa de Lucro Líquido (b)	18,1%	22,3%	16,9%

Fonte dos dados brutos: Recenseamento do Brasil 1920: indústria (1927). Rio de Janeiro. p.382, 406 e 408.

Notas: (a) relação entre o EL e a soma das despesas com materiais, com salários e ordenados, com transporte e fretes e com impostos. O Excedente Líquido (EL) corresponde ao saldo do Excedente Bruto após dedução das despesas com transportes e fretes e com impostos (federais, estaduais e municipais); (b) Taxa de Lucro Líquido: relação entre o EL e a soma das despesas consideradas no cálculo da margem líquida de lucro acrescidas do valor total do Capital Empregado informado pelo censo, compreendendo três parcelas: máquinas e utensílios, terrenos e edificações e estoques (diversos).

Por fim, o terceiro indicador de lucratividade incorpora o valor do capital empregado, devendo ser considerado com reservas por relacionar montantes de fluxos com estoques de valores contábeis.⁶⁰ De todo modo, é no Rio Grande do Sul que a lucratividade é mais afetada, no sentido de uma redução, pela consideração do valor do capital empregado. Também aqui o elevado peso do gênero de alimentação nessa região contribuía para o rebaixamento da lucratividade da indústria gaúcha, porque os valores do capital empregado nesse gênero cresciam sobremaneira os valores para o conjunto da indústria,

⁶⁰ Os valores de máquinas e equipamentos carregam o viés dos registros contábeis não depreciados, o que deve aumentar o valor para as indústrias mais antigas, como eram a do Rio Grande do Sul e a do resto do Brasil (peso do Distrito Federal) em comparação com São Paulo (ver Tabela A-16 do Anexo Estatístico). Somente os valores dos estoques correntes de matérias-primas, combustíveis, produtos acabados e em elaboração estão registrados segundo um padrão monetário mais adequado (preços de 1920).

dado o grande volume de seus estoques.⁶¹ A menor taxa de lucro líquido da indústria gaúcha em comparação com a paulista deve-se também a maior aplicação relativa de capital em terras e edificações, pois as aplicações eram equivalentes em máquinas e utensílios, como proporção do valor da produção regional.⁶²

De um modo geral, é possível afirmar que os condicionantes para o desempenho da indústria gaúcha, decorrentes de sua disponibilidade restrita de força de trabalho, tinham uma influência secundária na determinação desse desempenho, quando tal é avaliado exclusivamente pelos indicadores de lucratividade. Os salários, geralmente mais elevados, pagos pela indústria gaúcha não prejudicavam sua lucratividade relativa. Na verdade, os principais fatores determinantes da menor lucratividade geral da indústria gaúcha frente à paulista eram o elevado peso dos gêneros industriais cuja produção agregava menos valor (ou implicava maiores custos), bem como a manutenção de uma parcela expressiva de capital ociosa, na forma de estoques de matérias-primas e produtos.

⁶¹ Realizando novamente um exercício numérico para os dados agregados das indústrias regionais exclusive o gênero de alimentação, bebidas e fumo, observou-se que as taxas de lucro tornam-se equivalentes e mais elevadas nas regiões do Rio Grande do Sul e de São Paulo (23,4% e 23,0% respectivamente), muito superiores à taxa para o resto do Brasil, que decai para 15,3%. Os estoques referidos na análise compõem-se de mercadorias, produtos em transformação, matérias-primas e combustíveis. Do que se pode depreender do Recenseamento do Brasil 1920: indústria (1927), o montante dos estoques, não discriminado segundo as rubricas referidas, corresponde a um registro referente a uma determinada e única data (no caso, 20 de setembro de 1920). Para efeito do cálculo de uma taxa anual de lucro, o mais adequado seria uma estatística dos estoques médios mantidos ao longo do ano.

⁶² Enquanto no conjunto da indústria gaúcha os estoques representavam 44,9% do capital empregado, na paulista esse percentual restringia-se a 36,4%, devendo-se essa discrepância aos diferentes pesos do gênero de alimentação nas estruturas das indústrias regionais. A Tabela A-17 do Anexo Estatístico permite comparar o valor relativo das aplicações de capital, nas três rubricas (estoques, máquinas e utensílios e terrenos e edificações), como proporção do valor bruto da produção em cada região.

Conclusão

A sociedade gaúcha experimentou um processo peculiar de transição para as relações capitalistas de produção, com características divergentes da transição nas regiões brasileiras agroexportadoras cujo desenvolvimento econômico assentara-se no latifúndio escravista. No Rio Grande do Sul, as atividades da pecuária extensiva e da agropecuária colonial, praticadas sobre uma estrutura fundiária dual, estavam ensejando outro tipo de acumulação comercial. Os vínculos com os demais mercados regionais brasileiros e uma atividade agropastoril e manufatureira diversificada, exercida em condições geográficas de relativo isolamento, conformaram uma economia regional integrada, de dimensões significativas e que experimentava ao final do século XIX um processo acelerado de expansão e diferenciação. Nessa região, a autonomia política conjugou-se à capacidade fiscal das administrações públicas para sustentar uma intervenção mais efetiva do Estado na organização da vida econômica e social, durante a Primeira República. As diferentes matrizes histórico-sociais dessa região estabeleceram então um curso próprio na transição para relações capitalistas de produção. A penetração do capital na produção social assumiu formas específicas de acumulação “originária”, de gestação da força de trabalho livre e de desenvolvimento.¹

¹ O processo de transição capitalista pode ser definido como o aprofundamento do domínio do capital sobre a produção, desde um controle a partir da esfera comercial até a introdução do trabalho assalariado e da produção industrial. A transição para relações de produção capitalistas é o aspecto econômico das transformações que conduzem ao estabelecimento do poder e da hegemonia burguesas, o processo histórico da Revolução Burguesa (Fernandes, 1975).

Desde o período colonial, a economia gaúcha esteve articulada subsidiariamente aos principais interesses econômicos da metrópole. O povoamento e a montagem de uma sociedade lusobrasileira no território sul-rio-grandense transcorreram tardiamente e foram determinados por imperativos militares e visando a fins estratégicos. A sociedade da pecuária e a economia local não foram estruturadas para atender propósitos imediatos da acumulação comercial metropolitana, mas para assegurar a posse do território, cabendo-lhes garantir de maneira auto-suficiente sua subsistência econômica, em condições de isolamento. A produção de um excedente para a metrópole não foi o fator determinante no estabelecimento dessa sociedade, que se fez com baixa densidade demográfica e sem que o escravismo desempenhasse papel econômico fundamental.

Desse modo, constituiu-se na região uma economia subsidiária e relativamente auto-suficiente. As atividades econômicas para exportação e o latifúndio marcaram apenas uma parte da economia regional, porém sem a mesma densidade econômica e demográfica das plantations ou das atividades de extração mineral. Na grande propriedade fundiária, a pecuária conformou-se como atividade mercantil não-escravista e com uma forma de inserção parcial no mercado, através das charqueadas escravistas, ambas atividades econômicas com restrita capacidade de transformação e diferenciação.

No século XIX, as necessidades de ocupação e povoamento do território continuaram determinando a imigração para o Rio Grande do Sul, redundando no estabelecimento de um segundo subsistema econômico, a agropecuária das colônias de imigrantes europeus, baseada na pequena propriedade. Esse segundo subsistema econômico regional experimentou um intenso processo de diferenciação, desdobrando-se nas atividades comerciais e na formação da maior parte da indústria regional, produzindo para atender os mercados locais e posteriormente incrementando as exportações regionais. A penetração de relações capitalistas foi fruto de um desenvolvimento interno, embora articulado com os mercados “externos”. Esse processo não foi diretamente configurado pela inserção dessa economia regional no mercado mundial, sendo caracteristicamente mais lento do que na região de São Paulo. Na peculiar estrutura fundiária do Rio Grande do Sul, a grande propriedade não era agroexportadora e escravista, enquanto a pequena propriedade desempenhou um papel econômico e social decisivo na transição capitalista. Tais

características representam distintos pressupostos histórico-sociais do capitalismo em relação às demais regiões brasileiras.

A especificidade da transição capitalista no Rio Grande do Sul tem sido resumida apenas ao papel subsidiário, supostamente menos dinâmico, dessa economia regional, às suas menores dimensões frente à economia cafeeira e à condição periférica que essa região veio a assumir posteriormente no desenvolvimento capitalista nacional. Pensamos que o papel subsidiário da economia gaúcha nos séculos XVIII e XIX e as formas originárias de apropriação e uso da terra possibilitaram a formação de uma região capaz de seguir um caminho específico de desenvolvimento capitalista, não-periférico em relação a outras regiões, mas alternativo e distinto do modelo de desenvolvimento capitalista que se estabeleceu nas regiões cujo dinamismo vinculava-se à agroexportação para o mercado mundial.

No Rio Grande do Sul, a transição capitalista transcorreu durante a Primeira República e assentou-se sobre as matrizes sócio-econômicas e políticas que estavam historicamente postas ao final do Império. Havia uma crise econômica no setor pecuário-charqueador, que era dominante na sociedade, mas enfrentava com dificuldade e lentidão a transformação das relações de produção imposta pelo fim do escravismo. Com o advento da República, esse setor perdeu o controle das instituições políticas regionais, enquanto a ascensão da agropecuária colonial e da acumulação comercial que nela se apoiava definiam os contornos principais das transformações capitalistas na região.

A acumulação de capital comercial no Rio Grande do Sul processou-se em menor escala e menos concentrada do que na região agroexportadora cafeeira. A existência de dois pólos econômicos subregionais, apoiados numa estrutura dual de posse da terra, implicou maior distribuição espacial dos capitais e a divisão de esferas comerciais, mas também uma maior diversidade social e produtiva e uma capacidade de desdobramento econômico desconcentrado. A pluralidade de fontes da transformação sócio-econômica em curso refletia a diversificação produtiva alcançada pela economia regional, na medida que se somavam as pautas produtivas de dois subsistemas econômicos. Além disso, a estrutura social da região foi marcada pela presença da pequena propriedade da terra, que deu origem a uma “classe média rural” e condicionou uma maior dispersão da acumulação comercial e industrial em Porto Alegre e nas zonas coloniais.

A difusão das relações capitalistas de produção no Rio Grande do Sul transcorreu atingindo simultaneamente diversas atividades econômicas, rurais e urbanas, em diferentes zonas do Estado. Essa difusão foi concomitante ao deslocamento do dinamismo econômico endógeno da região (acumulação e diversificação capitalistas) da zona sul para a zona colonial, ao norte do território estadual. Isto significa que a pequena propriedade e a sociedade das colônias predominaram no processo de transição capitalista e constituíram-se como principais matrizes sócio-econômicas da modernização no Rio Grande do Sul.

No desenvolvimento da agropecuária colonial, a acumulação “originária” recaiu sobre os pequenos proprietários, através da transferência de rendimentos ao capital comercial que subordinava os produtores, controlando os fluxos mercantis e os preços de compra e venda. Apesar disso, o papel determinante da agropecuária colonial nas transformações da economia e da sociedade gaúchas implicou traços de maior equidade social na região, configurando um desenvolvimento capitalista marcado pela melhor distribuição da terra no subsistema econômico do norte do Estado e pela melhor distribuição do conhecimento e do ensino básico (Targa, 1996d). Graças ao peso social das colônias alemãs e italianas, o Rio Grande do Sul possuía a mais elevada taxa de alfabetização em 1890. A ação do Estado na área da educação permitiu que a região conservasse essa liderança nas décadas seguintes.²

Nessa região, as transformações sócio-econômicas foram afetadas pela presença de uma distinta cultura política, que foi decisiva na condução das políticas públicas durante a Primeira República.³ Os governos republicanos estaduais empreenderam ações que determinaram largamente o movimento da economia e a organização da sociedade durante esse momento crucial da transição capitalista. O Estado direcionou o processo de modernização da sociedade, promovendo a educação pública e o acesso à saúde através do livre exercício da medicina. A educação pública encabeçava as despesas (exceto em tempos de guerra) e o Governo estadual destinava à educação maior proporção das rendas do que em São Paulo e Minas Gerais. Essa ênfase emprestada à educação pública, combinada à

² Em 1920, 38,8% do total da população era alfabetizada, enquanto a segunda região era São Paulo, com 29,8%, sendo a média nacional 24,5% (Love, 1975:139).

³ Como se sabe, ao centralismo do Império brasileiro, sucedeu uma forma republicana de organização do Estado acentuadamente federativa, que propiciou, em algumas regiões do Brasil, a atuação das administrações públicas estaduais como verdadeiros Estados regionais, componentes relativamente autônomos de um Estado Nacional ainda em construção.

capacidade do governo de tributar expressivamente a propriedade da terra, conferiram um cunho nitidamente progressista à política fiscal estadual, em confronto com outros estados (Levine, 1975).

O modelo regional de desenvolvimento capitalista foi estruturado sob a égide do Estado, que se articulou economicamente e através da estrutura de poder com as forças sociais novas e dinâmicas, desvinculadas do latifúndio tradicional. Com base numa ideologia anti-liberal, os governos republicanos impulsionaram a diversificação da economia regional, acelerando e definindo os traços do processo de transição capitalista. O Estado apoiou a colonização e a expansão da agropecuária colonial, aplicando recursos e fornecendo infraestrutura. Também conduziu à integração espacial do território regional, ampliando o mercado interno e defendendo sua base econômica através do combate ao contrabando.

O desenvolvimento do capitalismo no Rio Grande do Sul processou-se através da diferenciação e do desdobramento da estrutura produtiva e social da região. Esse desenvolvimento apoiou-se sobre uma acumulação capitalista de menores dimensões, porém mais diversificada e associada a uma estrutura social menos desigual, em comparação com a região de São Paulo. Tais características permitiram à região alcançar um elevado grau de auto-suficiência no provimento da subsistência de sua população, bem como da maior parte dos bens de consumo industrializados.

Do ponto de vista macroeconômico, o desenvolvimento capitalista no Rio Grande do Sul revestia-se de características peculiares. O crescimento econômico na região era em parte tributário do dinamismo dos subsistemas agroexportadores do Brasil, mas o dinamismo econômico regional também era determinado internamente pelo movimento de acumulação de capital e de difusão da produção de mercadorias que se processava na região. O crescimento apoiava-se nas exportações para outras regiões brasileiras, mas não estava regido por uma pauta fixa de exportações, determinada independentemente das transformações da economia regional. Não foram as exportações que ordenaram e conduziram a estruturação da sociedade. Ao contrário, havia uma continuidade entre o provimento do mercado interno e as exportações regionais. No caso das exportações da agropecuária colonial, elas decorreram da produção para o mercado local e regional, advindo com uma expansão destas.

Nesse processo regional de desenvolvimento capitalista, ganharam importância os impulsos dinâmicos internos, que, embora derivados do crescimento das exportações, refletiam também a ampliação do mercado interno. Essa ampliação decorria das transformações econômicas e demográficas operadas na região pela constituição de um novo subsistema econômico. Decorria também da própria integração espacial da economia regional que, combinada ao tipo de indústria regional, propiciava um elevado grau de unidade econômica (solidariedade de desempenhos) e articulação entre os setores produtivos internos.

A relativa igualdade da estrutura social incorporou-se de várias formas ao modelo regional de desenvolvimento capitalista. A pouca densidade demográfica nos latifúndios do sul associada à estruturação de uma outra sociedade baseada na pequena propriedade no norte determinaram uma escassez de força de trabalho para o capital, especialmente no meio urbano. Estabeleceu-se na região um maior diferencial de salários urbanos frente aos rurais e um nível de salários industriais relativamente elevado em comparação com as demais regiões brasileiras. A composição da produção primária regional, voltada às necessidades básicas de consumo, favoreceu as condições de vida da população, reduzindo os custos relativos de subsistência. A expansão da sociedade de pequenos proprietários propiciou também a formação de um mercado interno regional moldado por uma melhor distribuição de renda. Apoiando-se sobre dois subsistemas econômicos regionais, a expansão das atividades comerciais e industriais transcorreu com a significativa formação de pequenos e médios capitais.

O processo de transição capitalista no Rio Grande do Sul transcorreu sobre bases sociais relativamente igualitárias, em comparação com as demais regiões brasileiras. A questão nuclear dessa transição foi a passagem da mão-de-obra escrava para o trabalho assalariado, que exigiu a conformação de um mercado de trabalho livre e a elaboração de novas formas de dominação do capital sobre o trabalho. Esse processo assumiu formas sócio-históricas específicas no Rio Grande do Sul, na medida que não resultou da imigração em massa como em São Paulo. A gestação da força de trabalho livre derivou principalmente da evolução demográfica da população já estabelecida ao final do Império ou da imigração espontânea, num processo mais lento se comparado à formação do mercado de trabalho livre na região cafeeira. A estrutura da propriedade fundiária na região

gaúcha não obstaculizou a constituição do mercado de trabalho, porém determinou uma escassez relativa de força de trabalho, que condicionou o padrão regional de acumulação industrial.

A indústria regional sul-rio-grandense originou-se a partir do desenvolvimento de uma economia voltada ao atendimento do mercado interno, seja o da própria região, seja o da demais regiões brasileiras. Antes da integração do mercado nacional para a produção industrial, que transcorreria somente a partir dos anos 1950 (Targa, Ribeiro, Herrlein Jr, 1998), a indústria brasileira era um somatório de indústrias regionais. O crescimento da produção industrial nacional resultava de um processo de expansões industriais paralelas, no qual se estabeleceram diferenças entre as indústrias regionais não apenas de escala, mas também de conteúdo e natureza das atividades industriais. Devido às características singulares da economia do Rio Grande do Sul, configurou-se na região um padrão de desenvolvimento industrial específico, alternativo e distinto do que se estabelecia nas regiões “centrais” (São Paulo, Distrito Federal) ou “periféricas” (Minas Gerais e Nordeste).

A indústria gaúcha surgiu menos influenciada pelas relações com o comércio exterior e mais vinculada aos condicionamentos internos da economia regional. O papel proeminente do capital comercial local na formação de indústrias não se limitou à complementaridade entre atividades importadoras e produtoras, mas esteve primordialmente vinculado às exportações de produtos da agropecuária regional. Essa indústria regional apresentava uma relação mais estreita com a base produtiva primária e originou-se em boa medida a partir da substituição de produção artesanal, encontrando a força de trabalho e o mercado de que necessitava para sua expansão a partir do desenvolvimento da própria economia regional. Em vista disso, a indústria regional articulava-se como um elemento que conferia unidade à economia gaúcha. A diversidade e a pluralidade de atividades produtivas primárias determinaram também a amplitude da produção industrial de bens de consumo, que atendia às necessidades da população local.

O padrão de desenvolvimento industrial no Rio Grande do Sul também caracterizou-se por um maior fracionamento da propriedade industrial em relação a São Paulo e pela presença mais significativa de estabelecimentos industriais de escala artesanal, constituídos como negócios individuais ou sociedades em nome coletivo. Apesar de serem ampla maioria, esses pequenos estabelecimentos conviviam com outros médios e grandes,

que concentravam a maior parte da produção. Nesse sentido, a indústria gaúcha também era concentrada, mas seus estabelecimentos eram em média de tamanho inferior aos das demais regiões.

A indústria gaúcha constituiu-se e expandiu-se no início do século com base num mercado de trabalho restrito, operando provavelmente em condições próximas ao pleno emprego da força de trabalho de que podia dispor. Havia larga margem para a formação de pequenas e médias unidades fabris, nas quais a habilidade e autonomia do trabalhador ainda se faziam presentes. A oferta restrita de força de trabalho para a indústria, que se expandia aceleradamente no período, deve ter contribuído para os níveis regionais de salários médios diários mais elevados no Rio Grande do Sul. É provável que a disputa pela força de trabalho tenha induzido os industriais gaúchos a adotarem práticas assistencialistas, visando estabelecer vínculos de dependência dos trabalhadores e suas famílias com as empresas. A maior distribuição da propriedade industrial, o envolvimento dos proprietários com a atividade fabril e as práticas assistencialistas do patronato ensejaram relações de trabalho com menor grau de conflito. Os maiores salários diários não prejudicaram, contudo, o desempenho da indústria regional, pois ou não se materializavam enquanto maiores custos para a produção, em nível de cada gênero industrial, ou eram compensados pela maior produtividade econômica relativa do trabalho.

Por outro lado, a indústria gaúcha dependia da provisão de força motriz gerada internamente aos estabelecimentos fabris, o que ampliava tanto a aplicação de capital fixo como os custos correntes de produção. A vinculação mais estreita dessa indústria à base produtiva primária também implicava uma produção com menor agregação de valor. Esses fatores combinavam-se na determinação de uma lucratividade da produção industrial gaúcha inferior à da indústria paulista e equivalente à das demais regiões brasileiras.

No Rio Grande do Sul, o desenvolvimento capitalista assumiu essas características específicas que configuram uma anomalia no quadro nacional. Esse modelo regional de desenvolvimento capitalista ficou restrito ao Rio Grande do Sul, não encontrando semelhança ou analogia com as características do mesmo processo nas demais regiões brasileiras. As distintas trajetórias históricas das regiões brasileiras durante os períodos colonial e imperial foram geralmente marcadas pela primazia das relações econômicas com os mercados externos sobre as transações econômicas inter-regionais. A permanência dessa

característica econômica centrífuga durante a Primeira República combinou-se então a uma nova circunstância histórica: a autonomia política das administrações públicas estaduais. Tais condições favoreceram a diferenciação regional do processo de gestação de relações capitalistas de produção, dando continuidade ao desenvolvimento das diversidades regionais no Brasil.

Foi justamente nesse período que se intensificou o processo de transição capitalista, nas diversas regiões brasileiras, sobretudo em São Paulo, a partir do desdobramento da acumulação cafeeira nas atividades comerciais e industriais (Silva, 1986; Cano, 1977). A especificidade do desenvolvimento capitalista no Rio Grande do Sul torna-se mais evidente, quando comparado ao mesmo processo na região de São Paulo. O contraponto com essa região faz-se importante por ser a principal economia regional brasileira, cujo processo de transição capitalista, além de ser tomado como representativo de todo o País, estabeleceu de fato o centro dinâmico da acumulação capitalista em escala nacional, após 1930.

A transição capitalista em São Paulo transcorreu vinculada ao núcleo dominante econômica e politicamente na sociedade. Ao final do Império, a burguesia cafeeira paulista era a classe social que comandava o principal setor da economia nacional, a lavoura de exportação do café, dominando também o poder político nacional. A acumulação cafeeira inicialmente apoiou-se no trabalho escravo e no latifúndio. Expandiu-se sobre essa base, de forma a concentrar capital e provocar uma contínua expansão da produção, determinada pela articulação com o mercado mundial. A acumulação necessitou de braços para prosseguir e o domínio político dos cafeicultores permitiu a solução do problema através da imigração promovida pelo Estado. .

O dinamismo econômico esteve essencialmente vinculado à grande propriedade e o processo de desenvolvimento econômico capitalista e diversificado foi determinado pela expansão da acumulação cafeeira. Os lucros concentrados dessa economia foram aplicados também em atividades comerciais, bancárias, industriais e de transportes, muitas vezes reunidas nas mesmas mãos. Essa associação de negócios ensejou uma combinação de interesses capitalistas da burguesia rural cafeeira com os setores dominantes da vida urbana. A comunidade de grandes interesses capitalistas fazia parte de uma estrutura social marcada pela desigualdade, pois os trabalhadores rurais não tiveram acesso à propriedade da terra e a imigração abundante conduziu a baixos salários.

A desigualdade social foi constitutiva do processo de desenvolvimento capitalista. As conseqüências sociais da expansão agroexportadora do café foram determinadas pelo caráter da parceria e pelo uso do poder para consolidar a oferta de mão-de-obra barata no setor cafeeiro e nas cidades. A utilização do trabalho não remunerado das famílias de parceiros e os baixos salários tornaram possível ampliar o crescimento econômico a partir das exportações. A acumulação teve continuidade de forma concentrada, de modo que a desigualdade incorporava-se ao tecido desse modelo capitalista de desenvolvimento econômico. A acumulação do capital cafeeiro, devido ao seu volume e dinamismo, foi capaz de gerar uma economia diversificada, na qual a emergência do mercado interno aconteceu como um resultado derivado e marcado pelo mesmo caráter concentrado do crescimento agroexportador.

Em que pese o modelo de desenvolvimento capitalista ensaiado no Rio Grande do Sul ter apresentado um acentuado dinamismo na fase de sua constituição, não teve como se tornar predominante no País, devido a sua restrita massa econômica e a impossibilidade de romper seu isolamento, irradiando-se e apoiando-se sobre outras bases regionais. Ainda que o Rio Grande do Sul tenha fornecido parcela decisiva da elite política que conduziria o Estado nacional em suporte às transformações do capitalismo brasileiro após 1930, essa região tornou-se economicamente periférica e, como seria inevitável, social e politicamente dependente da evolução histórica nacional.

As características dinâmicas apresentadas pelo desenvolvimento capitalista no Rio Grande do Sul referem-se à fase de constituição desse modelo regional, sofrendo posteriormente uma inflexão, quando o processo de desenvolvimento regional encontrará seus limites internos e decorrentes da integração capitalista do mercado nacional. Tais limites referem-se ao esgotamento da fronteira agrícola associado à incapacidade de alterar a estrutura de propriedade da terra que preservava o latifúndio no sul. Referem-se também à redução da produtividade agrícola, devido ao desgaste da terra, e às características da própria produção industrial, que dependeria de grande aporte de capitais e tecnologia, não disponíveis na economia regional, para desdobrar-se em gêneros mais complexos e garantir o provimento interno de bens de produção. Essa inflexão da economia regional, que em certo sentido expressa sua desconstituição pela nacionalização do espaço econômico pelo capital (Targa, 1982), não impediu, entretanto, que o Rio Grande do Sul cumprisse um

papel estratégico na construção nacional, através da provisão das populações que povoaram uma parcela expressiva do território brasileiro, como pequenos proprietários rurais, e através da produção de alimentos, que reduziram as importações nacionais ou geraram diretamente, através das exportações, as divisas necessárias ao processo de industrialização nacional.

As reduzidas dimensões relativas da economia gaúcha, a restrita massa econômica e pouca sofisticação de sua produção industrial, em comparação com a economia paulista, impossibilitaram que no Rio Grande do Sul se estabelecesse um processo de crescimento econômico amplamente apoiado na demanda interna, quando o mercado mundial entrou em crise a partir do colapso de 1929. Foi a partir da economia capitalista agroexportadora cafeeira que se estabeleceram as condições do respectivo sistema econômico regional para produzir seus próprios impulsos dinâmicos, deslocando para a demanda interna o dinamismo do conjunto da economia nacional. A região de São Paulo, pela dimensão e poder de atração de sua massa econômica, polarizaria o crescimento econômico nacional, desencadeando um processo de industrialização regionalmente concentrado. O desenvolvimento capitalista no Rio Grande do Sul não foi capaz de produzir essas condições, nem tampouco de se impor como modelo predominante desse processo em escala nacional. Na medida em que era outro o modelo de desenvolvimento capitalista que se estava gestando nessa região, ele não poderia consolidar-se historicamente como capitalismo brasileiro, cuja emergência requereu a construção do Estado capitalista nacional, demarcando o conjunto do território brasileiro como o campo da ação da acumulação dos capitais. Na medida em que a região do Rio Grande do Sul integrava-se à formação do capitalismo nacional, seu desenvolvimento capitalista não poderia seguir outro padrão que não aquele estabelecido pelas características nacionais do processo de acumulação.

Esse outro capitalismo está inscrito na História como realidade embrionária para essa região e como possibilidade descartada na formação nacional. Como realidade histórica, pertence ao passado, mas ainda repercute na diferença regional da sociedade gaúcha, que permaneceu menos desigual, e nas manifestações culturais que marcam a identidade e a vida social e política dos gaúchos em todo o Brasil.

Anexo Estatístico

Tabela A-1

Exportações de charque do Rio Grande do Sul
Quantidades anuais, segundo anos e períodos
selecionados – 1793-1929

Ano ou Período	Quantidades anuais (ton.)
1793	187
1805	13.707
1806-20	14.942
1837-44	7.561
1846-59	23.826
1860-69	30.975
1870-79	26.091
1880-89	21.283
1890-900	26.603
1901-13	47.553
1914-20	36.684
1921-29	54.264

Fontes: Cardoso (1977:73), Dalmazo (1986: Tabelas I-7, I-9) e Fonseca (1983:14).

Tabela A-2

Imigração estrangeira para o Rio Grande do Sul, 1824-1914

Período	nº de anos	Imigrados no período	Proporção do período no total da imigração	Média anual de imigrados	Proporção dos imigrados no incremento demográfico total (1)
1824-1830	7	5.350	2,8%	764	34,5%
1844-1856	13	5.598	2,9%	431	5,8%
1857-1871	15	12.682	6,6%	845	6,9%
1872-1881	10	15.831	8,3%	1.583	7,5%
1882-1890	9	59.113	30,8%	6.568	24,7%
1891-1900	10	44.825	23,4%	4.483	17,8%
1901-1914	15	48.307	25,2%	3.220	7,4%
1824-1914	---	191.706	100,0%	---	---

Fonte: dados brutos para imigração em Pellanda (1925:25-6) e população total em FEE (1986).

Nota: entre 1830 e 1844 não houve imigração.

(1) Estimativa. O incremento demográfico total em cada período foi estimado a partir dos dados da população total, realizando-se as interpolações necessárias e apurando-se os seguintes números para os sete períodos (em mil pessoas): 15,5; 97,0; 184,0; 211,5; 239,0; 251,5 e 651,5.

Tabela A-3
Exportações e Importações do Rio Grande do Sul - 1880-1930

ANOS	VALORES CORRENTES (Contos de réis)		RELAÇÃO Export. / Import.	VALORES REAIS (Contos de réis, 1929)	
	Exportações	Importações		Exportações	Importações
1880	18.969	12.422	1,53	112.217	73.489
1881	18.059	---	---	104.997	---
1882	16.691	---	---	95.377	---
1883	16.863	---	---	94.704	---
1884	18.047	---	---	99.610	---
1885	18.351	---	---	99.549	---
1886	18.263	---	---	104.909	---
1887	19.533	---	---	118.814	---
1888	18.953	---	---	122.077	---
1889	18.241	---	---	124.408	---
1890	17.267	---	---	109.278	---
1891	27.469	---	---	136.136	---
1892	39.824	---	---	137.645	---
1893	40.670	---	---	131.662	---
1894	40.873	---	---	136.730	---
1895	41.475	---	---	146.597	---
1896	41.588	---	---	114.570	---
1897	52.936	---	---	122.935	---
1898	62.583	---	---	138.471	---
1899	58.097	---	---	130.602	---
1900	50.034	---	---	130.182	---
1901	44.128	20.198	2,18	139.325	63.771
1902	51.492	30.779	1,67	176.025	105.218
1903	51.981	34.692	1,50	174.096	116.191
1904	57.183	35.688	1,60	180.951	112.932
1905	56.665	30.312	1,87	200.288	107.141
1906	66.233	35.655	1,86	191.871	103.289
1907	72.857	48.727	1,50	222.531	148.829
1908	74.529	49.214	1,51	222.794	147.118
1909	77.125	50.171	1,54	242.147	157.520
1910	81.959	57.697	1,42	277.810	195.571
1911	81.393	65.709	1,24	246.992	199.398
1912	104.968	75.314	1,39	294.960	211.632
1913	108.100	83.812	1,29	310.277	240.564
1914	79.319	49.298	1,61	241.219	149.921
1915	89.048	42.347	2,10	189.564	90.148
1916	92.309	51.771	1,78	186.610	104.659
1917	161.739	53.689	3,01	270.528	89.801
1918	165.764	79.558	2,08	232.898	111.779
1919	215.572	110.313	1,95	229.454	117.416
1920	197.879	144.189	1,37	192.401	140.198
1921	214.930	303.602	0,71	254.833	359.967
1922	233.072	284.583	0,82	289.793	353.840
1923	311.151	374.892	0,83	306.784	369.630
1924	413.943	551.284	0,75	350.355	466.599
1925	473.997	559.488	0,85	390.596	461.044
1926	347.445	492.783	0,71	312.923	443.821
1927	415.946	569.631	0,73	379.483	519.696
1928	580.723	620.553	0,94	556.939	595.138
1929	540.793	653.663	0,83	540.793	653.663
1930	507.982	459.977	1,10	587.420	531.908

Fonte: dados brutos nominais em Dalmazo (1986, Tabelas I-3 e II-1). Deflator: Love (1982:415, coluna C-1).
Utilizamos interpolação para os anos sem informação na década de 1880. Obs.: "—" indica dado não disponível.

Tabela A-4

Valores das exportações para os principais produtos na pauta do Rio Grande do Sul, segundo subperíodos selecionados - 1878-1929

(em mil contos de réis correntes)

Produtos	Subperíodos					
	1878-1888 (11 anos)		1889-1900 (12 anos)		1919-1929 (11 anos)	
	soma dos valores	médias anuais	soma dos valores	médias anuais	soma dos valores	médias anuais
(1) Charque	62,1	5,6	127,1	10,6	755,1	68,6
(2) Couros	62,6	5,7	92,0	7,7	396,6	36,1
(3) Lã	2,8	0,3	9,4	0,8	164,9	15,0
(4) Carnes Frigorificadas	---	---	---	---	151,6	13,8
(I) Sub-total: soma de (1) a (4)	127,4	11,6	228,6	19,0	1.468,2	133,5
(5) Banha	3,7	0,3	55,7	4,6	616,1	56,0
(6) Farinha de Mandioca	6,5	0,6	36,1	3,0	85,0	7,7
(7) Feijão	0,4	0,0	37,3	3,1	148,7	13,5
(8) Fumo	3,8	0,3	14,2	1,2	169,1	15,4
(9) Outros (*)	3,5	0,3	8,7	0,7	132,3	12,0
(10) Vinho	0,1	0,0	0,5	0,0	97,1	8,8
(II) Sub-total: soma de (5) a (10)	18,1	1,6	152,4	12,7	1.248,3	113,5
(11) Arroz	---	---	---	---	397,0	36,1
(III) Total (I) + (II) + (11)	145,6	13,2	380,9	31,7	3.113,5	283,0
Total do RS	205,0	18,6	491,1	40,9	3.945,5	358,7

Fonte: Dalmazo (1986: Tabelas I-5, I-6, I-7, I-9, I-10, I-12, I-13, II -7, II-9, II-11, II-12, II-14, II-17, II-19, II-21, II-23, II-27, II-29 e II-34).

(*) erva-mate, batatas, cebolas e alhos

Nota: para o valor dos couros, dados relativos a “couros crus” nos dois primeiros subperíodos e “couros secos e salgados” no terceiro.

Tabela A-5

Crescimento das exportações do Rio Grande do Sul,
segundo os valores médios por subperíodo - 1878-1929

Produtos	Taxas de crescimento nominal entre os subperíodos (variação das médias)			Taxas anuais de crescimento real (estimativas) (1)		
	De 1878-88 a 1889-900	De 1889-900 a 1919-29	De 1878-88 a 1919-29 (total)	de 1883 a 1895	de 1895 a 1924	de 1883 a 1924
(1) Charque	88%	548%	1.116%	0,2%	2,3%	1,7%
(2) Couros	35%	370%	534%	-2,6%	1,2%	0,1%
(3) Lã	209%	1.808%	5.796%	4,7%	6,2%	5,7%
(4) Carnes Frigorificadas	---	---	---	---	---	---
(I) Sub-total: soma de (1) a (4)	64%	601%	1.052%	-0,9%	2,6%	1,6%
(5) Banha	1.271%	1.107%	16.448%	19,1%	4,5%	8,4%
(6) Farinha de Mandioca	405%	157%	1199%	9,2%	-0,8%	1,9%
(7) Feijão	8.820%	335%	38.725%	40,2%	1,0%	10,7%
(8) Fumo	240%	1.200%	4.320%	5,5%	4,8%	5,0%
(9) Outros (*)	127%	1.558%	3.657%	1,9%	5,7%	4,6%
(10) Vinho	228%	22.486%	74.022%	5,2%	15,4%	12,5%
(II) Sub-total: soma de (5) a (10)	671%	794%	6.786%	13,3%	3,5%	6,1%
(11) Arroz	---	---	---	---	---	---
(III) Total (I) + (II) + (11)	140%	792%	2039%	2,4%	3,5%	3,2%
Total do RS	120%	777%	1825%	1,6%	3,4%	2,9%

Fonte: dados da Tabela A-4.

(*) erva-mate, batatas, cebolas e alhos.

(1) Os anos de referência são os pontos médios do respectivos subperíodos. No segundo subperíodo, o ponto médio, indicado como 1895, corresponde a 1894 mais meio ano. O deflator foi obtido em Love (1982:415, coluna C-1), utilizando-se interpolação para os anos sem informação na década de 1880 e extrapolação para os dois anos imediatamente anteriores.

Tabela A-6
População Total do Rio Grande do Sul, de suas subregiões
e municípios selecionados, 1900 e 1920

Localidade	1900		1920	
	população	part.RS	população	part.RS
RIO GRANDE DO SUL	1.149.070	100,0%	2.182.713	100,0%
NORDESTE	345.410	30,1%	599.591	27,5%
Porto Alegre	73.674	6,4%	179.263	8,2%
Caxias do Sul	24.997	2,2%	33.773	1,5%
Montenegro	27.894	2,4%	45.871	2,1%
São Leopoldo	28.812	2,5%	47.501	2,2%
Bento Gonçalves	17.920	1,6%	22.072	1,0%
São Sebastião do Cai	24.346	2,1%	36.508	1,7%
Taquara	27.146	2,4%	40.231	1,8%
Soma Municíp Selec.	224.789	19,6%	405.219	18,6%
SUL	556.150	48,4%	901.460	41,3%
Jaguarão	12.172	1,1%	15.212	0,7%
Bagé	28.956	2,5%	46.298	2,1%
Livramento	21.843	1,9%	37.451	1,7%
Pelotas	44.881	3,9%	82.294	3,8%
Cachoeira	32.510	2,8%	58.578	2,7%
Rio Grande	29.492	2,6%	53.607	2,5%
Santa Maria	30.185	2,6%	57.469	2,6%
São Gabriel	17.109	1,5%	28.457	1,3%
Uruguaiana	23.194	2,0%	32.642	1,5%
Canguçu	18.940	1,6%	36.275	1,7%
Rio Pardo	22.478	2,0%	34.861	1,6%
Soma Municíp Selec.	281.760	24,5%	483.144	22,1%
NORTE	247.510	21,5%	681.661	31,2%
Santa Cruz	23.158	2,0%	41.136	1,9%
Cruz Alta + Ijuí	23.671	2,1%	73.682	3,4%
Passo Fundo + Guaporé	21.374	1,9%	114.026	5,2%
Lajeado + Encantado	30.708	2,7%	61.883	2,8%
Alfredo Chaves	19.952	1,7%	32.395	1,5%
Santo Ângelo	20.925	1,8%	46.356	2,1%
São Luiz Gonzaga	15.190	1,3%	39.163	1,8%
Soma Municíp Selec.	154.978	13,5%	408.641	18,7%

Fontes: Bandeira (1994) e FEE (1986).

Nota: os valores absolutos para as subregiões foram reconstituídos a partir do dado da população total e das respectivas participações indicadas em Bandeira.

Tabela A-7

Crescimento Demográfico de 1900 a 1920, Parcela Urbana da População (1920) e Distribuição Setorial dos Ocupados (1920)
Rio Grande do Sul, subregiões e municípios selecionados

Localidade	Crescimento Demográfico Total	Taxa Média Anual	Parcela Urbana da Pop - 1920	Participação dos setores na Ocupação (1)							
				agropec	indústria	transporte	comércio	administração	força pública	prof. liberais	extração mineral
RIO GRANDE DO SUL	90,0%	3,26%	26,4%	68,3%	14,2%	3,1%	6,7%	2,0%	2,0%	2,6%	1,1%
NORDESTE	73,6%	2,80%	37,4%								
Porto Alegre	143,3%	4,55%	87,8%	16,4%	36,5%	7,3%	21,8%	5,8%	5,8%	6,1%	0,3%
Caxias do Sul	35,1%	1,52%	13,6%	67,7%	18,6%	2,6%	6,2%	1,2%	0,2%	2,8%	0,7%
Montenegro	64,4%	2,52%	10,3%	82,5%	7,5%	2,5%	3,5%	1,2%	0,4%	2,3%	0,1%
São Leopoldo	64,9%	2,53%	15,9%	60,2%	23,4%	2,3%	4,7%	1,4%	4,2%	3,7%	0,2%
Bento Gonçalves	23,2%	1,05%	11,4%	75,7%	9,1%	1,7%	3,4%	1,7%	0,1%	1,4%	6,9%
São Sebastião do Caí	50,0%	2,05%	7,9%	82,2%	8,4%	2,1%	3,6%	1,0%	0,2%	2,1%	0,4%
Taquara	48,2%	1,99%	12,3%	82,5%	8,9%	2,1%	3,6%	0,9%	0,3%	1,7%	0,0%
Soma Municíp Selec.	80,3%	2,99%	45,6%	46,7%	24,3%	4,7%	12,6%	3,4%	3,3%	4,2%	0,7%
SUL	62,1%	2,44%	30,6%								
Jaguarão	25,0%	1,12%	78,6%	55,3%	20,4%	3,1%	7,4%	3,0%	7,0%	3,5%	0,2%
Bagé	59,9%	2,37%	47,9%	58,2%	19,9%	3,7%	7,6%	2,4%	3,9%	3,2%	1,3%
Livramento	71,5%	2,73%	36,7%	51,1%	20,0%	4,1%	9,7%	2,8%	5,9%	2,7%	3,7%
Pelotas	83,4%	3,08%	54,9%	43,3%	27,8%	6,5%	10,7%	2,7%	1,2%	4,9%	2,8%
Cachoeira	80,2%	2,99%	18,0%	78,4%	9,9%	1,9%	6,0%	1,4%	0,1%	2,2%	0,0%
Rio Grande	81,8%	3,03%	84,3%	24,7%	34,7%	10,9%	14,6%	5,7%	5,0%	3,3%	1,1%
Santa Maria	90,4%	3,27%	31,3%	62,9%	16,1%	4,3%	7,5%	2,1%	3,9%	2,9%	0,3%
São Gabriel	66,3%	2,58%	37,5%	58,7%	18,0%	2,3%	6,1%	1,8%	7,0%	2,5%	3,7%
Uruguaiiana	40,7%	1,72%	46,3%	49,9%	24,2%	3,8%	8,5%	4,9%	5,2%	3,4%	0,1%
Canguçu	91,5%	3,30%	4,1%	84,6%	6,2%	0,7%	2,7%	0,5%	0,1%	1,4%	3,9%
Rio Pardo	55,1%	2,22%	11,5%	80,1%	6,7%	3,3%	4,6%	1,1%	2,7%	1,5%	0,1%
Soma Municíp Selec.	71,5%	2,73%	41,0%	59,4%	18,2%	4,6%	8,0%	2,8%	3,4%	2,6%	1,1%
NORTE	175,4%	5,20%	7,9%								
Santa Cruz	77,6%	2,91%	10,7%	80,8%	10,1%	0,9%	4,5%	0,9%	0,3%	2,5%	0,0%
Cruz Alta + Ijuí	211,3%	5,84%	13,8%	75,8%	9,8%	2,0%	5,1%	1,1%	3,5%	1,9%	0,9%
Pas. Fundo + Guaporé	433,5%	8,73%	8,3%	82,1%	9,0%	1,9%	4,0%	0,8%	0,2%	1,6%	0,4%
Lajeado + Encantado	101,5%	3,57%	3,9%	87,4%	5,7%	1,6%	2,8%	0,7%	0,2%	1,7%	0,0%
Alfredo Chaves	62,4%	2,45%	3,7%	81,4%	10,0%	2,6%	3,0%	1,0%	0,1%	1,8%	0,1%
Santo Ângelo	121,5%	4,06%	3,8%	82,5%	5,9%	0,8%	3,9%	0,8%	1,3%	3,0%	1,9%
São Luiz Gonzaga	157,8%	4,85%	9,5%	81,8%	7,7%	0,8%	3,0%	0,8%	3,7%	1,5%	0,7%
Soma Municíp Selec.	163,7%	4,97%	8,1%	81,5%	8,4%	1,6%	3,9%	0,9%	1,2%	1,9%	0,6%

Fontes: Tabela A-6 e FEE (1986) para dados ocupacionais e parcela da população urbana.

(1) Somente os ocupados com setor ocupacional definido, exclusive os serviços domésticos.

Tabela A-8
População do Rio Grande do Sul,
segundo setores de ocupação e População em Idade Ativa, 1900 e 1920

Ocupações	1900	Distribuição		1920	Ocupações	Taxas de Crescimento
Ind. Agrícola	259.776	22,6%	---			
Ind. Pastoril	32.628	2,8%	---			
Sub-total	292.404	25,4%	18,6%	406.898	Agropecuária	39%
Ind. Manufatureira (1)	2.284	0,2%	0,8%	16.770	Ind. Manufatureira (1)	634%
		---	3,0%	65.200	Atividades industriais	
Transporte	10.141	0,9%	0,8%	18.360	Transporte	81%
Administração	4.455	0,4%	0,5%	11.891	Adm.Particular e Públ.	167%
Liberais	3.693	0,3%	0,7%	15.227	Prof.Liberais	312%
Sub-total "Serviços"	18.289	1,6%	2,1%	45.478	Sub-total "Serviços"	149%
Comércio	31.251	2,7%	1,8%	40.050	Comércio	28%
Ind. Extrativa	1.062	0,1%	0,3%	6.702	Exploração do Sub-solo	531%
Força Pública	8.514	0,7%	0,5%	11.900	Força Pública	40%
Artes e Ofícios	46.308	4,0%	0,9%	19.512	Construção Civil	
Sub-total "Ocupados"	400.112	34,8%	27,3%	595.740	Sub-total "Ocupados"	49%
Serviço Doméstico	180.523	15,7%	1,1%	24.862	Serviços Domésticos	
Mal especific e ignoradas	24.279	2,1%	1,7%	36.876	Indefinido	
Capitalistas	3.165	0,3%	0,2%	4.267	Pessoas q. vivem de rendas	
Improdutivas	540.514	47,0%	69,7%	1.520.968	Não declarantes, sem prof.	
Religiosas	477	0,0%	---			
Total da População	1.149.070	100,0%	100,0%	2.182.713	Total da População	90%
Pop. em idade ativa	557.803	48,5%	52,0%	1.134.687	Pop. em idade ativa (2)	103%

Fonte: FEE (1986), IBGE (1986) e Recenseamento do Brasil 1920, indústria (1927).

Nota explicativa: a comparação entre as estruturas ocupacionais da população do Rio Grande do Sul é prejudicada pelas evidentes diferenças entre os critérios de classificação adotados em 1900 e 1920. Com vista a extrair algumas conclusões possíveis dessa comparação, excluímos do subtotal "ocupados" os serviços domésticos, que em 1900 incluíram todas as mulheres consideradas sem profissão (inativas) em 1920. Acima desse subtotal, estão os setores em que há alguma comparabilidade entre os dados. Os dados comparáveis têm suas taxas de participação assinaladas em negrito e sua taxa de crescimento consta na última coluna. A comparabilidade aumenta quando os percentuais setoriais são considerados como proporção do percentual do subtotal "ocupados".

(1) O dado para "indústria manufatureira" em 1900 provavelmente exclui atividades industriais diretamente associadas à pecuária e à lavoura, como as charqueadas, em vista do reduzido número e da possibilidade desses ocupados estarem incluídos em "indústria agrícola" ou "indústria pastoril". Para 1920, o dado de "atividades industriais" é muito amplo, correspondendo a um conceito muito abrangente de indústria. Para efeito de comparação consideramos como pessoal ocupado na "indústria manufatureira" em 1920 o dado fornecido pelo Censo Industrial, exclusive 75% do pessoal

ocupado no gênero “alimentação, bebidas e fumo”, em que se incluía o pessoal ocupado nas charqueadas, produção de banha e outras indústrias diretamente vinculadas às atividades agropecuárias. A proporção de 75% corresponde à parcela do Valor Bruto da Produção do gênero referido correspondente a essas últimas indústrias, preservando-se 25% do pessoal ocupado do gênero, por conta das indústrias de bebidas e outras características de meios urbanos. O dado resultante corresponde a 68% do total do pessoal ocupado na indústria de transformação em 1920.

(2) Considerou-se em idade ativa a população com idade de 15 a 59 anos. Os números absolutos correspondem a uma pequena extrapolação dos dados informados em IBGE (1986:10), para ajustarem-se à população total, visto que havia informação de faixa etária para 99% da população total. Preservou-se assim as proporções observadas para a parcela da população para a qual se dispunha de informação acerca da idade.

Tabela A-9

Relações entre os salários médios na indústria e os salários normais dos trabalhadores de enxada (homens adultos), segundo profissões e gêneros industriais selecionados
Rio Grande do Sul e São Paulo - 1919.

Profissões e Gêneros da Indústria	Rio Grande do Sul	São Paulo
Carpinteiro	1,94	1,83
Mecânico	2,51	2,23
Maquinista	1,78	1,95
Foguista	1,47	1,48
Ferreiro	2,01	1,86
Pedreiro	1,79	1,84
Ind. Têxtil	1,72	1,45
Ind. Alimentação	1,39	1,42
Ind. Vestuário	1,65	1,62
Toda indústria	1,49	1,50

Fonte dos dados brutos: Recenseamento do Brasil 1920: salários (1928). Rio de Janeiro. p.355,417; XXV-XXVII.

Tabela A-10

Representatividade do número de operários com salários recenseados em relação ao total de operários, segundo o gênero industrial
Rio Grande do Sul, São Paulo e Resto do Brasil — 1919

Gêneros Industriais	Rio Grande do Sul	São Paulo	Resto do Brasil
Alimentação, Bebidas e Fumo	63,2%	80,4%	72,0%
Têxtil	94,8%	94,8%	98,1%
Madeira	68,4%	76,1%	82,5%
Vestuário, Calçados, Artif. Tecidos	76,3%	46,3%	93,8%
Mínerais Não-Metálicos (a)	64,6%	78,3%	75,0%
Mobiliário	83,1%	71,3%	87,9%
Metalúrgica-Mecânica	92,0%	86,4%	89,7%
Química e Produtos Afins	83,4%	76,7%	82,8%
Material de Transporte	69,4%	72,0%	56,2%
Couros e Peles	68,9%	86,9%	84,3%
Diversas	95,9%	94,5%	79,5%
Toda Indústria	72,9%	81,7%	88,6%

Fonte dos dados brutos: Recenseamento do Brasil 1920: indústria (1927). Rio de Janeiro e Recenseamento do Brasil 1920: salários (1928).

(a) agregação dos gêneros “Cerâmica” e “Edificação”.

Tabela A-11

Índices Regionais do Valor do Salário Médio Diário
de todos os Operários (maiores e menores, de ambos os sexos),
segundo os Gêneros Industriais — 1920

(base: 100 = salário médio diário no Rio Grande do Sul, em cada gênero)

GÊNEROS	SÃO PAULO	BR exclusive RS e SP	DIST.FED E RIO DE JANEIRO	MINAS GERAIS	PERNAM-BUCO	BAHIA
ALIMENTAÇÃO	103,4	80,7	100,5	80,2	64,7	56,1
TÊXTIL	91,2	75,7	104,8	51,0	56,5	62,5
MADEIRA	111,3	115,0	132,0	95,0	100,6	70,0
VEST.TOUÇ.CALÇAD.	82,5	93,9	103,1	80,9	61,7	49,0
CERÂMICA	96,6	84,8	96,2	74,7	71,8	69,2
EDIFICAÇÃO	95,3	83,6	111,3	80,9	63,6	34,9
MOBILIÁRIO	100,0	127,4	144,9	99,1	116,1	98,8
METAL.-MECÂNICA	93,6	90,2	94,1	63,8	103,6	70,9
QUÍMICA E PROD.AFINS	112,0	99,3	106,1	114,6	84,1	79,1
MAT. TRANSPORTE	95,7	101,8	106,7	87,2	78,1	--
COUROS E PELES	89,8	78,7	95,4	66,1	72,0	27,7
TOTAL	94,0	88,2	105,4	62,7	64,5	58,6

Fonte: Recenseamento do Brasil; vol.5 parte 2; Salários (1928); p.98-433.

Tabela A-12

Número de casos de operários com salários diários recenseados,
parcela feminina e de menores, segundo a região — 1920

ITEM	RIO GRANDE DO SUL	SÃO PAULO	BR exclusive RS e SP	DIST.FED E RIO DE JANEIRO	MINAS GERAIS	PERNAM-BUCO	BAHIA
Nº DE CASOS	17.976	68.649	147.830	70.963	15.776	13.335	12.535
PARCELA FEMININA	22,2%	29,6%	32,4%	27,5%	29,9%	35,1%	61,3%
PARCELA DE MENORES	10,4%	15,9%	12,0%	12,9%	17,8%	12,4%	4,4%

Fonte: Recenseamento do Brasil; vol.5 parte 2; Salários (1928); p.98-433.

Tabela A-13

Produtividade Econômica dos Empregados
(Valor da Transformação Industrial anual por Empregado)
Rio Grande do Sul, São Paulo e Resto do Brasil — 1919

(em contos de réis)

Gêneros Industriais	Rio Grande do Sul	São Paulo	Resto do Brasil
Alimentação, Bebidas e Fumo	7,211	9,205	7,057
Têxtil	4,740	3,927	2,711
Madeira	4,953	4,618	5,347
Vestuário, Calçados, Artef. Tecidos	3,716	3,836	3,173
Minerais Não-Metálicos (a)	3,718	3,421	2,207
Mobiliário	2,692	3,058	2,855
Metalúrgica-Mecânica	4,037	4,321	2,780
Química e Produtos Afins	6,474	6,610	7,025
Material de Transporte	3,296	7,788	3,308
Couros e Peles	5,725	6,278	3,842
Diversas	4,573	5,444	5,446
Toda Indústria	5,580	4,905	3,991

Fonte dos dados brutos: Recenseamento do Brasil 1920: indústria (1927). Rio de Janeiro.

(a) agregação dos gêneros "Cerâmica" e "Edificação".

Tabela A-14

Custo Salarial Anual por Empregados
Rio Grande do Sul, São Paulo e Resto do Brasil — 1919

(em contos de réis)

Gêneros Industriais	Rio Grande do Sul	São Paulo	Resto do Brasil
Alimentação, Bebidas e Fumo	1,442	1,456	1,076
Têxtil	1,277	1,058	0,916
Madeira	1,360	1,574	1,600
Vestuário, Calçados, Artef. Tecidos	1,303	1,358	1,383
Minerais Não-Metálicos (a)	1,311	1,219	1,054
Mobiliário	1,334	1,494	1,664
Metalúrgica-Mecânica	1,852	1,549	1,392
Química e Produtos Afins	1,091	1,332	1,171
Material de Transporte	1,388	1,702	1,228
Couros e Peles	1,700	1,529	1,214
Diversas	2,529	2,665	1,927
Toda Indústria	1,400	1,272	1,108

Fonte dos dados brutos: Recenseamento do Brasil 1920: indústria (1927). Rio de Janeiro.

(a) agregação dos gêneros "Cerâmica" e "Edificação".

Tabela A-15

Índices Regionais de Intensidade de Capital Produtivo,
segundo os Gêneros Industriais

Rio Grande do Sul, São Paulo e Resto do Brasil — 1919

(base: ind. alimentação RS = 100)

Gêneros Industriais	Rio Grande do Sul	São Paulo	Resto do Brasil	Relativos	
				RS/SP %	RS/rBR %
Alimentação, Bebidas e Fumo	100	120	60	83,7	166,2
Têxtil	86	66	99	130,1	87,3
Madeira	89	76	97	117,0	92,4
Vestuário, Calçados, Artif.Tecidos	30	28	20	109,4	151,2
Minerais Não-Metálicos (a)	34	25	25	136,8	137,4
Mobiliário	29	26	23	109,4	128,3
Metalúrgica-Mecânica	66	57	50	115,6	130,6
Química e Produtos Afins	95	75	97	127,4	97,8
Material de Transporte	35	38	34	90,7	103,7
Couros e Peles	47	77	53	61,3	88,0
Toda Indústria	78	62	73	125,5	107,1

Fonte dos dados brutos: Recenseamento do Brasil 1920: indústria (1927). Rio de Janeiro.

(a) agregação dos gêneros “Cerâmica” e “Edificação”.

Obs.: os índices expressam as medidas relativas do valor aplicado em máquinas e utensílios por empregado (intensidade de capital) em cada gênero industrial e região, tomando como base (100) o mesmo valor registrado para o gênero de alimentação, bebidas e fumo no Rio Grande do Sul. Os Relativos expressam a relação percentual entre a valor de capital aplicado por empregado em cada gênero da indústria do Rio Grande do Sul e o respectivo valor no mesmo gênero em São Paulo ou no Resto do Brasil.

Tabela A-16

Distribuição dos estabelecimentos industriais, segundo datas de fundação
Rio Grande do Sul, São Paulo e resto do Brasil - 1919

DATAS	Rio Grande do Sul	São Paulo	Resto do Brasil
Até 1899	11,7%	9,7%	13,0%
Até 1904	22,3%	18,0%	21,0%
Até 1909	33,2%	28,2%	31,4%
De 1910 a 1919	66,8%	71,8%	68,6%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Recenseamento do Brasil 1920: indústria (1927). Rio de Janeiro. p.226-247.

NOTA: Exclusive os estabelecimentos com data de fundação desconhecida.

Tabela A-17

Composição do Valor Bruto da Produção industrial
e proporção do Capital Empregado em relação ao mesmo
Rio Grande do Sul, São Paulo, resto do Brasil
1919/20

Itens	Rio Grande do Sul, São Paulo, Resto do Brasil (%)		
	Rio Grande do Sul	São Paulo	Resto do Brasil
Despesas com Materiais	57,8	55,3	56,8
Valor da Transformação Industrial	42,2	44,7	43,2
Salários e Ordenados	10,6	11,7	12,0
Excedente Bruto	31,6	33,1	31,2
Transportes e Fretes	2,7	2,2	3,0
Impostos	2,8	2,7	4,8
Excedente Líquido	26,1	28,1	23,4
Valor Bruto da Produção	100,0	100,0	100,0
Capital Empregado Total	70,9	54,5	62,2
Maquinismos e Utensílios	15,1	14,7	21,9
Terrenos e Edificações	23,9	20,0	19,7
Estoques	31,8	19,9	20,6

Fonte dos dados brutos: Recenseamento do Brasil 1920: indústria (1927). Rio de Janeiro.

Tabela A-18

Distribuição dos ocupados com declaração de profissão,
segundo setor de ocupação profissional,
em Porto Alegre e em São Paulo - 1919

(%)

Setores	Porto Alegre	São Paulo
Indústria (a)	30,9	41,7
Serviços (b)	19,9	19,7
Comércio	18,4	12,7
Agricultura	13,9	5,2
Exploração do subsolo	0,3	0,8
Setor público (c)	8,7	4,5
Indefinido	8,0	15,5
Total	100,0	100,0

Fonte dos dados brutos: 1920: população (1930) Rio de Janeiro. v.4, pt.5., t.1.
(a) Inclusive a construção civil; (b) Inclui transporte, administração privada,
profissionais liberais e serviços domésticos; (c) Inclui força pública e
administração pública.

Referências bibliográficas

- ABREU, Marcelo de P. (org.) (1992). **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989**. Rio de Janeiro: Campus.
- ACCURSO, Cláudio *et alii* (1968). **Estudo econômico da bovinocultura gaúcha**. Porto Alegre, Banco Nacional do Comércio.
- AGNES, Sílvia C. (1990). **A questão do geral e do específico na historiografia latino-americana: análise do processo de constituição de mão-de-obra industrial em Pelotas/Rio Grande e cidade do México**. Porto Alegre, UFRGS/IFCH.
- ALBUQUERQUE, Edu S. de (1998). O “Estado-região” Rio Grande do Sul: uma análise do regionalismo “oficial” (e do não-oficial) gaúcho. **Boletim Gaúcho de Geografia**, 23. Porto Alegre, Santa Cruz; AGB, Edunisc.
- _____ (1998a). **O conceito de região aplicado a estados federais: o caso do Rio Grande do Sul**. Dissertação de Mestrado em Geografia Humana. São Paulo, FFLCH-USP.
- ALMEIDA, Pedro F. C. de (1992). A gestação das condições materiais da implantação da indústria gaúcha: 1870-1930. **Ensaio FEE**. Porto Alegre, v.13, n.2. p. 546-77.
- AXT, Gunter (1998). Política portuária e de navegação e a formação do Estado no Rio Grande do Sul. In: TARGA, L.R.P. (org.) (1998). **Breve inventário de temas do Sul**. ob. cit.
- BAK, Joan L. (1977). **Some antecedents of corporatism: state economic intervention and rural organization in Brazil – the case of Rio Grande do Sul, 1890-1937**. Yale University.
- BANDEIRA, Pedro S. (1984). A produção gaúcha na economia nacional: resposta a uma crítica. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.4, n.2, p. 137-149.
- BANDEIRA, Pedro S. (1994). As raízes históricas do declínio da região Sul. In: ALONSO, J. A. F., BENETTI, M. D., BANDEIRA, P. S. (1994). **Crescimento econômico da região sul do Rio Grande do Sul: causas e perspectivas**. Porto Alegre, FEE.
- BESKOW, Paulo R. (1986). **O arrendamento capitalista na agricultura: evolução e situação atual da economia do arroz no Rio Grande do Sul**. São Paulo; Brasília, Hucitec; CNPq.
- BODEA, Miguel (s.d.). **A greve de 1917: as origens do trabalhismo gaúcho**. Porto Alegre, L&PM.
- BREITBACH, Áurea C. de M. (1988). **Estudo sobre o conceito de região**. Porto Alegre, FEE. (série Teses, 13)
- BROCHADO, José Proenza (1975). O Guarani: o conquistador vencido. In: COMISSÃO Executiva de Homenagem ao Índio (1975). **O índio no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

- BRUM TORRES, J.C. (1983). A economia agrícola do Rio Grande do Sul e a Grande Depressão: 1920-39. In: **Ensaio FEE**, (3)2:67-108. Porto Alegre, FEE.
- BRUXEL s.j., Arnaldo (1975). Herança guarani na cultura riograndense. In: COMISSÃO Executiva de Homenagem ao Índio (1975). **O índio no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Governo do Estado do Rio Grande do Sul.
- CANO, Wilson (1977). **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. São Paulo, Hucitec.
- _____ (1985). **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1970**. São Paulo; Campinas, Global; UNICAMP.
- CARDOSO, F. H. (1977). **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional**. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- CARVALHO, Maria Lúcia L. de (1996). A política fiscal dos Estados e as funções de acumulação e de legitimação. In TARGA, Luiz R. P. (org.) (1996). **Gaúchos & paulistas**. ob. cit.
- CARVALHO, Maria Lúcia L. de, PEREIRA, Paulo R. D., ALMEIDA, Pedro F. C. (1998). O incentivo fiscal às exportações gaúchas durante a Primeira República. In: TARGA, L.R.P. (org.) (1998). **Breve inventário de temas do Sul**. ob. cit.
- CASTRO, Antônio B. de (1971). A industrialização descentralizada no Brasil. In _____ (1971). **Sete ensaios de economia brasileira**. Rio de Janeiro, Forense.
- DALMAZO, Renato (1986). **Evolução histórica e estrutural das relações de comércio do Rio Grande do Sul: século XIX a 1930**. Porto Alegre, FEE (documentos GERPRO n. 68).
- DREHER, Martin N. (1999). O desenvolvimento econômico do Vale do Rio dos Sinos. In: **Anales Segundas Jornadas de Historia Económica**. Montevideo, julio de 1999.
- FAORO, Raymundo (1998a). Introdução ao estudo de Simões Lopes Neto. In: TARGA, L.R.P. (org.) (1998). **Breve inventário de temas do Sul**. ob. cit.
- FAORO, Raymundo (1998b). Antônio Chimango, algoz de Blau Nunes. In: TARGA, L.R.P. (org.) (1998). **Breve inventário de temas do Sul**. ob. cit.
- FERNANDES, Florestan (1975). **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro, Zahar.
- FERREIRA Fº, Arthur (1960). **História geral do Rio Grande do Sul: 1503-1960**. 2 ed. Porto Alegre, Globo
- _____ (1976). A Influência Positivista na Política Rio-Grandense. **Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS**. Porto Alegre, ano IV, 1976. p. 277-86.
- FONSECA, Pedro C. D. (1983). **RS: economia & conflitos políticos na República Velha**. Porto Alegre, Mercado Aberto.
- _____ (1985). A transição capitalista no Rio Grande do Sul: a economia gaúcha na Primeira República. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v.15, n.2, p.263-289, mai.-ago.

- FRANCO, Sérgio da C. (1983). **Porto Alegre e seu comércio**. Porto Alegre, Associação Comercial de Porto Alegre.
- FREITAS, Décio (1980). **O capitalismo pastoril**. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes.
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA [FEE], (1986). **De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul: censos do RS 1803-1950**. 2 ed. Porto Alegre, FEE.
- FURTADO, Celso (1961). **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura.
- _____ (1982). **Formação econômica do Brasil**. São Paulo, Nacional.
- HERRLEIN JR. Ronaldo, CARVALHO, Vera R.F. (1999). O Vale do Taquari (Rio Grande do Sul) durante o período colonial brasileiro, 1500-1822. In: **Anales Segundas Jornadas de Historia Económica**. Montevideo, julho de 1999.
- HERRLEIN JR., Ronaldo, DIAS, Adriana (1993). Trabalho e indústria na Primeira República: um ensaio de análise comparativa entre as sociedades do Rio Grande do Sul e de São Paulo. **Ensaios FEE**, (14)1:255-298. Porto Alegre, FEE.
- LAGEMANN, Eugênio (1980). Imigração e industrialização. In DACANAL, J.H. e GONZAGA, S. (1980). **RS: imigração e colonização**. Porto Alegre, Mercado Aberto.
- _____ (1985). **O Banco Pelotense & o sistema financeiro regional**. Porto Alegre, Mercado Aberto.
- _____ (1999). A História do Sistema Financeiro no Rio Grande do Sul e no Uruguai dos primórdios até 1931: uma comparação. In: **Anales Segundas Jornadas de Historia Económica**. Montevideo, julho de 1999.
- LEVINE, Robert (1977). O Rio Grande do Sul como fator de instabilidade na República Velha. in: FAUSTO, Bóris. **História geral da civilização brasileira**. Rio de Janeiro, Difel. v.2, t.3.
- LINHARES, Maria Y. L., SILVA, Francisco C. T. da (1979). **História política do abastecimento: 1918-1974**. Brasília, BINAGRI.
- LOVE, Joseph L. (1975). **O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930**. São Paulo, Perspectiva.
- _____ (1982). **A locomotiva: São Paulo na federação brasileira, 1889-1937**. São Paulo, Paz e Terra.
- MARX, Karl (1984). **O capital: crítica da economia política**. Livro Segundo: O processo de circulação do capital. São Paulo, Abril Cultural.
- MEDEIROS, Laudelino. (1975). **Formação da sociedade rio-grandense**. Porto Alegre, Edições URGs.
- MELLO, João M. C. (1982). **O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira**. São Paulo, Brasiliense.

- MORAES, Maria Inés (1998): Rio Grande do Sul y Uruguay: historias fronterizas (apuentes para una agenda de historia comparada). In: TARGA, L.R.P. (org.) (1998). **Breve inventário de temas do Sul**. ob. cit.
- OLIVEIRA VIANA, J.F. (1974). **Populações meridionais do Brasil**, v.II: o campeador rio-grandense. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- OSÓRIO, Ivan D., RAMOS, José H. (1969). **Rio Grande do Sul: industrialização posta à prova**. Porto Alegre, MEC/UFRGS.
- PELLANDA, Ernesto (1925). **A colonização germânica no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Globo.
- PEREIRA, Paulo R. D. (1996). As políticas de gasto público dos Estados e a promoção do desenvolvimento. In TARGA, Luiz R. P. (org.) (1996). **Gaúchos & paulistas**. ob. cit.
- PESAVENTO, Sandra (1983). **RS: agropecuária colonial & industrialização**. Porto Alegre, Mercado Aberto.
- _____ (1988). **A burguesia gaúcha: dominação do capital e disciplina do trabalho, RS 1889-1930**. Porto Alegre, Mercado Aberto.
- _____ (1989). **A emergência dos subalternos: trabalho livre e ordem burguesa**. Porto Alegre, Editora da UFRGS/FAPERGS.
- PETERSEN, Sílvia R. F. (1979). As greves no Rio Grande do Sul (1890-1919). In: CÊSAR, Guilhermino et al. **RS: economia e política**. Porto Alegre, Mercado Aberto.
- PETERSEN, Sílvia R. F., LUCAS, Maria E. (1992). **Antologia do movimento operário gaúcho**. Porto Alegre, Editora da Universidade/UFRGS, Tchê.
- PICCOLO, Helga I. L. (1998). O federalismo como projeto político no Rio Grande do Sul. In: TARGA, L.R.P. (org.) (1998). **Breve inventário de temas do Sul**. ob. cit.
- PINHEIRO, Paulo S. (1977). O proletariado industrial na primeira República. in: FAUSTO, Bóris. **História geral da civilização brasileira**. Rio de Janeiro, Difel. v.2, t.3, cap.4.
- PINTO, Celi R. J. (1986). **Positivismo: um projeto político alternativo (RS: 1889-1930)**. Porto Alegre, L&PM.
- PRADO JR. Caio (1945). **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. São Paulo, Brasiliense.
- RECENSEAMENTO DO BRAZIL 1920: população (1930) Rio de Janeiro.
- RECENSEAMENTO DO BRAZIL 1920: indústria (1927). Rio de Janeiro.
- RECENSEAMENTO DO BRAZIL 1920: salários (1928). Rio de Janeiro.
- REICHEL, Heloísa J., (1979). A industrialização no Rio Grande do Sul na República Velha. In DACANAL, J.H. e GONZAGA, S. (1979). **RS: economia e política**. Porto Alegre, Mercado Aberto.
- RIBEIRO, Darcy (1995). **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo, Cia. das Letras.

- ROCHE, Jean (1969). **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Globo, v. I.
- SALAMA, Pierre (1976). **O processo de subdesenvolvimento**: ensaio sobre os limites da acumulação nacional de capital nas economias semi-industrializadas. Petrópolis, Vozes.
- _____ (1989). **Dolarização**: ensaio sobre a moeda, a industrialização e o endividamento dos países subdesenvolvidos. São Paulo, Nobel.
- SANTOS, Corcino M. (1984). **Economia e sociedade do Rio Grande do Sul**: século XVIII. São Paulo, Ed. Nacional, Brasília, INL, Fundação Nacional Pró-Memória.
- SANTOS, José A. dos (1999). O Operário Negro no RS: Pelotas e Rio Grande 1890-1920. In **Anais III Congresso Brasileiro de História Econômica/IV Conferência Internacional de História de Empresas**. Curitiba, UFPR (*cd rom*).
- SARMIENTO, Domingo F. (1996). **Facundo**: civilização e barbárie no pampa argentino. Porto Alegre, Editora da UFRGS, EDIPUCRS.
- SCHMITZ, Pedro Inácio (1975) O índio e a colonização no RS. In: COMISSÃO Executiva de Homenagem ao Índio (1975). **O índio no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Governo do Estado do Rio Grande do Sul.
- SILVA, Sérgio (1986). **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. São Paulo, Alfa-Omega.
- SINGER, Paul (1977). Porto Alegre. In _____ (1977). **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. Rio de Janeiro, Cia. Editora Nacional.
- _____ (1984). Interpretação do Brasil: uma experiência história de desenvolvimento. In FAUSTO, Bóris (org.) (1984). **O Brasil republicano**, III; economia e cultura (1930-1964). São Paulo, Difel.
- SOUZA, P. R. (1973). **Un modelo primário exportador regional**: el caso de Rio Grande do Sul, Brasil. Trabajo de seminario para optar al grado de Magister en Ciencias Económicas. Santiago, Fac. Eco. Pol/Universidad de Chile.
- SPONCHIADO, Breno A. (1999). O positivismo e a colonização do norte do Rio Grande do Sul. In: **Anales Segundas Jornadas de Historia Económica**. Montevideo, julio de 1999.
- TARGA, Luiz R. P. (1982). **Ensaio sobre a totalidade econômica**. Porto Alegre, FEE.
- _____ (1988). O processo de integração do mercado interno brasileiro: eliminação das particularidades econômicas e sociais do Rio Grande do Sul. **Ensaio FEE**. (9)2:147-158. Porto Alegre, FEE.
- _____ (org.) (1996). **Gaúchos & paulistas**: dez escritos de história regional comparada. Porto Alegre, FEE.
- _____ (1996a). O Rio Grande do Sul: fronteira entre duas formações históricas. In _____ (org.) (1996). **Gaúchos & paulistas**. ob. cit.
- _____ (1996b). As diferenças entre o escravismo gaúcho e o das *plantations* do Brasil. In _____ (org.) (1996). **Gaúchos & paulistas**. ob. cit.

- _____ (1996c). Violência revolucionária e fundação do Estado burguês. In _____ (org.) (1996). **Gaúchos & paulistas**. ob. cit.
- _____ (1996d). Permanências na longa duração. In _____ (org.) (1996). **Gaúchos & paulistas**. ob. cit.
- _____ (org.) (1998). **Breve inventário de temas do Sul**. Porto Alegre, UFRGS : FEE, Lajeado, UNIVATES.
- _____ (org.) (1998a). Elites regionais e formas de dominação. In _____ (org.) (1998). **Breve inventário de temas do Sul**. ob. cit.
- _____ (1999). Colonização dirigida no Rio Grande do Sul: o exemplo de uma colônia pobre Nova Petrópolis (1860-84). (mimeo)
- _____ (2000). **Rio Grande do Sul**: ensaio de desenvolvimento econômico e social. Tese de doutoramento em elaboração. Universidade de Paris XIII. (capítulos 6 e 7). (mimeo)
- TARGA, L. R. P., RIBEIRO, P. S. S., HERRLEIN JR. R. (1998). O Rio Grande do Sul e o mercado nacional. In TARGA, L. R. P. (org.) (1998). **Breve inventário de temas do Sul**. ob. cit.
- TEJO, Limeira (1939). **A indústria rio-grandense em função da economia nacional**. Porto Alegre, Globo.
- _____ (1982). Contribuição à crítica da economia rio-grandense. **Ensaio FEE**. Porto Alegre, v.3, n.1. p. 79-108.
- THORP, Rosemary (1998). **Progreso, pobreza y exclusion**: una historia económica de America Latina en el siglo XX. Washington, Banco Interamericano de Desarrollo.
- VELLINHO, Moysés (s.d.). **O Rio Grande e o Prata**: contrastes. [Porto Alegre], IEL/Secretaria de Educação e Cultura.
- VILLELA, A. V., SUZIGAN, W. (1973). **Política do Governo e crescimento da economia brasileira, 1889-1945**. Rio de Janeiro, IPEA/INPES.